

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Vladimir de Paula Brito

**O PAPEL INFORMACIONAL DOS SERVIÇOS  
SECRETOS**

BELO HORIZONTE  
2011

Vladimir de Paula Brito

# **O PAPEL INFORMACIONAL DOS SERVIÇOS SECRETOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: GIC – Gestão da Informação e do Conhecimento

Orientadora: Profa. Dra. Marta Macedo Kerr Pinheiro

BELO HORIZONTE

2011

Brito, Vladimir de Paula.

B862p O papel informacional dos serviços secretos / Vladimir de Paula Brito. – 2011.  
232 f. : il., enc.

Orientadora: Marta Macedo Kerr Pinheiro.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de  
Ciência da Informação.  
Referências: f. 221-232

1. Ciência da Informação – Teses. 2. Serviço de inteligência – Teses. 3.  
Serviço secreto – Teses. 4. Relações internacionais – Teses. 5. Estados Unidos –  
Teses. I. Título. II. Pinheiro, Marta Macedo Kerr. III. Universidade Federal de  
Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 355.40



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais  
Escola de Ciência da Informação  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

"O PAPEL INFORMACIONAL DOS SERVIÇOS SECRETOS"

Vladimir de Paula Brito

Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de "**Mestre em Ciência da Informação**", linha de pesquisa "**Gestão da Informação e do Conhecimento - GIC**".

Dissertação aprovada em: 18 de março de 2011.

Por:

Prof. Dra. Marta Macedo Kerr Pinheiro - ECI/UFMG (Orientadora)

Prof. Dr. Denilson Feitoza Pacheco - FESMPMG

Prof. Dra. Maria Guiomar da Cunha Frota - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI

Prof. Gercina Ângela B. O. Lima  
Coordenadora

Versão final Aprovada por

Prof. Marta Macedo Kerr Pinheiro  
Orientadora



UFMG

**Universidade Federal de Minas Gerais**  
**Escola de Ciência da Informação**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE **VLADIMIR DE PAULA BRITO**, matrícula:  
2009652139


Às 14:00 horas do dia 18 de março de 2011, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG, a Comissão Examinadora aprovada *ad referendum* pela Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em 22/02/2011, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado ***O papel informacional dos serviços secretos***, requisito final para obtenção do Grau de MESTRE em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Gestão da Informação e do Conhecimento - GIC. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Marta Macedo Kerr Pinheiro, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

Profa. Dra. Marta Macedo Kerr Pinheiro - Orientadora	APROVADO
Prof. Dr. Denilson Feitoza Pacheco	APROVADO
Profa. Dra. Maria Guiomar da Cunha Frota	APROVADO

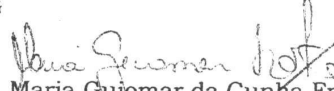
Pelas indicações, o candidato foi considerado APROVADO.

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

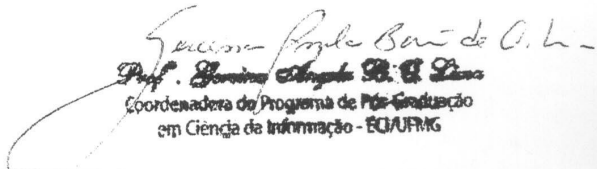
Belo Horizonte, 18 de março de 2011.

  
Profa. Dra. Marta Macedo Kerr Pinheiro  
Orientadora - ECI/UFMG

  
Prof. Dr. Denilson Feitoza Pacheco  
FESMPMG

  
Profa. Dra. Maria Guiomar da Cunha Frota  
ECI/UFMG

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.

  
Prof.ª Genivalda B. G. Lima  
Coordenadora de Programa de Pós-Graduação  
em Ciência da Informação - ECI/UFMG

Os valorosos deste mundo traçam os limites da liberdade na batalha – e não se pode usar contra carrascos e lacaios de carrascos as armas que se sacaram contra os valentes.

Ernst Jünger<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> JÜNGER, Ernst. Nos penhascos de mármore. São Paulo: Cosacnaif, 200?. Trecho da página 130.

## RESUMO

A presente pesquisa estuda o emprego das informações de inteligência como suporte à busca pela hegemonia de poder nas relações internacionais. Parte-se da premissa de que o *poder duro* e o *poder suave*, atualmente, encontram-se sob a hegemonia de uma única potência, a norte-americana. Essa potência, além de um poderio militar inigualável, do poder econômico e político, também possuiria um aparato informacional sem precedentes, sendo este último um pré-requisito para a manutenção de seu *status quo*. Para manter essa primazia informacional, os EUA apoiar-se-iam em seus serviços de inteligência ou serviços secretos que dariam suporte ao exercício tanto do *poder coercitivo* quanto do *poder simbólico*. A partir dessa ampla vantagem informacional em todas as esferas, os EUA constituiriam-se, possivelmente, como o *Estado informacional* mais sofisticado do planeta, sob o prisma das relações de poder para com os demais atores globais. Essa superioridade no terreno das informações é alicerce das bases da atual hegemonia incontestada norte-americana.

Palavras-Chave: Serviço de inteligência, Inteligência governamental, Estado informacional, Relações internacionais, Estados Unidos.

## **ABSTRACT**

This research studies the use of intelligence information to support the quest for hegemony of power in international relations. It starts with the premise that the hard power and soft power, now find themselves under the hegemony of one power, the United States. This power and a unique military, political and economic power, also possess an unprecedented informational apparatus, the latter being a prerequisite for maintaining their status quo. To maintain this informational primacy, the U.S. would rely on their intelligence or intelligence that would support both the exercise of coercive power and symbolic power. From this huge informational advantage in all spheres, the U.S. would be formed, possibly as the more sophisticated informational state of the planet from the perspective of power relations towards other global players. This superiority in the field of information is the bedrock foundations of the current American hegemony-unchallenged.

Keywords: Intelligence service – Government intelligence, Information state, International relations, United States.



## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. ESCALA DE VALOR EM HUMINT.....	42
FIGURA 2. ESCALA DE VALOR EM SIGINT.....	46
FIGURA 3. SUBDISCIPLINAS DE GEOINT.....	49
FIGURA 4. PIRÂMIDE DO CONHECIMENTO ESPECULATIVO.....	60
FIGURA 5. DIGITALIZAÇÃO DAS UNIDADES MILITARES. ....	117
FIGURA 6. COMUNIDADE DE INTELIGÊNCIA DOS EUA.....	128
FIGURA 7. NATIONAL SECURITY BRANCH.....	138
FIGURA 8. BASES DE INTERCEPTAÇÃO DE SINAIS.....	141
FIGURA 9. SERVIDORES RAIZ.....	189
FIGURA 10. MAPAS DE SERVIDORES RAIZ E SEUS REPLICADORES.....	190
FIGURA 11. LANÇAMENTO <i>MAQUIADO</i> DE MÍSSEIS IRANIANOS.....	197
FIGURA 12. LANÇAMENTO DE MÍSSEIS IRANIANOS.....	198

## **LISTA DE QUADROS**

TABELA 1. OPERAÇÕES DE AMPLO ESPECTRO .....	202
TABELA 2. ELEMENTOS DAS OPERAÇÕES INFORMACIONAIS.....	208

## **LISTAS DE SIGLAS**

CIA Central Intelligence Agency.

DIA Defense Intelligence Agency.

FBI Federal Bureau of Investigation.

FBIS Foreign Broadcast Information Service.

GCHQ Government Communications Headquarters.

MOSSAD Instituto para Inteligência e Operações Especiais.

NGA - National Geospatial-Intelligence Agency.

NIC National Intelligence Council.

NRO National Reconnaissance Office.

NSA National Security Agency.

NSC National Security Council.

OSC Open Source Center.

SIS Secret Intelligence Service.

# SUMÁRIO

<b>I INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>II PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>22</b>
<b>III- CONCEITOS E SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA .....</b>	<b>30</b>
<b>3.1 CONCEITO DE INTELIGÊNCIA DE ESTADO .....</b>	<b>31</b>
<b>3.2 CAMPOS DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA DE ESTADO .....</b>	<b>35</b>
3.2.1 ORGANIZAÇÃO POR FUNCIONALIDADE .....	36
3.2.1.1 Ciclo de inteligência .....	37
3.2.1.1.1 Coleta.....	40
3.2.1.1.2 Análise .....	53
3.2.1.1.3 Contrainteligência.....	64
3.2.1.1.4 Ações encobertas.....	70
3.2.2 ORGANIZAÇÃO POR AMBIENTE.....	77
3.2.2.1 Inteligência interna ou de segurança .....	78
3.2.2.2 Inteligência Externa.....	79
<b>IV- INFORMAÇÃO E PODER INSTRUMENTAL .....</b>	<b>81</b>
<b>4.1 INFORMAÇÃO, ESTADO E CONFLITO .....</b>	<b>84</b>
4.1.1 INFORMAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	84
4.1.1.1 Realismo .....	85
4.1.1.2 Realismo e inteligência.....	89
4.1.1.3 Marxismo.....	95
4.1.1.4 Marxismo e inteligência.....	100
4.1.1.5 Liberalismo.....	106
4.1.1.6 Liberalismo e inteligência .....	110
4.1.2 INTELIGÊNCIA COMO SUPORTE AO CONFLITO.....	114
4.1.3 INTELIGÊNCIA COMO SUPORTE ÀS NEGOCIAÇÕES .....	122
<b>4.2 SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA E PODER COERCITIVO .....</b>	<b>125</b>
4.2.1 SISTEMA DE COLETA INFORMACIONAL DE INTELIGÊNCIA .....	127
4.2.1.1 CIA, DIA e as fontes humanas .....	129
4.2.1.2 O FBI e a contrainteligência interna.....	135
4.2.1.3 A NSA e a inteligência de sinais.....	139
4.2.1.4 NGA, NRO e a inteligência de imagens.....	143
4.2.1.5 NGA, NRO e a Inteligência Geoespacial .....	149
4.2.1.6 O Open Source Center e as fontes abertas.....	151
4.2.1.7 Inteligência de assinaturas e o CMO .....	153
4.2.2 ESTRUTURA DE INTEGRAÇÃO DE DADOS E ANÁLISE.....	153
4.2.2.1 Diretório de Inteligência - DI .....	154
4.2.2.2 National Intelligence Council - NIC .....	156
<b>V- DESINFORMAÇÃO, PROPAGANDA E PODER SIMBÓLICO.....</b>	<b>161</b>
<b>5.1 GUERRA FRIA E AÇÕES INDIRETAS .....</b>	<b>162</b>
5.1.1 PODER INFORMACIONAL SUAVE.....	165

5.1.2 COMBATE EM PAÍSES PERIFÉRICOS .....	168
5.2.1 TECNOLOGIA E IDEOLOGIA A SERVIÇO DA INTELIGÊNCIA DE ESTADO .....	169
5.2.1.1 Disputa cultural e ideológica.....	170
5.2.1.2 Futuro tecnológico e imaginário.....	172
5.2.2 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DISPUTA INFORMACIONAL .....	175
<b>5.2 ESTADO INFORMACIONAL E CONTROLE .....</b>	<b>181</b>
5.1.1 DOMÍNIO DO PLENO ESPECTRO .....	182
5.1.2 HEGEMONIA INFORMACIONAL .....	183
5.1.3 SINERGIA ENTRE MEIOS DE PODER .....	187
5.1.4 DIMENSÕES DA INFORMAÇÃO E PODER ENTRE ESTADOS.....	193
5.1.5 REALIDADE VIRTUAL E DESINFORMAÇÃO .....	196
<b>5.3 SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA E PODER SIMBÓLICO.....</b>	<b>199</b>
5.3.1 OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS.....	201
5.3.1.1 Produtos (des)informacionais e o seu emprego.....	202
5.3.2 OPERAÇÕES INFORMACIONAIS .....	207
5.3.2.1 Conteúdo informacional.....	209
5.3.2.2 Sistemas de informação .....	211
<b><u>VI CONCLUSÃO .....</u></b>	<b><u>214</u></b>
<b><u>REFERÊNCIAS .....</u></b>	<b><u>222</u></b>
<b>FONTES PRIMÁRIAS .....</b>	<b>222</b>
LEGISLAÇÃO .....	222
ACORDOS E ESTRUTURA .....	222
RELATÓRIOS INSTITUCIONAIS.....	223
DOCUMENTOS DA COMUNIDADE DE INTELIGÊNCIA .....	223
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>224</b>

# I INTRODUÇÃO

Muitas vezes os fatos ameaçam a verdade.

Amós Oz<sup>2</sup>

Com o limiar do século XX e a potencialização das redes de dados digitais, e sua decorrente utilização como recurso vital em todas as esferas das relações humanas, modificou-se a forma com que o Estado lida com a informação, aumentando ainda mais a sua importância. Para explicar esse fenômeno, Sandra Braman (2006) empregou o termo *Estado informacional*, dentre vários aspectos, para descrever uma fase da evolução humana em que o poder informacional torna-se decisivo aos Estados em seus processos de disputa e controle. A autora afirma que o emergente poder informacional permeia os meios clássicos de poder estatal (poderes instrumental, estrutural, e simbólico), constituindo-se como um quarto instrumento.

Poder instrumental seria a capacidade de modificar o comportamento humano mediante a manipulação do mundo material a partir do emprego da força. Essa forma de exercício de poder seria a mais antiga e relacionar-se-ia ao emprego de armas e meios militares, como os exércitos, bem como através de incentivos econômicos. Poder estrutural seria a capacidade de intervir sobre o comportamento dos indivíduos a partir da criação de instituições e regras. Leis, tratados, estruturas governamentais e o próprio processo político são maneiras de exercer esse tipo de poder. Poder simbólico seria a manipulação do comportamento humano mediante o domínio da imaginação e da percepção dos indivíduos, a partir da manipulação das ideias, das palavras e da imagem. A propaganda, o sistema educacional e as campanhas de mídia seriam exemplos dessa intervenção do poder simbólico. Poder informacional seria o uso de metatecnologias, que possibilitam a manipulação das bases de dados que dão suporte aos outros tipos de poder. Esse poder envolve a forma como se organiza e manipula a informação, podendo, portanto, incidir sobre

---

<sup>2</sup> Oz, Amós. De amor e Trevas. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. Trecho da página 45.

os demais meios (BRAMAN, 2004, p. 160). Mais do que uma modalidade estanque, o poder informacional representa o enredamento informacional das diversas outras formas de exercício do poder, uma vez que lhes provê organização de dados.

Autores relacionados ao campo de estudos das relações internacionais, como Nye (2009), adotam um recorte mais restrito em relação aos campos de poder apresentados por Braman, dividindo os instrumentos de poder basicamente em poder coercitivo (ou duro) e poder simbólico (ou suave). No campo do *poder duro* estariam os instrumentos coercitivos que os Estados dispõem, como seu poderio militar e econômico. Ao exercer o poder duro, submete-se o outro ator pela força que se possui. Na esfera do *poder suave*, induz-se o outro a fazer a sua vontade, sem que este o perceba. Esse tipo de poder é proveniente da hegemonia informacional, do quase monopólio da produção cultural disponível ao grande público. Manipulam-se aqui as condições do indivíduo discernir qualquer coisa por si só. Embora as facetas propostas por Nye sejam mais sintéticas que as de Braman, em termos dos conteúdos propostos, são basicamente idênticas. No conceito de poder coercitivo de Nye estariam contidos o conceito de poder instrumental e informacional, e no conceito de poder suave, os conceitos de poder estrutural, simbólico e informacional. Como elemento comum às duas facetas de poder tem-se a necessidade do domínio e controle da informação e das tecnologias que ordenam esta, típicas do *Estado Informacional*.

Esta pesquisa parte, portanto, da premissa de que o *poder duro* e o *poder suave*, atualmente, encontram-se sob a hegemonia de uma única potência, a norte-americana. Essa potência além de um poderio militar inigualável, do poder econômico e político, também possuiria um aparato informacional sem precedentes, sendo este último um pré-requisito para a manutenção de seu *status quo*. Para manter essa primazia informacional, os EUA apoiar-se-iam em seus serviços de inteligência ou serviços secretos, que dariam suporte ao exercício tanto do poder coercitivo quanto do poder simbólico. A partir dessa ampla vantagem informacional em todas as esferas, os EUA constituir-se-iam, possivelmente, como o *Estado informacional* mais sofisticado do planeta, sob o prisma das relações de poder para

com os demais atores globais. Essa superioridade no terreno das informações é alicerce das bases da atual hegemonia<sup>3</sup> incontestemente norte-americana.

É importante salientar também a inferência de que o fortalecimento dos instrumentos informacionais estadunidenses são uma escolha racional deste Estado para o exercício de poder. No escopo desta pesquisa, diz-se, portanto, hegemonia (FIORI, 2007b; CHESNAIS, 1996) e não império estadunidense, pois existe uma opção política desse Estado pela primeira dimensão em relação à segunda. Para compreender a escolha norte-americana, empregaremos as categorias propostas por Raymond Aron, (2002, p. 220), em que a paz poderia ser alcançada nas relações internacionais a partir de três situações-chave na correlação de forças entre as nações: equilíbrio, império e hegemonia. Quando em um conjunto de nações, umas não destoam das outras, em relação aos seus instrumentos de poder, alcança-se a paz a partir do *equilíbrio*. Quando um Estado adquire tal superioridade de forças, que permite a absorção dos demais entes políticos com a perda de sua autonomia política e administrativa, tem-se o *império*. A partir do momento em que um Estado possui superioridade em diversos campos de poder perante os outros atores internacionais, não os absorvendo e permitindo ao menos uma aparente independência política, tem-se um Estado *hegemônico*.

A opção norte-americana pela hegemonia, em detrimento do império, possivelmente se relaciona às obrigações relativas aos Estados imperiais em que o conflito compõe o cotidiano do exercício do poder. Conforme argumenta Aron acerca das dificuldades do modelo de dominação imperial ante os demais modelos balizadores das relações entre os Estados:

[...] o Estado de força crescente deverá prudentemente limitar suas ambições, a não ser que aspire à hegemonia ou ao império. Nesse último caso, deverá esperar a hostilidade natural que sentem todos os Estados conservadores contra quem perturba o equilíbrio do sistema. (ARON, 2002, p. 194).

Além da dimensão do conflito internacional e do caráter de enfrentamento permanente com as entidades políticas ainda independentes apontados por Aron, permanecem os problemas para se administrar os países ocupados. Em tempos de

---

<sup>3</sup> Assume-se o conceito por seu viés geopolítico, em que *hegemonia* seria considerada a preeminência de um Estado ou comunidade sobre outros, seja através da projeção de sua cultura ou mediante instrumentos militares. Desta maneira, a potência hegemônica exerce sobre as demais uma preponderância não somente na esfera militar, como também nas dimensões econômica e cultural. (BOBBIO, 2009, p. 579).



acentuado nacionalismo, exercer a dominação diretamente pelo emprego de meios militares tem um grande custo. A criação das identidades nacionais em que o povo identifica-se com o território e a cultura mudaram o conceito de guerra, tendo como marco o advento da revolução francesa e das guerras napoleônicas. Os conflitos deixaram de ser um evento meramente restrito aos militares profissionais e passaram a mobilizar toda a nação. No exemplo francês, a população em armas lutou primeiramente para defender a república e posteriormente para exportar seu modelo de sociedade, construindo um exército de massas com esse propósito, em que todos os setores da sociedade foram mobilizados para fazer a guerra. Com o povo em armas, acrescidos do gênio de Bonaparte, “os Estados de primeira categoria foram aniquilados quase de uma só vez” (CLAUSEWITZ, 1996, p. 245). Enfrentar todos os recursos humanos e materiais de uma sociedade é bastante diferente do combate entre os velhos exércitos de carreira. Essa nova lógica do fazer a guerra propagou-se aos poucos pela Europa e pelo mundo, transformando povos dóceis em fanáticos defensores de sua independência nacional. Dessa maneira, em pouco tempo os próprios franceses estavam enfrentando a “luta encarniçada” (CLAUSEWITZ, 1996, p. 245) de resistência à ocupação movida pela população espanhola.

Sob a égide da experiência colonial europeia e com a decorrente lógica da economia de forças militares e econômicas, dentre outros fatores, a política estadunidense sempre optou por exercer a hegemonia nas regiões de seu interesse, empregando pontuais intervenções militares, mesmo que às vezes por períodos de tempo longos. O fato dos norte-americanos preferirem instituir governos locais nas regiões em que intervieram militarmente, dando um aparente perfil democrático a tais governos, não implica que essa fórmula sempre tenha funcionado a contento, nem que esse país deixe de utilizar corriqueiramente de medidas de força. A questão é que mesmo quando o faz, destoa das práticas até então adotadas pelos impérios tradicionais. Além disso, esse tipo de modelo de dominação

[...] não significa obviamente que o domínio americano fosse agradável para os que viviam em sua área de hegemonia. Ainda assim, era um tipo de dominação bem mais sutil, que economizava as forças da potência dominante (que não precisava perder soldados e riquezas na tentativa de controlar diretamente longínquos territórios quando isso não era realmente necessário). (BERTONHA, 2009, p. 115).

Portanto, os EUA tendem a evitar a ocupação permanente enquanto padrão de exercício de poder, optando por vias indiretas de dominação. Conflitos historicamente recentes têm reforçado essa dinâmica<sup>4</sup>.

A pesquisa parte da premissa de que existe a opção consciente por parte do Estado norte-americano de dominar prioritariamente a partir dos instrumentos de poder mais sutis que a hegemonia oferece. Ressalte-se mais uma vez que isso não significa que esse Estado não se utilize fartamente das guerras e ocupações, mas tão somente que a opção primordial envolve o exercício do poder mediante instrumentos mais suaves.

Sob a lógica da dominação por meios simbólicos e informacionais, tem-se como pressuposto norteador deste estudo que na busca da manutenção do poder hegemônico os serviços de inteligência são um dos instrumentos fundamentais a serem empregados por parte do Estado informacional estadunidense. Tais serviços atuam em todas as dimensões de poder apontadas por Braman (2006) e Nye (2009), dando suporte e promovendo os interesses do Estado patrocinador, sobretudo a partir da faceta informacional, que permeia todas as esferas. Para confirmar o pressuposto acima, este trabalho objetiva identificar as dimensões e contextos informacionais com que atuam os serviços secretos e o seu emprego pelo Estado norte-americano, por acreditar-se que o referido país atua com vistas a manter a hegemonia informacional em todas as dimensões de poder. Para atingir o objetivo acima proposto, busca-se caracterizar o contexto informacional em que os serviços secretos intervêm; identificar os meios e instrumentos de informações empregadas pelas organizações de inteligência governamental e identificar os processos por que passam essa informação bem como os instrumentos utilizados em sua análise.

---

<sup>4</sup> A derrota no Vietnã, por exemplo, “[...] demonstrou a ineficiência das formas tradicionais de beligerância em um conflito de características predominantemente irregulares” (VISACRO, 2009, p. 100-132), em que o adversário explora os elementos assimétricos e toda a sociedade insere-se nessa guerra irregular. Esse tipo de resistência tornou inviável a contínua presença das tropas norte-americanas no território desse país asiático. Os conflitos no Oriente Médio com a insurgência no Iraque e no Afeganistão (MONIZ BANDEIRA, 2005 p. 780-792) também acentuam esse ponto de vista. Embora a máquina militar estadunidense tenha rapidamente vencido as guerras convencionais contra as forças não tão regulares dos afegãos e o exército iraquiano, a consolidação da ocupação tem se mostrado mais difícil. De fato, o poderio militar estadunidense é inigualável ante um tipo de enfrentamento simétrico entre forças armadas. Exército contra exército. Todavia, uma guerra de ocupação em que o inimigo tira vantagem das assimetrias existentes, torna-se uma guerra de desgaste, de usura, e de longo prazo, em que os custos em vidas e gastos vão se avolumando na conta do país ocupante.

Como potência hegemônica de nossa época, o Estado norte-americano erigiu a maior estrutura de inteligência do período atual com o propósito de manter sua primazia ante os demais concorrentes. Desta maneira, objetiva-se compreender o funcionamento desses meios de inteligência a partir da lógica da disputa informacional em curso que pode auxiliar na compreensão de uma significativa faceta da evolução desse novo tipo de Estado, que é o Estado informacional. Portanto, a pergunta implícita ao trabalho versa sobre quais os instrumentos de inteligência são empregados pelo poder estadunidense com vistas a obter e manter a hegemonia da disputa informacional no atual cenário.

Como pressuposto metodológico será utilizada a aproximação qualitativa, em que se inicia o processo investigativo a partir da procura da intencionalidade dos atores envolvidos, e dos instrumentos informacionais empregados a partir da lógica a ser detectada. Como técnica investigativa é empregada a análise documental, com a qual será construída a trajetória do sistema de inteligência dos EUA e o seu emprego.

#### JUSTIFICATIVA

Essa pesquisa faz-se necessária por diversas questões relevantes. Uma dessas questões, sob um olhar mais amplo, dá-se pela necessidade de melhor compreender os fenômenos informacionais que permeiam o propagandismo em torno da sociedade em rede (CASTELLS, 1999). Existem diversos estudos sobre as mudanças econômicas e sociais características de uma coletividade em que prepondera a informação como meio primordial para relações sociais, pesquisas científicas, obtenção de informações e comércio entre empresas. Todavia, a revolução informacional ao impactar todos os campos das relações humanas também afeta o terreno das guerras e dos enfrentamentos. Sendo a sociedade da informação um subproduto da Guerra Fria, na esfera da corrida tecnocientífica entre as potências, onde repousam as pesquisas que procuram o entendimento acerca da informação para suporte ao domínio e controle do conhecimento? Busca-se com esta pesquisa verificar o quadro após 50 anos do prenúncio dessa sociedade e do estabelecimento disciplinar, em 1962, da Ciência da Informação.

Quando Saracevic (1996; 1999) aponta que a origem dos estudos informacionais relaciona-se à necessidade de lidar com um imenso volume de dados no final da Segunda Guerra Mundial, não podemos deixar de pensar no esforço

norte-americano em obter informações estratégicas sobre os soviéticos, que envolvia a necessidade de recuperar as citadas informações, dado seu gigantismo. O próprio surgimento do computador, enquanto elemento formador da atual sociedade da informação, também teria associada à sua origem a dimensão informacional dos conflitos do Estado. As pesquisas de Alan Turing remontam à atividade da inteligência britânica tentando desesperadamente quebrar as cifras da comunicação do exército alemão (SINGH, 2001, p. 197; PATERSON, 2009, p. 83-85), com vistas a não perder a guerra em curso para a Alemanha nazista. As pesquisas de Vannevar Bush seriam mais uma expressão do estreito vínculo da guerra para com os estudos informacionais. Ao longo de sua jornada, Bush foi estritamente ligado às agências de inteligência militar, articulando o esforço científico estadunidense às necessidades militares e de poder nacional estratégico do Estado. Sendo um dos patronos da pesquisa computacional na *Moore School*, da qual era diretor, tais pesquisas deram origem ao ENIAC, primeiro computador desenvolvido para prover informações e cálculos aos militares norte-americanos (BRETON, 1991, p. 127). A informação a serviço dos interesses militares e de inteligência estatal permeia a biografia de Bush, não se estranhando que em seu festejado artigo intitulado "*As We May Think*" (1945), mais do que o chamamento explícito ao desenvolvimento de uma utópica ferramenta (Memex) para o acesso universal da informação, o mesmo estivesse concatenando um novo esforço científico de guerra.

Outra faceta a ser compreendida diz respeito à necessidade estatal por produtos informacionais originados nos serviços secretos. A ausência de pesquisas nacionais sobre o que seja um sistema de obtenção de inteligência adequado aos tempos atuais, mais do que a ruptura histórica discorrida acima, pode representar também uma ameaça ao desenvolvimento da nação em médio prazo. Essa ausência de literatura acerca das dimensões informacionais do Estado poderia ser explicada por um comprometimento ideológico das áreas de estudos informacionais, que estariam vinculadas ao ordenamento ideológico da lógica econômica atual. Conforme argumenta Frota:

Uma lacuna em termos dos objetivos e dos problemas de investigação é a quase ausência de pesquisas centradas nos grandes desafios de gerir a informação no âmbito das organizações públicas, governamentais e não governamentais. Neste sentido parece predominar uma leitura restrita da sociedade contemporânea, fortemente pautada por um viés neoliberal, no qual o mercado é superdimensionado e as dimensões da sociedade civil e

do Estado são simplesmente desconsideradas ou tratadas como subordinadas à lógica totalitária do mercado (2007 p. 56).

Não compreender a relevância do Estado enquanto ator privilegiado nas relações internacionais pode significar a aceitação de um papel secundário nessas relações, em que os projetos nacionais deixariam de existir de maneira autônoma. Sob o viés dos serviços de inteligência estatais, no momento em que a complexidade envolvendo a atuação dos diversos *atores globais* vai aumentando, a necessidade do Estado em identificar e neutralizar novas e velhas ameaças à sua segurança pode ser primordial.

No caso do Brasil, com sua maior projeção no cenário internacional a partir do início do século XXI, e a pretensão de constituir-se como potência regional e global (SILVA, 2008), tal protagonismo também traz riscos. Qualquer novo espaço político ocupado significa o desalojar do ocupante anterior, logo, é improvável uma maior projeção internacional sem que se tenham também novos antagonismos. Ao subir de patamar na relação de poder entre países, os adversários modificam-se e os atores envolvidos no nível de poder recém alcançado comumente possuem mais recursos e instrumentos para fazerem valer suas aspirações. Ocupar um espaço de poder internacional semelhante à Rússia, à China e à Índia é bastante distinto em termos de dimensões e perigos, do que em relação à projeção de poder do país no tocante às relações e conflitos com o Paraguai, a Argentina ou o Peru (SILVA, 2008). Com um planeta cada vez mais interconectado informacionalmente, essa dimensão do enfrentamento entre os Estados não permite a mesma segurança que o isolamento geográfico da América do Sul possibilitava até pouco tempo atrás em relação às guerras europeias.

O trabalho estrutura-se a partir das dimensões de poder cunhadas por Braman. No **primeiro capítulo** são discutidos os procedimentos metodológicos que ordenaram as análises documentais e literárias que balizaram a presente pesquisa. Também são apresentadas as categorias conceituais que ordenaram as buscas no material analisado. No **segundo capítulo** são caracterizados as estruturas e os conceitos que demarcam a atividade de inteligência estadunidense, de forma a se compreender sua lógica de funcionamento. Serão descritos os processos, bem como os produtos informacionais da área, de maneira que se compreendam as possibilidades dos serviços secretos em relação à sua serventia ao Estado. A partir

dessa conceituação, são analisadas as dimensões de exercício do poder e suas necessidades informacionais. Em cada dimensão de poder são apresentadas as características dos serviços de inteligência empregados para tentar vencer a disputa informacional de poder naquela esfera. Será adotado o enfoque de Nye acerca do poder coercitivo e simbólico, na medida em que este engloba a visão de Sandra Braman, simplificando a abordagem desta. Tem-se, portanto, um **terceiro capítulo** que debate essa relação no campo do poder coercitivo ou instrumental. Neste tópico primeiramente é analisada, nas esferas estratégica e tática, a necessidade das informações de inteligência. Sob o prisma estratégico observam-se distintas concepções sobre as relações internacionais e como estas impactam as necessidades informacionais do Estado. Tenta-se compreender se o emprego da espionagem e outras técnicas de coleta informacional como suporte ao exercício da força sofrem variações de acordo com o credo político dominante. Já sob o escopo tático são debatidos temas como os conflitos bélicos e negociações internacionais, e se de fato as informações de inteligência ainda são necessárias ao exercício do poder coercitivo. Em seguida, lastreado pela análise documental, é apresentado o modelo de inteligência estadunidense e como este é estruturado para dar suporte informacional ao poder instrumental (coercitivo) desse país. Em um **quarto capítulo**, com o foco no poder simbólico ou suave, analisa-se com a Guerra Fria e a era atômica o enfoque privilegiado do Estado norte-americano quanto ao emprego da disputa ideológica e informacional para com os seus adversários de então. Em seguida, baseado na doutrina oficial dos EUA, são apresentados os meios com que, a partir das organizações de inteligência, empregou-se a desinformação e propaganda, manipulando a percepção de realidade dos indivíduos e dos Estados rivais. Por fim, quando da **conclusão** é feito o balanço de todas as dimensões e suas relações com a estrutura de inteligência estadunidense.

## II PERCURSO METODOLÓGICO

Ele explicou que seu método consistia, primeiramente, em lembrar-se dos detalhes como a árvore sob cuja sombra descansavam os ouvintes quando a história foi contada, ou se estavam numa viagem de barco, numa praia, e a hora – a partir daí, lembrava todo o resto.

Tariq Ali<sup>5</sup>

Como instrumento de abordagem foi empregado o método de natureza qualitativa aplicada ao campo da Ciência da Informação. Mediante o uso desse ferramental, tentou-se obter os indicadores de funcionamento desse tipo de processo informacional balizado pelas organizações de Inteligência governamental (RICHARDSON, 1999). Sob esta lógica, por método qualitativo entende-se “um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados” (NEVES, 1996, p. 1). No caso do presente estudo, ao contrário de se tentar estabelecer regras e leis de cunho universal que rejam a atividade de inteligência, buscou-se um aprofundamento na compreensão do modelo estadunidense sob o enfoque do suporte às ações desse país no âmbito das relações internacionais. Tentou-se com isso perceber os instrumentos informacionais empregados pelo seu Estado a partir de sua lógica de disputa de poder. Embora a complexidade do entendimento de um sistema dessa magnitude seja algo difícil de ser atingido de maneira ampla, acreditamos ser possível a construção de uma análise em profundidade, permitindo com isso que ao menos sejam construídos sólidos pontos de apoio que subsidiem outros estudos objetivando ampliar o conhecimento sobre o tema.

Dentre os métodos disponíveis na pesquisa qualitativa foram utilizadas pesquisas documentais, com consultas a fontes primárias e secundárias produzidas por especialistas na área.

---

<sup>5</sup> Ali, Tariq. O livro de Saladino. Rio de Janeiro: Record, 1999. Trecho da página 179.

Sob a esfera da pesquisa documental Laville (1999, p. 166) argumenta que entre as fontes documentais “distinguem-se vários tipos de documentos, desde as publicações de organismos que definem orientações, enunciam políticas, expõem projetos, prestam contas de realizações, até documentos pessoais”. Tem-se, portanto, um recorte documental entre aquilo que é de origem institucional e os documentos que são cunhados sob a perspectiva pessoal. Como marco comum, a “fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo-se o que se denomina de fontes primárias” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 176). Outra característica das fontes documentais é a ausência de “tratamento analítico” (SILVA, 2001, p. 21), uma vez que não se encontram naturalmente reunidas e avaliadas.

Dessa forma, são analisadas fontes primárias do governo estadunidense que definem doutrinas para a atuação nessa dimensão de conflito informacional, bem como documentos produzidos pelas organizações de inteligência dos EUA e que foram desclassificados com o passar dos anos. Um amplo acervo documental encontra-se disponível na Internet a partir de iniciativas como a do Arquivo Nacional dos EUA<sup>6</sup>, da Federation of American Scientists – FAS<sup>7</sup> e do National Security Archive<sup>8</sup> da Universidade George Washington. Tais organizações divulgam sistematicamente diversos produtos informacionais oriundos das agências de inteligência norte-americanas bem como dos órgãos de acompanhamento e controle como o Senado desse país, constituindo-se, portanto, como as principais fontes de documentos primários.

Também é empregada neste estudo a análise de fontes secundárias. Embora estas tenham como padrão sua elaboração “a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet” (SILVA, 2001, p. 21), também possuem grande relevância. Tal importância justifica-se primeiramente porque permitem analisar “os principais trabalhos teóricos e empíricos sobre o tema proposto, para demarcar o

---

<sup>6</sup> Vide o endereço: <http://www.archives.gov>.

<sup>7</sup> Interessante notar que a Federation of American Scientists tem sua origem em 1945 a partir de cientistas que compuseram o *Projeto Manhattan*, que desenvolveu a primeira arma nuclear do planeta. A partir da compreensão da nova dimensão dada à ciência a partir daquele momento um conjunto de cientistas julgou fundamental a ampla divulgação das ações governamentais em sua conjugação com a ciência, como se dá amplamente na área de inteligência de estado. Mais informações em: <http://www.fas.org>.

<sup>8</sup> A iniciativa está disponível no endereço: <[http://www.gwu.edu/~nsarchiv/nsa/the\\_archive.html](http://www.gwu.edu/~nsarchiv/nsa/the_archive.html)>.



que foi feito até o momento da pesquisa e o que se desenvolverá, isto é, qual será sua contribuição para elucidar a questão que será investigada” (SOUZA, 1991, p. 159). Com a correta revisão de literatura, tem-se condição de fazer com que a pesquisa parta do *estado da arte* do saber disponível, agregando novos conhecimentos ao saber existente. Além disso, “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 185). Ou seja, as fontes primárias podem ser analisadas a partir de diversos olhares, o que comporta maior abrangência e profundidade à pesquisa, evitando-se simplismos e abordagens maniqueístas. Sob esta lógica:

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza-se fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 1994, p. 73).

Cabe a ressalva de que o olhar dos indivíduos reinterpreta os eventos sociais à sua maneira, todavia a possibilidade de observar fontes primárias e secundárias permitiria o confronto de abordagens. Tal confronto permite ainda que ao serem analisadas as políticas ou resoluções contidas nos documentos, tenha-se o contexto em que estas foram elaboradas, muitas vezes fornecido pelas fontes secundárias. Corroborando esta visão, tem-se o conceito de rede secundária de informação descrito por González de Gómez (1999), em que

Essa ‘ação de informação’ exerce-se com a articulação de dois planos da informação: informacional e metainformacional.

Em primeiro lugar, a ação de informação define o plano das regras produtivas e articuladoras a partir das quais podem ser recortadas as possibilidades e alternativas de relacionamento entre duas ou mais informações ou documentos. Pode-se chamar a este plano que regula e orienta as operações de relação que tem como núcleo um valor de informação, ‘metainformação’. É este recorte que estipula o domínio relacional ou o contexto a partir do qual um testemunho informacional pode desenvolver valores cognitivos (1999, p. 4)

Desta maneira uma rede daria sustentação e contexto à outra, sendo que

A informação, como operador de relação, liga ao mesmo tempo duas redes. Uma rede de informação ‘primária’, que remete a informação gerada intersubjetivamente em processos acionais e comunicativos sociais, e que vai constituir processos de geração de conhecimento e aprendizagem, e

uma rede de informação sobre a informação, ou rede de metainformação, que vai formar parte de processos de aferimento, avaliação e intervenção social que tem como objeto a própria informação em seus contextos de comunicação e de conhecimento (González de Gómez, 1999, p. 29).

Logo, o emprego de fontes outras que não somente as de caráter primário permitiria a construção do contexto em que é executada a análise documental.

Ainda sob o recorte da análise bibliográfica, tem-se a amplitude dos temas abordados. Por tratar-se de estudo com grande abrangência, uma vez que são analisadas as estruturas informacionais de inteligência do Estado norte-americano, vale resgatar a visão de GIL (1994, p. 71) para quem “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Na medida em que parcela significativa desse sistema de inteligência é sintetizada em fontes secundárias, os documentos de fontes primárias a serem observados são em menor monta.

A relevância das fontes secundárias deve-se ainda à particularidade do estreito vínculo de pesquisadores da área acadêmica estadunidense para com os serviços de inteligência. São comuns as publicações de estudiosos que em algum momento de sua trajetória profissional estiveram diretamente ligados à área, reproduzindo relatos e reflexões, em primeira pessoa, em que boa parte das fontes empregadas no estudo deu-se a partir do olhar direto do próprio autor. Muitas vezes essa participação direta na gestão permite pressupor um tom de oficialidade naquilo que tais autores produziram sobre a atuação dessas instituições, uma vez que estes tinham papéis relevantes nas mesmas. A título de exemplo podemos citar o próprio Sherman Kent. Ao escrever *Strategic Intelligence for American World Policy* em 1949, mais do que uma compilação de conhecimentos para a área, preparava uma obra conceitual que desse suporte teórico-procedimental a CIA, então em processo de criação. Outro expoente deste campo de pesquisas seria Michael Herman, com seu clássico livro *intelligence power in the peace and war* (1996). Ao descrever os mecanismos do sistema de inteligência dos EUA e da Inglaterra, Herman fala do lugar de um profissional que trabalhou vários anos nas agências britânicas, tais como a *Government Communications Headquarters – GCHQ* e o *Defence intelligence Staff*, sendo posteriormente secretário do *Joint Intelligence Committee*. Com a estreita relação entre os serviços ingleses e norte-americanos, Herman

delineia os processos e conceitos que norteiam essas instituições tendo provavelmente ajudado a desenhar parte desses mesmos processos.

Outra expressão do vínculo acadêmico com a formulação de políticas públicas nos Estados Unidos são centros de estudos tais como a *RAND Corporation*, que foram criados com a finalidade de produzir investigações sobre a área de inteligência e defesa, dentre outros temas, para subsidiar os cursos de ação praticados pelo Estado. Disciplinas como a de inteligência de imagens mediante o emprego de satélites tiveram seus conceitos originários desenvolvidos dentro dos muros da RAND. Formulações como as de Herman Kahn sobre *contenção nuclear* entre as potências, a partir da mútua capacidade de destruição, também tem sua origem neste centro de pesquisas, impactando as políticas de defesa e relações internacionais do governo norte-americano. Personagens como, Abram Shulsky<sup>9</sup>, Condoleezza Rice<sup>10</sup> e Donald Rumsfeld<sup>11</sup>, dentre outros, também trabalharam para a RAND Corporation na produção de conhecimento científico para dar suporte à construção de políticas estratégicas do Estado. Com o vínculo orgânico das organizações de pesquisa e dos intelectuais em relação às atividades de inteligência e defesa, constata-se que sua produção teórica, mais do que uma distante análise de um fenômeno, muitas vezes reflete sua participação direta na execução das políticas de Estado.

Mais um aspecto digno de menção refere-se à escolha dos Estados Unidos enquanto o modelo de estudos acerca das informações de inteligência e de seu emprego pelo Estado no campo das disputas de poder. Em termos metodológicos, o objeto de estudo deste trabalho envolve o sistema de inteligência dos Estados Unidos, e não o de outras nações, basicamente por dois fatores: relevância política e disponibilidade documental. Conforme sintetiza Marco Cepik (2001, p. 16) a importância do estudo do modelo norte-americano deriva do fato dos EUA serem a maior potência atual, possuidores do “mais complexo sistema de inteligência” do mundo. Sob o prisma da relevância para a compreensão das possibilidades informacionais das agências de inteligência e o seu papel no moderno contexto global, pouco adiantariam estudos sobre países periféricos no cenário político-

---

<sup>9</sup> Pesquisador da área de inteligência.

<sup>10</sup> Ex Secretária de Estado do governo de George W. Bush.

<sup>11</sup> Ex Secretário de Defesa do governo de George W. Bush sendo formulador de profundas mudanças doutrinárias na operação e emprego das forças armadas norte-americanas.

econômico, ou mesmo a realização de pesquisas sobre nações com o sistema de inteligência pouco desenvolvido. Os EUA são a potência hegemônica no presente contexto histórico, tendo também o maior aparato de inteligência. Em relação ao viés da disponibilidade documental, o modelo institucional estadunidense permitiria o acesso a diversas informações confeccionadas pelo Estado sobre essa temática. Com uma legislação de desclassificação de informações sigilosas relativamente efetiva, todos os anos diversos relatórios de inteligência são postos à disposição do público.

Este trabalho empregará algumas categorias analíticas, “sob as quais virão se organizar os elementos de conteúdo agrupados por parentesco de sentido” (LAVILLE, 1999, p. 219), de maneira que os documentos empregados tenham seu escopo analítico claramente definidos. Justifica-se esta prática em nome da produtividade do que será analisado. Conforme recomenda Marconi e Lakatos (2007, p. 176), “para que o investigador não se perca na ‘floresta’ das coisas escritas, deve iniciar seu estudo com a definição clara dos objetivos, para poder julgar que tipo de documentação será adequado às suas finalidades”.

Embora se reconheça a importância do estabelecimento de conceitos chave que norteiem a análise das fontes primárias e secundárias, cabe a ressalva de Gil (1994, p. 166) quando adverte que:

Nos delineamentos experimentais ou quase experimentais, assim como nos levantamentos, constitui tarefa simples identificar e ordenar os passos a serem seguidos. Já nos estudos de caso não se pode falar num esquema rígido de análise e interpretação.

Considerando-se que o presente estudo enfoca o emprego da informação de inteligência por parte dos Estados Unidos enquanto subsídio para a disputa de poder nas relações internacionais, é inerente ao mesmo a presença de grande número de conceitos complexos. Na medida em que as agências de inteligência são fornecedoras de informações ao Estado, as mesmas compõem diversas situações e tratam de assuntos bastante diversos. Assim, embora tentemos abordar os recortes fundamentais com que foi percorrida a análise bibliográfica e documental, será natural que nos deparemos com conceitos relevantes no decorrer dos capítulos, que serão tratados topicamente. Ao contrário da maior parte das pesquisas em Ciência da Informação em que o construto teórico é anterior aos procedimentos metodológicos e a análise, a pesquisa terá a análise junto à construção teórica

motivo que antecipa o capítulo de procedimentos metodológicos. Assim sendo, os próximos capítulos passarão as categorias a serem analisadas conforme o problema e os objetivos.

Cabe salientar que o conjunto dos temas a seguir são mais bem detalhados no capítulo seguinte:

*Informação de inteligência*- São os conhecimentos obtidos, analisados e avaliados para dar suporte ao tomador de decisões. Podem ter característica enciclopédica, em que os dados pouco mudam, como o censo populacional de um país. Também podem ser *correntes*, em que são atualizadas as informações de cunho enciclopédico a partir da coleta de informações atualizadas. Por fim, existem as *estimativas*, que tentam estabelecer cenários e tendências futuras (KENT, 1967). Como peculiaridade, a informação de inteligência versa sobre temas em que existe o conflito entre “vontades antagônicas”, como segurança, conflitos militares e relações internacionais (CEPIK, 2003). Outro aspecto digno de registro envolve a “acionabilidade” da informação, ou seja, ela tem que ser útil para prevenir eventos da realidade (CLARK, 2004).

*Desinformação*- Tem por meta o fornecimento de informações distorcidas ao adversário, induzindo-o a tomar decisões de maneira a prejudicar os seus próprios interesses (HERMAN, 1996). Para isso são utilizados ardis, propaganda negra e cinza, sobrecarga de ruído informacional, dentre outras técnicas, para que a conjuntura interpretada pelo inimigo seja distinta do real de fato.

*Segurança e controle*- São os meios empregados para proteger as informações colecionadas pelas agências de inteligência, bem como pelo restante do aparato estatal, de forma a preservar as vantagens deste ante outros Estados concorrentes, bem como setores sociais discordantes. O controle informacional diferencia-se da segurança pelo quesito amplitude. O Estado controla a partir do momento em que tem amplo acesso a um grande montante de informações dentro da realidade em que existe. No atual contexto do Estado informacional, a necessidade de obter conhecimento é considerada como fundamental à própria existência do Estado (Braman, 2006).

*Emprego governamental*- Compreende a utilização dada pelo Estado às informações de inteligência. Em geral esse tipo de conhecimento é utilizado em

situações conflitivas, sendo historicamente derivado da diplomacia, das relações bélicas e da segurança interna (HERMAN, 1996, CEPIK, 2003). O produto informacional de inteligência é mais bem aproveitado quanto mais está associado ao núcleo de funções coercitivas do Estado (CEPIK, 2003).

### III- CONCEITOS E SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA

Tinha-se que viver – e vivia-se por hábito transformado em instinto – na suposição de que cada som era ouvido e cada movimento examinado, salvo quando feito no escuro.

George Orwell<sup>12</sup>

A atividade de inteligência vem sendo frequentemente confundida ao longo do tempo com a prática de espionagem. Isso se justifica porque historicamente as organizações de inteligência são relativamente recentes, em torno de um século, enquanto a prática de espionagem existe há mais de dois mil anos. A espionagem, definida como roubo de informações sobre um adversário, encontra-se associada às primeiras civilizações humanas, existindo diversas pesquisas que mencionam trechos da Bíblia, em que Moisés empregaria espiões em busca da “terra prometida”. Outra passagem bastante mencionada diz respeito ao general chinês Sun Tzu, que viveu em cerca de 500 a.C., e sua clássica obra a “Arte da Guerra”, em que o décimo-terceiro capítulo preconiza o emprego de espiões. Contudo, em que pesem as menções históricas, inteligência enquanto atividade institucionalizada pelo Estado é uma invenção contemporânea, com uma amplitude de funções, bem maior do que tão somente a espionagem de outrora. Assim como os Estados foram mudando e adaptando-se com o decorrer do tempo, novas facetas também foram sendo agregadas a essa atividade ao ponto de atualmente existirem complexas organizações, empregando milhares de profissionais, desenvolvendo funções distintas e sofisticadas. Tais organizações tornaram-se os olhos e ouvidos do Estado em questões relativas à segurança, guerra e relações internacionais.

Como o presente trabalho pretende compreender o papel informacional desses serviços de inteligência em relação ao Estado, analisando o exemplo norte-americano, primeiramente se faz necessário entender quais as visões predominam sobre o conceito, sua estrutura, bem como quais métodos são empregados para

---

<sup>12</sup> ORWELL, George. 1984. São Paulo: Nacional, 1984. Trecho da página 8.

coletar informações e produzir conhecimentos. Para isso, neste capítulo são empregados documentos doutrinários das agências e literatura produzida por especialistas em inteligência de Estado. Vale salientar mais uma vez que, devido ao secretismo inerente às instituições da área, grande parte dos relatos que adentram e explicam o funcionamento e os principais conceitos dessa atividade são produzidos por pessoas oriundas do meio. Tais indivíduos foram buscar no ambiente acadêmico o rigor metodológico e a orientação teórica para a produção de estudos que de fato auxiliem na melhor compreensão da temática.

### **3.1 Conceito de Inteligência de Estado**

Com a consolidação do Estado nação, entre o limiar do séc. XIX e o início do séc. XX, as principais potências europeias iniciaram a estruturação de seus serviços de inteligência. Sob a baliza de agitações sociais internas, como o crescente movimento operário, ou sob o marco das guerras e conflitos externos entre potências (CEPIK, 2003), cujos exércitos vinham se tornando cada vez mais sofisticados e mortíferos, a premência por informações que subsidiassem a tomada de decisões dos governantes no campo dos conflitos tornou-se decisiva aos gestores do Estado. Neste sentido, pode-se afirmar que o processo de institucionalização estatal da atividade de inteligência remonta a três esferas (HERMAN, 1996, p. 16-32; CEPIK, 2003, p. 91-102):

a) *Guerra*- Com a revolução francesa e a modernização dos exércitos provocada pelo conceito do estado maior napoleônico, o campo de batalha tornou-se algo cada vez mais complexo, ao gerar a necessidade da criação de especializações dentro das forças armadas focadas na obtenção de informações sobre o adversário. Com o decorrer do tempo, tais necessidades informacionais tiveram seu escopo ampliado, passando do nível tático<sup>13</sup>, em que se buscava conhecer o posicionamento do adversário no campo de batalha, o plano de emprego de tropas, bem como seu curso de ação, para o nível estratégico, em que questões como desenvolvimento de armas, tamanho populacional, características psicológicas dos líderes inimigos, dentre outros quesitos, são também considerados itens informacionais relevantes;

---

<sup>13</sup> *Tática*: (<grego: *taktiké* ou *téchne* = arte de manobrar [tropas]) é qualquer elemento componente de uma *estratégia*, com o objetivo de alcançar a meta desejada num empreendimento qualquer. Em uma simplificação, a tática seria o conjunto de passos desenvolvidos rumo ao objetivo maior, que seria a estratégia.



b) *Diplomacia*- a partir das primeiras representações entre unidades políticas, estas passaram a se utilizar da presença formal dentro de outros países para obter conhecimento estratégico sobre os mesmos, principalmente em relação ao processo decisório envolvendo os atores adversários. Como várias informações relevantes são protegidas pelos governos, necessitou-se de métodos heterodoxos para sua obtenção, tais como suborno, chantagem, vigilância clandestina etc. Foi surgindo, portanto, a necessidade de se empregar pessoal especializado, tendo em vista que tais métodos são pouco peculiares às atividades afeitas aos embaixadores e ao corpo diplomático em geral. Além disso, seria constrangedor aos países terem seus embaixadores constantemente acusados de práticas ilegais, na medida em que representam formalmente o seu Estado de origem no exterior.

c) *Policiamento político*- Com o avanço do capitalismo liberal e com o deslocamento de uma ampla massa camponesa para as cidades e uma jornada de trabalho de até dezesseis horas diárias, os conflitos entre as classes sociais espalharam-se pelo continente europeu. Diversos regimes autocráticos, a exemplo do czarista russo, viram-se ameaçados por anarquistas, comunistas e socialistas que tiveram papel ativo na estruturação do movimento sindical e dos partidos operários. Foram criados então serviços de segurança interna, como é o caso da *Okhrana*<sup>14</sup> russa, que tinham como principal função obter informações sobre os adversários do governo dentro do território nacional, ou mesmo no exterior em casos de exílio (FISCHER, 1997). Esses serviços lidavam com seus próprios cidadãos, vendo estes como inimigos ante os interesses do Estado.

É importante a compreensão sobre o processo histórico de institucionalização da atividade de inteligência, a partir das questões relativas à diplomacia, à polícia política e à guerra, na medida em que nos permite identificar dois componentes fundamentais que a caracterizam: a) a presença de adversários, dos quais se necessita obter informações com vistas a melhor combatê-los, maximizando as chances de ação do Estado; b) a necessidade do desenvolvimento de técnicas e métodos exclusivos por parte de órgãos especializados (CLARK, 2004, p. 13), uma vez que as informações a serem obtidas são naturalmente protegidas por seus proprietários.

---

<sup>14</sup> Em russo Охранное отделение, *Okhrannoie otdeleniie*. Departamento de Segurança.

Todavia, diversas são as abordagens e definições sobre a atividade de inteligência, sendo sua conceitualização objeto de amplos debates. A partir de uma visão generalista, inteligência remontaria centralmente a descrição de um processo informacional, sendo considerada “[...] como uma coleção de informações filtrada, destilada e analisada” (ROEDEL, 2005, p. 80). Ou seja, tem como marco definidor a coleta, o processamento e a produção analítica sobre temáticas relevantes aos tomadores de decisões, sejam estes políticos dentro da máquina do Estado ou executivos e empresários na disputa de mercado, por exemplo. A partir desta lógica, infere-se que qualquer organização poderia ter o seu próprio serviço de inteligência.

Percebem-se, no entanto, definições mais restritas desse conceito. Para Sherman Kent, um dos fundadores do escritório de produção de estimativas da inteligência norte-americana, o *National Intelligence Council – NIC*, as organizações dessa área são instituições voltadas especificamente para os interesses do Estado, de maneira a “obter informações vitais à sua própria sobrevivência” (KENT, 1967, p. 8). Esse enfoque delimita bastante a temática, já que parte do pressuposto que inteligência é feita pelo Estado e para preservar os interesses do próprio Estado. Sua definição também carrega implicitamente uma restrição quanto aos temas de interesse a serem acompanhados, na medida em que as informações a serem obtidas devam estar associadas à sobrevivência do Estado. Kent (1967, p. 8) também apontaria para as dificuldades em se obter as informações protegidas por um adversário e a necessidade do emprego de métodos específicos para tal:

Tratando outra vez da procura de conhecimentos sutis, defrontamos freqüentemente com grandes obstáculos em nosso caminho. Essas barreiras são propositalmente colocadas por outras nações e, para ultrapassá-las, torna-se necessário o emprego de métodos em geral não familiares a qualquer pessoa. Nesses métodos está compreendida uma terceira espécie de extensão, a que conduz ao campo das investigações clandestinas (1967, p. 8).

Desta forma, inteligência é uma função típica de Estado, sendo empregada em temas “fundamentais”, e possuiria técnicas específicas ou exclusivas, que a diferenciariam de outras disciplinas do conhecimento. Dentro do campo denominado *intelligence studies*<sup>15</sup>, autores como Godson (2004, p. 01), definem inteligência a partir de sua origem, ou seja, como “[...] a informação que é adquirida, explorada e protegida pelas atividades de organizações especificamente estabelecidas para este

<sup>15</sup> Campo acadêmico de origem anglo-saxã que estuda as instituições de inteligência e suas atividades.

propósito<sup>16</sup>”. Sob este prisma, o elemento determinante quanto à caracterização dessa atividade seria a sua origem nas organizações estatais especializadas para esse fim. Também são encontradas definições buscando precisar o conceito a partir dos assuntos a serem coletados, para as quais, inteligência seria a “[...] informação secreta que é coletada sobre um País estrangeiro, especialmente um País inimigo” (OXFORD DICTIONARY, 2000, p. 676). Além do recorte temático percebe-se o foco na coleta de informações sobre um adversário, particularmente sobre o “inimigo”. Sob este escopo, percebe-se um emprego extremamente restrito do conceito de inteligência.

Corroborando e ampliando a visão sobre a temática relativa ao conflito, bem como no tocante à origem estatal, Clark (2004, p. 13) define inteligência como a ação desempenhada por órgãos singulares com vistas a suprir necessidades de conhecimento dos Estados em temas essenciais à sua sobrevivência, como guerras e rebeliões. Neste sentido, os temas a serem acompanhados seriam relacionados ao conflito, ao enfrentamento entre litigantes, sejam estas ideias ou interesses.

Cepik esclarece a questão do confronto entre atores, ampliando o escopo contido nesta definição, em que

Inteligência lida com o estudo do “outro” e procura elucidar situações nas quais as informações mais relevantes são potencialmente manipuladas ou escondidas, em que há um esforço organizado por parte de um adversário para desinformar, tornar turvo o entendimento e negar o conhecimento. Os chamados serviços de inteligência de segurança (security intelligence) têm muitos alvos puramente domésticos, mas mesmo estes compartilham a condição de “outro” aos olhos do arcabouço constitucional e da ordem política constituída (2003, p. 109).

Primeiramente o autor chama a atenção para a ação desse adversário, que não somente protege sua informação, como também “manipula”, “turva”, enfim, “desinforma”. Assim, mais do que obter o dado sigiloso, deve-se ter instrumentos capazes de elucidar a sua veracidade. Outra importante faceta posta no conceito de Cepik versa sobre a questão do “outro”, cujo desdobramento envolve o emprego restrito dessa atividade à esfera estatal. A definição traz em si um alerta quanto ao emprego indiscriminado da atividade por segmentos outros que não o Estado nas áreas de defesa, relações internacionais e segurança interna. Se inteligência provém do Estado, herdando os métodos, princípios e objetivos empregados por este, corre-

---

<sup>16</sup> Intelligence is information that is acquired, exploited, and protected by the activities of organizations specifically established for that purpose. (Tradução nossa).

se o risco de tratar como o “outro” um simples concorrente comercial, em que a disputa é legítima e a espionagem não justificável. Aspectos como o sigilo de comunicações podem ser flexibilizados sob a lógica da defesa do Estado e da nação, não obstante sob o recorte das disputas comerciais entre empresas, os interesses envolvidos não são tão amplos para abarcar tais ações sob o marco da lei e da constituição.

Esse descompasso no exercício da simples transposição mecânica do conceito de inteligência de Estado para a área privada, sem a correta compreensão das prerrogativas governamentais, pode provocar desvios de finalidade nas atividades no contexto empresarial. Choo (2003, p. 201) aborda o problema, preconizando que:

Os custos econômicos e políticos combinados da espionagem industrial ou de outro tipo de roubo clandestino de informação não podem ser justificados quando comparados com os benefícios da recolha de inteligência a partir de fontes abertas.

Apesar da ampla discussão em termos conceituais entre inteligência governamental e inteligência competitiva, que incluem as esferas públicas e privadas, optamos, na presente pesquisa, trabalhar com o recorte mais restrito da atividade de inteligência, em que esta seria demarcada pela origem estatal e na qual a temática a ser acompanhada envolve segurança, diplomacia e defesa, a essência conflitiva entre os atores envolvidos. Brito (2006, p. 23) argumenta que:

[...] os organismos de inteligência estatais buscam reduzir a incerteza em um conflito entre Estados, ou entre o governo e a sociedade, obtendo informações que o oponente trabalha propositalmente para impedir ou negar o acesso, tal como o número de tropas envolvidas em uma batalha ou as decisões estratégicas de um governo. De modo amplo, inteligência pode ser sintetizada como a busca das informações negadas ou protegidas pelo adversário aos interesses do Estado.

Neste sentido, o funcionamento de tais organizações obedeceria a um conjunto de atividades envolvendo a coleta, análise e disseminação da informação, bem como a esfera territorial em que tais processos acontecem.

### **3.2 Campos da atividade de inteligência de Estado**

A atividade de inteligência no decorrer do século XX foi adquirindo um elevado grau de complexidade organizacional, principalmente a partir da segunda metade. Com o emprego de múltiplas tecnologias para espionagem, tais como:

satélites, aviões para coleta de imagens e interceptação de sinais, antenas de longo alcance, filtros de redes, dentre outras ferramentas informacionais, diversas organizações ou setores foram criados para gerir esses tipos de dados. Além disso, com o grande volume de informações coletadas pelo aparato tecnológico disponível, também foram criadas organizações responsáveis em promover a junção dessas informações, concatenando os conhecimentos obtidos a partir de múltiplos suportes.

Interessante notar que a estrutura da comunidade de inteligência estadunidense, cuja documentação será foco desta pesquisa, prevê organizações específicas para diversas das disciplinas de inteligência surgidas em anos recentes, sendo grandes impulsionadores do emprego massivo de tecnologia para coleta de dados. Conforme anteriormente discutido, essa amplitude de processos de inteligência desenvolvidos pelo Estado norte-americano é uma das justificativas para que este seja analisado em detalhes, uma vez que é emblemático em relação aos paradigmas dessa temática.

Neste sentido, vale destacar que essa amplitude do espectro informacional, acompanhada pelo desenvolvimento institucional de novas agências de inteligência, bem como pelas recentes demandas analíticas, trouxeram à cena novas tarefas e novas instituições com suas especialidades, que ora passamos a analisar.

### **3.2.1 Organização por funcionalidade**

Primeiramente é preciso compreender os aspectos característicos envolvidos na atividade de inteligência, a partir dos processos de trabalho relacionados. Várias organizações de inteligência surgiram do agrupamento de especialistas em determinadas funções, sejam estas de coleta ou analíticas. Os níveis de especialização estão associados à dimensão da área dentro do Estado, em que fatores como a relevância informacional e a disponibilidade de recursos financeiros são determinantes. Diversos países do mundo, por exemplo, não possuem coleta de imagens satelitais própria, uma vez que o lançamento de satélites com essa finalidade tem um grande custo. Por outro lado, nações de pequeno porte como Israel, que enfrentam conflitos permanentes, tendem a investir em setores especializados nos distintos campos da área e a empregar mais intensivamente a tecnologia disponível, a exemplo da coleta de imagens<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> A classe de satélites denominada Ofek, cujo último modelo foi lançado em 21/06/2010, voltada para coletar imagens sobre o Irã, são o exemplo do desenvolvimento desta disciplina de coleta de

Um dos recursos que mais nos auxilia na compreensão do processo de produção de inteligência é o entendimento sobre o chamado “ciclo de inteligência”. O ciclo permite identificar os processos pelos quais os dados coletados atravessam até chegar aos usuários finais, o valor que lhe é agregado, bem como as etapas do seu percurso nos processos de coleta e análise dos dados.

### 3.2.1.1 Ciclo de inteligência

O ciclo de inteligência constitui-se como um conjunto de etapas e processos que vão da identificação das necessidades do cliente até a entrega do produto final, sendo que suas etapas variam de acordo com a definição conceitual adotada. Autores como Lodi (2005, p. 133) e Marcial (2005, p. 244) compreendem o processo informacional de inteligência como um conjunto de quatro momentos compostos por: a) Planejamento e direcionamento; b) Coleta; c) Análise; d) Disseminação. Outro ponto de vista é apresentado por Herman (1996, p. 39) e Cepik (2003, p. 34), que adotam como centralidade dentro do processo de inteligência os instantes da coleta e da análise, reduzindo a representatividade das outras etapas.

Para efeitos deste trabalho, utilizaremos a visão adotada pelo *Federal Bureau of Investigation*<sup>18</sup> – FBI, bem como por outras agências estatais norte-americanas (CLARK, 2004, p. 14) quando são considerados seis momentos dentro do ciclo de inteligência: a) *Requerimento*- Inicia o processo de inteligência; as demandas do gestor são transformadas pelo profissional da área em requerimentos a serem atendidos; b) *Planejamento*- Circunstância em que são direcionadas as demais etapas do ciclo, estabelecendo-se metas e resultados a serem alcançados. Também são eleitos os formatos documentais que serão fornecidos ao governante, bem como determinados os lapsos temporais disponíveis para a entrega do produto; c) *Coleta*- Momento em que os dados e informações são obtidos a partir de diferentes fontes informacionais; d) *Processamento*. Relaciona-se com o tratamento, a organização e o agrupamento das informações recolhidas; e) *Análise*- Envolve a extração de padrões, significados, relações, inferências e constatações, a partir do conjunto de

---

inteligência dentro de Israel. Desenvolvidos pela empresa Israel Aerospace Industries – IAI, até o momento já foram lançados nove satélites desta classe, com o propósito de coletar imagens. Maiores informações podem ser encontradas junto à imprensa especializada, no site: <[http://www.brasilwiki.com.br/noticia.php?id\\_noticia=27377](http://www.brasilwiki.com.br/noticia.php?id_noticia=27377)>, bem como no endereço eletrônico da própria empresa: <<http://www.iai.co.il/22031-en/homepage.aspx>>.

<sup>18</sup> Escritório Federal de Investigação. (Tradução nossa).

informações coletadas sobre o tema requerido; f) *Disseminação*- Consiste na disponibilização do produto analítico final ao cliente.

Cabe salientar que a analogia utilizada a partir do conceito de “ciclo” de inteligência procura representar um caráter processual permanente, em que ao demandar e posteriormente receber as informações desejadas, o cliente modifica seu panorama informacional, apresentando novas necessidades que, por sua vez, fazem com que o processo continue infinitamente. Além disso, conforme a urgência da situação ou a velocidade com que a conjuntura modifica-se, as interações desse processo podem ser aceleradas, suprimindo-se etapas. Dir-se-ia que o uso da representação do ciclo de inteligência constitui-se mais como um elemento facilitador da compreensão do processo informacional de inteligência do que propriamente da adequada e precisa descrição de como se desenvolvem as etapas afeitas à área.

No momento em que se analisa o processo de inteligência, faz-se notar que todos os momentos desse se relacionam direta ou indiretamente com a necessidade de atender com precisão a demanda do usuário final, o que não significa necessariamente afirmar que este será reentrevistado a cada nova inferência analítica ou coleta de dados. As fases do ciclo são definidas da seguinte forma por Krisan (1999; 2003):

a) *Requerimento*- Na primeira etapa, o momento do requerimento, basicamente constitui-se de levantamentos junto ao requerente em que se objetiva identificar as suas necessidades informacionais e, posteriormente, transformá-las em requisito informacional, ou seja, as aspirações do tomador de decisões são transformadas em quesitos técnicos para a posterior coleta de inteligência. Quando o requerimento é determinado, também é estabelecido se o conjunto das etapas seguintes será útil ou não. Basta uma interpretação equivocada sobre as pretensões do entrevistado e todo o conjunto de processos informacionais posteriores será inútil. Krisan (1999, p. 13) recomenda que inicialmente se utilizem as cinco indagações: o quê, quem, quando, onde, e por que. Com as respostas obtidas para essas questões, cabe transformar as necessidades identificadas em quesitos a serem obtidos mediante a coleta de inteligência.

b) *Planejamento*- Quando se inicia a etapa do planejamento, novamente as necessidades do usuário estão presentes, uma vez que é o instante em que se identificam os meios necessários para realizar as demandas informacionais do

gestor estatal. Conforme Brito (2006, p. 54) “é mediante o planejamento que se assegura que a inteligência produzida será utilizável, uma vez que o produto estará em conformidade com as necessidades identificadas anteriormente”.

O processo de planejamento contempla uma gama de momentos em que a compreensão das necessidades do cliente é fundamental. Nesse momento compreender o tempo disponível para o cliente e a realidade que o circunda pode ser considerado fundamental ao conjunto do processo. Outra etapa do planejamento diretamente relacionada ao usuário final é a determinação dos formatos de disseminação, em que:

As necessidades do governante são o elemento central nesse momento. Se este precisa de uma informação que possa ser sintetizada em uma frase, ou de um relatório em profundidade de centenas ou milhares de páginas, o produto deve ser adequado ao formato necessário. Ao se identificar o formato, também deve-se determinar o tipo e nível de linguagem empregada. A compreensão no nível cognitivo do público alvo, além de suas características culturais, é primordial. Quando se fornece um relatório de inteligência, o objetivo é a efetiva assimilação do mesmo pelo usuário final, e não o de impressionar este com os termos rebuscados, ou com os conhecimentos acadêmicos do analista. Se o relatório não é compreendido não é utilizável, não sendo, portanto, acionável (BRITO, 2006, p. 57).

Como se infere, a capacidade de identificar as necessidades do usuário, sua habilidade de manuseio da informação, o seu nível cultural e cognitivo, bem como a realidade que o circunda são aspectos fundamentais à atividade de inteligência no momento do planejamento do processo.

c) *Coleta*- A etapa da coleta está relacionada às fontes de informação que serão úteis às demandas informacionais apresentadas, considerando os critérios identificados nas etapas anteriores. A partir da determinação de prioridades do usuário, ao se localizar um dado muito relevante, são desconsideradas as outras etapas do ciclo de inteligência e o conhecimento obtido é repassado diretamente ao requerente, muitas vezes sem qualquer acréscimo analítico.

d) *Processamento*- O processamento da informação coletada é direcionado pelas características do demandante. Por exemplo, se a informação está em uma língua estrangeira que o cliente não domina, será traduzida; se o formato do dado coletado é inadequado à sua necessidade, como uma entrevista em áudio, esta será transcrita e apresentada em papel. O processamento disponibiliza a informação coletada em condições de ser analisada e mesclada com outras fontes. Parcela



significativa do processo de lapidar a informação será pautada pelas demandas informacionais do cliente, bem como por sua apropriação do tema e características cognitivas.

e) *Análise*- As informações coletadas nesta fase serão mescladas produzindo um panorama mais completo e complexo dos temas em investigação. Quesitos como rapidez, utilização de jargões técnicos, profundidade analítica, dentre outros, são empregados, ou não, de acordo com as necessidades. Conforme a urgência ou as prioridades do demandante, a análise pode ser aprofundada ainda mais, ou mesmo interrompida subitamente com vistas à entrega imediata. Existem diversos tipos de produtos analíticos que serão aprofundados em tópico específico.

f) *Disseminação*- A etapa final, da disseminação do produto analítico, é o momento em que o requerente participa diretamente do fluxo informacional de inteligência, em que existe a oportunidade de se verificar o grau de relevância do conhecimento entregue. Nesta etapa provavelmente o solicitante efetuará novas demandas e o ciclo de inteligência se reiniciará. Também é o momento adequado para tentar identificar se o formato, conteúdo e tempo do produto fornecido foram adequados (KRISAN, 1999).

No tocante às etapas do ciclo de inteligência, dois momentos determinarão a estruturação de organizações específicas em tais atividades: a coleta e a análise. Como este tópico objetiva compreender as organizações da área que são derivadas de suas funcionalidades e seus processos específicos também serão então agregadas mais duas definições. Assim, além destas duas etapas, Godson (2004, p. 01) acrescenta mais dois outros momentos determinantes do ciclo de inteligência aos já citados coleta e análise, o autor acrescenta a contra-inteligência e as ações encobertas. Estas duas últimas, embora não componham parte dos processos relativos ao ciclo de inteligência, existem para cumprir funções específicas.

#### 3.2.1.1.1 Coleta

A coleta consiste na obtenção de informações que sirvam ao usuário final, tanto mediante o emprego de fontes ostensivas quanto por meios clandestinos. Tal qual uma biblioteca, um arquivo ou um centro de informações formam seu acervo com livros, imagens, mapas, gravações ou documentos públicos para atender aos seus usuários. O mesmo também ocorre com as organizações de inteligência, que

empregam todos os meios para coletar informações passíveis de serem encontradas em fontes públicas, todavia também procuram obter segredos ou informações que um adversário tenta proteger, sendo este um dos seus diferenciais. Pelo tipo de informação a ser coletada existem características bastante específicas nesse processo. À medida que a tecnologia disponível à área foi sendo ampliada, foram criadas instituições ultra-especializadas em modalidades específicas de coleta de informações.

O elemento que distingue as disciplinas de coleta envolve o conjunto de técnicas utilizadas. Existe um espectro que vai de meios envolvendo a atividade humana, como o recrutamento de informantes, até o emprego exclusivo de tecnologia, como se dá no caso dos satélites para captura de imagens. Dentro do ambiente anglo-saxão, particularmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, os distintos segmentos de coleta de dados são agrupados, principalmente, nas seguintes disciplinas: (CEPIK, 2003, p. 35; CLARK, 2004, p. 99; HERMAN, 1996, p. 61):

a) *Humint* (human intelligence<sup>19</sup>)- Inteligência coletada mediante a utilização de fontes humanas, ou seja, “é a inteligência obtida das pessoas<sup>20</sup>” (HERMAN, 1996, p. 61). Tais coletores são definidos pela doutrina militar norte-americana como “uma pessoa que é treinada para coletar informações de pessoas com o propósito de responder demandas<sup>21</sup>” (Department of the Army, 2010, p. 7-1). Infere-se que o dado coletado necessita, portanto, ser validado em algum momento por um agente estatal que pertença direta ou indiretamente ao organismo de inteligência envolvido. Embora as fontes humanas possam ser muitas, terão que ser legitimadas pelos serviços responsáveis em algum momento do processo. Vale mencionar que por lidarem com questões de ordem subjetiva, pretensões e planos de indivíduos, as fontes humanas devem ser avaliadas constantemente. A garantia da qualidade da informação é algo que irá exigir uma gama de procedimentos específicos, tais como o emprego de avaliações quantitativas acerca da fonte e da própria informação (PLATT, 1967, p. 239).

<sup>19</sup> Inteligência humana. (Tradução nossa).

<sup>20</sup> Humint is intelligence obtained from people. (Tradução nossa).

<sup>21</sup> A HUMINT collector is a person who is trained to collect information from individuals (HUMINT sources) for the purpose of answering requirements. (Tradução nossa).

Compreendem-se como meios de obtenção de dados, entrevistas, ligações com outras organizações de inteligência, coleta clandestina de informações, rede de informantes, obtenção de segredos técnicos. De acordo com a visão de Herman (1996, p. 63), existe uma escala de importância em relação à inteligência obtida por fontes humanas na qual, do meio de coleta menos relevante a mais relevante, ter-se-ia a seguinte sequência: 1. observadores casuais, especialistas e peritos; 2. refugiados; 3. contatos comerciais; 4. interrogatório de prisioneiros de guerra; 5. informantes clandestinos ocasionais; 6. oponentes políticos, exilados e governos alternativos; 7. traidores ou espões; 8. agentes de inteligência produzindo informes locais.

Abaixo podemos observar a pirâmide de valor proposta por Herman:

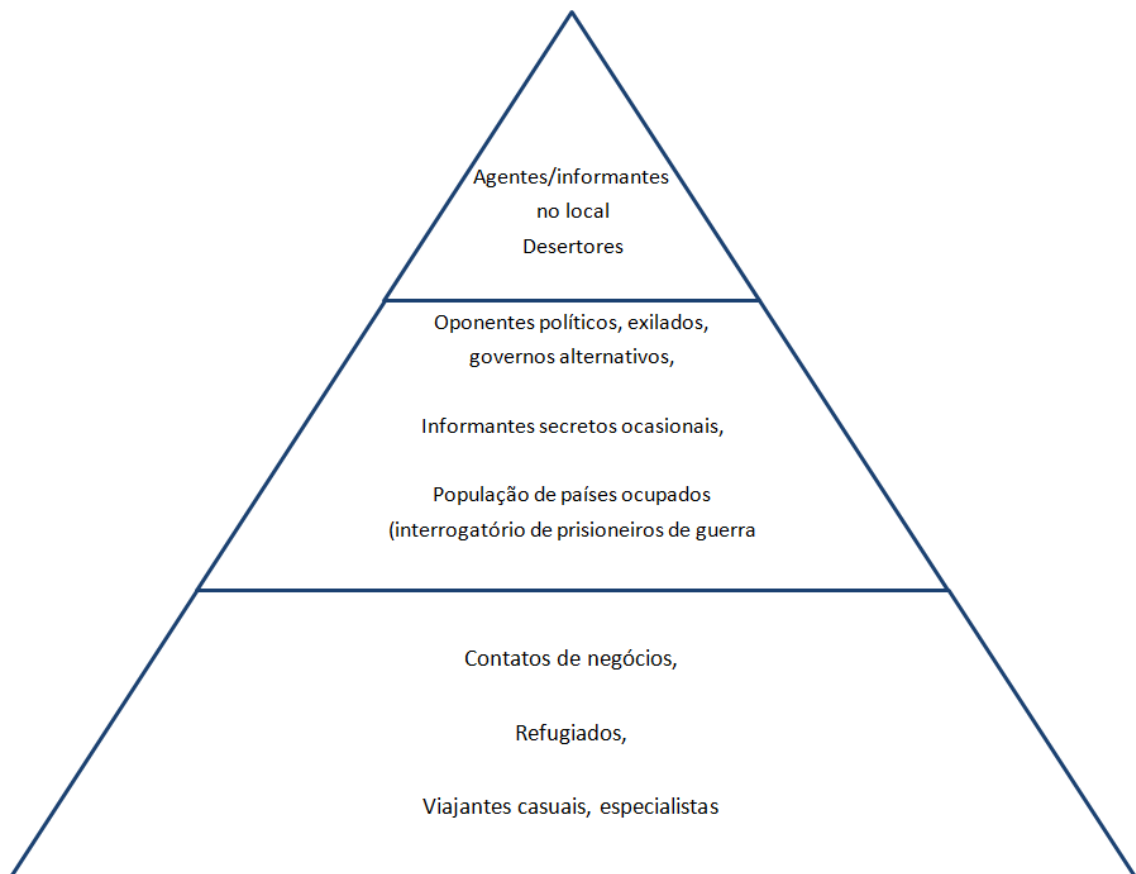


Figura 1. Escala de valor em Humint  
Fonte: Adaptação de Herman (1996)

Dessa escala podemos inferir que quanto mais diretamente envolvida está a fonte fornecedora temática investigada, mais relevante será considerada tal fonte. Contudo, o recrutamento de pessoas com elevado nível de acesso aos segredos de Estado constitui-se como um grande desafio. As dificuldades provêm da necessária

ruptura de lealdade para com o país de origem do espião, bem como das eventuais ações da contra-inteligência do Estado em questão. Se a informação é relevante o suficiente para que se tente roubá-la, provavelmente seu proprietário a considere relevante o suficiente para que seja bem protegida.

Com o avanço tecnológico empregado em outros meios de coleta, tais como a inteligência de sinais e de imagens, o espaço outrora predominante das agências especializadas em fontes informacionais humanas teve que ser dividido, o que em termos relativos pode significar perda de espaço institucional. Além das disciplinas de coleta terem investido massivamente em novas tecnologias, os meios de comunicação tornaram-se onipresentes, assegurando maior efetividade nesse tipo de coleta de dados. Em dado momento existiu o discurso de que as fontes humanas estariam ultrapassadas ou relegadas a segundo plano. É muito mais fácil ao Estado realizar a interceptação de fluxo de dados do que recrutar ou posicionar um agente dentro de uma organização adversária. Contudo, a partir da década de 1970 (SHULSKY; SCHMITT, 2002, p. 34), e posteriormente com os eventos terroristas, como o *11 de setembro de 2001* ocorrido nos Estados Unidos, diversos setores dentro dos Estados voltaram a reforçar a necessidade da *humint* enquanto instrumento privilegiado para obtenção de inteligência. Ao viver um contexto de guerra assimétrica, com um inimigo habitando locais de difícil acesso, como o interior do Afeganistão, ou vilarejos iraquianos, falando dialetos e línguas pouco conhecidas no ocidente, como o *pastum*<sup>22</sup> e o persa e, sobretudo, empregando pouca tecnologia como celulares e computadores, os meios tecnológicos viram sua empregabilidade reduzida. Para descobrir as pretensões humanas em um ambiente de baixa tecnologia, bem como ter acesso a tribos e comunidades fechadas, o recrutamento de indivíduos pertencentes à população local torna-se aspecto crucial para o sucesso da coleta de informações.

b) *Sigint* (signals intelligence<sup>23</sup>)- É o meio de coleta de inteligência que mais teve crescimento em sua relevância durante o decorrer do século XX (HERMAN, 1996, p. 66). É obtida pela interceptação de comunicações entre pessoas por meio de ondas eletromagnéticas, também conhecidas como sinais (SHULSKY; SCHMITT, 2002, p. 27), sendo tais ondas na atualidade convertidas em bytes, que trafegam por

---

<sup>22</sup> Dialeto falado pelos pastuns, o maior grupo étnico afegão.

<sup>23</sup> Inteligência de sinais. (Tradução nossa).

redes informatizadas. Envolve também a capacidade de decodificar ou descriptar os sinais interceptados, de forma a que se tornem inteligíveis. Compreende as interceptações de comunicações telefônicas, rede de computadores (internet) e comunicações por rádio. Outra faceta da inteligência de sinais é a identificação dos equipamentos utilizados pelo adversário monitorado e a interceptação de comunicação entre as próprias máquinas. Esse meio de coleta é empregado para complementar “informações provenientes de outras fontes, sendo usado frequentemente para assinalar outros sensores para potenciais alvos de interesse<sup>24</sup>” (Department of the Army, 2010, p. 12-1). Dessa maneira, devido à enorme amplitude de comunicações que podem ser monitoradas a partir das tecnologias disponíveis, a interceptação de sinais pode prospectar amplamente a procura de eventuais incongruências nas comunicações entre as pessoas ou objetos, servindo como acionador para as demais disciplinas quanto à necessidade de buscar informações sobre dados, indivíduos, temas ou eventos.

Shulsky e Schmith (2002, p. 27) argumentam que a sigint é dividida em subáreas, que variam de acordo com o tipo de sinal eletromagnético interceptado, propondo o seguinte agrupamento: a) comint (communications intelligence<sup>25</sup>), baseada na interceptação de comunicações humanas, tais como mensagens de rádio e inteligência eletrônica. Permite identificar as pretensões e ações do adversário. Tal sistema tende a criptografar suas comunicações, a capacidade de quebrar tais cifras possibilita o acesso a informações com elevado grau de confidencialidade, tendo em vista que o adversário geralmente desconhece tal acesso; b) elint (electronic intelligence<sup>26</sup>), envolvendo a identificação de emissões de radiações oriundas de equipamentos de comunicações, sem a interação humana, a exemplo dos sinais emitidos por um radar. Com a identificação de tais assinaturas é possível caracterizar, por exemplo, o tamanho de um posto de comando do exército inimigo e as defesas empregadas; c) telint (telemetry intelligence<sup>27</sup>) consiste na identificação de comunicações telemétricas entre o maquinário empregado, seja em uma rede de computadores ou aparelhos receptores de rádio. Por padrão de

---

<sup>24</sup> Signals intelligence (SIGINT) provides unique intelligence information, complements intelligence derived from other sources, and is often used for cueing other sensors to potential targets of interest. (Tradução nossa).

<sup>25</sup> Inteligência de comunicações. (Tradução nossa).

<sup>26</sup> Inteligência eletrônica. (Tradução nossa).

<sup>27</sup> Inteligência de telemetria. (Tradução nossa).

funcionamento diversos equipamentos de comunicação emitem pequenos sinais entre si, de forma mecânica, que permitem, por exemplo, saber quando um pacote de dados pode ser enviado pela rede. Mediante a captura de tais ruídos pode-se mensurar a dimensão dos equipamentos em uso, viabilizando uma estimativa em relação ao quantitativo de pessoas envolvidas nos processos monitorados e ao tipo de atividade desempenhada. Por exemplo, uma grande central de comunicações, provavelmente, será empregada para atender as demandas comunicacionais de um grande contingente de pessoas, já uma conexão via internet com poucos megabytes de dados, tende a ser utilizada por poucos indivíduos.

A inteligência de sinais possui uma escala de relevância em relação às informações obtidas que, segundo Herman (1996, p. 71), do instrumento de coleta menos relevante ao mais relevante teria a seguinte sequência: 1. localização do lugar da transmissão, com a decorrente mensuração dos parâmetros de sinal; 2. análise de tráfego, possibilitando a reconstrução do layout de comunicações e a identificação das estações que lhe deram origem; 3. deciframento ou criptoanálise, consistindo em quebrar os códigos de criptografia do adversário pelo acesso ao conteúdo de suas comunicações sem que o mesmo saiba.

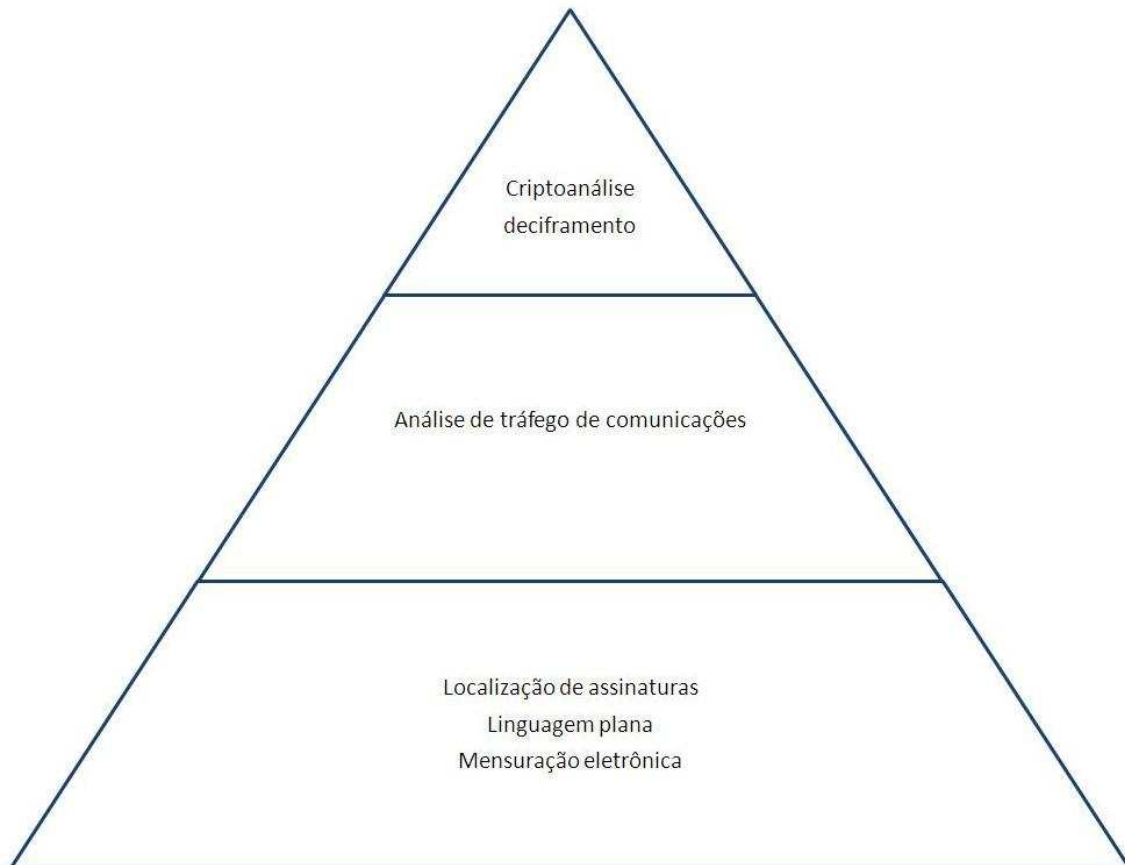


Figura 2. Escala de valor em Sigint  
 Fonte: Adaptação de Herman (1996)

A criptoanálise estaria no topo da pirâmide apresentada por Herman em função da maior capacidade que possui em obter informações secretas do inimigo. A exemplo da quebra das cifras alemãs na Segunda Guerra Mundial pela inteligência britânica (SINGH, 2001), tal deciframento permitiria acesso a um grande volume de informações confidenciais do adversário em nível tático e estratégico, sem que o mesmo tenha conhecimento. No exemplo em questão, a inteligência britânica conseguiu antecipar os movimentos alemães na batalha pelo controle do oceano atlântico, informando a marinha aliada dos deslocamentos de submarinos alemães (PATERSON, 2009, p. 115-146). Além disso, assegurou que sua campanha de desinformação sobre o ponto de desembarque aliado na Europa estava dando certo, vez que os militares alemães comunicaram-se a respeito (JUÁREZ, 2005, p. 265), certos da inviolabilidade do conteúdo de suas mensagens.

c) *Imint* (Imagery intelligence<sup>28</sup>)- Consiste na obtenção de fotografias ou de imagens de longa distância, de lugares ou objetos em que o acesso físico não é possível (SHULSKY; SCHMITT, 2002, p. 22). Ou seja, é a inteligência derivada da

<sup>28</sup> Inteligência de imagens. (Tradução nossa).

obtenção e interpretação de imagens fotográficas e multiespectrais. Tais imagens podem ser obtidas por meio de uma câmera fotográfica, passando pelo espectro de um radar e até mesmo por um satélite espacial (CLARK, 2004, p. 80). Embora o emprego de “evidências visuais para a produção de inteligência remontem aos desenhos feitos por oficiais militares em missões de reconhecimento” (CEPIK, p. 45, 2003), a *Imint*, enquanto moderna disciplina de inteligência deriva da junção das câmeras fotográficas com o emprego de aeroplanos quando da Primeira Guerra Mundial (HERMAN, 1996, p. 72).

Desde então esse sistema de coleta desenvolveu-se ininterruptamente. No período entre guerras, Inglaterra, Alemanha e França ampliaram a doutrina e emprego de reconhecimento aéreo, tentando obter informações sobre armamento, infraestrutura de defesa e mobilização de tropas dos eventuais futuros adversários (RICHELSON, 1995, p. 95-100). A partir do início da Segunda Guerra Mundial, as inibições do período de paz foram retiradas e o levantamento de imagens aéreas em terreno ocupado pelo adversário foi empregado amplamente. Com o desenvolvimento de setores especializados dentro das forças armadas envolvidas no conflito, mais do que os meios técnicos de coleta, tais setores aperfeiçoaram a capacidade de estimativa sobre as imagens obtidas. O suporte analítico de *Imint* passou a compor o planejamento rotineiro das operações militares (RICHELSON, 1995, p. 157-172).

O grande salto na área de inteligência de imagens deu-se a partir do início da Guerra Fria, com os Estados Unidos enfrentando dificuldades para a coleta de informações sobre a União Soviética a partir de fontes humanas e fontes abertas, uma vez que dados e estatísticas eram falseados pelo Estado (SHULSKY; SCHMITT, 2002, p. 23). Até meados de 1960, os norte-americanos utilizaram aeronaves com capacidade de voos em grande altitude, tal como o avião especializado U2, para a obtenção de imagens do território soviético. No entanto, com a capacitação dos soviéticos em derrubar tais aparelhos, culminando com a derrubada de um destes em 1960<sup>29</sup>, tem-se um novo momento no segmento de

---

<sup>29</sup> O incidente ocorreu em 01 de maio de 1960, na gestão do presidente estadunidense Dwight D. Eisenhower e de sua contraparte soviética, o primeiro-ministro Nikita Khrushchev. O avião espião foi abatido dentro do espaço aéreo soviético, embora o governo norte-americano tenha negado o incidente a princípio. Com a captura do piloto da aeronave, Francis Gary Powers, tornou-se impossível o uso da negação plausível. Como o incidente ocorreu a duas semanas de um encontro de cúpula entre as potências, a ser realizado em Paris, o evento causou grande constrangimento ao



*Imint* (CEPIK, 2003, p. 46). Com o projeto de satélite CORONA, então patrocinado pela CIA, os EUA passaram a obter informações do território soviético a partir do espaço. Com o sucesso do programa, o aumento do volume de imagens a serem analisadas e o aparato tecnológico empregado, o governo decidiu criar, ainda em 1960, uma agência específica para *Imint*, denominada National Reconnaissance Office – NRO (RICHELSON, 1995, p. 297).

Pouco depois, em 1962, os soviéticos seguiram os norte-americanos e lançaram seu primeiro satélite voltado para *Imint*, cujo programa foi batizado como ZENIT, ampliando assim o número de países que operavam com inteligência de imagens. (RICHELSON, 1995, p. 300). Considerando-se o custo envolvendo a utilização de satélites, atualmente poucos países possuem agências e capacidade tecnológica para esta finalidade. Até o início dos anos 2000, o grupo de nações que possuía organizações de *Imint* era composto pelos Estados Unidos e Rússia, com larga dianteira, seguidos por França, Japão, Índia, China, Israel, África do Sul, Canadá, Coreia do Norte e Taiwan (CEPIK, 2003, p. 46). No decorrer da década é possível que novos países tenham se juntado a estes.

d) *Geoint* (Geospatial intelligence<sup>30</sup>)- A partir de 2006 a doutrina norte-americana criou o termo *Geoint* para designar o que antes era conhecido amplamente como inteligência de imagens. Pela atual concepção “Inteligência Geoespacial é a exploração e análise de imagens e informações geoespaciais para descrever, avaliar e descrever visualmente as características físicas e atividades geograficamente referenciadas na Terra<sup>31</sup> (NGA, 2006, p. 5; Department of the Army, 2010, p. 8-1). *Geoint* é composta pelas subdisciplinas de:

*Imagens*- Relaciona-se à coleta de imagens de pessoas ou objetos e o fornecimento de sua localização geográfica. É um campo que trabalha com informação dinâmica, vez que os alvos do monitoramento movimentam-se ao longo do tempo e espaço. Seu maior emprego tende a ser de ordem tática, fornecendo informações a comandantes militares em campo de batalha, por exemplo.

---

Estado norte-americano. Parte do conjunto documental sobre o tema pode ser encontrado no endereço eletrônico: < <http://www.foia.cia.gov/search.asp>>, ao se procurar por “Francis Gary Powers”.

<sup>30</sup> Inteligência Geoespacial. (Tradução nossa).

<sup>31</sup> Geospatial intelligence is the exploitation and analysis of imagery and geospatial information to describe, assess, and visually depict physical features and geographically referenced activities on the Earth (Tradução nossa).

*Inteligência de Imagens*- O conceito de *Imint*, que anteriormente abrangia todo o espectro envolvendo o emprego de imagens, foi direcionado apenas aos processos analíticos envolvendo as mesmas. Assim, inteligência de imagens implica a interpretação ou análise de imagens e materiais relacionados.

*Informações Geoespaciais*- Fornece a localização geográfica e características de elementos naturais ou construídos pelo homem, tais como rios, relevo, pontes etc. Utiliza dados estatísticos e informações derivadas de sensoriamento remoto, cartografia e topografia, tecnologias de mapeamento, gráficos, dados geodésicos, dentre outros (NGA, 2006, p. 8-1). Tem caráter essencialmente enciclopédico, servindo de suporte informacional para *Imint*.

A imagem abaixo procura representar o conceito da integração das distintas subdisciplinas de imagens dentro do campo de *Geoint*.

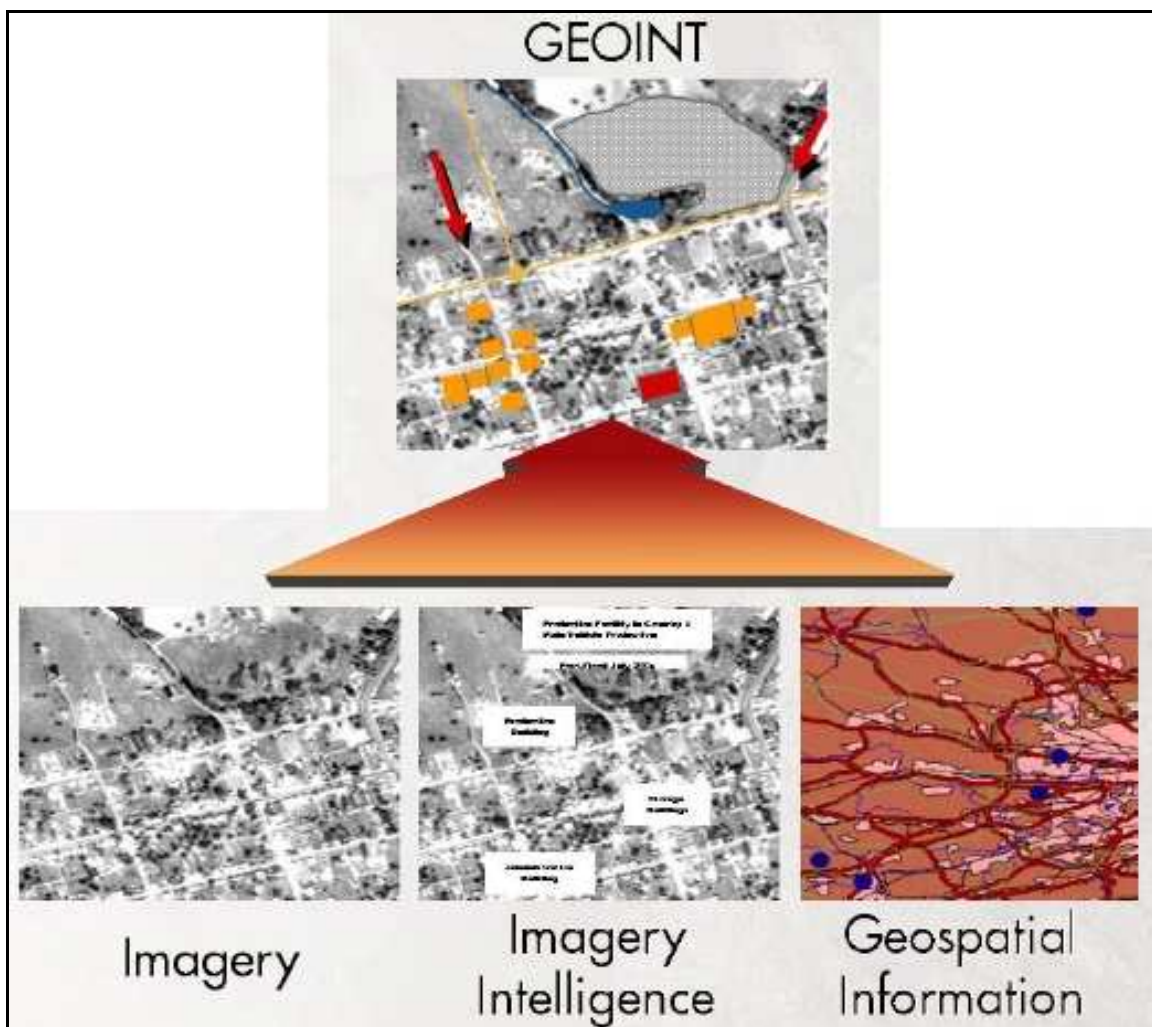


Figura 3. Subdisciplinas de GEOINT.

Fonte: NGA, 2006, p. 7.

Embora essa doutrina venha reordenando a forma de atuação das agências da área dentro dos EUA, esse conceito ainda é relativamente pouco empregado dentro da literatura da área. Para propósito deste trabalho *Geoint* será compreendida como sinônimo de *Imint*.

e) *Masint* (Measurement and signature intelligence)- Apesar do agrupamento em conjunto, os distintos instrumentos de coleta empregados em *Masint* possuem poucos elementos em comum (SHULSKY; SCHMITT, 2002, p. 31). Seu conceito envolve a mensuração técnica e científica de diferentes classes de alvos, tais como: sinais térmicos, sísmicos, magnéticos etc, de forma a localizar a origem geográfica de tal sinal bem como identificar o equipamento que lhe deu origem. Essa disciplina se presta a aglutinar itens diversos que ficariam sem classificação conceitual, dificultando até mesmo o processo de gestão pelo Estado (CEPIK, 2003, p. 49).

A doutrina de inteligência do exército dos EUA define *Masint* da seguinte forma:

Inteligência de assinatura e medição é a inteligência obtida através de análise quantitativa e qualitativa de dados (métricas, ângulo, espacial, comprimento de onda, tempo de dependência, a modulação de plasma, e hidro) derivados de sensores técnicos específicos com a finalidade de identificar todas as características distintivas associadas com o emissor ou remetente, e para facilitar a posterior identificação e / ou medição do mesmo<sup>32</sup> (Department of the Army, 2010, p. 10-1).

Neste escopo, são empregados diversos instrumentos técnicos com o objetivo de identificar determinados “emissores” ou “remetentes”. Embora a lista dos itens contidos sob o prisma de inteligência de mensuração e assinaturas varie ao longo do tempo, existem alguns instrumentos de coleta mais relevantes que podem exemplificar a diversidade afeita à disciplina, tais como radares, detectores de radiação nuclear e sensores sísmicos ou acústicos (CLARK, 2004, p. 84). Comumente, os instrumentos utilizados em *Masint* especializam-se em um tipo de assinatura característica do que se pretende monitorar, a exemplo das armas

---

<sup>32</sup> Measurement and signature intelligence is intelligence obtained by quantitative and qualitative analysis of data (metric, angle, spatial, wavelength, time dependence, modulation, plasma, and hydromagnetic) derived from specific technical sensors for the purpose of identifying any distinctive features associated with the emitter or sender, and to facilitate subsequent identification and/or measurement of the same. (Tradução nossa).

atômicas, que emitem um dado volume de isótopos radioativos<sup>33</sup> na atmosfera terrestre, permitindo distinguir se algum país empregou tal artefato.

Dada a miríade de técnicas e ferramentas empregadas em *Masint*, com expertises completamente distintas umas das outras, não existem organizações voltadas exclusivamente para tal fim. Os meios de coleta envolvidos tendem a estar diluídos nas agências de coleta especializadas em inteligência de sinais e imagens;

f) *Osint* (Open sources intelligence) - Inteligência proveniente de fontes abertas ao público, como jornais, revistas, banco de dados, programas televisivos, teses e pesquisas acadêmicas, grupos de discussão na internet, sites especializados etc. Consiste no acesso a “um leque mais ou menos amplo de fontes disponíveis cujo acesso é permitido sem restrições especiais de segurança” (CEPIK, 2003, p. 51). Particularmente, em regimes políticos abertos, tem-se um grande volume de informações circulando sem o controle do Estado. Informações técnicas e científicas, por exemplo, tendem a ser divulgadas pela comunidade científica em veículos especializados, de forma a obter reconhecimento e validação. Patentes são registradas como critério para assegurar a exploração comercial de novos conceitos. Personagens políticos têm a sua vida e posições políticas amplamente publicizadas nos meios de imprensa (CLARK, 2004, p. 67). Com esse fenômeno os serviços de inteligência podem coletar um grande volume de informações que estão publicamente disponíveis, diminuindo a necessidade de emprego dos demais meios de coleta.

A doutrina de inteligência do Exército dos EUA conceitua *Osint* como um elemento que vai além da simples coleta de informação:

Inteligência de fontes abertas é a disciplina que se refere à inteligência produzida a partir de informações publicamente disponíveis, que são coletadas, exploradas e divulgadas em tempo hábil, para um público específico, com o propósito de responder um requerimento específico de informações<sup>34</sup> (Department of the Army, 2010, p. 11-1).

---

<sup>33</sup> Um radioisótopo ou isótopo radioativo é identificado por apresentar um núcleo atômico instável que emite energia quando se transforma num isótopo. A energia liberada na transformação pode ser detectada por um contador Geiger, com uma película fotográfica ou com uma câmera de ionização. Mais informações sobre o tema são encontradas junto a Comissão Nacional de Energia Nuclear, no endereço eletrônico: < <http://www.cnen.gov.br/ensino/apostilas/radio.pdf>>.

<sup>34</sup> Open-source intelligence is the discipline that pertains to intelligence produced from publicly available information that is collected, exploited, and disseminated in a timely manner to an appropriate audience for the purpose of addressing a specific intelligence requirement. (Tradução nossa).

Nesse conceito, não basta apenas a informação ser de caráter público, ela é acrescida de um determinado valor agregado, que pode ser inferido a partir dos indicadores temporalidade e público. Primeiro, o dado coletado deve ser acionável, sendo entregue a tempo de fazer diferença para o tomador de decisão. Segundo, deve ser coletado com vistas a atender um “público específico”, para responder “requerimentos específicos”. Esse último aspecto está associado à própria confidencialidade do tema coletado. Embora as fontes possam ser “abertas”, os interesses informacionais do Estado não o são.

Pesquisadores como Costa (2002, p. 26) afirmam que os operadores de inteligência podem encontrar até noventa e cinco por cento das informações demandadas, mediante o emprego de fontes abertas. Independentemente de percentuais, com o advento da internet e da sociedade da informação, é razoável a premissa de que as fontes abertas tiveram o seu papel ampliado dentro das disciplinas de inteligência (CEPIK, 2003, p. 51). Informações que antes eram exclusividade dos aparatos de inteligência do Estado, como as imagens de satélite, atualmente são disponibilizadas amplamente por empresas comerciais (CLARK, 2004, p. 66) ou por serviços online, a exemplo do *Google Earth*<sup>35</sup>. Com a convergência de informações para o meio digital, em uma rede global de computadores, o próprio acesso físico ao conhecimento almejado tornou-se mais fácil e barato. O monitoramento informacional, que antes exigia a presença no país, atualmente pode ser feito, em sua maioria, à distância, tornando pouco relevante a região do globo na qual é feita a coleta.

*Osint*, em relação às outras disciplinas de inteligência, cumpre o papel de fornecer o contexto inicial para um levantamento informacional. Contextualizando a respeito de determinado tema, o usuário é capaz de otimizar o processo de orientação de coleta de novas informações. Esse procedimento permite que os meios mais intrusivos de aquisição de informações sejam empregados apenas para a obtenção de conhecimentos específicos (Department of the Army, 2010, p. 11-1), o que diminui a exposição e os riscos da operação de inteligência em questão.

---

<sup>35</sup> Google Earth é um programa de computador desenvolvido e distribuído pela empresa estadunidense Google que apresenta um modelo tridimensional do globo terrestre, construído a partir de variadas imagens de satélite obtidas de fontes diversas, imagens aéreas (fotografadas de aeronaves) e GIS 3D. Tal programa pode ser usado simplesmente como um gerador de mapas bidimensionais e imagens de satélite ou como um simulador das diversas paisagens presentes na Terra. Assim sendo, é possível identificar lugares, construções, cidades, paisagens, entre outros elementos.

Para acompanhar as diversas fontes abertas de informações disponíveis no exterior foi originalmente criado, nos Estados Unidos, o Foreign Broadcast Information Service – FBIS como parte do Diretório de Ciência e Tecnologia da Agência Central de Inteligência. Sua atuação envolvia a gravação de programas televisivos, radiofônicos etc., bem como a aquisição de jornais, livros, semanários e revistas científicas locais, de maneira a coletar dados que fossem de interesse dos serviços de inteligência desse país.

Posteriormente aos atentados de *11 de setembro* e às reformas no sistema de inteligência estadunidense, em 2005, o FBIS transformou-se em uma nova organização, denominada *Open Source Center - OSC*, cuja missão envolve a coleta e análise de fontes abertas (ODNI, 2005). A criação do OSC significou o reconhecimento por parte do governo e congresso dos EUA acerca da importância estratégica desta disciplina dentro dos processos de inteligência. Não obstante esse reconhecimento, persiste um debate de décadas sobre o seu grau de relevância.

#### *3.2.1.1.2 Análise*

A etapa da análise relaciona-se ao processamento da informação obtida por uma ou mais fontes de coleta e sua avaliação, interpretação, elaboração e disponibilização na forma de um produto analítico, como um relatório, com vistas ao assessoramento estratégico do Estado (HERMAN, 1996, p. 100). Nesta etapa tem-se a oportunidade de conjugar os diversos dados coletados, tentando-se obter uma imagem mais nítida dos eventos monitorados. A possibilidade de agregar a análise de imagens de satélites, comunicações telefônicas interceptadas, notícias e artigos de jornais e informações de pessoas envolvidas na situação em questão, permite que diversos ângulos sejam interpretados e que se produzam informações relevantes e seguras.

Outro aspecto importante do processo de análise diz respeito ao usuário. A produção analítica das agências de inteligência tem como eixo norteador o atendimento às necessidades informacionais da direção do Estado, de maneira a auxiliar objetivamente o processo de gestão deste. Tendo em vista questões como sigilo das fontes clandestinas e dos temas coletados, bem como os custos envolvidos, o produto analítico supostamente traz em si um infindável grau de dificuldades a serem vencidas para a obtenção de informações relevantes. Todo esse valor agregado não se justificaria, caso ficasse perdido pelos corredores da

burocracia estatal, não chegando aos setores nos quais, de fato, as decisões estratégicas são tomadas. Portanto, o conceito de análise enfoca “a avaliação de evidências e indicadores, relativos a temas e problemas, produzindo relatórios e informes voltados para o cliente final, o tomador de decisão” (BRITO, 2006, p. 72).

Sob o recorte organizacional, existem instituições voltadas exclusivamente para o papel analítico, com a finalidade de reunir as informações obtidas pelas diversas fontes de coleta, produzindo conhecimentos com maior diversidade informacional e qualidade analítica. A capacidade analítica de um sistema de inteligência é muito mais ampla, na medida em que não se restringe somente a um tipo de coleta. Uma organização voltada exclusivamente para a análise possibilita a integração de diferentes pontos de vista oriundos de fontes de informação diversas, como *Sigint*, *Imint* e *Humint*, permitindo a composição de uma imagem integrada de um dado cenário (HERMAN, 1996, p. 101), que de outra forma permaneceria fragmentado.

Neste trabalho faz-se importante observar a diferença entre análise enquanto processo, associada à elaboração mental, em que se geram novos conhecimentos e pesquisas e análise enquanto organização, em que existem agências voltadas exclusivamente para a atividade analítica.

Análise enquanto processo é a atividade em que menos existem diferenças entre as agências de inteligência governamentais e as demais organizações, públicas ou privadas, voltadas para a produção de estudos estratégicos, uma vez que têm o seu alicerce no campo da pesquisa acadêmica. “Neste sentido, o “ethos” profissional da atividade de análise de inteligência e suas regras de produção de conhecimento são os mesmos que governam qualquer outra atividade de pesquisa” (CEPIK, 2003, p. 53). Um pesquisador em uma universidade reúne diversas fontes de informações, processa os dados relevantes obtidos, extrai os conceitos-chave e depois produz um relatório em que suas conclusões são expostas ao restante da comunidade científica. O que seria peculiar aos analistas da área de inteligência envolve, principalmente, os seguintes quesitos: a) sensibilidade de parcela dos temas com que se trabalha. Não se poderiam publicar investigações sobre alguns assuntos sob risco de se criarem sérias crises internacionais; b) o sigilo das fontes empregadas e a intrusividade destas, como as interceptações de fluxo de dados, por exemplo. O processo analítico no campo da inteligência governamental integra

dados obtidos de fontes abertas com informações oriundas de coleta clandestina. Ao contrário do método científico, que tende a primar pela refutabilidade de uma dada afirmação, disponibilizando a fonte, o mesmo não se pode dar no campo analítico dos serviços secretos, em que a disponibilização da fonte pode, no limite, representar sua eliminação física; c) a premência do fator tempo. As informações de inteligência têm que ser “acionáveis” pelo governante. Inteligência que não antecipa eventos imediatos ou futuros não é útil ao processo decisório (CLARK, 2004).

O conceito de análise enquanto organização tem sua moderna evolução associada ao sistema de inteligência dos EUA. Com o aprofundamento da Guerra Fria foi criada uma estrutura voltada centralmente para a integração do processo analítico, o Diretório de Inteligência da CIA. As fontes de informações da inteligência estadunidense vinham ampliando o seu espectro e capacidade de cobertura, todavia a integração desses dados não alcançava a mesma velocidade. Então, embora a coleta de dados pudesse ser ampla, ela não cumpria o papel de antecipar determinados eventos, uma vez que muitas peças de um extenso quebra-cabeças permaneciam desconectadas. O marco dessa deficiência analítica foram os primeiros conflitos militares do pós-guerra. Assim, mesmo após a conformação da CIA em 1947, o governo norte-americano foi pego de surpresa em 1950 pela invasão da Coreia do Norte sobre a Coreia do Sul (TURNER, 2008). Como desdobramento desse fracasso, a direção da CIA chegou à conclusão de que o componente analítico da agência estava frágil e promoveu duas mudanças significativas. Estruturou o Diretório de Inteligência – DI, com a finalidade de produzir inteligência tática (situacional) ao presidente, com fornecimento diário de informações, e criou o Escritório Nacional de Estimativas<sup>36</sup> – ONE, cujo papel seria o de identificar tendências e criar cenários futuros, produzindo as ‘estimativas nacionais’ (HEDLEY, 2008, p. 19-36).

No processo fundacional das organizações de análise da inteligência estadunidense, alguns pesquisadores tiveram um papel importante nas definições e direcionamentos dados à atividade. Dentre os mais eminentes destacamos Sherman Kent, intelectual e professor em Yale, que publicou em 1949 o clássico livro “*Strategic Intelligence for American World Policy*”<sup>37</sup>. Em sua obra propôs conceitos

---

<sup>36</sup> Office of National Estimates. (Tradução nossa).

<sup>37</sup> No Brasil a obra de Sherman Kent foi traduzida como “Informações Estratégicas”, existindo diversas edições publicadas pela Bibliex. A edição empregada neste trabalho foi publicada em 1967.



basilares sobre a estrutura, organização, produtos e processos de inteligência. Nesse trabalho, reeditado em 1967, Kent trabalha apenas com a perspectiva de inteligência externa, ou seja, orientada para um conflito adversarial envolvendo outras unidades políticas que não os próprios Estados Unidos e apresentou três tipos de produtos analíticos de inteligência, que se associariam e concatenar-se-iam, devendo pautar a produção analítica da área. São os conhecimentos:

a) *Básico descritivo*- Trata-se de informações de cunho “enciclopédico”, proporcionando dados relativamente estáticos sobre o tema ou região monitorada, tal como localização geográfica, fronteiras, clima, línguas, composição racial, organização militar, governantes etc. Tais dados estão no tempo passado, sofrendo poucas mutações no decorrer de extensos períodos. Limites geográficos, capitais de Estados ou regiões militares são quesitos cujas mudanças são geralmente paulatinas, e o mesmo ocorre com a composição dos governos ou quanto à influência dos partidos políticos. Normalmente estas tendências políticas obedecem a uma agenda eleitoral em que mudanças não acontecem a todo o momento. São sobre os informes básicos descritivos que se alicerçam os demais tipos de produtos analíticos, referindo-se a dados econômicos, militares, populacionais e geográficos. Eles constituem a referência básica com que se podem fazer estudos aprofundados sobre uma determinada região, sem ter que buscar dados sobre sua área, população, regime político e condição econômica, dado que tais informações já estão consolidadas a partir dos relatórios básico-descritivos.

Cabe observar que esse tipo de produção analítica emprega grande volume de fontes abertas em seus levantamentos, à exceção de dados sobre sociedades fechadas, tais como a outrora União Soviética ou a atual Coreia do Norte, que tratam informações geográficas ou econômicas como segredos de Estado, exigindo, portanto, uma maior diversidade de instrumentos de coleta, como é o caso do uso de satélites espões (KENT, 1967, p. 25-41). Todavia, parcela significativa dos países do mundo disponibiliza amplamente esse tipo de informação, facilitando sua coleta;

b) *Informe corrente*- Os conhecimentos correntes basicamente atualizam as informações *básico-descritivas*, indicando a dinâmica das mesmas e agregando inferências sobre intencionalidades. Nesse sentido coleciona informações relacionadas a eventos cotidianos sobre diversos temas. Por exemplo, quem são os líderes em ascensão dentro de uma dada nação e quais as suas posições políticas,

qual a evolução econômica do citado país, como se desenvolvem as forças armadas, etc. A título de exemplo, embora o líder máximo do Poder Executivo de uma determinada democracia ocupe uma função relativamente estática no tempo, pois seu mandato abrange um lapso temporal geralmente contado em anos, em dado momento, outro indivíduo será eleito para o cargo. Quando se monitora a evolução política do país, as informações correntes estarão atualizando constantemente os atores atuantes na disputa e, findada esta, podem prover a inteligência *básico-descritiva* com o nome do novo presidente eleito, bem como a composição política de sua equipe. Além disso, a própria composição do perfil dos políticos em destaque será mais confiável, na medida em que se possuam informações produzidas cotidianamente sobre os mesmos, a partir de fontes diversas. Dessa maneira, pode-se afirmar que o conhecimento de tipo corrente se constitui como um elemento intermediário entre os dados enciclopédicos, atualizando-os, permitindo também a identificação de tendências e forças mediante o monitoramento de mudanças, que são fundamentais ao tipo de conhecimento preditivo (KENT, 1967, p. 43-50). Com as informações correntes detecta-se a mudança, o movimento dos atores ao longo de um processo.

c) *Especulativo-avaliativo*- Entende-se como a tentativa de “saber prever” cenários futuros, de forma que “nenhum acontecimento deve ser inesperado”. Como se refere apenas à inteligência externa, para Kent, tais previsões estão relacionadas ao comportamento e ação de países estrangeiros no tabuleiro das relações internacionais, sendo divididas pelo autor em “Estatura estratégica” (influência externa) e “Vulnerabilidades específicas” (fragilidades e pontos fracos) (KENT, 1967, p. 51-74). Logo, é conceituada como:

[...] o produto produzido, pela comunidade de inteligência dos Estados Unidos, tendo em vista o assessoramento dos dirigentes do mais alto nível governamental, em relação aos desdobramentos futuros das ameaças estrangeiras contra o Estado. (2010, p. 44)

Esse tipo de produção analítica empregaria as informações *básico-descritivas* e os *informes correntes* coletados anteriormente. Sob o alicerce dos dados enciclopédicos, acrescidos das tendências detectadas a partir das informações correntes, são feitas estimativas tentando prever os acontecimentos futuros com base nos acontecimentos passados, acrescidos de inferências acerca dos contextos internacionais vindouros.

Dentro dos três tipos de análise de inteligência descritos até aqui, a produção de cunho preditivo é considerada, segundo Herman, a mais relevante (1996, p. 106). Essa relevância relaciona-se com um conjunto de quesitos sobre a qualidade dos produtos analíticos, sobre o qual chamamos a atenção para os tópicos antecipação e tempestividade, também sendo citados os quesitos precisão, objetividade, usabilidade e relevância (KRISAN, 2003, p. 103; 1999, p. 20). Garantindo-se a maior qualidade possível, a estimativa de inteligência deve ser fornecida ao usuário, enquanto as informações compreendidas nesta possam ser utilizáveis. Conforme já explicitado, a boa informação de inteligência tem que ser acionável (CLARK, 2004, p. 13), ou seja, sua relevância está associada à sua possibilidade de ser empregada pelo dirigente do Estado. Para um presidente da República de países da magnitude dos EUA ou do Brasil, é um enorme desafio mover o Estado para responder as contingências ou oportunidades que já ocorreram ou que estão acontecendo no limiar do tempo atual. A antecipação de cenários pode permitir ao decisor direcionar recursos para uma linha de ação mais adequada a um determinado contexto. Além disso, “analisando e visualizando os futuros cuja ocorrência seja plausível, busca-se explicitar quais forças precisariam ocorrer, ou não, para concretização dos cenários imaginados” (MACIEL, 2010, p. 54). Assim sendo, o Estado pode ajudar a promover as forças que são mais interessantes ao futuro desejado pelo governante em detrimento daquelas às quais ele confere menos valor.

Para além dos três produtos analíticos de inteligência identificados por Kent em sua obra fundadora, é possível falar de uma quarta categoria relativa à antecipação de ameaças e que é descrita abaixo:

*Inteligência de alerta*- Embora não categorizada especificamente pelo modelo de Kent, é empregada pela inteligência dos EUA como um alarme que previne contra ameaças à segurança ou aos interesses nacionais. Essas ameaças podem ser em nível tático, como ataques terroristas, conflitos iminentes, rebeliões, dentre outros, e em nível estratégico, como o desenvolvimento de novas tecnologias por adversários, permitindo que o Estado atue para impedir tais acontecimentos. É disponibilizado a partir de mensagens em tempo real (TEITELBAUM, 2004, p. 28). O caráter analítico desse produto de inteligência diferenciar-se-ia dos demais devido ao forte componente subjetivo presente em seu processo. Embora se utilize dos outros três tipos de informações de inteligência prescritas por Kent, a inteligência de

alerta caracterizar-se-ia por sua intangibilidade, abstração, teorias, deduções, percepções e crenças, pelo emprego de uma lógica na qual uma hipótese pode ser ou não refutada até que seja muito tarde (GRABO, 2004, p. 4). Busca-se compreender o conjunto de valores dos adversários, ao mesmo tempo em que se procura ampliar as linhas de ação. Apesar de o alerta recortar os outros tipos de produtos informacionais, restringe-se à busca. Interessa, neste caso, tudo o que puder significar ameaça à integridade física da nação pode demandar estado de alerta.

A inteligência estadunidense, particularmente, tem dado grande relevância a esse tipo de instrumento, na medida em que as duas últimas vezes em que esse país sofreu agressões em seu próprio território, desde as guerras com a Inglaterra pela independência, ocorreram em função de ataques surpresa. Em *Pearl Harbor*, a principal base da marinha dos EUA no oceano Pacífico, os japoneses conseguiram realizar um ataque surpresa na manhã do dia 07 dezembro de 1941, destruindo uma parcela significativa de sua frota (HILLMOTT, 1982). Embora o ataque japonês não tenha conseguido comprometer estrategicamente sua marinha, demonstrou a fragilidade de seu sistema de inteligência.

Posteriormente, embora os anos de Guerra Fria não tenham ocasionado ações diretas sobre o território das principais potências envolvidas, o mesmo não se deu com o pós-guerra. Em *11 de setembro* de 2001 a organização fundamentalista-islâmica Al-Qaeda<sup>38</sup> realizou ataques terroristas, empregando aviões e pilotos suicidas, conseguindo destruir as Torres Gêmeas em Nova York e parte do Departamento de Defesa dos EUA, o Pentágono. Em ambas as situações, Pearl Harbor e Nova York, existiam informações coletadas pelas agências de inteligência estadunidense dando pistas das intenções dos adversários. Contudo, estes dados não foram coligidos de maneira a compor um painel informacional mais abrangente que pudesse alertar as autoridades a tempo de evitarem os ataques.

---

<sup>38</sup> Al-Qaeda é um grupo fundamentalista islâmico de cunho internacional, formado por células independentes que objetivariam, presumidamente, diminuir a influência não-islâmica sobre assuntos islâmicos. Tendo sua origem relacionada à resistência afegã a ocupação soviética, indivíduos de diversas nações muçumanas teriam se lançado a este processo e posteriormente transferido ao conjunto do ocidente, particularmente os EUA. A Al-Qaeda considerou os Estados Unidos como o principal antagonista do mundo muçulmano, a partir do apoio estadunidense a Israel nos conflitos entre palestinos e israelitas, da presença militar estadunidense em vários países islâmicos (particularmente Arábia Saudita) e posteriormente da invasão e da ocupação do Iraque em 2003. Empregando como método de luta o terrorismo, é reputada a esta organização uma série de ataques tendo como alvo prioritário os EUA.

### *Escala Analítica.*

Ainda, seguindo os referenciais fundacionais expostos por Kent, apresentaremos a escala que tipifica os conhecimentos, por ele proposta. Nela, cada elemento situado na parte inferior ou no processo anterior ajuda a dar suporte ao imediatamente posterior:

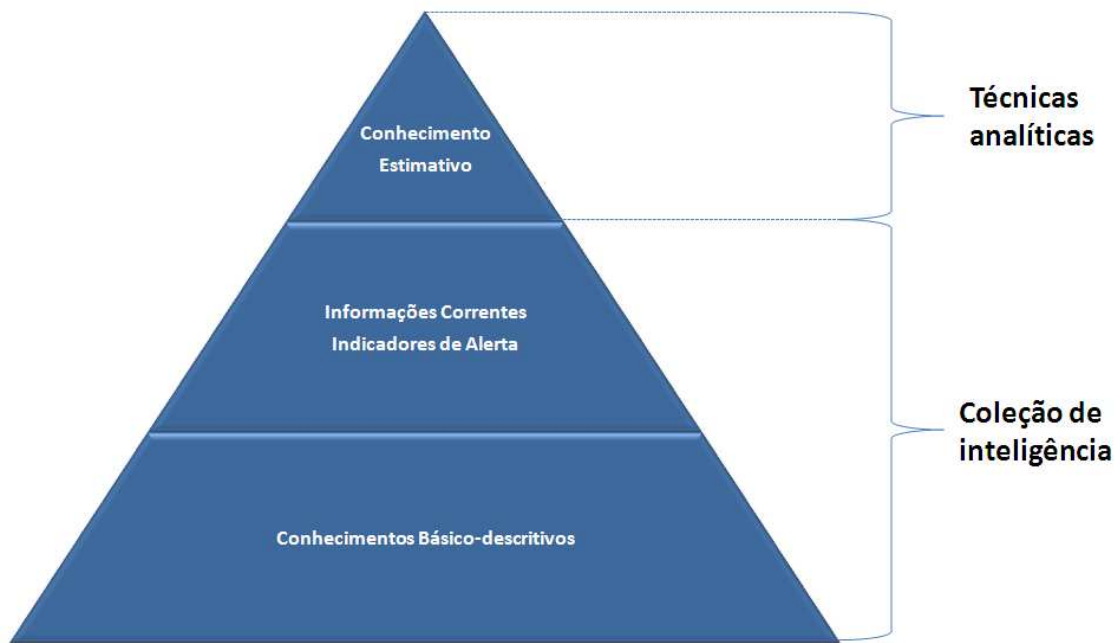


Figura 4. Pirâmide do conhecimento especulativo  
Fonte: Maciel, 2010, p. 51.

Conforme o gráfico, os conhecimentos básico-descritivos dão base contextual às informações correntes, que por sua vez permitem compor tendências para dar suporte ao processo analítico de estimativas. Dessa maneira, um processo se concatena ao outro, permitindo que se utilize a plataforma informacional anterior para, em seguida, agregar valor específico. Interessante notar que o conhecimento estimativo, que em tese somente se beneficiaria dos conhecimentos básico-descritivos e correntes, por sua vez, ao propor cenários futuros auxilia a traçar novos temas e estratégias de análise de informações pelos tipos de inteligência que o precedem.

#### Análise, espionagem e fontes ostensivas

Quando da estruturação das organizações de análise da inteligência estadunidense, Sherman Kent trouxe um importante debate acerca do caráter dessas agências e de qual deveria ser o seu papel central. Até o fim da Segunda

Guerra Mundial, as organizações de inteligência reivindicavam como elemento central de suas atividades, a obtenção de segredos, mediante a espionagem (SHULSKY; SCHMITT 2002, p. 159-168). Essa concepção remonta ao general chinês Sun Tzu e sua clássica obra “*A arte da guerra*”, que teria sido elaborada em 500 a.C.. Nesse trabalho o autor preconizaria as medidas indiretas como elemento central nas ações do governante. Sob esse olhar, derrotar o adversário sem lutar é mais relevante do que destruir o próprio exército adversário. Para isso, Sun Tzu defende como fundamental ao governante, o emprego de espiões para a obtenção de conhecimento. O general chinês disse:

O meio pelo qual governantes, sábios e generais sagazes se moveram e conquistaram outros, pelo qual suas realizações ultrapassaram as massas, foi o conhecimento acurado. O conhecimento acurado não pode ser obtido de fantasmas e espíritos, inferido dos fenômenos ou projetado a partir das medidas do Céu, mas deve ser obtido dos homens, porque é o conhecimento da verdadeira situação do inimigo (2002, p. 134)

Assim sendo, ao longo do tempo a atividade de inteligência esteve diretamente associada ao conceito de espionagem, sendo comum quase uma sobreposição de conceitos. Quando do surgimento das primeiras organizações da área, com as guerras napoleônicas, tais agências eram simples coletores de informações, esperando-se das mesmas, o emprego de espiões. Contudo, “naquela época ainda não existiam as agências responsáveis pela análise e disseminação de informações; estas tarefas eram realizadas pessoalmente por Napoleão” (BRANDÃO, 2010, p. 29). Cabe destacar que aquilo que era segredo governamental<sup>39</sup> em 500 a.C. envolvia uma ampla gama de temas, uma vez que o conhecimento disponível era limitado, escasso e boa parte deste, restrito aos gestores governamentais, os homens do governante. Não existia a diferenciação entre a informação de Estado e a pública, na medida em que “tudo” pertencia ao rei (HERMAN, 1996). Outra realidade acentuadamente diferente dos tempos de escassez anterior ocorreu na metade do século XX. Com a explosão informacional ocorrida no pós-guerra, o desafio ao Estado envolvia lidar com um “irreprimível crescimento exponencial da informação e de seus registros, particularmente em ciência e tecnologia” (SARACEVIC, 1996, p. 42).

---

<sup>39</sup> Para propósito deste trabalho será adotada a definição de Segredo Governamental como: “uma forma de regulação pública de fluxos de informação” (CEPIK, 2001, p. 2), em que existiriam “pelo menos cinco categorias de informações reguladas pelo sigilo de tipo público: 1) defesa nacional; 2) política externa; 3) processos judiciais; 4) propriedade intelectual e patentes; 5) privacidade dos cidadãos”.

Foi justamente nesse contexto de superabundância de informações que Kent propôs-se a rediscutir o papel das agências de inteligência. O pesquisador norte-americano argumentou em favor do amplo emprego desse volume informacional, disponível a partir de fontes abertas. Também alertou para a necessidade de se valorizar e promover o desenvolvimento da capacidade analítica dessas organizações.

Cabe a ponderação de que, ao fomentar as mudanças no sistema de inteligência estadunidense, Sherman Kent não questionou a relevância da espionagem em detrimento das fontes abertas. A seguinte passagem de sua obra é ilustrativa nesse sentido:

O homem de informações deve raciocinar como se fosse o responsável pela mobilização no Grande Frusina. Deve então admitir que os fatos que está enfrentando constituem problemas de sobrevivência nacional e que deve empregar todos os artifícios imagináveis – sujos, não ortodoxos, “incorretos”, segundo os termos clássicos, e ilegais – se desejar realmente colher todos os resultados (KENT, 1967, p. 64).

Percebe-se que o autor, fazendo referência ao fictício país “Grande Frusina”, promoveu a defesa desses métodos “incorretos” e ilegais para a obtenção de informações que sirvam à defesa da nação. Métodos esses característicos das práticas de espionagem e roubo de informações, nos casos em que os mesmos constituíssem problemas à sobrevivência nacional. Para o autor, tal ameaça justificaria um maior pragmatismo no processo de obtenção de informações e no consequente emprego de espionagem, dentre outros instrumentos. Existiriam informações amplamente protegidas pelo Estado adversário e, assim, obtê-las poderia ser “vital” à sobrevivência de uma nação.

Todavia, retomando a preposição de Kent, o autor argumenta que outras parcelas dessas informações podem ser obtidas por outros meios: “alguns desses conhecimentos podem ser adquiridos através de meios clandestinos, mas o grosso deles deve ser obtido pela pesquisa e observação de dados ostensivos e amplamente divulgados, sem lances românticos” (KENT, 1967, p. 18). Embora parte da mística da profissão esteja relacionada aos intrincados jogos de espionagem, argumenta-se que a realidade teria se tornado algo menos “glamourosa”, vez que a amplitude de informações disponíveis deslocaria as técnicas de obtenção clandestina de informações do centro de gravidade dessa atividade, resultando em uma valorização do componente analítico. De certa forma, apesar do hiato de

sessenta anos, os incidentes de Pearl Harbor e o *11 de setembro* reforçam essa tese. Em ambos os casos existiam dados fragmentados indicando o perigo, o que não existia era a capacidade analítica para integrar tais informações em um ambiente informacional coerente, de forma a se produzir sentido.

Em resumo, seguindo a lógica proposta por Kent, as agências de inteligência deveriam manter a sua capacidade de obter dados negados pelo adversário, ao mesmo tempo em que se maximizaria o emprego de fontes abertas, contando também com o desenvolvimento e ampliação da capacidade analítica.

Na medida em que a concepção de Sherman Kent conseguiu granjear apoio, foi sendo ampliada a capacidade analítica de setores da comunidade de inteligência dos Estados Unidos. Pode-se afirmar, portanto, que dentro desse modelo a informação produzida pela inteligência resulta muito mais do que um ato de espionagem, mas de um processo que agrega fontes de coleta ostensiva, bem como um forte componente analítico. Uma definição conceitual representativa desse modelo é estabelecida por Antunes e Cepik, para quem “inteligência não é apenas segurança nem meramente informação, mas sim a busca e análise de informações necessárias para vencer um conflito entre vontades antagônicas” (2003, p. 110). Outra passagem cunhada pelos mesmos autores bem expressa esse difícil equilíbrio entre inteligência enquanto informação analisada e seu contraponto na espionagem:

[...] trata-se de algo mais complexo e abrangente do que era antigamente a espionagem, mas não chegamos ao ponto de considerar toda e qualquer atividade de produção de conhecimento, coleta e análise de informações como sendo atividade de inteligência, especialmente no âmbito governamental. [...] A atividade de inteligência é mais relevante quanto mais se aproxima do núcleo de tomadas de decisões a respeito de segurança, defesa e política externa. Quanto mais nos afastamos destes temas para as áreas sociais ou econômicas de atuação do Estado contemporâneo, menos relevante tende a ser a atividade de inteligência governamental como insumo fundamental para o processo de tomada de decisão (2003, p. 111).

Essa definição compreende a coleta e a análise de informações, enquanto instrumento de subsídio ao “núcleo de tomadas de decisões a respeito de segurança, defesa e política externa”, sendo recorrente nessa área a dimensão do conflito.

Assim sendo, pode-se afirmar que, por um lado, a moderna atividade de inteligência emprega rotineiramente a espionagem como instrumento de obtenção de informações, não se resumindo tão somente a esse tipo de coleta. Por outro lado,



grande relevância é dada à análise e à coleta de fontes de informações disponíveis ao público, porém sabe-se muito bem que parte do espectro informacional de inteligência depende da capacidade de acessar informações protegidas.

#### *3.2.1.1.3 Contraineligência*

O termo contraineligência foi influenciado fortemente nos países da América Latina pelas diversas doutrinas de segurança nacional aplicadas pelas ditaduras militares locais no decorrer do séc XX. Devido a este fator o conceito de contraineligência ficou associado nessas regiões a processos de corregedoria interna ou a segurança orgânica. Os elementos que motivaram essa deturpação não dizem respeito ao escopo deste trabalho, no entanto, para efeitos deste, o sentido do termo refletirá a literatura nacional e internacional, bem como a doutrina de serviços de inteligência, como o inglês e o norte-americano. Vale destacar novamente que a atividade de contraineligência não se encontra dentro do ciclo de inteligência, tais como a coleta e a análise. Entretanto, será analisada por compor o rol de divisões funcionais da área, tendo organizações especializadas nesta atividade.

Assim sendo, diz-se que contraineligência relaciona-se com a proteção dos segredos de Estado, contudo, essa proteção dá-se ante um antagonista principal, que seria a espionagem dos Estados rivais, podendo, portanto, ser também considerada a inteligência sobre capacidades e intenções dos serviços de inteligência adversários. Para prover essa defesa informacional, são formuladas medidas de cunho defensivo, para restringir o acesso a informações confidenciais, ao mesmo tempo em que de forma ofensiva tenta-se infiltrar e manipular os serviços de inteligência adversários em proveito próprio. Apesar de colecionar informações, tal qual a inteligência, o setor de contraineligência teria seus processos parecidos com a área de inteligência policial (CEPIK, 2003; HERMAN, 1996), vez que atua investigando pessoas ou organizações que desenvolveriam crimes contra o Estado e a sociedade.

Interessante notar que sob o prisma do Estado e das leis nacionais, toda a atividade da inteligência adversária envolvendo espionagem é tipificada como crime, podendo ser objeto de ação das polícias locais. Essa sobreposição de funções, entre contraineligência e investigação policial, faz com que não exista um único modelo para as agências de segurança interna. Na maioria dos países de influência

anglo-saxã predominaria o modelo de organizações com a função exclusiva de contrainteligência, a exemplo do MI5<sup>40</sup> britânico, oficialmente denominado *Security Service*. Entretanto, nos Estados Unidos, essa atividade é centralizada por sua polícia federal, no caso o FBI<sup>41</sup> (JOHNSON, 2009, p. 13).

Com o pós-Guerra Fria e o recrudescimento das práticas terroristas, a definição de contrainteligência passou a abarcar doutrinariamente o terrorismo como adversário relevante, ampliando o escopo antes restrito às organizações de inteligência adversárias. Sob esta lógica:

Contrainteligência é a informação obtida e atividades realizadas para identificar, enganar, explorar, interromper, ou proteger contra a espionagem, outras atividades de inteligência, sabotagem, ou assassinatos conduzidos por ou em nome das potências estrangeiras, organizações, ou pessoas, ou seus agentes, ou atividades de organizações terroristas internacionais<sup>42</sup> (Department of the Army, 2010, p. 6-1).

Cabe a ressalva de que durante o período de Guerra Fria, as “organizações terroristas internacionais” não eram consideradas um inimigo autônomo, tendo em vista que quase invariavelmente eram patrocinadas por uma das potências em disputa. Com a hegemonia estadunidense e a ausência do controle exercido pela antiga União Soviética sobre as diversas nacionalidades e conflitos religiosos que marcam boa parte do leste europeu e da Ásia, conflitos anteriormente abafados pela tensão bipolar assumiram o protagonismo da cena, atuando de forma fragmentada e imprevisível.

Os instrumentos disponíveis à atividade de contrainteligência são definidos como ofensivos e defensivos. Tais ferramentas prestam-se tanto a proteger as informações sigilosas do Estado quanto a penetrar nos segredos das agências de inteligência adversárias. Todavia, faz-se importante notar que contrainteligência é uma atividade predominantemente defensiva. Desta forma, mesmo ações ofensivas como a penetração em um serviço secreto adversário possuem em maior escala um caráter defensivo, uma vez que é mais fácil obter-se uma lista dos agentes clandestinos de um Estado inimigo, do que procurar por estes aleatoriamente dentro

<sup>40</sup> Quando de sua criação, como parte da inteligência militar, recebeu o nome de *Military Intelligence, section 5*.

<sup>41</sup> *Federal Bureau of Investigation's*. Escritório federal de investigações. (Tradução nossa).

<sup>42</sup> Counterintelligence is information gathered and activities conducted to identify, deceive, exploit, disrupt, or protect against espionage, other intelligence activities, sabotage, or assassinations conducted for or on behalf of foreign powers, organizations, or persons, or their agents, or international terrorist organizations or activities. (Tradução nossa).

do país. Estes processos informacionais característicos da atividade de contrainteligência de acordo com a visão de Shulsky (2002) têm a seguinte composição:

a) Medidas defensivas:

*Classificação da informação*- Ato de determinar níveis de acesso à informação, de acordo com o seu grau de sensibilidade, bem como de identificar pessoas que necessitem conhecê-la. Ao reduzir o acesso e a disponibilidade, procura-se evitar o acesso desnecessário, de maneira a limitar as possibilidades de vazamento. Além disso, uma informação classificada traz no ato de sua classificação, uma delimitação sobre a quantidade de usuários que compõe aquele conjunto classificatório, facilitando com isso a identificação de eventuais fontes de vazamento. Ao se estabelecer políticas de acesso tem-se o dilema entre a utilidade da informação, com uma maior distribuição desta, e os quesitos de segurança, que apregoam grandes limitações. Evidentemente uma informação inacessível a todos não apresenta riscos à segurança, e tão pouco, utilidade. Em grandes sistemas de inteligência como o norte-americano existe um gigantesco montante de dados coletados diariamente a partir de múltiplas fontes de coleta. Para que tal sistema seja útil deve ser integrado e analisado em seu conjunto, tornando as informações obtidas e os produtos analíticos disponíveis à comunidade de inteligência e aos clientes governamentais. Por outro lado, é justamente na ampliação do número de pessoas com acesso que reside a fragilidade da segurança, a exemplo do vazamento de mais de duzentos e cinquenta mil documentos da diplomacia estadunidense pela organização wikileaks<sup>43</sup> no final de 2010;

*Segurança*- Divide-se em dois subtópicos relativos a pessoas e objetos:

- *Segurança pessoal*- Efetua levantamentos informacionais sobre os antecedentes históricos e vínculos de relacionamentos dos indivíduos que possam vir a ter acesso às informações sigilosas do Estado. Com isso, tenta-se identificar eventuais vínculos com organizações de espionagem estrangeiras, organizações terroristas ou criminosas, por exemplo, evitando por antecipação, que esse acesso torne-se posteriormente um vazamento de conhecimentos confidenciais. Embora

---

<sup>43</sup> WikiLeaks é uma organização transnacional sem fins lucrativos, sediada na Suécia, que publica, em seu *site*, *posts* de fontes anônimas, documentos, fotos e informações confidenciais, vazadas de governos ou empresas, sobre assuntos sensíveis.

muitas pessoas com relacionamentos suspeitos possam nunca vir a fornecer informações sensíveis, o mapeamento de tais ligações é elemento crítico para que se possam calcular fatores de risco que sejam toleráveis. Em algumas circunstâncias, o Estado não pode se dar ao luxo de correr risco algum;

- *Segurança física*- Tem seu foco na informação enquanto objeto físico. Estabelece medidas para impedir que a inteligência adversária tenha acesso à informação sigilosa por meio da proteção de locais, pessoas, objetos, sistemas etc. Parte-se da premissa de que os dados que são de fácil acesso podem ser roubados assim como são roubados produtos expostos na prateleira de uma loja. Quanto mais relevante o conhecimento, maior o número de barreiras e pontos de controle a serem estabelecidos para o seu acesso. Todavia, com o avanço da tecnologia da informação, maior controle não significa necessariamente mais dificuldade de acesso ao usuário. Diversas medidas podem ser empregadas para controlar e salvaguardar a informação, bem como para auditá-la, sem que o usuário tenha noção dessa vigilância e proteção (SHULSKY; SCHMITT, 2002);

b) Medidas ofensivas:

Ao contrário das medidas defensivas ou passivas que buscam impedir o roubo ou acesso às informações mediante sua classificação ou proteção, as medidas ativas ou ofensivas buscam agir diretamente sobre esse adversário, obtendo informações do serviço de inteligência adversário, inclusive sobre sua rede de informantes. Com o emprego de medidas ativas, tenta-se identificar a maneira de operar do antagonista para, a partir deste conhecimento, torná-las estéreis. Se esses tipos de medidas são bem sucedidos, podem evoluir para a obtenção de vantagens sobre o serviço de inteligência rival. Por exemplo, uma vez consolidada a infiltração dentro do terreno adversário, é possível não somente obter as informações deste, como também *desinformar*. Esse conjunto de ações é definido como contraespionagem (SHULSKY; SCHMITT, 2002, p. 108), que comporia o ramo ofensivo da contrainteligência. Assim sendo:

Quando você rouba um segredo militar da força aérea ou do exército de algum país, ou um segredo político do Ministério das Relações Exteriores de outra nação, você denomina isso como espionagem. Quando você rouba

isso de um serviço de inteligência, é contra-espionagem<sup>44</sup> (JOHNSON, 2009, p. 2).

Logo, enquanto as medidas defensivas de inteligência afetam toda a máquina governamental, as medidas ofensivas dizem respeito tão somente ao enfrentamento informacional interagências, em que os serviços secretos travam verdadeiras batalhas informacionais entre si.

Ainda segundo o modelo proposto por Shulsky (2002, p. 108), é possível qualificar como medidas ofensivas as operações de vigilância, a coleta de inteligência e a citada desinformação. Aqui uma resumida explicação sobre cada uma:

*Operações de vigilância*- Consiste em empreender vigilância sobre os componentes de agências de inteligência estrangeira atuando em território nacional. Comumente tais agentes atuam sob cobertura diplomática, de maneira que, caso sejam flagrados em atividades de espionagem, não tenham que responder às leis do país em questão, sendo o procedimento comum a simples expulsão. A utilização de técnicas de vigilância e acompanhamento permitiria identificar as relações dos mesmos, potencializando a localização de redes de espiões recrutadas a partir de cidadãos locais ou pela infiltração de estrangeiros. A vigilância sobre os oficiais de inteligência adversários parte do pressuposto de que é mais fácil identificar uma rede de espionagem a partir de seu agente controlador do que tentando vasculhar por todo o país os possíveis suspeitos;

*Coleta de inteligência*- É considerado como o modo mais eficiente para detectar as ações da inteligência estrangeira. Consiste em coletar informações diretamente sobre o serviço rival, a partir do emprego de espiões /agentes duplos ou mediante a utilização de meios técnicos, como interceptação de sinais etc. A partir da infiltração é possível obter informações sobre suas redes de agentes que operam no estrangeiro, eliminando a sua atuação e suprimindo seus colaboradores. Esse tipo de ação, embora trabalhoso, traz grandes resultados para o ator político que conseguiu tal empreendimento. Além de viabilizar a obtenção de informações sobre a organização infiltrada e sobre as informações que ela possui e produz,

---

<sup>44</sup> When you steal a military secret from some country's air force or army, or a political secret from some country's foreign office, you call it espionage. When you steal it from an intelligence service, it is counterespionage. (Tradução nossa).

dependendo do grau de projeção interna dos agentes duplos cooptados, é possível ainda fornecer informações distorcidas ao adversário, turvando sua visão sobre determinadas situações, desinformando. A desinformação é outra área, portanto, que compõe o campo de atuação da contrainteligência configurando-se em importante estratégia (SHULSKY, 2002, p. 108), conforme veremos a seguir.

*Desinformação*- Essa atividade prevê o uso do logro, do ardil, da mentira, de maneira que o serviço de inteligência adversário obtenha informações falsas ou distorcidas, tomando-as por verdadeiras e viabilizando a seus usuários a construção de um cenário enganoso “manipulando a percepção dos mesmos” (GODSON, 2004, p. 235). O objetivo da desinformação é fazer com que o inimigo tome decisões de maneira prejudicial aos seus próprios interesses (HERMAN, 1996, p. 170). Daí que:

A esse interesse do desinformador em obter vantagem fazendo com que alguém se comporte de acordo com um plano previamente estabelecido pode ser denominado como função manipuladora ou desinformadora (MELLO, 2010, p. 14).

Cabe observar que no contexto anglo-saxão empregam-se os conceitos de *denial* e *deception*. Por *denial* entende-se o processo de bloquear os acessos aos canais de informações dos quais o adversário pode receber informação verdadeira. Por *deception* compreende-se o esforço empreendido para que esse adversário acredite em informações falsas, criando um cenário fictício (SHULSKY, 2009, p. 15). Embora conceitualmente esses termos sejam distintos, na prática são empregados de maneira conjunta, sob o marco das operações de desinformação.

A desinformação pode ser empregada de diversas formas e maneiras, inclusive contra toda uma sociedade. Contudo, sua ação é potencializada caso seja realizada a partir da penetração da inteligência adversária, envolvendo o emprego de agentes duplos infiltrados. Como os governos tendem a considerar seus órgãos de inteligência como setores preparados para lidar com a obtenção de informações e sua proteção, a informação proveniente de tais agências tende a ter maior credibilidade, sobretudo em nível tático. Além disso, quando os próprios serviços de inteligência têm a sua acuidade comprometida, diminui-se também sua capacidade de perceber de maneira crítica as ações mais gerais que estejam sendo empregadas. De fato, ainda que se possa operar desinformando, iludindo toda uma sociedade, a desinformação operada a partir dos serviços de contrainteligência,

envolvendo centralmente a manipulação da agência antagonista, é a forma mais efetiva que as agências de inteligência possuem para alcançar seus objetivos.

De modo geral, a desinformação é mais efetiva quando conjuga distintos planos de atuação, sendo empregada como parte de um plano coordenado (HERMAN, 1996, p. 170). Daí vem o conceito de *orquestração*, em que se considera fundamental para o sucesso de suas campanhas, o planejamento e a conjugação de medidas em distintas esferas informacionais (JOHNSON, 2009, p. 196-208). Em uma campanha de desinformação orquestrada empregam-se múltiplos canais, dos quais vários blocos de informações são divulgados, de maneira a atingir determinada audiência específica. Para esse fim podem ser utilizados desde veículos da grande imprensa, até contatos diplomáticos, agentes duplos, documentos falsos etc. (SHULSKY, 2009). Dessa maneira, as ações de desinformação envolvendo amplos setores da população, geralmente, estão associadas a um conjunto de medidas de desinformação produzidas especificamente para agir sobre as agências de inteligência e seus governos.

#### 3.2.1.1.4 Ações encobertas

Embora as ações encobertas, a exemplo da contrainteligência, não estejam contidas dentro do ciclo de inteligência, também devem ser analisadas tendo em vista que existem organizações, ou mesmo setores dentro destas, especializados nesta funcionalidade.

Desta maneira, as ações encobertas possuem como objetivo a tentativa de influenciar eventos em outros países, sem o conhecimento de sua população, ou de forma a que, no caso de haver indícios sobre sua autoria, seja possível recorrer ao uso da *negação plausível*. (GODSON, 2004, p. 19). Essas atividades clandestinas têm como característica fundamental o fato de os governos poderem negar sua participação nos eventos afetados (HERMAN, 1996, p. 55). De acordo com o que argumenta Cepik (2003, p. 61):

Operações encobertas são utilizadas por um governo ou organização para tentar influenciar sistematicamente o comportamento de outro governo ou organização através da manipulação de aspectos econômicos, sociais e políticos relevantes para aquele ator, numa direção favorável aos interesses e valores da organização ou governo que patrocina a operação.

Sendo um meio de projeção de poder no ambiente externo, existe uma ampla gama de atividades que estão abrigadas sobre essa temática. Esse espectro varia

desde ações de cunho centralmente informacional e financeiro em um extremo, até a intervenção paramilitar direta em outro. Percebem-se por um lado medidas na esfera do poder simbólico, tais como o emprego de agentes de influência, financiamento político, operações de mídia, falsificações diversas e propaganda negra. No outro extremo têm-se as medidas sob a órbita do poder coercitivo, como o suporte a grupos de oposição, apoio a forças de resistência, insurgentes e terroristas, condução de sabotagens e outras operações paramilitares (HERMAN, 1996, p. 55).

Segundo Godson (2004, p. 134-177) compreendem atividades das ações encobertas:

*Ações políticas*- Procuram influenciar as decisões políticas de seu objeto de interesse através do emprego de meios informais, tais como grupos de influência ou enviados secretos, que atuarão junto ao referido alvo, e influirão sobre o processo decisório, promovendo os interesses de seu próprio país;

*Agentes de influência*- Neste caso a inteligência estrangeira opta por ajudar a promover indivíduos de dentro do próprio grupo adversário, potencializando sua carreira de maneira a que venham assumir posições de liderança. Tais pessoas podem ser recrutadas pela simples questão financeira ou pela afinidade com os supostos objetivos comuns. Uma vez estrategicamente posicionados, irão tentar influenciar eventos de acordo com os interesses do governo com o qual estão coniventes;

*Ajuda a organizações*- Parte da mesma premissa acima descrita, todavia relaciona-se a grupos organizados. Em sociedades complexas, diversos atores desempenham importantes papéis sociais. Ao promover religiões, partidos políticos, jornais, grupos étnicos, e mais recentemente, organizações não governamentais, é possível influir indiretamente sobre condições ou eventos locais;

*Transferência de dinheiro e suporte*- As agências de inteligência financiam legalmente, ou por via informal, as organizações ou pessoas que lhe são favoráveis em meio ao alvo em questão. Também é provido suporte em termos de conhecimento e informações, de maneira que as instituições assistidas possam prosperar;

*Propaganda dissimulada*- Objetiva influenciar a opinião pública de seu alvo, a partir de divulgações ostensivas, tais como livros, revistas, programas de rádio e



televisão, intercâmbios culturais e esportivos e centros de informações. Também pode assumir a forma de propaganda encoberta, nas quais são disseminadas informações e desinformações, sem a possível identificação de sua origem. Têm-se como exemplos as transmissões clandestinas de rádio ou o fornecimento de material impresso ou digital sem referências quanto à autoria ou procedência;

*Operações paramilitares-* Define-se como o emprego da força, de maneira clandestina, ou mesmo a assistência ao seu uso;

*Assassinatos-* Utilização de grupos treinados para a eliminação de líderes do seu grupo alvo. Podem ser utilizadas forças especiais, atuando clandestinamente, ou mesmo o contrato de serviços de terceiros, a exemplo da máfia. Também são utilizadas organizações nacionais financiadas pela inteligência estrangeira ou com ela comprometida ideologicamente;

*Terrorismo-* Potencializa-se a ação de grupos terroristas, de maneira a desestabilizar o grupo em questão, além de aterrorizar a população. Os grupos terroristas podem promover uma série de ações hostis que beneficiem o país patrocinador, sem que este tenha que assumir o ônus político dessas ações;

*Guerrilhas e movimentos de resistência-* Relaciona-se ao suporte a guerrilhas e outros movimentos de resistência. Tais grupos tanto podem estar relacionados a movimentos de confronto e resistência em presença de conquistadores estrangeiros como também ao enfrentamento entre facções políticas;

*Abrigo e segurança-* Muitas vezes, movimentos de guerrilha, insurgência ou mesmo opositores políticos necessitam de uma base segura fora de sua área de atuação, onde não serão caçados e presos ou eliminados. Tais locais seguros são fornecidos pelo país patrocinador, dentro de um conjunto de medidas de suporte;

*Suporte material para operações paramilitares-* Fornecimento de alimentos, medicamentos, armamentos e munições, equipamentos de comunicações, dentre outros itens, aos movimentos guerrilheiros ou grupos paramilitares que se deseja promover;

*Uso de forças especiais-* Os governos podem ainda optar por empregar diretamente suas próprias forças, utilizando grupos especiais para atuar de maneira clandestina no campo adversário. Se por um lado tais forças contam com a

confiança de seus governos, por outro, caso sejam capturadas, dificultam qualquer tipo de negação plausível sobre a autoria da ação;

*Golpes de estado*- É tido como o mais sofisticado instrumento das ações encobertas, uma vez que exige a *orquestração* de várias medidas concomitantes. Consiste na articulação de forças, potencialização da propaganda e fornecimento de meios que permitam derrubar o governo vigente, instaurando outro que seja simpático à nação patrocinadora;

*Suporte de inteligência e informações*- Envolve o provimento secreto de informações para a liderança de um outro grupo que se queira apoiar, seja um líder guerrilheiro, terrorista ou governante estatal. Tais informações podem ser providas sobre temas e ações envolvendo atores estrangeiros, bem como a eventual presença de espões dentro de seu território. Além disso, a organização de inteligência em questão pode disponibilizar métodos e técnicas da área, com o intuito de formar organizações similares junto ao líder assistido (GODSON, 2004, p. 134-177).

Para Cepik (2003, p. 61) os instrumentos para a realização das ações encobertas descritos acima seriam classificados em quatro distintos tipos, sendo estes:

*Primeiro tipo*- É o de caráter mais extremo, com o emprego de medidas de violência direta e sistemática contra os adversários. Envolve o apoio a condução de guerra subterrânea, sustentação de organizações paramilitares, guerrilhas, contrainsurgência e terrorismo. O envolvimento do governo estrangeiro pode variar do fornecimento de armamentos, dinheiro e munições, chegando a um nível mais direto com treinamento, inteligência e emprego de forças especiais;

*Segundo tipo*- Relaciona-se a medidas em que existe o emprego de violência, todavia o mesmo se dá em menor monta. Envolve o apoio a golpes de Estado, tentativas de assassinatos de dirigentes políticos, ações militares em fronteiras, medidas de sabotagem e ações terroristas pontuais;

*Terceiro tipo*- Assistência político-financeira. Emprega “sabotagem econômica e política” contra o governo, partidos ou setores sociais adversários. Também potencializa os setores aliados provando recursos financeiros e econômicos, de maneira a viabilizá-los enquanto alternativa política e ideológica;

*Quarto tipo-* Propaganda e desinformação. São as ações mais comuns, relacionando-se ao emprego de medidas para “influenciar as percepções de um governo ou mesmo da sociedade”, a partir do uso “agentes de influência, desinformação, falsificação de dinheiro ou documentos”. Também são aplicadas diversas ações de propaganda, com graus de clandestinidade quanto à verdadeira autoria.

Das quatro categorias de ações encobertas propostas pelo autor, somente a última, propaganda e desinformação, teria o seu caráter inteiramente informacional. As duas primeiras categorias empregam informação como suporte direto ao emprego de meios de coerção, e a terceira como mecanismo ideológico de fomento à ação política. Dentro do escopo deste trabalho, será dada ênfase à faceta informacional de propaganda e desinformação, contudo, cabe salientar que a informação é um quesito básico à utilização da violência, sobretudo a seletiva, sendo essencial, portanto nas categorias de tipo um e dois.

#### *Coleta de informações x ações encobertas*

Conforme já citado anteriormente, a princípio, as ações encobertas, ou *cover actions*, não se relacionam diretamente com a atividade de inteligência. A inteligência de Estado compreende um conjunto de processos para obtenção e análise da informação, envolvendo a máxima discrição de seus métodos, visando à obtenção de informações secretas sem o conhecimento do adversário. Para os serviços secretos, sob o prisma estritamente informacional, sua atuação envolve grande dose de segredo. Para se ter agentes e informantes bem localizados, essas organizações trabalham pacientemente e com um elevado custo. O ciclo, por exemplo, para recrutar um jovem estrangeiro no início de sua jornada profissional, posicioná-lo em uma instituição relevante dentro da estrutura do Estado adversário, assessorar o desenvolvimento de sua carreira, ajudá-lo sempre que possível a progredir nesta, só para, ao final obter informações relevantes, quando o jovem em questão vier a ocupar uma função importante, é demasiadamente longo.

Assim sendo, ao se pensar o volume de tempo, dinheiro e trabalho empregado com vistas à obtenção de informações de difícil acesso em relação ao seu adversário, o cerne dos interesses da organização de inteligência, sob o viés informacional, envolve a preservação de seus custosos instrumentos de coleta. É justamente neste ponto que reside o aspecto conflitivo com as ações encobertas

(SHULSKY; SCHMITT, 2002, p. 95). Como estas intervêm no lócus de atuação do adversário, é difícil ocultar a participação da agência de inteligência envolvida. Além disso, muitas vezes se exige que as fontes forneçam informações para apoiar a referida ação. Como consequência tem-se uma maior exposição da presença do serviço secreto, o que pode dificultar o acesso a informações importantes, com decorrentes medidas de segurança mais restritivas. Além disso, a inteligência afetada pode se atentar mais seriamente para a possibilidade da espionagem, dificultando novos recrutamentos, bem como localizando espiões que, de outra forma, jamais seriam identificados.

Não obstante o desempenho eficiente da coleta de informações de fontes humanas seja muitas vezes antagônico às práticas relativas às ações encobertas, de fato, ambas as atividades coexistem dentro de diversos serviços de inteligência no mundo, particularmente o estadunidense. Apesar da aparente contradição, existem alguns elementos centrais que explicariam esta tendência. Primeiramente, apesar de objetivos diferentes, os recursos disponíveis ao Estado envolvendo agentes capazes de operar clandestinamente fora de seu território são limitados. Os serviços secretos possuem escala global, têm pessoal qualificado e acostumado a assumir riscos pessoais e possuem espiões bem posicionados em diversas instituições (HERMAN, 1996, p. 55). Duplicar tais recursos, além de oneroso, aumentaria também as dificuldades envolvidas. Em segundo lugar, tem-se a preocupação de que duas estruturas diferentes, atuando a partir de organizações distintas, possam competir entre si pelo recrutamento de informantes e por influência local (SHULSKY; SCHMITT, 2002, p. 96). Dessa maneira, concorrendo entre si como duas agências distintas, com ênfase na mesma esfera de atuação, as fontes humanas, uma organização poderia sabotar a atuação da outra sem mesmo saber.

Outro aspecto que explicaria a sobreposição das distintas atividades dentro dos serviços de inteligência diz respeito às “escolhas históricas” (CEPIK, 2003, p. 63) feitas pelos diferentes atores. Apesar de as atividades de ação encoberta terem sido empregadas historicamente, a exemplo das medidas de Luiz XV estimulando levantamentos nas colônias inglesas na América do Norte (GODSON, 2004, p. 19), sua institucionalização foi recente. Sob o prisma institucional, essa atividade remonta ao fim do século XIX e início do XX, assim como o conjunto da atividade de inteligência (RICHELSON, 1995). Nesse contexto, o Reino Unido, como modelo e

precursor institucional da atividade de inteligência em relação aos demais países anglo-saxões, empregou fartamente tais medidas na Primeira e na Segunda Guerra Mundial. Tomando como exemplo as operações da inteligência britânica no Oriente Médio, ao longo da Primeira Guerra Mundial, é possível perceber como agências de inteligência ajudaram a provocar um levante árabe ante o império turco-otomano, sobrecarregando ainda mais os limitados recursos militares e econômicos dessa potência. A narrativa de T.E Lawrence sobre suas aventuras entre os insurgentes árabes é bastante emblemática em relação a esse tipo de missão:

Eu fui enviado a estes árabes como estranho, incapaz de pensar os seus pensamentos, ou de aderir às suas crenças, mas encarregado, pelo dever, de os conduzir à frente, e de desenvolver ao máximo qualquer movimento seu, proveitoso para a Inglaterra, na guerra que se estava travando. Embora eu não pudesse assumir o perfil moral daqueles povos, devia, pelo menos, ocultar o meu, e passar no meio deles sem provocar atritos, nem discórdia, nem crítica, e sim exercendo, tão somente, despercebida influência. (LAWRENCE, 2000, p. 35)

A bem sucedida ação do serviço de inteligência inglês no enfrentamento com a Turquia teve papel cumulativo na cultura a respeito das ações encobertas junto ao governo inglês, que as utilizou amplamente no decorrer da Segunda Guerra Mundial. Curiosamente, ao longo da guerra, os britânicos criaram um serviço responsável por essa atividade, o *Special Operations Executive*<sup>45</sup> – SOE, não pertencente aos tradicionais órgãos de inteligência, o MI-5<sup>46</sup> e MI-6<sup>47</sup>. Não obstante, resulta da experiência junto à atuação com a Grã-Bretanha, a estruturação das *cover actions* com funcionamento orgânico às nascentes agências de inteligência estadunidenses (RICHELSON, 1995). Quando da criação da legislação que fundou a CIA em 1947, esta já regulamentava as ações encobertas.

Sobre o emprego da operação encoberta, o *National Security Act of 1947* define que sua utilização depende da observância de 25 alguns aspectos. Dentre eles, o de que o presidente americano não pode autorizar a realização de uma ação encoberta pelos departamentos, organismos ou entidades do Governo dos Estados Unidos, a menos que observe tal ação como necessária para apoiar objetivos da política externa dos Estados Unidos, bem como importante para a segurança nacional (GESTEIRA, 2009, p. 24).

---

<sup>45</sup> Executivo de operações especiais. Tradução nossa.

<sup>46</sup> O MI5, oficialmente designado Security Service (Serviço de Segurança), é o serviço britânico de inteligência de segurança interna e contraespionagem. MI5 é a abreviatura de *Military Intelligence, section 5*, que é a designação tradicional, ainda vulgarmente usada, do Serviço de Segurança.

<sup>47</sup> O MI6, formalmente designado Secret Intelligence Service ou SIS, é o serviço britânico de inteligência encarregado de dirigir as atividades de inteligência externa britânica.

Embora se perceba na legislação uma pretensa preocupação quanto à utilização desse instrumento, na prática, seu uso tornou-se corriqueiro por parte da CIA, que veio aplicando as mais variadas técnicas nos países em que os EUA disputam influência. Operações encobertas foram executadas pela CIA desde as eleições italianas, sobre as quais existia o receio de que o Partido Comunista saísse vitorioso - como medidas operacionais a CIA financiou com dez milhões de dólares os partidos de centro na Itália, utilizando-se também propaganda negra e desinformação (RICHELSON, p. 244, 1995) - até a intervenção rotineira da CIA sobre a América Latina e o Oriente Médio. A CIA fez-se presente desde o financiamento de setores sociais comprometidos com a lógica do governo estadunidense, passando pelas tentativas de assassinato de Fidel Castro (CIA, 2007, p. 12), até a promoção dos golpes militares no Irã, na Guatemala e no Chile (WEINER, 2008).

Entretanto, conforme será visto no decorrer deste trabalho, as ações encobertas de longo prazo, centralmente de cunho informacional, estão entre as medidas mais sofisticadas a serem desenvolvidas pela inteligência das principais potências, em particular a estadunidense. Mais do que o emprego literal da força bruta, buscou-se predominantemente manipular as percepções dos governos e das sociedades estrangeiras (SHULSKY; SCHMITT, 2002, p. 79).

### **3.2.2 Organização por ambiente**

Outro recorte que determinou historicamente a organização dos serviços de inteligência diz respeito à abrangência geográfica em que tais organizações atuam. Em significativa parcela das potências mundiais observam-se organizações especializadas na obtenção de inteligência externa, ou seja, sobre os demais Estados ou adversários extraterritoriais, bem como instituições voltadas para atuar exclusivamente sobre o público interno do país. Sistemas de inteligência como os de Israel, França, Alemanha, Inglaterra, China, Rússia e Estados Unidos possuem, como característica comum, a especialização de suas organizações de inteligência de acordo com o foco interno e externo. Esse tipo de divisão gerou organizações com preceitos e formas de atuar com diferenças importantes entre elas.

Tal diferença seria explicada pela maneira distinta com que funcionam as relações políticas dentro das fronteiras nacionais e fora dos seus limites. No âmbito da jurisdição interna, o Estado detém o monopólio da violência e da elaboração de

leis. Não tendo concorrentes, conseguiria agir como regulador das normas e relações sociais, fazendo valer o marco legal. Já na esfera das relações internacionais, inexistente uma força supranacional com poder coercitivo que consiga impor leis e normas a todas as unidades políticas existentes, a todo o momento. Em certo sentido, nessa dimensão observa-se um caráter anárquico, que seria inerente às relações internacionais (NYE, 2009). Enquanto dentro de um Estado é possível forçar o cumprimento do ordenamento jurídico vigente, fora de suas fronteiras, o mesmo não ocorre, na medida em que ninguém detém o monopólio da força e das leis. Embora existam normas e acordos internacionais, seu efetivo cumprimento está associado ao poder militar, econômico e político disponível aos atores interessados. Sob esta lógica, ao mesmo tempo em que os Estados Unidos invadiram o Iraque em 2003 e a Rússia atacou a Geórgia em 2008 sem a autorização do Conselho de Segurança da ONU, a Sérvia foi duramente bombardeada por suas pretensões quanto à manutenção de integridade territorial da ex-república da Iugoslávia no decorrer da década de noventa do séc XX.

O reflexo desta diferença nas instituições de inteligência relaciona-se ao maior ou menor respeito às leis internas e/ou tratados internacionais. Na medida em que o Estado (sendo democrático) garanta o cumprimento do ordenamento jurídico, os serviços de inteligência tenderão a ser regulados e a sofrerem limitações em suas atividades na esfera interna. No campo externo, como a regulação é frágil, os meios utilizados contra os adversários são bem mais amplos. A seguir procuramos pontuar, ainda que de maneira resumida, as principais especificidades de cada esfera de atuação.

### *3.2.2.1 Inteligência interna ou de segurança*

Originada das polícias políticas do século XIX e XX, consolidou-se como um rol de instituições voltadas para identificar ameaças à existência do Estado, dentro de suas próprias fronteiras (HERMAN, 1996; CEPIK, 2003). Tais ameaças, conforme descrito anteriormente, estão relacionadas ao terreno do conflito entre vontades. Embora haja uma variação em sua abrangência, as temáticas afiliadas aos serviços de segurança comumente dizem respeito a terrorismo, tráfico internacional de drogas, crime organizado transnacional e espionagem estrangeira.

Em seu organograma, os serviços de segurança interna tendem a concentrar grande parte das disciplinas tanto de coleta quanto de análise. Realizam suas

próprias interceptações telefônicas e telemáticas, obtém coleta de imagens de meios públicos ou mediante seus próprios recursos, bem como mantém sua estrutura analítica. Essa duplicidade de funções em relação aos serviços externos muitas vezes é provocada pela lógica interna, em que existe um acompanhamento de tais ações por parte do Poder Judiciário e do Ministério Público. Em democracias consolidadas não se interceptam telefones ou mensagens eletrônicas sem uma autorização judicial. Outro fator que justificaria a existência dos dois tipos de agências estaria relacionado ao fato de que, em países como os EUA, por exemplo, existe uma grande preocupação quanto à centralidade em uma única agência de grande poder informacional, com o risco de serem criadas novas Gestapos<sup>48</sup> (EUA, 1947).

O funcionamento das organizações de inteligência interna assemelha-se ao das polícias quanto ao sentido investigativo (HERMAN, 1996), uma vez que são levantadas informações que objetivam identificar indivíduos associados às ameaças internas ao Estado. Tais ações envolveriam temas como o crime organizado internacional, a lavagem de dinheiro e o terrorismo, dentre outros fatores. Portanto, o emprego do suporte informacional tende a propiciar mais possibilidades de intervenção, pois na medida em que se descobre uma organização criminosa, ou mesmo uma rede de espionagem, é possível levar seus componentes à justiça. Por outro lado, as organizações de inteligência interna diferenciar-se-iam da lógica das organizações policiais, no sentido de que parcela das informações coletadas jamais virá à luz do processo penal, permanecendo como conhecimento apenas para o dirigente. Ou seja, existem casos como o da espionagem, por exemplo, em que se pode optar por acompanhar as ações da agência inimiga, até mesmo por décadas, de maneira a conhecer toda a rede e cooptar parte da organização para que forneçam desinformações. A coleção de informações obtidas permanecerá como um ativo para os dirigentes do Estado, não sendo, contudo, empregada em curto ou médio prazo.

### 3.2.2.2 *Inteligência Externa*

Originada da diplomacia e da guerra, as organizações voltadas para o ambiente externo abarcam a maior parte das agências especializadas em coleta humana e a quase totalidade das outras disciplinas como *Sigint* e *Imint*. É também

---

<sup>48</sup> Polícia política alemã do período nazista.



comum que existam organizações de *Humint* civis para a coleta externa, como a CIA estadunidense e o Mossad israelense, ao mesmo tempo em que são encontradas organizações militares como o DIA e a Aman<sup>49</sup>, nesses respectivos países. O que delimitaria a esfera de atuação de cada uma (civis e militares) é a temática, tendo em vista que a inteligência militar enfoca a capacidade militar e armamentos de outros países, enquanto seus pares civis acompanham aspectos mais abrangentes.

É também nos serviços de inteligência com o âmbito externo que são encontrados os setores especializados em ações encobertas. Essa lógica ocorre justamente pelo foco exterior, uma vez que seria uma anomalia jurídica um Estado criar um organismo especializado em burlar sistematicamente sua própria Constituição, obedecendo aos interesses políticos dos governantes do momento. Mais aceitável seria que tais especialistas atuassem sobre outros países desinformando, comprando aliados e investindo em partidos, sob a lógica da necessidade de defender os interesses nacionais, sejam estes quais forem.

Assim sendo, as agências externas, também conhecidas como positivas (KENT, 1967), tendem a atuar com uma escala de legitimidade diferenciada das relações no âmbito interno, tendo em vista que as relações internacionais seriam interpretadas como uma espécie de vale tudo. Mais do que restringir seus meios de coleta e manipulação de informações, tais organizações são especializadas na *negação plausível* de suas atividades, preservando seus próprios governos.

Ao longo deste capítulo foram descritos os principais processos que delimitam e definem a atividade de inteligência no âmbito estatal estadunidense. Uma vez descrita essa lógica informacional utilizaremos tal entendimento para compreender como e com quais informações essas agências subsidiam os Estados na disputa por poder. Assim sendo, a seguir serão descritos os conceitos e características do poder instrumental e os meios de inteligência empregados pelo Estado norte-americano com vistas à manutenção de seu status hegemônico.

---

<sup>49</sup> A Direção de Inteligência Militar (do hebraico: אגף המודיעין, *Agaf Hamodiin* - Lit. "Seção de Inteligência", geralmente é abreviada para Aman).

## IV- INFORMAÇÃO E PODER INSTRUMENTAL

Talvez sapiência e ignorância, a serviço de uma mesma causa, formassem uma liga muito mais forte que a união de dois letrados ou de dois grosseirões, tal como o bronze era mais forte que o cobre e o estanho, de cuja fusão se compunha.

Ismail Kadaré<sup>50</sup>.

Neste capítulo, analisaremos os instrumentos para o exercício do poder coercitivo ou instrumental e sua evolução, sejam tais instrumentos compostos por ações militares ou por incentivos econômicos. Essa análise servirá como um anteparo teórico que permita, em seguida, identificar a estrutura informacional montada a partir dos serviços de inteligência norte-americanos, que auxiliaram decisivamente esse país no suporte à conquista e à manutenção de sua prevalência atual no âmbito das relações internacionais. Esse entendimento da relevância dos conhecimentos de inteligência em relação ao poder “duro” no jogo das nações permitiria inferir acerca da empregabilidade desse tipo de recurso no tocante aos demais Estados. Conforme anteriormente pontuado, a análise do paradigma estadunidense mais do que elogio ou crítica, objetiva aprender com esse modelo, de maneira a que se possam identificar as “boas práticas” a serem imitadas ou mesmo aperfeiçoadas. Vale destacar que neste capítulo tem-se a junção do referencial teórico que norteia as relações políticas entre as nações, em junção com o aparato informacional de inteligência conformado pelo estado norteamericano para intervir nesse cenário internacional. Desta forma, a primeira parte do presente capítulo emprega centralmente levantamento da literatura da área de relações internacionais, enquanto a segunda parte mescla a produção acadêmica da área de inteligência de Estado com documentos primários elaborados pelas organizações deste setor.

Embora o termo coercitivo, do latim *coerci*, ato de coagir, mesma raiz de corroer, esteja associado à ideia de força física, percebe-se que existem diversas

---

<sup>50</sup> Trecho extraído do livro: *Os tambores da chuva*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

gradações para o emprego desta. A força pode ser utilizada com maior ou menor intensidade, bem como com maior ou menor visibilidade quanto à sua autoria. Assim sendo, as ferramentas empregadas no terreno do poder estrutural vão das mais explícitas, como as declarações formais de guerra e os embargos econômicos, passando por meios mais sutis, embora nem sempre menos violentos, como o apoio a governos estrangeiros, a realização de assassinatos, ou o financiamento de golpes militares.

Vale ressaltar que parte desses citados meios sutis são estritamente informacionais, como é o caso da propaganda e da desinformação, sendo tratados, portanto, no próximo capítulo, em que serão analisadas as relações da atividade de inteligência com o poder simbólico.

Voltando ao poder coercitivo, a busca pela invisibilidade das ações não significaria que estas não empreguem a violência, e sim, tão somente, que o ator envolvido no ato da violência não deseja que se conheça sua participação ou sua autoria. Logo, no campo do poder instrumental têm-se os conflitos bélicos e as sanções/incentivos econômicos, empregados como *instrumentos de poder visíveis*. Ao empregar este tipo de recurso, o Estado o faz expondo-se à percepção negativa ou positiva dos outros atores internacionais, geralmente a partir de resoluções do Conselho de Segurança da ONU, ou com o fornecimento de recursos via sistema financeiro. Por outro lado também existem instrumentos ocultos. Logo, ao utilizar os *instrumentos de poder clandestinos*, o Estado emprega igualmente a força, não desejando, contudo, o reconhecimento público de suas ações. O meio de exercício de poder característico dessa busca pela invisibilidade é centralmente o que se chama de ações encobertas, em que se tenta influir em outros Estados sem que isso se torne explícito. Conforme abordado no capítulo anterior as ações encobertas são tradicionalmente desenvolvidas pelos serviços de inteligência.

Outra faceta determinante quanto ao uso do poder coercitivo reside em sua dimensão informacional. Das disputas militares, passando por incentivos econômicos, medidas reguladoras e ações clandestinas, os Estados têm buscado, com maior ou menor efetividade, utilizar os meios de força adequados à submissão do adversário, sem que os recursos empregados e o desgaste nacional sejam maiores do que o estritamente necessário. Para isso, a obtenção de informações sobre esse adversário constitui-se como um aspecto basilar. O conhecimento

permite a seletividade no uso da força, com resultados idênticos ou maiores do que o emprego aleatório desta. A título de exemplo, pode-se melhor bombardear uma nação adversária nos locais estritamente necessários, não destruindo toda a infraestrutura local, do que ter que lidar com uma nação de refugiados, sem água, luz, ou serviços hospitalares, uma vez realizada a conquista.

O escopo informacional envolve as dimensões estratégica, tática e operacional. Sobre o prisma estratégico tenta-se obter informações sobre os planos do adversário, suas intenções, seus processos de tomada de decisão, dentre outros fatores. No tocante à dimensão tática, é necessário conhecer sobre suas ações e programas em desenvolvimento bem como sobre os atores empregados. Por fim, sob o prisma operacional chega-se à necessidade de obter dados sobre o curso dos indivíduos em uma linha de ação, como um campo de batalha.

Tanto em caso de utilização das ações encobertas quanto mediante a realização de coletas informacionais, os serviços de inteligência estadunidense tornaram-se um elemento preponderante como parte da estratégia de hegemonia desse país, conformando uma estrutura estatal inigualável em relação às demais nações. O aparato dos serviços secretos norte-americanos auxiliou de maneira decisiva a intervenção dos EUA em diversos conflitos no decorrer do século XX e XXI, sendo considerado como uma parte fundamental do Estado.

Todavia, para compreender a relevância informacional desses serviços de inteligência é necessária a compreensão dos distintos campos ideológicos acerca das relações internacionais, bem como as necessidades informacionais de cada óptica de exercício de poder. Embora as organizações de inteligência sejam relativamente similares, conforme observado no capítulo anterior, as perspectivas sobre as relações internacionais não o são. Essa multiplicidade de visões acerca do ordenamento entre as nações pode suscitar necessidades informacionais diferentes para o exercício do poder coercitivo. Além disso, em nível mais tático existem debates sobre atualidade dos meios de inteligência ante uma sociedade permeada por informações. Questiona-se em tempos de redes globais de informação, em que o conhecimento multiplica-se a todo momento, se de fato a inteligência de Estado ainda é relevante nessa esfera de poder.

## **4.1 Informação, Estado e conflito**

Um aspecto que fundamenta o emprego dos meios de inteligência e constitui-se como uma das principais facetas informacionais do Estado diz respeito à sua necessidade de informações para dar suporte à competição com outros Estados. Embora se possa argumentar que a busca informacional é uma necessidade vital no campo do conflito/disputa entre os Estados, existem dois grandes debates com diversas implicações acerca da necessidade da atividade de inteligência para subsidiar informacionalmente as relações entre Estados. Primeiramente, na *dimensão estratégica*, debate-se a pretensa inevitabilidade acerca da guerra enquanto instrumento forçoso para a resolução de litígios. Questiona-se, como decorrência, se existe de fato, a necessidade dos organismos de inteligência para ancorarem informacionalmente os seus governos. À medida que existam outras percepções sobre as relações entre os Estados, esses pontos de vista diversos poderiam prescindir da informação de inteligência? O poder instrumental das nações poderia ser aplicado sem a necessidade de obtenção de informações negadas pelo adversário? É possível construir a paz enquanto, concomitantemente, roubam-se informações de outro Estado? Ao responder estas indagações pode-se inferir sobre a necessidade da atividade de inteligência sob o prisma das diferentes visões ideológicas sobre o emprego do poder instrumental. Em segundo lugar, em *nível tático*, indaga-se acerca da necessidade da informação de inteligência para dar suporte ao enfrentamento entre os Estados. A informação de inteligência de fato altera a correlação de forças dos enfrentamentos militares? E em termos de negociações? Com as novas tecnologias informacionais integradas ao campo de batalha ainda se faz necessário um aparato de inteligência movido por analistas humanos? Assim, com esse questionamento pode-se avaliar se as informações de inteligência irão de fato ter empregabilidade em nível tático quando os Estados aplicam o seu poder instrumental.

A partir das respostas a estas perguntas será possível passar ao detalhamento dos serviços informacionais da inteligência norte-americana, compreendendo em que contexto os mesmos estão assentados.

### **4.1.1 Informação e relações internacionais**

Em nível estratégico, diversas correntes de pensamento sobre as relações internacionais digladiam-se sobre a real inevitabilidade dos conflitos entre Estados.

Uma vez que parte do conceito da atividade de inteligência relaciona-se ao fornecimento de informações, para subsidiar a tomada de decisão de atores em um conflito de vontades antagônicas (CEPIK, 2003), seria essa atividade necessária ante todas as perspectivas acerca das relações entre as nações? Ou seja, as correntes de pensamento sobre as relações internacionais e o poder instrumental necessitariam dos meios informacionais de inteligência para auxiliar na realização dos objetivos nacionais? Sob o prisma histórico, além do ponto de vista realista na esfera das relações entre países que predominou no decorrer dos séculos, percebem-se outras correntes de pensamento, tais como a marxista e a liberal. De acordo com a variação dessas concepções também modifica-se a compreensão do papel da guerra enquanto ferramenta para resolução de litígios entre os Estados, bem como a dimensão do emprego do poder instrumental e das informações necessárias à aplicação deste tipo de instrumento de poder.

A seguir, tentar-se-á identificar as características centrais de cada linha de pensamento, bem como a empregabilidade das informações oriundas da atividade de inteligência.

#### 4.1.1.1 *Realismo*

Sob a lógica realista, como atores privilegiados do cenário global, os Estados buscariam maximizar a sua influência política aumentando o seu poder dentro do contexto internacional em que existem. Tal contexto seria composto por outras nações com o mesmo objetivo, dentro de um mesmo exercício de racionalidade, em um sistema de nações mais anárquico que hierárquico (KEOHANE, 1986, p. 166). A ausência de uma estrutura hierárquica internacional, que cumpra papel similar ao do próprio Estado dentro da nação, propiciaria que as disputas de interesses muitas vezes assumissem o tom dos canhões.

Essa perspectiva tem seu marco teórico originário na Grécia, há mais de dois mil e quatrocentos anos, a partir da justificativa dada por Tucídides em relação aos motivos que originaram a guerra do Peloponeso. Segundo o historiador, o conflito teria se originado com “o crescimento do poder de Atenas, e o alarme que isso inspirava na Lacedemônia (Esparta), tornando a guerra inevitável<sup>51</sup>” (431 a.C.). A

---

<sup>51</sup> “The growth of the power of Athens, and the alarm which this inspired in Lacedaemon, made war inevitable”. TUCÍDIDES. *The History of the Peloponnesian War*. Atenas, 431 a.C. (Tradução nossa) Disponível em: <<http://classics.mit.edu/Thucydides/pelopwar.html>>. Acesso em 01/10/2009.

guerra seria, portanto, o instrumento por excelência para resolver as disputas de interesses entre os Estados e seria provocada pelo desequilíbrio de poder causado pelo surgimento de uma potência emergente, que colocaria em xeque o poder hegemônico de então.

Outra referência histórica que compõe a perspectiva realista é a de Thomas Hobbes, que ao descrever os “elementos da lei e da política”, em 1620, afirmou que o homem e o governo vivem em um “Estado de natureza”, em que lutam para concretizar seus próprios interesses, muitas vezes em detrimento dos demais. Segundo Hobbes, esse Estado de natureza em que primam os desejos pessoais pode ser controlado pelo *leviatã*, que seria o poder central, o príncipe. Dessa maneira:

O fim para o qual um homem desiste e cede ao outro, ou aos outros, o direito de se proteger e de se defender por seus próprios meios, é a segurança que ele espera obter de ser protegido e defendido por aqueles a quem cedeu esse direito. E um homem pode considerar-se em estado de segurança quando é capaz de prever que nenhuma violência lhe será feita, cujo autor não possa ser dissuadido pelo poder do soberano, a quem todos se submeteram; e sem essa segurança, não há razão para que um homem se desfaça de suas próprias vantagens, fazendo-se presa dos outros. Portanto, quando não se tem erigido um tal poder soberano, que possa oferecer essa segurança, deve-se concluir que cada homem conserva ainda o direito de fazer tudo aquilo que lhe pareça bom (HOBBS, 2010, p. 107).

Assim, ao mesmo tempo em que essa situação irracional dos indivíduos justifica e legitima a necessidade do “poder do soberano”, na dimensão internacional, ante a ausência de um superestado, convalida-se a prática dos atores estatais de se “fazer tudo aquilo que lhe pareça bom”. Ou seja, a lógica hobbesiana permitiria a dedução de que na esfera internacional o Estado tenderia a se comportar em sua relação com outros Estados de maneira a buscar o seu próprio interesse em detrimento dos demais. Dessa forma, a mesma relação anárquica que é contida dentro das fronteiras nacionais a partir da existência do monopólio da violência e das leis promovido pelo Estado, campearia sem controle na esfera internacional, em que se teria um *Estado de natureza*.

Mais uma contribuição teórica foi dada ao campo realista a partir das formulações do pensador militar Carl Von Clausewitz. Como resultado de suas reflexões sobre as guerras prussianas travadas por Frederico I no séc. XVIII e os conflitos napoleônicos que devastaram a Europa no séc. XIX, Clausewitz formulou, em seu tratado “*Da guerra*”, a máxima de que “a guerra é a continuação da política

por outros meios” (1996, p. 27), em que uma vez esgotado o terreno do discurso os meios bélicos seriam a extensão natural da política. Portanto, a guerra constituir-se-ia como uma ação lógica e razoável no conjunto dos mecanismos empregados pelos governantes para a resolução de conflitos de interesses em âmbito internacional.

No decorrer do séc. XX e já sob o impacto da Guerra Fria, o pensador francês Raymond Aron em seu clássico *“Paz e guerra entre as nações”* reforçou a ideia sobre a dificuldade em ordenar as relações entre os Estados, uma vez que não haveria uma legislação que conseguisse regular de fato as relações internacionais. Para Aron “o direito que resulta dos acordos entre Estados tem como origem a força, uma vez que sem ela os Estados não teriam chegado a existir” (2002, p. 731). Como tão somente os Estados possuem o monopólio da violência, não existe um ator internacional que seja o garantidor último dos acordos estabelecidos. Ao justificar o emprego da violência enquanto meio de realizar os objetivos do Estado, sejam estes democráticos ou não, Aron argumenta que “enquanto a sobrevivência das nações não for garantida por um tribunal ou árbitro imparcial, a consideração da relação de forças deve entrar no julgamento ético e histórico das causas defendidas pelas partes conflitantes” (2002, p. 733). Assim sendo, a defesa de interesses históricos poderia, por exemplo, justificar uma agressão preventiva à outra nação que aparente estar alterando o equilíbrio de poder internacional, tal como Esparta teria feito com Atenas.

Contemporâneo de Aron, outro importante teórico do campo realista das relações internacionais é Hans Morgenthau. Em seu livro *“Política entre as nações”*, esse pensador afirma que os Estados disputam constantemente o poder enquanto mecanismo garantidor de sua autopreservação. Preservação esta que seria compreendida pela manutenção da integridade territorial e do bem estar da população. A política internacional é apresentada pragmaticamente como a arena inevitável da luta entre os diversos atores estatais com vistas à realização de seus interesses nacionais.

A política internacional, como toda política, consiste em uma luta pelo poder. Sejam quais forem os fins da política internacional, o poder constitui sempre o objetivo imediato. Os povos e os políticos podem buscar, como fim último, liberdade, segurança, prosperidade ou o poder em si mesmo. Eles podem definir seus objetivos em termos de um ideal religioso, filosófico, econômico ou social. Podem desejar que esse ideal se materialize, quer em virtude de sua força interna, quer graças à intervenção divina ou como resultado natural do desenvolvimento dos negócios humanos. Podem ainda tentar



facilitar sua realização mediante o recurso a meios não políticos, tais como cooperação técnica com outras nações ou organismos internacionais. Contudo, sempre que buscarem realizar o seu objetivo por meio da política internacional, eles estarão lutando por poder (MORGENTHAU, 2003, p. 49).

Para o realismo de Morgenthau até mesmo a luta pela paz mundial assenta-se na capacidade política de realizar tal intento, que é disputada com outras visões no cenário mundial. Essa luta pelo poder tem primazia no conflito, em que o Estado consegue continuar sua política mediante a guerra, se necessário.

Outro autor contemporâneo que faz contribuições à teoria realista é o pesquisador Kenneth Waltz, que estaria associado ao neorealismo. Em “*O homem, o estado e a guerra*” Waltz compara as teorias liberal, marxista e realista na tentativa de justificar essa última, sob a alegação de que os Estados sofreriam limitações e seriam constrangidos a atuar de determinada maneira, de acordo com o contexto internacional em que existem. Sob essa perspectiva:

Na política internacional, há algumas regras legais para orientar os Estados tanto na paz como na guerra, mas, quando se descobre que alguns Estados as violam, os outros não podem simplesmente sair do jogo. Um Estado pode então ter de considerar se prefere violar seu código de comportamento ou respeitá-lo e pôr em risco a própria sobrevivência (WALTZ, 2004, p. 255).

Dessa maneira, um Estado pode ser forçado a violar seus valores, seja fazendo uma aliança com outra nação, indo à guerra “preventivamente” ou assinando tratados, sob a lógica de sua preservação. Ao tentar sair simplesmente do “jogo”, corre o risco de ter a sua existência ameaçada, vez que o adversário poderia continuar a atuar. Sob essa lógica, nas relações internacionais o isolacionismo simplesmente não é uma opção viável estrategicamente. Tendo o conflito político sido transformado em sua “extensão”, a guerra corrobora a abordagem de Waltz e uma das leis cunhadas por Clausewitz acerca da luta entre as nações, em que apregoam que o ritmo do combate é dado pelo ator que se dispõe a limitar menos o emprego da própria força. Pela visão do militar prussiano:

Como o uso da força física na sua integralidade não exclui de modo nenhum a colaboração da inteligência, aquele que se utiliza sem piedade desta força e não recua perante nenhuma efusão de sangue ganhará vantagem sobre o seu adversário se este não agir da mesma forma. Por este fato, ele dita a sua lei ao adversário, de modo que cada um impele o outro para extremos nos quais só o contrapeso que reside do lado adverso traça limites (CLAUSEWITZ, 1996, p. 8).

Embora descrevendo as leis da guerra, cabe essa analogia entre o pensamento de Clausewitz e o de Waltz, pois, em ambos os casos, a dinâmica nas relações é dada por aquele que se dispõe a intervir com mais vigor na persecução de seus objetivos, não restando aos outros atores nenhuma alternativa a não ser reagir com igual força à ação do adversário ou sucumbir.

Vê-se, portanto, que, sob a perspectiva realista, o conflito entre as nações é tido como algo inevitável, uma vez que compõe o funcionamento objetivo das relações internacionais. Para o realismo político a guerra é um lugar comum, que deve ser compreendida como um fenômeno concreto das relações humanas, sendo, conseqüentemente, o seu emprego aceitável para a persecução dos objetivos nacionais. Para essa doutrina as relações humanas, no âmbito internacional, partem de um “Estado de natureza” que é um fato, e, como fato, deve ser compreendido e aceito, em contraponto ao exercício de valorações morais que não modificarão as condições reais que estão postas pela natureza humana. Além disso, dentro desse campo de visão, as nações que não souberem lidar com essa dura “realidade” correm o risco de comprometerem sua própria existência.

Um marco comum no que tange aos pensadores realistas é a primazia dada ao emprego de instrumentos de poder nacional de caráter coercitivo, seja com as ações bélicas ou com os incentivos econômicos, em detrimento da utilização dos recursos de poder simbólico. Assim, os realistas tendem a intensificar as ações militares e as medidas econômicas, necessitando sobremaneira de informações para subsidiar o processo decisório. Se o conflito é uma medida racional para resolver querelas internacionais, a vitória na guerra raramente responde aos cálculos políticos que a ela deram origem. A imprevisibilidade nos acontecimentos e o volume de atores envolvidos tornam os resultados difíceis de serem determinados. Nessa relação turbulenta, a necessidade de informações sobre as ações do adversário adquire grande importância.

#### *4.1.1.2 Realismo e inteligência*

O realismo em termos informacionais tem sua maior contradição a partir da dicotomia entre o Estado nacional, detentor do monopólio nacional da força e da lei, com alguma previsibilidade normativa, e o Estado enquanto ator na relação com outros Estados, em que primaria a ausência de ordem e, na maioria das vezes, a previsibilidade. Essa dualidade é explicada da seguinte maneira:

Em substância, se excetuarmos as situações de profunda crise institucional ou até de guerra civil, existe dentro do Estado um grau de certeza e de previsibilidade nas relações entre os homens que, mesmo sendo relativo, visto haver sempre também dentro do Estado uma esfera não eliminável de relações antijurídicas, é, de qualquer modo, qualitativamente diverso da natureza estruturalmente aleatória que caracteriza as Relações internacionais (BOBBIO, 2009, p. 1090).

Essa “natureza estruturalmente aleatória” faz com que o processo decisório na esfera das relações políticas com outros países seja acentuadamente mais desafiador sobre o prisma informacional, do que na esfera nacional. A partir dessa inerente desordem nas relações internacionais, tem-se um desafio para a escolha das melhores políticas envolvendo a obtenção de informações para suportar o processo decisório, gerando, portanto, um paradoxo. Ao mesmo tempo em que se busca a melhor decisão pautada pela racionalidade, em detrimento do *Estado de natureza*, não se tem todas as informações necessárias a esse processo de escolha ideal. Então, embora os realistas apregoem o processo de escolha das ações estatais a partir de uma citada racionalidade, a mesma só pode ser alcançada com a coleta de informações sobre a realidade internacional circundante, bem como sobre as pretensões dos adversários, o que é uma tarefa de grande envergadura e de difícil execução. Alguns exemplos históricos corroboram essa afirmativa.

Voltando ao relato do historiador Tucídides sobre a guerra do Peloponeso ocorrida de 431 a 404 a.C. entre as cidades gregas de Atenas e Esparta, essa narrativa exemplificaria tanto o pragmatismo realista por parte dos Estados na busca de hegemonia, quanto às dificuldades informacionais envolvidas. Embora a opção pela guerra feita por Esparta tenha se dado com base em um processo racional - o grande crescimento do poderio de Atenas - as consequências da escolha foram trágicas para as duas sociedades. Após vinte e sete anos de guerra, mesmo com a derrota de Atenas, ambos os Estados esgotaram seus recursos humanos e materiais. O exaurimento das cidades-estado envolvidas e “as hostilidades residuais que persistiram após seu término deixaram a Grécia aberta à conquista e impuseram a unificação sob o domínio dos macedônicos, irmãos dos gregos, mas semibárbaros aos olhos deles” (KEEGAN, 1995, p. 271). A partir de então, a cultura helênica perdeu ímpeto e o sistema de cidades-estado definiu, perdendo a independência para os macedônicos e posteriormente para os romanos. Nessa citada competição anárquica e pouco regulada entre os Estados, em que se busca ocupar posições privilegiadas no cenário internacional, o conhecimento rarefeito ou incompleto pode

ter um papel catastrófico para o governante, comprometendo a almejada busca pela racionalidade. Na guerra do Peloponeso, as cidades litigantes provavelmente não tinham um volume de informações disponíveis para avaliar corretamente, em nível estratégico, o efeito de suas ações sobre o sistema internacional de então, bem como as pretensões e possibilidades dos outros atores envolvidos.

Outra circunstância histórica que ilustra a dimensão das informações para o processo decisório vital à sobrevivência do Estado dá-se quando em 1415, Henrique V, rei da Inglaterra, invade a França reivindicando o trono francês. Com uma força composta por dez mil homens, o governante inglês chegou à costa, próximo à cidade de Harfleur em 14 de agosto e avançou sobre esta, sitiando-a. O desgastante cerco durou até que a cidade fosse tomada por suas tropas. Curiosamente ainda não se tinham notícias sobre o paradeiro do exército francês, uma vez que a cidade permaneceu à própria sorte sem receber ajuda externa. Posteriormente à tomada da cidade, os ingleses avançaram em direção ao rio Somme, onde em meados de outubro Henrique “teve as primeiras notícias do inimigo e verificou que eram graves” (KEEGAN, 1976, p. 61). Repentinamente o rei deparou-se com um numeroso exército francês impedindo-lhe a passagem. Independentemente do resultado da batalha que veio a ser travada depois (Agincourt) e cuja fortuna favoreceu os ingleses, faz-se importante notar que após a invasão, as forças inglesas levaram mais de dois meses para descobrir a intencionalidade e os meios do inimigo francês, sendo que tal descoberta deu-se tão somente quando se depararam com seu exército. Ao se pensar que os principais personagens do Estado inglês estavam em jogo, a começar pelo rei, é difícil conceber como manejar a guerra com tamanha ausência de informações.

Na América do Sul, entre dezembro de 1864 e março de 1870, a guerra entre os aliados Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai constitui-se como outro exemplo da ausência de informações adequadas para a tomada de decisão. Quando Carlos Antonio López faleceu em 1862, orientou seu filho Solano López que agisse para ocupar o espaço político para o Paraguai, mas preferencialmente mediante acordos diplomáticos e não pela guerra, sobretudo contra o Brasil. O ditador Carlos López foi atuante para expandir a influência política de sua nação, “mas tinha consciência da debilidade do seu país, daí o pragmatismo de sua política externa, pautada pelos limites do possível” (DORATIOTO, 2002, p. 41). Seu filho Solano,

entretanto, não possuía os conhecimentos acumulados do pai, nem tinha estruturado dentro do Estado paraguaio um sistema de informações focado no ambiente externo, que lhe permitisse avaliar estrategicamente a disparidade de recursos humanos e econômicos entre o Brasil e seu próprio país. A lógica do Estado Paraguai estava voltada para o uso da informação como instrumento de domínio apenas sobre sua própria população. Dentro do país “pululavam os informantes da polícia, que delatavam qualquer comentário que deixasse alguma dúvida quanto à adesão ao governante” (DORATIOTO, 2002, p. 42). Possuidor de um exército taticamente melhor preparado, para o governo paraguaio a melhor escolha foi a guerra. No caso brasileiro, contudo, a situação não era muito melhor sob o prisma informacional, considerando-se que era virtualmente desconhecida a verdadeira capacidade do exército paraguaio. As informações que chegavam à corte brasileira eram distorcidas e repletas de impressões completamente subjetivas em detrimento de análises factuais, vez que “os relatórios dos agentes diplomáticos brasileiros em Assunção minimizaram a capacidade militar paraguaia e as intenções agressivas de Solano López” (DORATIOTO, 2002, p. 60). O saldo da guerra resultou em centenas de milhares de mortos de todos os países envolvidos, entre os quais cinquenta mil brasileiros e duzentos mil paraguaios<sup>52</sup>. No caso do Paraguai, este perdeu não somente parcela significativa de sua população masculina, bem como parte de seu território. O Brasil, pretensamente vitorioso da contenda, saiu grandemente endividado com a Inglaterra, aumentando ainda mais a sua dependência econômica.

Em função da percepção dessa carência informacional, a lógica realista influenciou na conformação de agências para sanar essa deficiência. Ao final do séc XIX e início do séc XX diversas estruturas de inteligência governamental foram criadas com o objetivo de auxiliar o Estado e seus exércitos a tomarem informações do adversário, auxiliando nos cálculos acerca da vantagem de se ir à guerra ou não. Em nível tático, potências como os Estados Unidos, Inglaterra, França e Rússia estruturaram diversas instituições especializadas em determinadas disciplinas de coleta de informações - *Humint*, *Sigint*, *Imint*, *Masint*, *Osint* – como meio de obter dados sobre os países adversários. Essas organizações vieram a adquirir uma

---

<sup>52</sup> Os números de mortos paraguaios estão envoltos em polêmica devido à ausência de registros da população da época. Alguns historiadores questionam o censo de 1887 que estimava a população em mais de um milhão de habitantes. Argumenta-se que no censo de 1846 existiriam tão somente duzentos e cinquenta mil habitantes. Assim sendo, para se atingir tal população em 1887, ter-se-ia um crescimento populacional de 17% ao ano. (DORATIOTO, 2002, p. 456).

estrutura gigantesca, recebendo grandes dotações orçamentárias e uma ampla gama de pessoal qualificado (RICHELSON, 1995). Os dados obtidos por tais organizações foram empregados ao longo dos anos, dentre outras coisas, para subsidiar as ações bélicas, em que a inteligência daria suporte informacional às medidas militares. Assim, no contexto atual, potências como os EUA utilizam amplamente meios de inteligência para verificar o posicionamento tático de uma coluna de blindados adversária ou para ter acesso ao conteúdo das comunicações de seu comandante.

Embora esse emprego tático do suporte informacional de inteligência sofra críticas, como será analisado no decorrer deste trabalho, aparentemente o uso de informações para subsidiar a tomada de decisões no campo de batalha tornou-se uma realidade das modernas forças armadas. O enfoque realista também concede certa relevância aos serviços secretos quanto à obtenção dos conhecimentos necessários à gestão estratégica do Estado. Informações estratégicas sobre a evolução das forças adversárias, de sua economia, do crescimento de sua população, dentre outros aspectos, estiveram na agenda das agências como a CIA, desde a sua fundação (KENT, 1967).

Mais do que a manutenção de coleções de dados, em nível estratégico a lógica realista também demanda a confecção de produtos informacionais mais elaborados, como os relatórios de estimativas<sup>53</sup>. Ao tentar prever o comportamento dos adversários, o processo decisório realista aumentaria a dose de racionalidade possível, já que seria legitimado pela análise em profundidade das ações presentes e futuras do adversário. Entretanto, se taticamente uma informação pode ser confrontada com a realidade rapidamente, de modo a avaliar a qualidade da inteligência recebida, em relação às projeções de futuro, não ocorre da mesma forma. Tomando novamente o exemplo norte-americano, diversas intervenções foram feitas em outras nações objetivando desestabilizar seus governantes. Imbuídos de uma lógica realista, buscando o equilíbrio de poder, em que se tentava restringir a influência soviética, a CIA patrocinou um golpe no Irã, derrubando o

---

<sup>53</sup> Conforme explicado no capítulo sobre a atividade de inteligência, a produção de estimativas nacionais está relacionada, sob o prisma norte-americano, à tentativa de prever cenários futuros relacionados a temas como segurança, conflitos militares ou relações internacionais. KENT, Sherman. *Informações estratégicas*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1967; KENT, Sherman. *Sherman Kent and the board of national estimates*. Washington: Center for Study of Intelligence, 1994.

governo eleito, e confrontou os soviéticos no Afeganistão, armando diversas tribos mulçumanas. Em curto prazo, consubstanciados pelas informações táticas recebidas, de fato os EUA conseguiram limitar o espaço dos soviéticos, no terreno estratégico, entretanto os resultados não foram tão satisfatórios. Em ambos os casos, setores mulçumanos antiamericanos radicais - xiitas no Irã e sunitas no Afeganistão - assumiram o poder nesses países e transformaram-se numa grande ameaça ao poder estadunidense na região. Assim, a capacidade de prover informações de estimativa estratégica a fim de consubstanciar a lógica de intervenção realista tem se mostrado dúbia.

Por outro lado, tecer cenários não é algo simples e envolveria mais do que simples acertos. Na passagem abaixo, Morgenthau sai em defesa da CIA quanto aos erros nas previsões desta em relação ao Irã.

Em 1979, a comunidade de informações e, de modo particular, a Agência Central de Inteligência (CIA), foi criticada por não ter prevenido a tempo os *policy makers* norte-americanos a respeito dos distúrbios que culminaram com a expulsão do xá do Irã. O próprio presidente Carter tomou a iniciativa, então sem precedentes, de repreender publicamente as mais altas autoridades da área de informações, por sua falta de previsão.

A que devemos atribuir essa falha por parte de pessoas normalmente inteligentes e responsáveis? A resposta reside na natureza do material empírico com o qual aquelas pessoas tinham de trabalhar. O observador é confrontado com uma multidão de fatores que, em sua totalidade, conformam o futuro. Para poder prever o futuro, o nosso observador teria de conhecer todos esses fatores, todas as suas dinâmicas, suas ações e reações mútuas e assim por diante. Mas o que ele sabe, e pode saber, não passa de um pequeno fragmento do quadro total. Ele apenas pode conjecturar e somente o futuro revelará quem soube, entre as muitas opções plausíveis, escolher corretamente.

Desse modo, e no que diz respeito ao Irã, a comunidade de informações errou em suas previsões. Contudo, em vez de culpá-la de modo indiscriminado, deveríamos fazer, a nós mesmos, duas perguntas: poderia alguém ter detectado tempestivamente a eclosão do descontentamento popular? Em caso afirmativo, que poderiam fazer os Estados Unidos em tal instância? A resposta à segunda pergunta, na melhor das hipóteses, seria: muito pouco. E este terá sido, talvez, o motivo por que a comunidade de informações prestou muito menos atenção ao Irã do que deveria ter feito (MORGENTHAU, 2003, p. 41)

Quando Morgenthau argumenta acerca da dificuldade em prever certos fenômenos, este se atém tão somente à questão da dificuldade em “prevenir” os “distúrbios” que culminaram na derrubada do poder do Xá do Irã. Questões posteriores, mais sofisticadas, como quais as forças iriam surgir quando da eliminação de outras, como foi o caso do governo eleito no Irã derrubado anteriormente pela CIA, não são sequer citadas, dadas as dificuldades envolvidas.

Todavia, se é difícil identificar todas as informações relevantes para se estimar as consequências de intervenções diretas ou indiretas em outras nações, possivelmente isso não tem afetado o ímpeto realista em relação à busca pela manutenção do equilíbrio de poder. As invasões estadunidenses no Afeganistão e no Iraque parecem corroborar essa premissa.

Infere-se, portanto, que o suporte informacional dado pelas organizações de inteligência possui acentuada relevância à lógica realista das relações internacionais. Em nível tático, o uso dos meios de inteligência está bastante incorporado à cultura das grandes potências, sendo parte corrente da doutrina das forças armadas. Em relação ao emprego estratégico, quanto maior o nível de abstração, maior a dificuldade em lidar com os milhares de atores envolvidos, o que dificultaria a previsibilidade dos fenômenos. Como a história tem demonstrado, a atividade de inteligência teve um grande incentivo nos estados operando debaixo da lógica realista em que a obtenção de informações pelas agências de inteligência prestam-se a dar suporte à confrontação com os demais Estados.

#### 4.1.1.3 *Marxismo*

Interessante notar que a abordagem marxista das relações internacionais teve por parte do próprio Marx uma pequena contribuição direta. O pensador alemão estabeleceu o marco teórico em relação ao conflito de classes em nível internacional, a lógica econômica global do capitalismo e a necessidade dos trabalhadores organizarem-se mundialmente para a tomada do poder.

O caráter de que a revolução a ser construída deveria se dar em todo o mundo encontra-se subjacente a diversos escritos econômicos de Marx, tal qual sua exposição sobre a “teoria moderna da colonização” (1998, p. 879). Nessa passagem do livro I de “*O capital*”, o autor descreve a necessidade do capitalismo em expandir a lógica das economias europeias em suas colônias, espelhando o mesmo excedente em mão de obra disponível, de maneira que as relações de poder se reproduzam, tanto pela restrição a poucos proprietários de bens, quanto pela ampliação dos mercados consumidores de produtos das metrópoles. Para Marx, o sistema capitalista expandiu-se globalmente e conseguiu ocupar territórios em poucas décadas, ampliando os mercados com o suporte dos exércitos das grandes potências. Portanto, ao passar da economia para a política foi natural aos marxistas a compreensão de que as respostas para o modelo capitalista têm que ser de cunho



internacional. No Manifesto Comunista de 1848, Marx demonstra o caráter mundial que dava à revolução socialista ao empregar o slogan “proletários de todos os países uni-vos”, chamando a organização da classe operária de todas as nacionalidades.

No entanto, as contribuições do autor são as de um filósofo fora do poder. Nos idos em que Marx viveu, o sistema capitalista ainda estava em seus primórdios e embora ameaçasse o modo de vida dos trabalhadores, ainda não estavam dadas as condições objetivas para que este sistema tomasse tamanha dimensão de poder. No contexto vivenciado por Marx, este conseguiu delimitar que os Estados capitalistas vão à guerra para disputar entre si mais mercados consumidores e recursos naturais para as suas respectivas burguesias, não tendo tido condições de avançar mais em seu modelo teórico, pela conjuntura do seu tempo.

O principal teórico marxista das relações internacionais foi Vladimir Ilitch Lênin. Como dirigente do Partido Comunista Russo, Lênin viveu a tomada do poder pelos comunistas e os dilemas do Estado operário quanto às relações para com as potências da época. Dentro da concepção leninista, tinha-se o entendimento de que a humanidade vivia uma fase em que alguns Estados tornaram-se impérios e, em função de seu maior desenvolvimento capitalista, colonizaram militar e economicamente todo o globo terrestre. Tais Estados iriam à guerra para beneficiar suas respectivas burguesias, de maneira a conquistar pela força das armas, novos mercados econômicos. Conforme explicou o dirigente:

O que caracteriza particularmente o capitalismo atual é o domínio dos grupos monopolistas constituídos por grandes empresários. Estes monopólios tornam-se sólidos, sobretudo quando reúnem apenas em suas mãos todas as fontes de matérias-primas e nós vimos com que ardor os grupos monopolistas internacionais dirigem os seus esforços no sentido de arrancarem ao adversário toda a possibilidade de concorrência, de se apoderarem, por exemplo, das jazidas de ferro ou de petróleo, etc. Somente a posse de colônias dá ao monopólio completas garantias de sucesso face a todas as eventualidades da luta contra os seus rivais, mesmo na hipótese de estes últimos ousarem defender-se com uma lei que estabeleça o monopólio do Estado. Quanto mais o capitalismo se desenvolve, mais se faz sentir a falta de matérias-primas, mais dura se torna a concorrência e a procura de fontes de matérias primas no mundo inteiro e mais brutal é a luta pela posse de colônias. (LÊNIN, 1987, p. 81)

Embora esta passagem tenha sido escrita no contexto da Primeira Guerra Mundial, ela bem explicita a lógica de que no capitalismo as guerras existem pela disputa de espaço econômico. Dessa forma, Lênin entendeu a Primeira Guerra

Mundial como centralmente voltada para a disputa de mercados, em que potências como a Alemanha, de desenvolvimento capitalista tardio e com poucas colônias, foram à guerra para ampliar seus recursos econômicos. Na contramão dos partidos que compunham a II Internacional Socialista, cuja maioria optou por apoiar seus próprios governos nacionais em detrimento de boicotar a guerra, os bolcheviques russos centraram seu discurso na consigna “paz, pão e terra”. A campanha pela paz representava naquele contexto um ataque direto aos pactos militares czaristas e ao posterior governo provisório de Alexander Kerensky, que encampou os acordos com a França e a Inglaterra.

Com a tomada do poder, Lênin deparou-se com uma guerra em andamento e com a necessidade de concretizar a paz com a Alemanha, o que foi feito depois de muitos debates dentro do Partido Bolchevique. Lênin defendia a “paz a todo custo”, contra posições como as de Trotsky, que argumentava pela consigna “nem paz, nem guerra”, na esperança de os trabalhadores alemães tomarem o poder antes que os soviéticos tivessem que aceitar as posições draconianas alemãs e austríacas. Inicialmente a posição de Trotsky prevaleceu e os revolucionários retiraram-se unilateralmente da mesa de negociações em Brest-Litovsk, na expectativa de assim também retirarem-se da guerra. Provavelmente parte do aprendizado concreto sobre o *realismo* nas relações com as grandes potências veio das consequências desse ato. Em 18 de fevereiro de 1918, oito dias após o fim das negociações, os alemães começaram o avanço dentro do território soviético não encontrando resistência alguma, o que forçou a capitulação ao acordo imposto por estes (SERGE, 1993, p. 153-188). Finda a participação forçada na guerra em andamento, o poder soviético teve que lidar com a guerra civil interna, entre brancos e vermelhos.

Os primeiros anos de conquista do poder e o enfrentamento com os exércitos de diversas potências que intervieram militarmente na Rússia reforçaram a visão sobre a luta de classes enquanto grande divisor de águas nas relações internacionais. Países antagonistas na guerra em andamento não se furtaram a combaterem juntos os comunistas. Os Estados Unidos, o Japão, a Inglaterra, a Alemanha e a Polônia, dentre outras nações, enviaram tropas para tentar domesticar a revolução em curso. Em decorrência desses eventos acentuou-se ainda mais uma visão de bipolaridade nas relações internacionais, em que existiria um conflito mundial entre a classe trabalhadora e os detentores do capital. Desta maneira, a

concepção marxista-leninista empregaria uma espécie de *realismo capitalista*, em que a visão realista seria validada dentro da esfera de relações entre os Estados burgueses, e do proletariado para com estes. Dentro dessa óptica enxergar-se-ia o poder político como um elemento crucial, e, com a lógica dos poderes hegemônicos, em que os Estados capitalistas fariam a guerra para expandir sua influência política (KEOHANE, 1985, p. 181), obedecendo às leis cunhadas por Marx em relação à necessidade de constante expansão econômica capitalista. Em seu debate, quando da falência da *II Internacional Socialista*, Lênin, ao exemplificar a dinâmica da Primeira Guerra Mundial, retrata esta compreensão:

O imperialismo é a subordinação de todas as classes proprietárias ao capital financeiro e à divisão do mundo entre cinco ou seis “grandes” potências, das quais a maioria participa, hoje, da guerra. A divisão do mundo entre as grandes potências significa que todas as camadas proprietárias têm interesse na posse de colônias e de esferas de influência, na opressão de nações estrangeiras, nos postos mais ou menos lucrativos e nos privilégios conferidos pelo fato de se pertencer a uma “grande” potência e a uma nação opressora (LÊNIN, 1979, p. 42).

Assim, a visão sobre as relações internacionais capitalistas seria essencialmente realista tendo em vista que o mundo, predominantemente centrado no capital, obedeceria à lógica econômica e política desse modelo e das grandes potências de sua promoção. Tentativas unilaterais de não se subordinar a esse arquétipo esbarrariam no peso da realidade. Leon Trotsky, ao assumir o comissariado para os assuntos estrangeiros em 1918, afirmou que sua tarefa envolveria “tornar públicos os acordos secretos e depois fechar a loja” (SERGE, 1991, p. 83). Todavia, esse desejo de não compactuar com as pragmáticas relações internacionais não sobreviveu à paz de Brest-Litovsk. A simples aspiração de não fazer a guerra e de não travar relações diplomáticas com os países “imperialistas” não impediu que estes tivessem planos para o papel da Rússia soviética no mundo, bem como quanto ao território e populações controlados por esta.

Além do duro aprendizado *realista* quanto às relações e aos acordos com as demais nações, o marxismo traz em seu bojo uma orientação específica nesse sentido. O próprio conceito de guerra é empregado por Lênin, a partir da adaptação do modelo clausewitziano, em que é compreendida como “o prolongamento da política das potências – e das classes no interior dessas – que tinham interesse na guerra em determinado momento” (LÊNIN, 1979, p. 33). Dessa maneira, a guerra é vista pelos marxistas como o prolongamento da política, porém tão somente da

política burguesa, vez que seria a arena em que as disputas por mercados e espaço econômico materializar-se-iam.

O marxismo diferenciar-se-ia do realismo por avaliar que as guerras são inerentes à luta de classes, sendo originadas pela concorrência entre diversos setores capitalistas buscando novos mercados. A partir dessa diferença a maneira com que se trava a guerra, a partir de um Estado operário, não se reduziria a um conflito internacional entre Estados, mas sim a um conflito internacional entre classes. Desta maneira o Estado socialista tentaria derrotar os Estados burgueses também com a insurgência interna por parte do proletariado local. Conforme preconizou Marx e Engels:

Um povo que quer conquistar a sua independência não se deve limitar às medidas ordinárias de guerra. O levante em massa, a guerra revolucionária e, sobretudo, a guerrilha generalizada, tais são os meios que permitem a um pequeno povo triunfar sobre um grande, a um exército popular triunfar sobre um grande, a um exército menos forte resistir a um exército mais forte e bem organizado (MARX; ENGELS; LÊNIN, 1981, p. 24).

Essa posição, mais do que vantagens de cunho militar, é proposta pelos autores com vistas à sublevação dos trabalhadores e à conquista do poder<sup>54</sup>. As relações internacionais dentro da concepção socialista não se limitam tão somente ao relacionamento institucional entre Estados, não existindo, para os marxistas, distinção entre os ambientes interno e externo dos países. Dessa ausência de fronteiras entre a dimensão interna e externa dos Estados, tem-se outro elemento de distinção envolvendo os atores no jogo das relações internacionais. Ao contrário do realismo que vê somente o Estado como ator legítimo, o marxismo-leninismo considera o Estado um instrumento, dando maior relevância aos setores sociais que utilizariam este como ferramenta. Tais setores seriam os grandes empresários, industriais, banqueiros e latifundiários em contraponto ao proletariado, camponeses, e seus partidos e sindicatos. A análise das relações internacionais seria pautada pelos interesses dos trabalhadores. De acordo com a visão de Lênin, são:

[...] os interesses da luta de classe do proletariado, ou melhor dizendo, os interesses do movimento internacional do proletariado, o que constitui o único ponto de vista segundo o qual se pode abordar e resolver o problema

---

<sup>54</sup> Embora o teórico militar Clausewitz, adotado pelos realistas, também advogue as vantagens do “armamento do povo” como guerra de resistência a ocupação estrangeira, não deixa de comentar a opinião dos “adversários” da guerra popular. Segundo Clausewitz esses adversários “consideram-na, de um ponto de vista político, como um meio revolucionário, um estado de anarquia legalizada, tão perigoso para a ordem social no interior como para o inimigo” (CLAUSEWITZ, 1996, p. 669).

da atitude dos social-democratas (comunistas) diante deste ou daquele fenômeno das relações internacionais (LÊNIN, 1981, p. 215).

O Estado é o meio privilegiado com que uma classe exerce sua dominação sobre a outra, ou seja, os atores políticos centrais são a burguesia e o proletariado, sendo, o Estado, a ferramenta. Para os comunistas as relações internacionais seriam pautadas a partir dos interesses mundiais do proletariado e não somente a partir de um Estado, mesmo que socialista. Em relação à dimensão do conflito, a teoria marxista também assemelhar-se-ia à visão realista, uma vez que o enfrentamento seria inevitável, embora a causalidade esteja associada ao sistema econômico capitalista para os primeiros enquanto, para os segundos, estaria associada ao caráter anárquico da relação entre os Estados.

Se as diferenças e similaridades com o realismo dão-se pelo escopo dos atores envolvidos, em que o marxismo identifica nas classes sociais os elementos fundamentais nas relações internacionais, em detrimento da visão realista que considera estritamente os Estados como atores válidos, o mesmo grau de diferenças não se dá com os liberais. Em relação ao liberalismo, o marxismo teria como diferença a descrença nas instituições internacionais multilaterais, uma vez que as mesmas estariam a serviço das classes dominantes, sendo qualquer legislação internacional praticamente irrelevante para os trabalhadores já que estaria a serviço do capital. Como o mundo dividir-se-ia em classes sociais, tem-se que as instituições internacionais existem apenas para legitimar os interesses mercadológicos da burguesia, dando uma espécie de verniz ideológico à disputa econômica. Dentro da disputa ideológica realista e liberal, provavelmente os marxistas considerariam a concepção realista mais próxima da descrição da realidade em que se dão as relações entre as nações capitalistas.

#### *4.1.1.4 Marxismo e inteligência*

A necessidade premente de obter informações de inteligência sobre os movimentos dos adversários está associada ao momento em que os marxistas viram-se ante a possibilidade de tomar o poder pela primeira vez, seja na Rússia em 1917 ou na Europa em 1919. Conhecer os movimentos dos adversários, as tropas que lhes são leais ou não, e os seus movimentos políticos são quesitos centrais em relação à arte da insurreição ou da guerra popular. Como diversos setores do marxismo, sejam estes leninistas, maoístas ou guevaristas, compreendem o

processo de ascensão ao poder como uma tomada deste pela via das armas, a obtenção de informações dá-se sobre os setores da classe social adversária. Nesse tipo de conflito interno, muitas vezes, as fronteiras entre os setores sociais em combate não são de fácil distinção, ao contrário das guerras convencionais entre exércitos de nações diferentes. O adversário não é tão óbvio, uma vez que não repousa simplesmente em outra nação. Uma das leis norteadoras da insurgência armada estabelecidas pelo general do exército vermelho Mikhail Tukhatchevsky nos dá mostras dessas dificuldades quando determina que:

Em primeiro lugar, não existe entre os combatentes *nenhuma linha de frente determinada*. Para o proletariado - tal como para as classes dominantes -, o frente é tudo aquilo que os cerca. Os combatentes encontram-se por todos os lados e por todos os cantos. Aliados e inimigos de classe de ambos os lados que se combatem reciprocamente não se encontram separados, territorialmente, de modo nitidamente claro. Por um lado, o proletariado revolucionário terá, inevitavelmente, seus partisaos, disfarçados e declarados, no espaço das classes dominantes - entre as tropas, na polícia, entre as diferentes organizações, situadas sob a influência política e organizativa dos Partidos das classes dominantes etc. - e, por outro lado, nas fileiras do proletariado, encontrar-se-ão não poucos adeptos, disfarçados e declarados, do velho poder (TUKHATCHEVSKY, 2005)<sup>55</sup>.

Dessa maneira, a tomada do poder já nasce sobre os auspícios da espionagem e contraespionagem, em que os lados em disputa estão em estreito contato e dividem lealdades em ambas as partes. Assim sendo, as facções em conflito procuram obter o maior volume de informações possíveis sobre os movimentos e pretensões do campo adversário, com vistas a minar a sua ação. Como um dos campos primordiais com que trabalham os marxistas-leninistas diz respeito à guerra civil insurrecional para tomar o poder pelo proletariado, adquire grande relevância não somente a obtenção de informações positivas sobre o inimigo de classe, como também sobre a capacidade de evitar que esse inimigo infiltre-se dentre suas fileiras obtendo informações relevantes e desinformando. Em um importante artigo sobre o papel do “serviço de informação e de reconhecimento nas lutas de rua para a insurreição proletária socialista” Tukhatchevsky preconiza que:

Sem um cuidadoso *serviço de informação* sobre os objetos colocados em questão, as ações vitoriosas de luta das unidades revolucionárias dos sublevados são inconcebíveis, durante a condução dos primeiros golpes, no início da insurreição proletária socialista. Sem ele, resulta, igualmente, inconcebível uma luta exitosa nas ruas da cidade, durante o inteiro

<sup>55</sup> <http://www.scientific-socialism.de/ArteTukha7.htm>

transcurso da insurreição. O *serviço de informação* é a visão dos sublevados (TUKHATCHEVSKY, 2005)<sup>56</sup>.

Ainda no mesmo artigo o autor propõe estrutura e tarefas para os serviços de inteligência insurrecionais. Dentro da concepção de Tukhatchevsky (2005) baseada na análise das experiências da insurreição de outubro, vê-se a necessidade de estruturar dois serviços dentro da organização de inteligência que seriam os serviços de espionagem e de contraespionagem.

Sobre o Serviço de Informação: notícias, reconhecimento e observação

O *principal método do serviço de informação* da organização de luta do proletariado antes mesmo do início da insurreição é constituído pelo *serviço de notícias, reconhecimento e observação*.

Esse serviço das organizações de luta é organizado para o cumprimento das seguintes tarefas:

a) *obtenção de informações sobre as forças armadas de combate do inimigo de classe (forças armadas, polícia militar, polícia civil, marinha, organizações fascistas e outras organizações de voluntários das classes dominantes);*

b) *reconhecimento do terreno da cidade, incluindo o reconhecimento dos objetivos visando ao emprego de tropas de engenharia e artilharia, bem como reconhecimento de outros objetivos;*

c) *o serviço político de informação.*

Sobre a contraespionagem

Um tipo especial do *serviço de informação* da organização militar proletária é a *Contraespionagem*.

As tarefas do *serviço de informação* das forças armadas de combate do proletariado, dinamizadas antes mesmo da deflagração da insurreição, são as seguintes:

a) *averiguação dos pontos precisos de localização e dos pontos chaves de distribuição dos setores das tropas regulares, na cidade em causa e nas suas imediatas redondezas;*

b) *descobrimto dos depósitos de armas e munições, posições, guardas e postos de comando, modo e maneira segundo os quais se poderá delas se aproximar, bem como investigação da possibilidade de sua aniquilação;*

c) *descobrimto das moradias dos membros do núcleo de comando dos setores das tropas regulares, bem como investigação da possibilidade de realização de seu repentino isolamento, durante a insurreição - ou já no início dela;*

d) *estudo do sistema do serviço de interconexão, telefônico e telegráfico, dos postos de comando com os setores das tropas regulares com o mundo externo.*

Atenção particular na atividade de obtenção de informações sobre os setores de tropa das forças armadas regulares deve ser consagrada às seguintes questões:

1) *ambiente existente entre os soldados no interior das casernas;*

2) *suas relações, entretidas com o corpo de comando;*

3) *clima político havido entre os setores das tropas regulares, em cada uma de suas subdivisões (TUKHATCHEVSKY, 2005)<sup>57</sup>.*

<sup>56</sup> <http://www.scientific-socialism.de/ArteTukha7.htm>

Como se percebe, a tomada do poder a partir de uma revolução armada, pressupõe um enfrentamento com o poder anterior antes de se ter conformado o novo tipo de Estado almejado. O tumulto e a ausência de fronteiras claras entre os lados marcam o processo insurrecional. A habilidade de obter informações relevantes sobre o adversário ao mesmo tempo em que se impede o acesso deste às suas é crucial ao processo de tomada de poder. Tendo que lidar com variáveis tais como a mútua penetração de espiões coletando e desinformando, os setores sociais que oscilam indefinidos entre um lado e outro da disputa e a própria névoa característica da guerra, infere-se que para a perspectiva marxista revolucionária seja de primordial importância a obtenção de boa informação de inteligência. Informação esta que ajude a precisar um quadro extremamente vago, em que a correlação de forças muda a todo momento.

Superados os desafios informacionais que deram suporte à tomada do Estado, tem-se a necessidade de dados que subsidiem a permanência na condução deste. Uma vez que a insurreição é vitoriosa, passa-se imediatamente a outro desafio que envolve a reação dos setores recém apeados do Estado. No tocante à experiência bolchevique, percebe-se a transição de uma relativa ingenuidade revolucionária à frieza do realismo da guerra civil. Exponentes do exército branco, que causariam milhares de mortes entre os trabalhadores ao longo da guerra civil como o general Krasnov, foram libertados inicialmente simplesmente com a promessa de não atentarem contra a revolução em curso. No caso em tela, Krasnov rumou para a região do Don imediatamente após sua soltura e organizou as forças militares contrarrevolucionárias (SERGE, 1991, p. 83). Pouco tempo depois, quando da disputa sobre o controle de Moscou com o exército branco, o comitê revolucionário local viu-se cercado e capitulou, ao que os oficiais czaristas imediatamente se puseram a fuzilar imediatamente os amotinados. Quando a situação se inverteu e as forças da reação entregaram-se, o comitê revolucionário tão somente dissolveu a guarda branca e ainda permitiu que os oficiais permanecessem com suas armas pessoais. Nos anos seguintes, de acordo com o relato histórico de Victor Serge, essa “clemência nefasta” faria com que os revolucionários russos viessem a encontrar esses mesmos oficiais nos diversos campos onde a contrarrevolução organizou-se.

---

<sup>57</sup> <http://www.scientific-socialism.de/ArteTukha7.htm>



Essa situação teria como ponto modificador o atentado contra Lênin, que seria o marco institucional do “terror vermelho”, em que os bolcheviques, a partir de sua organização de Inteligência, a *Tcheka*, mudaram o curso dos acontecimentos e passaram a reprimir duramente os opositoristas da revolução de outubro. De acordo com Serge “a revolução não tinha outra alternativa senão matar ou ser morta” (1993, p. 318). Um amplo sistema de informações foi, portanto, estruturado e a Tcheka escrutinou sistematicamente as cidades e os vilarejos do campo à procura dos adversários da revolução. Fazendo uma analogia a uma das fases da revolução francesa, o terrível, iniciou-se o período do terror vermelho, em que os bolcheviques passaram pelas armas milhares de adversários da revolução em curso. Embora o número de mortos tenha sido grande e por vezes indiscriminado em ambos os lados, a necessidade de informações que identificassem os alvos foi vital, tendo em vista como já dito que ao Estado é difícil o emprego da violência sem algum grau de seletividade.

Mais do que a necessidade de enfrentar os adversários internos, também percebeu-se a importância de obterem-se informações sobre os movimentos da burguesia dos países imperialistas, visto que estes eram os grandes alvos da revolução russa. No decorrer da guerra civil, entre 1918 e 1921, o poder conquistado pelos bolcheviques viu-se cercado também por diversas ameaças externas. Além dos exércitos brancos, em fevereiro de 1919 as estatísticas do estado maior russo avaliavam as forças de intervenção estrangeiras em aproximadamente trezentos mil soldados. Dentre as potências ocupantes tinham-se forças franco-gregas, inglesas, norte-americanas, japonesas, estonianas, polonesas, tchecoslovacas e alemãs (WOLLENBERG, 19??, p. 67). Identificar e reprimir as ações desses Estados transformaram-se em uma política prioritária para o jovem Estado soviético. Disposta a enfrentar as ações encobertas e a espionagem adversária, a Tcheka pôs-se em campo, muitas vezes não tão amparada pelas informações necessárias à restrição dos alvos a serem “eliminados”. De acordo com Serge (1993, p. 313) “é trabalhoso enumerar as organizações contra-revolucionárias que a Tcheka descobriu e destruiu no ato, sem mesmo se preocupar em verificar a fundo sua natureza”. Cabe a ressalva de que essa “ausência de preocupações”, ou respaldo informacional, pode ter significado a morte, prisão ou degredo de milhares de pessoas inocentes.

Além das informações necessárias à tomada do poder e ao enfrentamento dos adversários internos e externos, a lógica da luta de classes e a revolução mundial exigem também informações sobre a vida política nacional dos outros países, ainda não socialistas. No caso das organizações marxistas essa necessidade informacional sempre foi atendida pelos serviços de inteligência revolucionários, bem como pelas extensas redes de militantes vinculados à causa comunista, em que a pátria constituía-se na ideologia do enfrentamento global entre burguesia e proletariado. Assim, as organizações sindicais e os Partidos Comunistas tornaram-se fontes primárias de informações. Com a penetração ideológica comunista, os militantes e simpatizantes da causa constituíam-se como fontes valiosas, que muitas vezes conseguiam penetrar o Estado adversário. Diversas agências de inteligência dos Estados pretensamente socialistas, como a União Soviética, a Alemanha Oriental e a China montaram amplas redes de informação em vários países na tentativa de angariar informações que dessem suporte à preservação de seus próprios Estados, bem como à eventual tomada do poder pelos comunistas dentro dos países monitorados. Graças à influência ideológica comunista, as organizações de inteligência dos países socialistas construíram intrincadas redes de espionagem no exterior. Como exemplo temos a denominada *orquestra vermelha*, cuja malha de agentes conseguiu penetrar no cerne do processo de decisão da Alemanha nazista, repassando aos soviéticos informações vitais, como os planos da invasão alemã (PERRAULT, 19??). Outra situação que demonstra a capilaridade da inteligência dos países socialistas relaciona-se à infiltração de um agente do serviço secreto da Alemanha Oriental no gabinete do primeiro ministro da Alemanha Ocidental Willy Brandt, sendo descoberto em 1974 (WOLF, 1997, p. 193- 219).

Como se percebe, a necessidade de informações de inteligência de qualidade compõe de forma basilar a perspectiva marxista-leninista das relações internacionais. Sem o conhecimento do campo adversário não se toma nem se mantém o poder. Para se expandir a revolução e a dinâmica da luta de classes é necessário compreender profundamente o que se passa nos outros países, ainda capitalistas. Diferindo da corrente realista das relações internacionais pela perspectiva de classes sociais como atores centrais em detrimento do Estado, a óptica marxista teve sua permanência no poder, no decorrer do aprofundamento das

crises desse regime político, amparada muitas vezes quase completamente na capacidade repressiva de seus serviços estatais de segurança e informações como foi o caso da Alemanha Oriental, cujo serviço de inteligência recrutou centenas de milhares de colaboradores em sua própria população (FUNDER, 2008).

#### 4.1.1.5 Liberalismo

A concepção liberal das relações internacionais assenta-se nas ideias de respeito aos direitos individuais, instituições democráticas como elemento de valor universal e livre comércio entre as nações. Dessa similaridade de valores democráticos e das relações econômicas aprofundadas pelo comércio, nasceria uma mútua dependência entre as nações que, secundadas por organismos reguladores internacionais, tais como a atual Organização das Nações Unidas – ONU, ou a Organização Mundial do Comércio – OMC, possibilitariam que primasse a paz. Os liberais não veem na guerra um caminho inevitável para a resolução de disputa entre os Estados. Segundo essa perspectiva, a interdependência gerada pelas relações comerciais suscitaria vínculos entre os países, que dificultariam ou mesmo gerariam “uma estrutura social que é menos inclinada à guerra” (NYE, 2009, p. 56). Além disso, essas relações de confiança seriam consolidadas pela capacidade de mútua fiscalização, em que os próprios Estados envolvidos, ou mesmo organismos internacionais, fiscalizariam programas nucleares, aquisição de sistemas de armas, deslocamentos de tropas, dentre outras questões, de maneira que não se permita o surgimento de receios e suposições em função do desconhecimento das ações do outro ator estatal.

O liberalismo concordaria com a existência da anarquia dos Estados no âmbito das relações internacionais, todavia possui uma imagem do homem acentuadamente positiva quando comparada com os realistas, não considerando a guerra como cenário inevitável. Alicerçados na visão de filósofos como Immanuel Kant, o homem é visto como um ser potencialmente bom, sendo o Estado um mal necessário. Para os liberais as relações econômicas possuem um papel extremamente relevante, podendo potencializar o ideal de *paz perpétua* kantiano. Dessa maneira, quanto mais a humanidade for capaz de aprofundar seus vínculos comerciais, em que uma nação passa a depender voluntariamente da outra, uma vez que necessita dos produtos que adquire comercialmente, menor seriam as probabilidades de guerras e de disputas entre as nações.

Assim como a natureza separa sabiamente os povos, que a vontade de cada Estado gostaria de unir com astúcia ou violência, baseando-se mesmo no direito das gentes, assim une também, por outro lado, povos que o conceito do direito cosmopolita não teria protegido contra a violência e a guerra, mediante o seu próprio proveito recíproco. É o *espírito comercial* que não pode coexistir com a guerra e que, mais cedo ou mais tarde, se apodera de todos os povos. Porque entre todos os poderes (meios) subordinados ao poder do Estado, o poder do dinheiro é decerto o mais fiel, os Estados vêem-se forçados (não certamente por motivos da moralidade) a fomentar a nobre paz e a afastar a guerra mediante negociações, sempre que ela ameaça rebentar em qualquer parte do mundo, como se estivessem por isso numa aliança estável, pois as grandes coligações para a guerra, por sua natureza própria, só muito raramente podem ocorrer e, ainda com muito menos freqüência, ter êxito.

– Deste modo, a natureza garante a paz perpétua através do mecanismo das inclinações humanas; decerto com uma segurança que não é suficiente para vaticinar (teoricamente) o futuro, mas que chega, no entanto, no propósito prático, e transforma num dever o trabalhar em vista deste fim (não simplesmente quimérico) (KANT, 2008, p. 30).

Por essa perspectiva as nações obteriam a paz a partir do atendimento dos interesses materiais, que, sem o comércio, somente seriam atendidos pela conquista mediante a guerra. Em sendo “o poder do dinheiro decerto o mais fiel”, o comércio transformar-se-ia no meio fundamental de atendimento a demandas das nações. Dessa forma, a mesma natureza que trouxe a guerra como instrumento de resolução das disputas humanas, poderia permitir ao homem, mediante o aprimoramento de suas relações materiais e políticas, estabelecer uma juridicidade que garantisse a paz. Contudo, não basta tão somente fazer fluir mercadorias pelo mundo, sem o impedimento das barreiras das fronteiras nacionais. É necessário construir instrumentos legais que legislem sobre as nações, de maneira a evitar conflitos e solucionar disputas.

Um expoente do pensamento liberal foi o presidente dos Estados Unidos Woodrow Wilson, que com o fim da Primeira Guerra Mundial – “a guerra para acabar com as guerras” – apresentou uma proposta de quatorze pontos tentando legislar a favor da paz. Nesses pontos, Wilson propunha o fim da diplomacia secreta, o estabelecimento de acordos de paz entre os Estados e a garantia da soberania das nações que haviam perdido territórios no decorrer das últimas guerras. Também foi proposto o fim da política colonialista por parte das potências europeias e a abolição das barreiras comerciais entre os países (WILLMOTT, 2008a, p. 284). A política de Wilson deu origem à Liga das Nações, cuja finalidade seria a de garantidora da paz mundial. Embora a política que deu origem à Liga tenha sido formulada pelos norte-americanos, o congresso deste país não aprovou o ingresso na instituição, ficando

os EUA de fora. Pontos, como a liberalização comercial, não saíram do papel e a política colonialista das potências europeias na verdade se viu ampliada, visto que as potências vitoriosas efetuaram a partilha do território tomado dos alemães e dos turcos. Dessa maneira, “o controle dos Aliados no Oriente Médio marcou o clímax da conquista do resto do mundo pela Europa” (FROMKIN, 2008, p. 607), em que a presença europeia foi ampliada ao invés de diminuir.

A experiência liberal da Liga das Nações foi posta em xeque definitivamente com o nascimento dos regimes fascistas europeus, como na Itália e na Alemanha, e suas ocupações de novos territórios. A invasão da Etiópia pela Itália em 1936, em que o rei etíope fez um apelo por auxílio formal à Liga das Nações, sem qualquer ação desta, demonstrou a fragilidade dessa organização internacional. O início da Segunda Guerra Mundial põe fim à experiência da Liga das Nações, que seria retomada tão somente com a fundação da Organização das Nações Unidas, em 1945, no pós-guerra.

Se a Segunda Guerra Mundial representou um golpe nas concepções liberais, a posterior Guerra Fria propiciou seu ressurgimento. Em um contexto em que uma guerra nos moldes das anteriores entre as potências nucleares poderia significar o fim da espécie humana, instrumentos de contenção foram criados para a resolução de crises e novas teorias liberais - neoliberais - entraram em cena. Assim sendo, associado aos anos de contenção militar, no decorrer das décadas de sessenta e setenta, algumas experiências econômicas foram revivendo o interesse pelas teorias liberais. Países como o Japão e a Alemanha, que outrora optaram por resolver suas necessidades por novos mercados pela via militar, foram obrigados a buscar a via pacífica do comércio entre as nações. O Japão abandonou o caminho militarista e investiu os recursos nacionais no desenvolvimento comercial, passando a contar com a proteção militar estadunidense. O mesmo se deu com a Alemanha. Esses países teriam conseguido, pela via das trocas mercantis, atingirem objetivos nacionais que anteriormente os fizeram ir à guerra. Esses exemplos são empregados pelos liberais para argumentar contra a inevitabilidade da luta como instrumento de desenvolvimento dos Estados. Argumenta-se que atualmente seria impensável uma disputa militar entre a Alemanha e a França, em virtude das relações comerciais e políticas que foram sendo formadas nas últimas décadas (NYE, 2009, p. 55).

Além disso, no decorrer da última metade do século XX, com a crescente globalização da economia, o Estado teria perdido força ante diversos atores não estatais, que adquiriram maior peso no processo decisório nacional ou mundial. Entidades não governamentais, grandes empresas multinacionais, especuladores financeiros e organizações criminosas teriam adquirido influência paralela a dos Estados. Pelas privatizações, setores chaves como as telecomunicações, por exemplo, deixaram de ser propriedade dos governos em nível internacional, e diversos outros segmentos adquiriram maior relevância no cenário político internacional que antes era restrito aos Estados. Dessa maneira, o centro de gravidade política teria sido dividido das agências públicas estatais para com organismos privados de diferentes tipos, como as empresas privadas, e dos Estados em direção aos mercados e aos operadores destes (STRANGE, 1996).

Em função dessa fragmentação do poder, com múltiplos atores assumindo um papel antes reservado tão somente aos governos, segundo a perspectiva liberal, novas possibilidades de cooperação entre as nações vêm surgindo e ampliando a interdependência entre elas. Com múltiplas faces de contatos entre as diferentes sociedades, ampliam-se os pontos de trocas de informações sobre os objetivos das outras nações, uma vez que essas são variadas entre os diversos atores, em detrimento de um único ponto de contato estatal (KEOHANE, 1986, p. 197). Esse fluxo informacional permitiria diminuir ainda mais as medidas preventivas que os Estados tomam dentro do enfoque realista, tomados pelo receio das ações desconhecidas que possam ser levadas a cabo por parte do outro ator. Quanto maior o conhecimento sobre o outro, menor seriam as surpresas e menor a possibilidade de uma escalada de tensões em função de expectativas paranóicas mais do que fatos.

Embora o liberalismo não negue a dimensão da guerra nas relações internacionais, construiu-se uma visão que colocaria três instrumentos de poder em paralelo. Existiria, portanto, uma esfera militar, em que se resolveriam as disputas pela guerra, outra esfera comercial, cujo peso dos países estaria centrado em sua capacidade econômica e, por fim, uma esfera composta pelos atores não estatais, tais como as empresas, os sindicatos e as organizações não governamentais. Nessas dimensões de poder variariam o peso político dos Estados.

Na dimensão militar, desde o fim do século XX e início do século XXI, os EUA seriam o poder hegemônico inconteste. Na esfera econômica o poderio norte-americano encontraria outros atores relevantes, como a União Europeia e o Japão. No campo dos distintos atores não governamentais, variaria ainda mais a correlação de forças entre os participantes, não existindo necessariamente um poder dominante (NYE, 2002, p. 166).

Sob essa interpretação, as relações mundiais variariam em regiões do mundo de acordo com a tônica dessas relações de poder multidimensionais. No Oriente Médio, por exemplo, ainda primaria o realismo político do equilíbrio de poder e da disputa militar, como vem se dando no decorrer da história humana. Todavia, em regiões cuja questão econômica aproximou as nações e permitiu-as avançarem em suas relações, como a França e a Alemanha ou os Estados Unidos e o Canadá, primariam relações de cooperação, em que a disputa militar não entraria na agenda da resolução de conflitos (NYE, 2009).

#### *4.1.1.6 Liberalismo e inteligência*

O liberalismo, em termos de necessidade informacional, converge com o realismo quanto ao aspecto do conflito e das guerras. Como a teoria liberal admite a ocorrência dos enfrentamentos bélicos, nestes a relevância da atividade de inteligência coaduna-se com o que já foi descrito sobre a teoria realista. São as peculiaridades desse campo teórico que permitem analisar se os serviços secretos seriam empregáveis a esse enfoque das relações internacionais.

Pode-se dizer que o cerne da perspectiva liberal das relações internacionais envolve a busca da paz a partir do desenvolvimento da capacidade de dissolver a desconfiança entre as nações. Um dos instrumentos primordiais seriam as relações comerciais. Assim sendo, conforme já observado, tentar-se-ia atender às necessidades materiais dos diferentes Estados mediante o comércio, que geraria uma dependência voluntária entre as nações participantes. Desse vínculo material, ter-se-iam as bases para a conformação de agências fiscalizatórias internacionais e para a realização de acordos mútuos, em que um Estado poderia acompanhar junto a outro a efetivação de um tratado de redução de mísseis intercontinentais, por exemplo. Uma das grandes dificuldades nas relações internacionais reside justamente no emprego de uma racionalidade amparada por informações, já que

primam as desconfianças. Com as imensas lacunas informacionais sobre as reais pretensões do outro, os estereótipos tendem a determinar os modelos decisórios.

Dessa maneira, a capacidade de obter informações confiáveis sobre a verdadeira adesão aos acordos assinados é um dos elementos que fundamenta o emprego da atividade de inteligência sob a perspectiva puramente liberal. O desenvolvimento das pretensas relações de confiança depende da capacidade de verificabilidade de que os Estados possam dispor. Uma das funções das agências de inteligência seria então a de “monitorar os alvos e ambientes externos prioritários para reduzir a incerteza e aumentar o conhecimento e confiança, especialmente no caso de implementação de tratados e acordos internacionais sem mecanismos de inspeção *in loco*” (CEPIK, 2003, p. 65). Assim, a atividade de inteligência comportar-se-ia como um certificador de última instância acerca da idoneidade dos parceiros internacionais. Na medida em que se conseguisse corroborar a intencionalidade do outro Estado, permitir-se-ia aprofundar as relações de confiança, gerando novos inputs para o processo de paz.

Um exemplo da importância das informações de inteligência como suporte ao processo de paz deu-se quando os Estados Unidos ofereceram imagens oriundas dos seus aviões U2 para ambos os lados da guerra árabe-israelense do Yom Kippur evitando assim novos combates por simples receio dos possíveis movimentos desconhecidos do adversário. Milhares de imagens foram fornecidas às forças Israelenses ou egípcias sempre que requisitadas (HERMAN, 1996, p. 156). Esses dados permitiram que o cessar fogo fosse consolidado, em uma situação de grande desconfiança, pois o Egito e a Síria iniciaram a guerra quando atacaram de surpresa Israel.

Outra circunstância em que as informações de inteligência tiveram grande relevância para a consolidação de acordos internacionais envolveu os tratados sobre a questão nuclear. Durante a Guerra Fria os Estados Unidos e a União Soviética pactuaram acordos sobre a redução de mísseis estratégicos. O primeiro tratado conhecido como SALT<sup>58</sup> I, previa somente a redução de mísseis posicionados em plataformas de lançamentos e submarinos, tendo em vista que cada parte envolvida poderia monitorar se a outra tivesse cumprido sua parte mediante imagens de

---

<sup>58</sup> Strategic Arms Limitation Talks. Conversações sobre Limites para Armas Estratégicas – Tradução nossa.



satélite. Posteriormente, no SALT II, evoluiu-se para a redução da produção de mísseis, pois as potências já possuíam capacidade de identificar a telemetria dos mísseis, conseguindo, portanto saber se estes entraram em operação ou não (HERMAN, 1996, p. 158).

No citado exemplo do acordo dos mísseis estratégicos, disciplinas de inteligência de coleta de imagens puderam verificar se os silos de mísseis de fato foram desmontados. Mediante a interceptação de comunicações podem-se obter dados acerca do deslocamento de contingentes antes responsáveis pela segurança do material bélico, bem como verificar a opinião dos envolvidos. Com boas fontes humanas, inseridas dentro do Estado adversário, tenta-se obter as pretensões e intencionalidades, aquilo que é debatido entre quatro paredes. A inteligência de mensurações busca identificar assinaturas ou sinais específicos desse tipo de equipamento, como emissão de radiação, que possibilitem inferir se houve recolhimento. No tocante ao aspecto analítico, os especialistas consolidam as múltiplas fontes e avaliam informações, além de tecerem tendências e prognósticos.

Percebe-se, portanto, que para a consolidação da paz no âmbito das relações internacionais, construindo confiança entre os antagonistas, as informações de inteligência cumprem um papel relevante dentro da perspectiva liberal. O caminho aberto pela institucionalização das relações comerciais e a criação de organismos internacionais só seria viável mediante a capacidade de mútua fiscalização proporcionada pelos modernos serviços de inteligência das grandes potências.

A disputa entre os Estados, e as concepções acerca destes, indicariam novamente que o comportamento dos governos na definição da melhor escolha racional possível é diretamente afetado pelo nível de informações disponíveis, analisadas e sistematizadas. Contudo, existem grandes dificuldades por parte dos governantes em obterem informações qualitativas sobre os governos rivais. Além dos desafios analíticos envolvidos, como a medição das capacidades econômicas e militares de um país vizinho, raramente as informações mais relevantes estão acessíveis. Aspectos como as intencionalidades dos mandatários adversários ou planos de batalha dos exércitos inimigos são informações mantidas em círculos muito reduzidos, em que o acesso é restrito. São consideradas como segredos de Estado.

Tem-se, portanto, como marco comum entre as correntes ideológicas sobre as relações internacionais, a necessidade informacional para subsidiar o processo decisório e as ações decorrentes deste. Presume-se que em um contexto de abundância de informações, os atores terão certamente um comportamento distinto do que ante uma situação de escassez dessas, em que prime a incerteza. (KEOHANE, 1986, p. 197). Nesse sentido, a obtenção de conhecimento adequado é crucial no jogo político-militar entre os Estados. Mas justamente as informações mais relevantes são as mais difíceis de serem obtidas, avaliadas e analisadas.

Percebe-se que, seja para ser vitorioso na conquista, seja para a concretização da paz, a capacidade de obtenção de informações sobre o adversário é vital para a sobrevivência do Estado e para o exercício do poder coercitivo. Conhecer as pretensões do outro e suas ações mais secretas permitiria economizar forças em um conflito bélico entre Estados, avaliar o melhor momento para uma insurreição armada, ou mesmo garantir a verificabilidade de acordos para redução de armas ou armistícios entre nações em guerra.

Mesmo sob a perspectiva da construção da paz, em que os Estados aprimoram as relações com outros e institucionalizam acordos, a condição de verificabilidade sobre as intenções do parceiro é fundamental. Só é possível avançar nas relações de confiança quando se pode constatar de fato se o outro cumpre os acordos que faz, por exemplo, reduzindo o número de mísseis continentais, congelando o enriquecimento de urânio, ou garantindo eleições democráticas. Com esse intento tem-se como recorte a obtenção de informação de inteligência acerca do outro Estado.

Logo, as informações oriundas dos serviços secretos, para a paz ou para a guerra, para a rebelião ou para a repressão de revoltas, para acordos e pactos ou para rupturas, podem ser consideradas como um aspecto fundamental ao Estado. Embora as três divergentes concepções sobre as relações internacionais abordadas aqui tenham diferentes objetivos no jogo político entre as nações, a necessidade de informações negadas por um adversário que subsidiem o processo decisório se faz comum.

#### 4.1.2 Inteligência como suporte ao conflito

Retomaremos nesta seção a questão da informação tática de inteligência como suporte aos enfrentamentos entre Estados. Além das distintas concepções sobre as relações internacionais que influenciariam a lógica de funcionamento dos sistemas de inteligência ou mesmo a sua própria necessidade, também existem polêmicas sobre aspectos táticos dessa área. Percebem-se relevantes questionamentos acerca da utilidade da inteligência na guerra e do impacto das novas tecnologias informacionais neste cenário.

No tocante à real necessidade das informações de inteligência como suporte aos conflitos parte do questionamento remonta às releituras da produção teórica do filósofo militar Carl Von Clausewitz. Sob a acepção clausewitziana, tem-se que o campo do conflito é o lugar em que prepondera a incerteza informacional por excelência. Considerando-se que aspectos como o terreno, moral, planos do adversário e clima tendem a sofrer variações com o decorrer do tempo, uma vez iniciado uma contenda, parcela expressiva do desenlace desta estaria associada à fortuna. Ou seja, seria difícil empregar informações a fim de se tentar prever o melhor curso de ação. De acordo com o conceito de Clausewitz:

A guerra é o domínio do acaso. Nenhuma outra esfera da atividade humana deixa tanta margem a este desconhecido, pois nenhuma se encontra, sob todos os pontos de vista, em contato tão permanente com ele. Em todas as circunstâncias ela acentua a incerteza e entrea o curso dos acontecimentos.

Devido a essa incerteza de todas as informações, da ausência de qualquer base sólida e das constantes intervenções do acaso, a pessoa atuante encontra-se permanentemente colocada perante realidades diferentes daquelas que estava à espera. O que forçosamente se reflete nos seus planos ou pelo menos nas idéias que neles se integram. Se esta repercussão torna as resoluções assentes absolutamente inutilizáveis, é preciso, em geral substituí-las por outras; mas no momento, os dados necessários a esta substituição, por vezes, faltam, porque no decurso da ação as circunstâncias exigem uma decisão imediata que não permite proceder a um novo exame de conjunto nem, mesmo em certas ocasiões, refletir maduramente (CLAUSEWITZ, 1996, p. 52).

Como as variáveis tendem a ser quase infinitas, dado o conjunto de atores envolvidos, de fato o acaso tem um grande peso dentro dos eventos belicosos, seja em nível tático ou estratégico. Com a evolução do conflito entre os Estados ao longo do processo histórico e o envolvimento de toda a nação na guerra a partir da revolução francesa, ampliando cada vez mais os setores sociais envolvidos, as variáveis são ainda maiores. A modernidade deslocou a guerra de uma atividade

praticada por guerreiros em um campo de batalha restrito e específico, para a amplitude da guerra total, em que toda a nação é envolvida no conflito (KEEGAN, 1976). No contexto do início do séc. XXI, têm-se diversas arenas em que os duelos entre adversários podem ocorrer, tais como a naval, a aérea e a terrestre e mais recentemente a espacial e ciberespacial. São muitas as facetas a serem concatenadas em termos informacionais, sendo mais desafiadora ainda a tentativa de compreensão de cenários táticos ou estratégicos.

Em relação à informação em tempo real, que descreve os movimentos do inimigo, como por exemplo, onde está posicionada sua artilharia em um determinado momento e quais os deslocamentos que este fez anteriormente, autores como Keegan (2006) chegam a considerar relativamente inócuas as informações de inteligência. Para esse autor, historicamente, a capacidade de informar ao comandante sobre as ações do adversário antes que essas se tornassem realidade sempre foram profundamente limitadas. A tecnologia disponível impedia que os espiões repassassem suas informações antes que as ações houvessem ocorrido. Conforme descreve Keegan (2006, p. 32) “a obtenção de informações em tempo real era intrinsecamente difícil, exceto para distâncias muito curtas. Simplesmente não era possível levá-las adiante do avanço das tropas inimigas com velocidade suficiente”. Ou seja, o conhecimento necessário não era mais rápido que os sabres e os canhões. Mesmo nos conflitos atuais, sobretudo em relação à inteligência oriunda de fontes humanas, o desenvolvimento de uma “capacidade de comunicação rápida e segura está no cerne da prática de inteligência em tempo real” (KEEGAN, 2006, p. 44). Embora, hoje em dia se tenha a capacidade do fornecimento de informações de maneira instantânea, se a rapidez não estiver associada à segurança dos dados o adversário também pode obtê-los, retirando a vantagem informacional que reside no conhecimento obtido sobre os planos do adversário sem que o mesmo tenha ciência disso, não podendo, portanto, tomar quaisquer contramedidas. O referido autor, além de avaliar a incapacidade informacional dos serviços de inteligência em fornecer conteúdo a tempo de subsidiar as centenas de decisões táticas que são tomadas no decorrer de uma batalha, também considera que a primazia para o resultado das batalhas e das guerras, reside na dimensão da força militar disponível a serviço de cada uma das nações beligerantes envolvidas. Segundo Keegan (2006, p. 410) “o conhecimento prévio não protege contra o desastre. Até mesmo a

inteligência em tempo real não é suficiente. No fim das contas é a força que importa”. Sob esta concepção, mesmo que a informação seja entregue em tempo, tenha relevância e seja transmitida de maneira segura, ainda assim seria pouco útil, uma vez que o elemento relevante para a decisão dos conflitos seria tão somente a força. Levado à última instância, este raciocínio compreende a atividade de inteligência como relativamente inócua ao emprego do poder instrumental, ao menos em nível tático.

Associada a essa lógica em que os eventos de cunho tático são demasiado aleatórios para serem compreendidos, em que a informação relevante raramente chega a tempo para ser efetiva e em que existe a primazia na força militar em detrimento da força informacional, foi estabelecido o conceito de *Revolution in Military Affairs*<sup>59</sup> - RMA. Nesse campo de pesquisas o futuro dos conflitos militares é repensado considerando-se o impacto das novas tecnologias informacionais em relação ao fazer a guerra. As forças armadas estadunidenses, por exemplo, como precursoras desse novo modelo, vêm sofrendo profundas mudanças organizacionais, dando primazia à organização modular e à autonomia das unidades. Além disso, todas as mudanças processuais são integradas por grandes investimentos na capacidade de obter informações sobre o ambiente em que operam as unidades, bem como na integração informacional do campo de batalha (UNITED STATES ARMY, 2004). O quadro abaixo foi proposto como parte dos processos contidos no roteiro de mudanças do exército dos EUA e bem ilustra esse cenário.

---

<sup>59</sup> Revolução nos Assuntos Militares. (Tradução nossa).

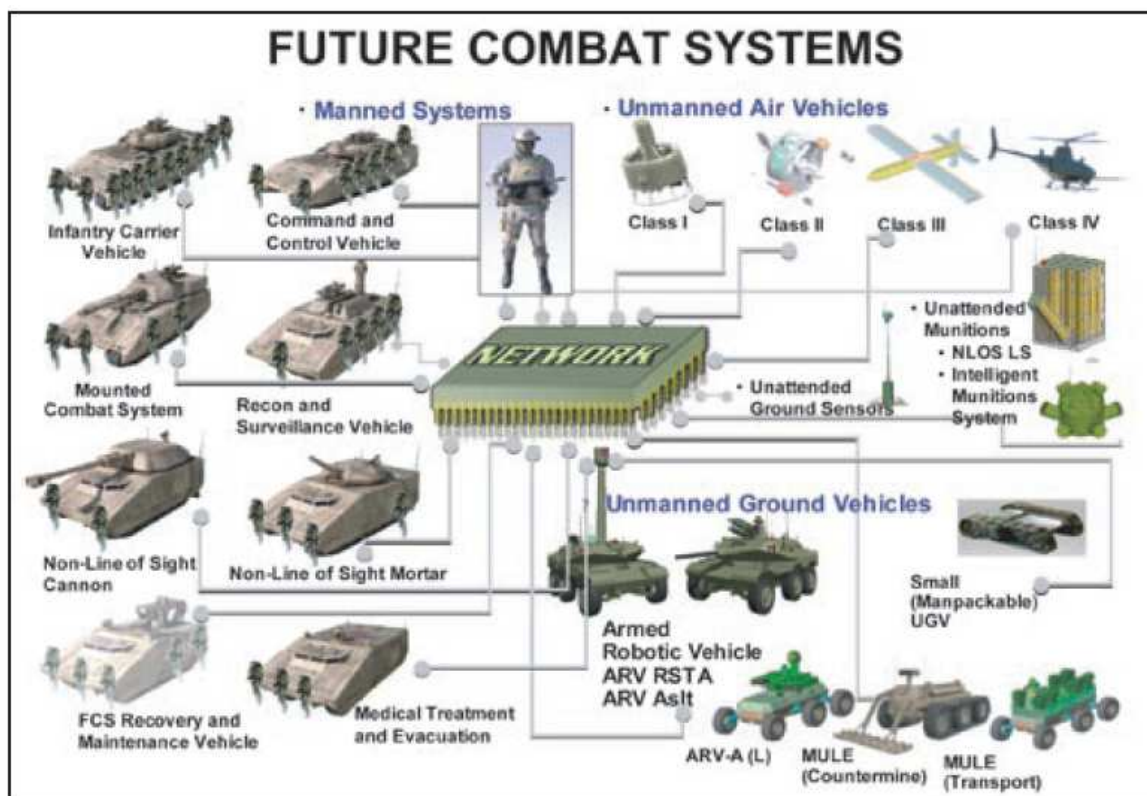


Figura 5. Digitalização das unidades militares.  
 Fonte: United States Army, 2004.

Todos os personagens que compõem o teatro operacional seriam vistos como pontos de uma rede informacional, em que se digitalizaria o campo de batalha. Desta maneira, as tropas aliadas seriam providas com informações em tempo real que permitiriam identificar suas próprias posições dentro do escopo do conflito, bem como o posicionamento das unidades inimigas (FERREL, 2002). Com o cenário de combate mapeado informacionalmente o próprio processo decisório, como o de atacar ou se defender, passaria a poder funcionar totalmente controlado por algoritmos computacionais. Um sistema de mísseis poderia ser programado para identificar todos os pontos vermelhos – inimigo – e automaticamente reagir aos mesmos, sem que a interação humana possibilite a perda de tempo.

Parcela dos defensores do RMA vê nas tecnologias digitais integradas a possibilidade de monitorar as posições e ações dos diversos atores envolvidos no combate relegando à obsolescência a atividade de inteligência. Se todos os participantes do jogo do conflito podem ser monitorados e identificados de maneira automática pela tecnologia disponível, qual a real necessidade de se produzir inteligência, por vezes demorada, sobre o mesmo objeto? Todavia, conforme demonstra Michael Herman (2001) a realidade não tem corroborado com as

expectativas tecnológicas. Para Herman, embora a tecnologia possa prover dados sobre a localização do adversário, bem como os recursos que este dispõe, ainda permanecem sem respostas as dúvidas sobre a sua intencionalidade. Afinal, o que se passa dentro da mente do estado maior adversário são informações de ordem subjetiva, não sendo um objeto tridimensional que possa ser mapeado e identificado eletronicamente. Herman emprega uma analogia usando os conceitos de arqueologia e história. A arqueologia estuda diversos objetos oriundos de antigas civilizações, todavia tais objetos só produzem sentido a partir de um contexto histórico. Assim seria a relação entre RMA e inteligência. Nesse sentido argumenta o pesquisador Marco Cepik, para quem essas informações estariam mais em nível operacional do que tático e seriam informações oriundas do “contato” com o adversário. Embora “alguns desses dados possam mais tarde ser integrados aos fluxos informacionais que alimentam a etapa de produção e disseminação de relatórios de inteligência” (CEPIK, 2003, p. 31), as respectivas áreas, informações de combate e inteligência, permaneceriam distintas.

Outra faceta que determinaria a relevância tático/operacional das informações de inteligência diz respeito à explosão informacional. A simples condição tecnológica de se coletar um grande volume de dados não se traduz na capacidade de analisá-los e integrá-los a um contexto informacional mais abrangente. Um satélite espacial coleta milhares de imagens em poucas horas, contudo a capacidade de analisar esse conjunto informacional ainda depende da interação humana, que é bem mais lenta. Apesar de o aparato tecnológico disponível permitir a coleta e armazenamento de uma dimensão quase incalculável de dados, ainda se faz necessária a interação analítica humana para que todo esse volume possa ser transformado em conhecimento empregável (HERMAN, 2001).

Além disso, com a hegemonia militar incontestada norte-americana, cada vez mais os conflitos têm se deslocado do campo das guerras do período industrial entre exércitos convencionais, para conflitos de baixa intensidade, em que os adversários funcionam como milhares de células, atuando fragmentadamente e em rede. Tanto nas selvas do Vietnã quanto nas cidades iraquianas, os inimigos estão mesclados ao ambiente, confundindo-se com ele. Distinguir o adversário não é uma atividade fácil, e enfrentá-lo, muitas vezes significa enfrentar uma cidade. Com essa realidade turva, em que o inimigo não é um exército convencional, “a lógica produtivista e o

comando centralizado da guerra cibernética foi suscetível à ineficiência e a um fracasso espetacular<sup>60</sup> (BOUSQUET, 2009, p. 160). Nesse casos, a desarticulação das redes adversárias, muitas vezes, mais do que vitórias militares, serão vitórias de inteligência, em que se consegue penetrar o campo informacional do inimigo e identificar as suas reais posições.

Ao argumentar sobre a relevância da intencionalidade humana no campo de batalha, Herman responde indiretamente aos argumentos daqueles que desconsideram a relevância da inteligência nesse cenário. Embora seja indiscutível a dificuldade em se prever as reações dos adversários (CLAUSEWITZ, 1996), o acesso antecipado a seus planos facilita essa empreitada. Conhecendo o modelo mental do inimigo e sua agenda de prioridades, é possível se ter um roteiro prévio para a tomada de decisões, em contraponto ao que seria uma gama de infinitas possibilidades. Logo, por mais que a guerra/conflito envolva uma grande diversidade de eventos concatenados aleatoriamente, as informações sobre o adversário e o ambiente externo permitiram ao menos diminuir o amplo espectro de possibilidades a serem pensadas pelos comandantes e estadistas.

No tocante à argumentação de que a inteligência raramente chega a tempo de influenciar o resultado dos combates e de que o critério decisivo envolve a dimensão do poderio militar das nações (KEEGAN, 2006), também são encontrados diversos argumentos em sentido contrário. No quesito temporal, em que a informação necessária não seria fornecida a tempo de subsidiar o evento crítico, a Segunda Guerra Mundial apresenta contundentes exemplos em sentido contrário. A batalha do Atlântico entre Inglaterra/Estados Unidos contra a Alemanha foi uma dessas situações. No momento em que a inteligência britânica quebrou a criptografia alemã, os aliados podiam obter informações cruciais sobre a conformação de agrupamentos de submarinos alemães quando estes se organizavam para atacarem comboios de suprimentos vindos dos Estados Unidos (PATERSON, 2009). De posse da informação sobre a localização alemã, a marinha aliada conseguia concentrar seus recursos no ponto em que o comboio seria atacado, obtendo superioridade no momento da batalha. Como resultado, o poderio naval alemão foi destruído e sua força de submarinos viu-se reduzida drasticamente. Outro exemplo relaciona-se à

---

<sup>60</sup>“the productivist logic and centralised command of cybernetic warfare was susceptible to spectacular inefficiency and failure”. (Tradução nossa).



guerra do pacífico. Os norte-americanos possuíam acesso à inteligência britânica e conseguiram por esforço próprio quebrar os códigos empregados pelos japoneses, apesar de se depararem com o problema da velocidade com que as informações chegavam ao campo de batalha, às tropas em combate. Para resolver a questão empregaram índios navajos como transmissores de mensagens. Como o idioma navajo é bastante peculiar e não está ligado a qualquer tronco linguístico, sendo incompreensível, os navajos foram utilizados amplamente pelos fuzileiros estadunidenses nas batalhas pela reconquista das ilhas do pacífico, garantindo a segurança das transmissões de informações e sua velocidade (SINGH, 1999).

Em relação ao argumento de que o quesito primordial nos enfrentamentos bélicos é o poderio militar, sendo, portanto desnecessária a atividade de inteligência, encontra-se a contestação desta visão desde há alguns milhares de anos. O célebre general chinês SUN TZU afirmou a máxima de que “ser inconquistável reside em ti mesmo; ser conquistável reside no inimigo” (2002, p. 70). Com isso, argumenta que “ao conhecer o inimigo e a ti mesmo” o estrategista pode saber o momento adequado em que o inimigo pode ser derrotado e, sobretudo, em quais condições deve-se colocar a si mesmo para não ser derrotado por esse adversário. Ao obter inteligência sobre as pretensões do inimigo e os meios de que este dispõe, mais do que simplesmente ganhar batalhas, pode-se fugir delas à medida que exista a percepção de que o adversário possui ampla superioridade. Exemplos do emprego de guerrilhas, insurgências, sabotagens, dentre outros, existem há milhares de anos e são técnicas militares empregadas pelo mais fraco, quando se deseja minar os recursos do adversário, mas ainda não se dispõe de meios para derrotá-lo diretamente.

Quando Aníbal Barca e seus elefantes, em 218 a.C., marcharam sobre a península itálica e ameaçaram o império romano, os romanos, depois de sofrerem uma sequência de derrotas nas mãos do exército cartaginês, optaram por negar a Aníbal a batalha decisiva. Conhecedores da região, das características da força de Cartago e do gênio militar de Aníbal, esperaram o enfraquecimento de suas forças, ao mesmo tempo em que reagrupavam sua estrutura militar de maneira a levar a guerra até o continente africano, atacando Cartago e forçando a retirada de Aníbal para defender a terra natal (PEIXOTO, 1991). Depois das derrotas iniciais, quando subavaliaram o poder de Cartago, empregando uma extensa rede de informantes,

os romanos evitaram ser derrotados até que se enquadraram na máxima suntzuniana de estarem em condições de derrotar o inimigo e deste adversário ter se permitido colocar na condição de ser derrotado.

Diversos exemplos contemporâneos são justapostos ao caso cartaginês. Tomando o conflito relativo à independência do Vietnã, tem-se um exército de libertação nacional vietnamita apoiado materialmente pela China e pela Rússia enfrentando diretamente duas potências tecnologicamente superiores, a França e posteriormente os Estados Unidos. O domínio do espaço aéreo era francês/estadunidense e o mesmo se dava quanto ao emprego de artilharia e blindados. No entanto, manejando os recursos disponíveis e potencializando as ações sobre os pontos fracos do adversário, o exército vietnamita conseguiu derrotar as duas potências, sendo que a França foi obrigada a render-se formalmente após a derrota na batalha em *Dien Bien Phu*. Para identificar esses pontos fracos foi estruturado um sistema de inteligência, com grande emprego de fontes humanas, que relatava todos os movimentos do exército francês, seja nas proximidades do campo de batalha ou nas praças e acantonamentos dentro das grandes cidades. De acordo com a visão do general vietnamita Giap, responsável militar pela estratégia de resistência popular de seu país:

Partindo de uma análise profunda das contradições do inimigo, e levando ao máximo o espírito ofensivo de um exército ainda materialmente fraco, mas, particularmente heróico, ela visava (a estratégia), concentrando nossas forças nos setores mais vulneráveis do inimigo, a destruição de suas forças vivas e a libertação de uma parte do território, obrigando-o a se dispersar, criando, assim, para nós as condições de uma vitória decisiva (GIAP, 1968, p. 124).

A partir da constante avaliação do posicionamento francês e de sua fragmentação ao longo do território, empregando ações de guerrilha associadas à utilização de brigadas organizadas, as forças vietnamitas conseguiram liquidar a capacidade ofensiva e defensiva do exército francês. Se tivesse havido enfrentamento direto e regular com as forças francesas em significativa parcela do conflito, infere-se que o exército vietnamita provavelmente teria sido desmantelado, uma vez que seria colocado em situação de ter que enfrentar os recursos tecnológicos superiores dos franceses. O Vietnã conseguiu sua independência por escolher as batalhas que deveria travar, inclusive as derrotas, utilizando intensivamente as informações de inteligência disponíveis. Logo, é bastante

questionável a concepção de que a atividade de inteligência pouco influencie o resultado das guerras, sendo o aspecto decisivo tão somente a questão do poderio militar. Possuir uma maior capacidade de inteligência tática e estratégica permitiria mais do que cunhar vitórias, evitar derrotas, negando o combate ao inimigo superior.

#### **4.1.3 Inteligência como suporte às negociações**

Também compõe o poder instrumental o processo de negociações e exigências aos outros Estados, bem como os incentivos econômicos. Comumente, antes dos Estados irem à guerra, existe diálogo entre as partes com vistas a obter-se o resultado desejado sem ter que empregar, necessariamente, os meios militares ou mesmo as ações encobertas mais ofensivas, como operações de grupos especiais, ou assassinatos, por exemplo.

Conforme abordado no tópico sobre a atividade de inteligência, essa atividade subsidia constantemente as diversas negociações entre os distintos Estados que movimentam as relações internacionais. Embora se dê grande destaque às guerras e aos demais conflitos assimétricos, diversas contendas são resolvidas ou mantidas em nível de debate. Seja pelo avanço no relacionamento das nações, ou pela ameaça latente da potência mais poderosa em relação à mais fraca, grande parte das divergências internacionais permanecem na esfera dos conflitos teóricos. Se as relações entre Estados fossem resolvidas tão somente por meios de enfrentamentos militares o mundo hobbesiano seria uma verdade irrefutável, com milhares de conflitos a todo o momento. Em tempos atômicos, a própria existência da humanidade estaria em questão.

Dessa maneira, grande parte das informações de inteligência subsidia os conflitos entre Estados ainda no terreno da negociação. Sherman Kent (1967) argumenta, em sua obra "*Informações estratégicas*", sobre as diversas demandas de conhecimentos para os Estados nos processos de negociação internacionais. Para o autor as necessidades informacionais partem da "premissa" realista de que devem subsidiar governos que lutam para sobreviver em "um mundo de estados em competição". Nesse contexto, os Estados devem ter duas espécies de políticas internacionais. A primeira seria uma *política positiva*, focada numa "melhor ordem no mundo" e sob o prisma da negociação e diálogo com outras nações. A segunda seria relativa a uma *política de segurança nacional* e teria seu foco nas informações para subsidiar o conflito militar, conforme já abordado neste trabalho. Focando na

esfera das relações positivas, Kent aponta as necessidades informacionais a serem supridas pelos órgãos de inteligência:

Consideremos primeiro nossa política positiva.

Para serem eficientes, seus idealizadores, planejadores e executores devem estar em condições de selecionar o instrumento adequado de persuasão. Deverá ser ele uma resolução das Nações Unidas? Será a diplomacia, será o induzimento político, econômico ou uma ameaça? Será a força ou uma combinação dessas medidas? Os idealizadores devem saber também onde, como e quando aplicar o instrumento que escolheram. Uma vez escolhido o instrumento, nem os planejadores nem os executores da política podem fazer qualquer coisa sem conhecer o reverso da medalha. Eles devem ser bem assessorados para saber:

Como o outro país receberá a política em questão e o que está apto para usar contra ela;

O que falta na força de contenção do outro país, isto é, suas vulnerabilidades específicas;

O que está fazendo para concentrar seu potencial defensivo e

O que está fazendo, ou pode fazer, para sanar suas vulnerabilidades específicas.

Assim os líderes de nossa política têm necessidade de uma grande soma de conhecimentos sobre os demais países. Eles precisam de conhecimentos que sejam completos, precisos, oportunos e que possam servir como base para a ação. Para por em execução sua política positiva devem, primeiro e antes de mais nada, conhecer os outros países como entidades objetivas (KENT, 1967, p. 18).

Pela visão de Kent, um conjunto de informações adequadas pode permitir uma pronta reação diplomática às ações de outro ator, como também uma linha de ação consequente, ancorada pela profunda análise do Estado com que se efetua uma dada disputa.

Com o advento das armas nucleares a necessidade de conhecer o raciocínio e os recursos do adversário tornou-se mais importante ainda. O próprio Kent brinda-nos com o exemplo dos equívocos e acertos da inteligência dos Estados Unidos durante a crise dos mísseis em Cuba. Quando da tomada do poder por Fidel Castro em Cuba e sua posterior aproximação com os soviéticos, os norte-americanos viram-se ante um sério dilema quanto a sua segurança nacional. Deveriam atacar Cuba e depor os comunistas, correndo o risco de enfrentarem uma retaliação nuclear soviética, ou permaneceriam na contenção econômica ao regime cubano e arriscar-se-iam a que os russos instalassem ogivas nucleares nas proximidades de seu território? Ao contrário dos mísseis de longo alcance posicionados na Europa, em Cuba, uma vez acionadas, tais ogivas poderiam chegar

a várias cidades estadunidenses em pouco tempo, diminuindo a capacidade de defesa e de retaliação imediata desse país.

Como personagem diretamente envolvido, Sherman Kent (1994) relata o papel das agências de inteligência na crise dos mísseis. Foram feitas previsões pelo escritório de Estimativas da inteligência norte-americana, avaliando que os soviéticos tentariam prover poder defensivo aos cubanos, com a instalação de mísseis terra-ar, ou o fornecimento de aviões de combate e treinamento, contudo avaliou-se que não seriam fornecidos armamentos ofensivos aos cubanos, como mísseis nucleares. Essa avaliação mostrou-se, no entanto, incorreta. Em 14 de outubro de 1962, um avião de espionagem U2 efetuou 928 fotos em um espaço de 75 milhas do território cubano. Dentre as informações contidas nessas imagens, o Centro Naval de Interpretação de Fotografias<sup>61</sup> localizou mísseis nucleares soviéticos com capacidade de atingir significativa parcela das cidades norte-americanas. Tais informações foram repassadas imediatamente para o então presidente John F. Kennedy e utilizadas para pressionar o premiê russo Nikita Krushev. Concomitantemente o governo estadunidense passou a utilizar essas mesmas informações de inteligência para convencer os países aliados, como França, Inglaterra, Canadá e Alemanha Ocidental, da seriedade da situação. De acordo com a narrativa de Kent, que foi escalado para auxiliar na entrega do material de inteligência aos governos aliados, recebeu-se a instrução de prestar detalhada atenção na reação desses governantes ante as informações recebidas, produzindo um relato escrito posterior. Assim, os norte-americanos não só transmitiram informações aos aliados como também tentaram obter informações sobre o comportamento futuro destes.

Casando medidas militares, como o bloqueio naval a Cuba, com ações políticas e de propaganda, os EUA conseguiram que a União Soviética retirasse os mísseis, embora também tenha concorrido para esse acordo a retirada dos seus próprios mísseis posicionados na Turquia. Ainda que as estimativas de inteligência tenham se mostrado equivocadas, o que é normal nesse campo uma vez que tenta identificar tendências, as informações táticas de inteligência foram cruciais. Com a inteligência de imagens obtidas, os norte-americanos conseguiram justificar, diante

---

<sup>61</sup> National Photographic Interpretation Center- NPIC.

da opinião pública mundial, suas medidas contra Cuba, angariando apoio e auxiliando-se no isolamento internacional soviético. Presume-se, portanto, que a construção de acordos de paz, mesmo em países com grande rivalidade, também necessita dos meios informacionais de inteligência enquanto instrumento balizador do comportamento e das ações adversárias.

Até aqui, pode-se afirmar que a necessidade de instrumentos informacionais de inteligência para subsidiar a conquista e manutenção da hegemonia internacional independe da concepção de mundo envolvida, seja esta realista, marxista ou liberal. Apesar da lógica diversa e das variações temáticas, faz parte da política entre as nações a obtenção de informações sobre o adversário ou inimigo. Também, em nível tático-operacional, mantém-se a validade acerca do emprego dos conhecimentos de inteligência. Em que pese a imprevisibilidade da guerra e o emprego de novas tecnologias, sempre é relevante antever os passos dos outros atores. Se a inteligência não pode prever exatamente o desenrolar dos conflitos, ao menos delimita o cenário e diminui as variáveis a serem pesadas pelos comandantes ou estadistas. Da mesma forma se dá em relação aos acordos e tratados característicos da diplomacia. A compreensão das forças do adversário, de seus instrumentos de poder disponíveis e, sobretudo, de suas reais pretensões constitui-se como um valioso recurso nas negociações internacionais. Assim sendo, a seguir analisaremos a estrutura informacional do sistema de inteligência norte-americano, de maneira a concretizar a discussão teórica feita até o momento para com as possibilidades empregadas na realidade. Como já dito, embora o aparato estadunidense seja peculiar, visto que se trata da maior potência mundial, com um volume de recursos humanos, financeiros e tecnológicos sem similar no planeta, ao mesmo tempo e, justamente por isso, é necessário compreender as possibilidades dessa estrutura informacional. Compreendendo esse modelo e o seu suporte para o poder instrumental do Estado, será possível melhor entender a hegemonia informacional desse país.

#### ***4.2 Sistemas de inteligência e poder coercitivo***

Conforme acima descrito, o poder coercitivo de parcela significativa das grandes potências tem como parte de seus fundamentos a capacidade de recolha e análise de informações de inteligência. Conhecer os demais atores participantes do

jogo das nações é um quesito relevante tanto nas relações diplomáticas, quanto nos conflitos bélicos.

Embora a espionagem já exista há alguns milhares de anos, a atividade de inteligência, com as suas organizações peculiares, é um evento do século XX. Sendo que as bases das atuais organizações em alguns países remontam até mesmo ao fim da Segunda Guerra Mundial e ao início da Guerra Fria. Tardiamente, essas agências institucionalizaram-se em países como os Estados Unidos e posteriormente foram ampliadas, adquirindo ramos tecnológicos como é o caso das modernas agências de imagens e sinais.

Atualmente, o maior sistema de inteligência entre as nações é o norte-americano (CEPIK, 2003). Com um grande aparato na área, possuem diversas organizações voltadas para as distintas disciplinas de coleta de inteligência, tendo também organizações especializadas na centralização das informações obtidas e na produção analítica tática, além da confecção das estimativas nacionais. Como única superpotência restante dos enfrentamentos da Guerra Fria, os EUA empregam seus amplos recursos informacionais com poucos rivais, recebendo conhecimento para dar suporte a diversas ações, políticas e militares, dentro de seu contexto de hegemonia global.

Assim sendo, buscaremos descrever a seguir essa estrutura informacional disponível ao exercício do poder estrutural norte-americano. Cabe ressaltar que o enfoque desta análise dá-se centralmente pelo viés informacional. Pretende-se entender quais os meios de coleta e produção de inteligência estão disponíveis e de que forma foram ou podem ser empregadas por aquele país para afirmar o seu poder instrumental. Embora seja apresentado um pequeno contexto histórico, o escopo da pesquisa é a vertente informacional e as relações destas com o poder. Os exemplos não se prestam a traçar uma linha de tempo e sim, tão somente, auxiliar na compreensão das possibilidades informacionais, ou de geração de conhecimento, do recurso analisado e de como este se concatena ao processo decisório governamental na disputa com outros Estados. Esta parte do capítulo mescla o emprego de referências bibliográficas com o emprego de fontes documentárias oriundas dos serviços de inteligência estadunidense.

#### 4.2.1 Sistema de coleta informacional de inteligência

Apesar da magnitude atingida pelo sistema de inteligência dos EUA no período atual, com dezenas de milhares de funcionários, orçamentos gigantescos e acesso às mais diversas tecnologias, nem sempre foi assim. Até o início da Segunda Guerra Mundial as agências de inteligência estadunidenses eram demasiado frágeis se comparadas à dimensão de potência que a nação já havia atingido. Existiam organizações de inteligência militar na Marinha e no Exército e o FBI fazia as vezes da inteligência para segurança interna. Os setores responsáveis por inteligência de sinais e decifração em ambas as armas tinham poucas dezenas de funcionários (RICHELSON, 1996). No decorrer da guerra, as informações do cenário europeu foram transferidas basicamente das organizações de inteligência britânicas, maiores e mais sofisticadas, firmando-se um acordo de trocas de informações que perdura até os dias atuais.

Ao longo da guerra, sobretudo no pacífico, os EUA tiveram que investir pesadamente na área, conseguindo inclusive quebrar as cifras japonesas, passando a ter acesso ao conteúdo de suas comunicações. Na Europa, além das organizações militares, foi criado o Office of Strategic Services – OSS, com o propósito de obter inteligência, ao mesmo tempo em que promovia ações encobertas atrás das linhas alemãs, promovendo sabotagens, guerrilhas e ações de resistência ao invasor. Finda a guerra, o OSS foi desmontado, mantendo-se as organizações de inteligência militares e o FBI. Com o início da Guerra Fria com os soviéticos, o governo norte-americano rapidamente voltou atrás quanto à necessidade de uma agência que centralizasse os esforços de inteligência e criou a CIA. Assim, tem-se o marco inicial da moderna conformação da estrutura de inteligência deste país. Posteriormente foram surgindo organizações especializadas em disciplinas de coleta e de análise de informação. Além disso, mais departamentos dentro do Estado norte-americano foram criando seus serviços de inteligência, sendo incorporados ao sistema.

Atualmente a comunidade de inteligência norte-americana possui uma organização coordenadora, o DNI, e dezesseis agências participantes divididas em três categorias funcionais que são (ODNI, 2010)<sup>62</sup>:

---

<sup>62</sup> <http://www.intelligence.gov/about-the-intelligence-community/>



*Administradores de programas*- Identificam necessidades, elaboram orçamentos, geram finanças e avaliam o desempenho de suas áreas. Estes programas estão associados aos processos de inteligência envolvendo inteligência humana e militar, contrainteligência, inteligência de imagens e geoespacial e inteligência de sinais;

*Agências departamentais*- São componentes da comunidade dentro de departamentos estratégicos para a segurança norte-americana, em áreas como o tesouro, a energia ou as drogas.

*Serviços militares*- Atuam dentro das forças militares dando suporte informacional à inteligência do Departamento de Defesa e a cadeia de comando.



Figura 6. Comunidade de Inteligência dos EUA  
Fonte: [www.intelligence.gov](http://www.intelligence.gov). Acesso em: 24/10/2010.

Para propósito desta pesquisa serão analisadas somente as agências administradoras de programas através dos documentos desclassificados oriundos do governo e das agências de inteligência dos EUA. Esse recorte objetiva o entendimento dos processos informacionais associados a cada organização, mais do que a simples descrição de seu histórico e funcionamento. Como as agências departamentais e os serviços militares replicam, dentro dos departamentos e das

forças armadas, os processos de inteligência gerais compreendidos nas atividades das agências administradoras, seria redundante a sua análise dentro do escopo deste trabalho.

A seguir descreveremos as organizações administradoras de programas e os processos informacionais característicos.

#### 4.2.1.1 CIA, DIA e as fontes humanas

A CIA foi criada a partir do ato de segurança nacional de 1947. Inicialmente, esperava-se que a agência se comportasse como a centralizadora de todas as informações coletadas pelos outros órgãos de inteligência, restringindo-se a produzir informações estratégicas ao presidente e membros da cúpula do governo. De fato a CIA assumiu essa tarefa, contudo ao travar batalhas burocráticas com as forças armadas e o FBI, também assumiu a coleta de inteligência de fontes humanas no exterior e a contraespionagem no estrangeiro. Mesmo não sendo citada na lei de 1947, a CIA, em decorrência das contingências da Guerra Fria, também adquiriu a responsabilidade pela execução de ações encobertas sobre outros países (ESTADOS UNIDOS, 1947).

Como responsável pela consolidação de toda a inteligência coletada pelas diferentes agências dos EUA, a CIA também tinha como encargo inicial a centralização dos serviços secretos, estabelecendo metas de coletas de informações e incidindo sobre os diferentes orçamentos. Todavia, essa centralidade nem sempre se deu na prática, ficando perdida em meio aos interesses corporativos das forças armadas e da polícia federal norte-americana. Quando de sua fundação, o diretor da agência também era cumulativamente o diretor responsável pela coordenação das demais agências da comunidade, mas com as reformulações feitas em 2004 devido aos atentados de *11 de setembro*, foi criado o cargo de diretor de Inteligência Nacional – DNI, com essa incumbência. Assim sendo, a CIA tornou-se mais um membro no sistema, embora ainda seja a responsável pela centralização informacional das demais organizações (ESTADOS UNIDOS, 2004).

A sua organização tem como tarefas:

a) *Coleta de informações* sobre governos estrangeiros, organizações e indivíduos, provendo conhecimentos aos tomadores de decisão em nível estratégico de maneira a aumentar a racionalidade do processo de escolhas feitas pelo Estado.

Para a obtenção dessas informações a CIA possui *estações* com funcionários da agência em grande parte das embaixadas dos EUA pelo mundo. Além disso, também trabalha com agentes clandestinos, que não teriam cobertura legal mediante a relação com a representação diplomática. Basicamente os dados são coletados a partir de fontes abertas e mediante coleta clandestina. Em relação ao primeiro tipo são acompanhadas fontes ostensivas como jornais e revistas, além de publicações e estatísticas governamentais sobre economia, aspectos geográficos, política nacional, composições políticas do governo, dentre outros aspectos.

Em relação à coleta clandestina, é onde funciona a espionagem propriamente dita. A partir de pessoas recrutadas dentro de postos-chaves no governo, forças armadas, polícias, e grandes empresas do país em que se opera, são obtidas informações do planejamento interno dos governos em questão, bem como das ações destes. Um dos exemplos do tipo de recrutamento feito pela CIA envolve a cooptação dos funcionários das polícias de outras nações, mediante a criação de programas de treinamento de maneira a “incorporar consultores norte-americanos aos sistemas policiais dos países beneficiados e utilizá-los para orientar a polícia beneficiária para um trabalho de inteligência e de operações em bases prospectivas” (HUGGINS, 1998, p. 95). Muitas vezes os policiais recrutados sequer se dão conta desse fato. Os interesses norte-americanos, fortalecidos por sua hegemonia informacional, não seriam percebidos como distintos dos interesses nacionais. Esse programa foi tão bem sucedido que em 1952 a CIA criou uma empresa de fachada com o objetivo de prestar serviços de treinamento aos policiais estrangeiros. A empresa, com o nome de *International Police Services, Inc* – INPOLSE, era propagandeada como se fosse apenas uma empresa privada, sendo integrada por técnicos oriundos das polícias dos EUA. Mediante o emprego dessa estória coberta, a CIA conseguiu treinar milhares de policiais, o que possibilitou “avaliar estagiários estrangeiros quanto à orientação pró-Estados Unidos, o que poderia permitir à CIA recrutá-los posteriormente aos seus serviços” (HUGGINS, 1998, p. 95).

Interessante notar que por tratar-se de um serviço de inteligência, os meios de coleta de informações são acentuadamente distintos dos das empresas e organizações da sociedade civil. Um dos métodos mais tradicionais para se obter informações de maneira rápida seria o emprego de tortura para com os adversários

capturados. Após o evento terrorista de *11 de setembro*, a CIA pôs em funcionamento diversas prisões (algumas clandestinas) fora do território norte-americano, de maneira a não desrespeitar a constituição deste Estado, e deslocou mediante voos secretos diversos prisioneiros oriundos de zonas de conflito como o Afeganistão ou Iraque para tais lugares (ANÍSTIA INTERNACIONAL, 2006b). Foram utilizados diversos procedimentos prevendo emprego de violência para a extração de informações, principalmente sobre os movimentos árabes insurgentes e a organização radical islâmica *Al-Qaeda*. Além das denúncias sobre tortura nas prisões de *Guantánamo* em Cuba e *Abu Ghraib* (HERSH, 2004) no Iraque, também foi tornado disponível um manual editado pela CIA sobre técnicas de interrogatório prescrevendo a prática de tortura (CIA, 2004);

b) *Realização de ações encobertas*, como ações paramilitares, propaganda negra, financiamento de colaboradores, dentre outras medidas. Tais mecanismos objetivam influenciar a agenda de outras nações, promovendo os interesses norte-americanos. De acordo com a legislação de 1947 o governo dos EUA compreende por ações encobertas:

Uma atividade ou atividades do Governo dos Estados Unidos para influenciar condições políticas, econômicas e militares em países estrangeiros, onde se pretende que o papel do Governo dos Estados Unidos não seja visível/ostensivo ou reconhecido publicamente<sup>63</sup> (ESTADOS UNIDOS, 1947).

Assim, embora a CIA originariamente tenha sido criada com a função de prover informações estratégicas de alto nível aos governantes, em termos objetivos a agência tornou-se dois diferentes tipos de organização dentro da mesma instituição. Uma estrutura conformada para coletar informações e produzir conhecimento de inteligência e outra focada nas ações encobertas (ZEGART, 1999, p. 185). Dessa maneira, desde sua fundação, a CIA convive com duas lógicas organizacionais acentuadamente diferentes, com culturas, valores, objetivos e perfis profissionais distintos.

Embora não existisse uma definição formal sobre a autoridade da CIA para realizar ações encobertas prevista no ato de segurança nacional de 1947, a agência

---

<sup>63</sup> Means an activity or activities of the United States Government to influence political, economic, or military conditions abroad, where it is intended that the role of the United States Government will not be apparent or acknowledged publicly. (Tradução nossa).

aproveitou-se de uma lacuna na lei (WEINER, 2008, p. 44) e encampou essa tarefa. Dessa maneira, pouco depois de sua fundação, “as operações secretas tornaram-se a força dominante da agência, com a maioria das pessoas, a maior parte do dinheiro e o maior poder. E assim permaneceu por mais de vinte anos” (WEINER, 2008, p. 51). Com processos tão distintos sob o mesmo guarda-chuva organizacional, a atividade de inteligência propriamente dita ficou comprometida em relação às intervenções no cenário político de outros países. Segundo a visão de Weiner, os principais dirigentes da CIA não possuíam “nenhuma paciência para espionagem e nenhum tempo para peneirar e pesar segredos. Era muito mais fácil planejar um golpe ou subornar um político do que penetrar no politiburo” (2008, p. 51).

c) *Contrainteligência externa* envolve a proteção de embaixadas ou agências estadunidenses no exterior quanto ao risco de infiltração por espionagem estrangeira. Também é sua responsabilidade evitar que a própria CIA tenha suas informações acessadas por agentes a serviço de outros governos. Segundo Roy Godson (2004, p. 86), a atividade de contrainteligência implementada pela agência restringia-se originariamente na prevenção da infiltração por agentes duplos, bem como na garantia de que os funcionários da agência não forneceriam informações confidenciais para a inteligência de outros países.

No entanto, mesmo para a proteção primária, a estrutura originária de contrainteligência da CIA era debilitada. Na prática, as unidades, atuando por recorte geográfico do serviço, eram responsáveis pela segurança de suas próprias operações, uma vez que os grupos regionais com esse tipo de tarefa eram demasiadamente pequenos, sendo mais representativos que funcionais. Além disso, os segmentos responsáveis pelas operações clandestinas não se dispunham a atuar compartilhando suas operações com a área de contrainteligência. Como consequência dessa atuação pouco comprometida com a segurança informacional, uma parcela significativa das operações da agência, sobretudo as de cunho paramilitar contra o pacto de Varsóvia, viram-se afetadas pela penetração da espionagem adversária (GODSON, 2004, p. 86).

Em termos de atuação ofensiva de sua contrainteligência, a CIA tentou cooptar membros dos serviços secretos adversários e também tentou infiltrar-se dentro de diversos partidos comunistas pelo mundo. Esse tipo de ação foi mais bem sucedido nos países da América Latina. Cabe ressaltar que a contrainteligência da

CIA no auge da Guerra Fria conscientemente transgrediu seu impedimento quanto a atuar dentro das fronteiras estadunidenses e, de 1954 a 1973, realizou a interceptação de mais de 215.820 correspondências de cidadãos norte-americanos (GODSON, 2004, p. 88).

d) *Produção analítica* a partir da integração de múltiplas fontes de inteligência. Cabe à agência receber os distintos dados recolhidos pelas agências de imagens, sinais, fontes abertas e humanas, correlacionando tais dados de forma a que se tenha uma visão mais nítida da realidade a que se almeja conhecer;

e) *Pesquisa em ciência e tecnologia* voltada para a atividade de inteligência. Como essa área seria relativamente peculiar, a agência tomou como tarefa o desenvolvimento de equipamentos, técnicas e procedimentos inovadores com vistas a aprimorar os meios de coleta e análise de informações. Diversas tecnologias inovadoras são oriundas dos laboratórios da agência, muitas vezes em parceria com outros setores do governo.

#### *O DIA e a Inteligência militar americana*

Outra área com o objeto na inteligência externa foi estabelecida pelo governo dos EUA em setembro de 1961. A partir do Departamento de Defesa foi estruturado o Defense Intelligence Agency – DIA, com a finalidade de centralizar a obtenção de informações e a análise de inteligência militar externa. Mediante a utilização primordial de fontes humanas, com o auxílio de fontes abertas e de imagens, a agência tem como tarefa a identificação do sistema de armas utilizado pelas demais nações e forças políticas. Outra tarefa sob a responsabilidade da Inteligência do Departamento de Defesa relaciona-se à obtenção dos planos de batalha inimigos, em que se tenta saber como estes projetam suas ofensivas militares, bem como reagem aos ataques que venham a receber (DIA, 2002).

A agência desenvolveu diversas ações de coleta de informações sobre armamentos, que foram do programa nuclear chinês ao desenvolvimento do sistema de mísseis estratégicos russos. Também centrou esforços no acompanhamento de conflitos mundiais, sejam estes com a participação direta dos EUA, como a guerra do Vietnam, ou envolvendo os demais países como a invasão soviética no Afeganistão, ou a guerra do Yom Kippur entre israelenses e árabes. Na América Latina, o DIA deu ênfase à revolução sandinista da Nicarágua e ao regime cubano.

Outra aplicação da principal agência de inteligência militar americana foi o acompanhamento de tratados militares para redução de armas, de forma a auferir se tais acordos, de fato, estavam sendo implementados pelos países partícipes.

O DIA possui a seguinte organização (ESTADOS UNIDOS, 2009, p. 35):

*Diretório de Análise (DI)*- É o serviço responsável por produzir e disseminar análises integrando múltiplas fontes de coleta de informação (*Humint, Sigint, Masint, Imint*) no âmbito das forças armadas. Também dissemina informações recebidas a partir dos órgãos de inteligência das forças armadas de outros países. Dentre os temas avaliados destacam-se o desenvolvimento de armas de destruição em massa, sistemas de mísseis, terrorismo e infraestrutura de defesa;

*Diretório de Inteligência do Estado-Maior Conjunto (J2)*- Tem como função a ligação da agência com a inteligência militar estrangeira bem como a ligação interna com o Estado Maior das Forças Armadas e os altos funcionários do Departamento de Defesa, fornecendo inteligência para suporte ao processo decisório;

*Diretório de Inteligência de Fontes Humanas (DH)*- Administra toda a coleta de dados obtidos pela própria agência, bem como pelas demais organizações de inteligência das Forças Armadas. Para isso, realiza operações de coleta de informações a partir de fontes humanas (*Humint*) em todo o mundo. O DH também dá suporte e supervisiona os adidos de defesa, que desempenham funções de representação internacional do Ministério da Defesa dos EUA e assessoram os embaixadores em temáticas militares. Esse setor também é responsável pela contrainteligência nas operações militares, bem como pelo contato com o National Clandestine Service<sup>64</sup>;

*Diretório de Masint e Operações Técnicas (DT)*- Centraliza a inteligência para a defesa obtida a partir de instrumentos de medição e inteligência de assinatura (*Masint*). Efetua a coleta e análise de *Masint*, bem como o desenvolvimento de novas capacidades no ramo de inteligência de mensuração.

*Diretório da Gestão da Informação e Escritório do Chefe de Informações (DS)*- É o setor responsável pelo desenvolvimento e manutenção da plataforma tecnológica global com que a agência trabalha. Também tem como função garantir a segurança, qualidade e continuidade na entrega dos produtos informacionais aos

---

<sup>64</sup> Serviço Nacional Clandestino. (Tradução nossa).

militares combatentes, planejadores, políticos da área de defesa e organizações de inteligência parceiras. Esse escritório gerencia o sistema de informações do Departamento de Inteligência de Defesa e também é o encarregado de prospectar informações de inteligência a partir do sistema global de comunicações (ESTADOS UNIDOS, 2009, p. 35).

#### *4.2.1.2 O FBI e a contrainteligência interna*

Ao mesmo tempo em que tenta obter informações externas que privilegiem e deem suporte a sua disputa por hegemonia, os EUA também são vítimas da ação de outros serviços de inteligência, que tentam roubar informações e promover ações encobertas em seu território. Conforme já observado, é tarefa da CIA coordenar a contrainteligência norte-americana no exterior do país. Todavia dentro das fronteiras deste Estado a responsabilidade por esta atividade fica a cargo do FBI, sua polícia federal.

Embora o aparato de inteligência dos EUA tenha um cunho predominantemente ofensivo, no jogo de disputa informacional é inevitável que este país também seja afetado por seus adversários. Assim, a partir do momento que a nação começou a ascender internacionalmente enquanto potência, as atividades de espionagem em solo norte-americano começaram a ganhar amplitude. Provavelmente este seja o principal fator que explique a dupla função do FBI de combate ao crime organizado e contrainteligência. Como este órgão foi criado em 1908, foi uma das primeiras instituições de inteligência e segurança que o Estado possuía com disponibilidade para atuar ao menos salvaguardando o território nacional. Antes mesmo de se perceberem como potência mundial, os EUA viram-se como objeto de interesse das potências de então.

Desta forma, em meados dos anos trinta do século passado, com o agravamento do conflito entre as potências europeias e a ampliação dos agrupamentos de ideologia nazista dentro dos Estados Unidos, o FBI assumiu a tarefa de investigar os segmentos nazistas dentro dos EUA (HUGGINS, 1998, p. 58). Essa tarefa já era o prenúncio dos próximos desafios ante o eventual conflito com a Alemanha nazista e a inevitável presença de agentes de espionagem do Reich alemão que se seguiria. No decorrer da Segunda Guerra Mundial, o FBI foi responsável pela contrainteligência em todo o continente americano, acompanhando as atividades dos agentes do eixo.



Com a derrota do nazismo e o início da Guerra-Fria, o adversário modificou-se e sua penetração social também. O inimigo comunista possuía grande influência sobre diversos segmentos estratégicos da sociedade estadunidense, tal como intelectuais e funcionários públicos. Diante dos novos desafios o FBI tentou profissionalizar sua atuação estruturando uma divisão de contrainteligência e iniciando uma política de formação profissional específica para a área (GODSON, 2004, p. 74). A estrutura da divisão de inteligência do FBI foi repartida nas seções de:

a) *Segurança interna*- Nesse setor eram acompanhadas as eventuais ameaças ao modelo de democracia americana, o que se traduzia no acompanhamento de agrupamentos terroristas e também de partidos comunistas e trotskistas.

b) *Contraespionagem*- Efetuava acompanhamentos, investigações e operações contra ações de espionagem da União Soviética e de seus aliados, particularmente da KGB. Operava-se com um comitê de ligação com as áreas correlatas na CIA e dentro das agências militares, de maneira a conseguir cobrir todo o espectro de atuação das redes de espiões adversárias, uma vez que tais redes atuavam com apoio externo.

c) *Central de pesquisas*- Responsável pela dimensão analítica, produzia relatórios sobre as temáticas de segurança interna e contraespionagem (GODSON, 2004, p. 77).

No entanto, o modelo estruturado para enfrentar a Guerra Fria não se mostrou adequado com o fim desta e a fragmentação dos adversários norte-americanos. Sob os efeitos dos ataques terroristas de *11 de setembro* de 2001, foi criada uma Comissão do 11/9 para estudar e propor reformas no sistema de inteligência estadunidense. Cogitou-se, inclusive, a criação de uma agência especializada nesse tema, porém optou-se por manter a centralidade da contrainteligência interna sob os auspícios do FBI devido a fatores como (ESTADOS UNIDOS, 2004, p. 423):

a) *Respeito à Lei*- O FBI já teria sofrido diversas ações do parlamento, judiciário e sociedade civil norte-americanos, com vistas à necessidade de observar

a lei e as garantias individuais em suas ações de coleta informacional. A criação de outra agência poderia afetar ainda mais a observância dos preceitos legais;

b) *Compartilhamento de Informação*- Uma nova cisão no sistema de inteligência interno potencializaria ainda mais as dificuldades no compartilhamento de informações entre os diferentes órgãos;

c) *Ativos Informacionais*- Uma nova agência teria que adquirir uma nova coleção de informações, bem como softwares e procedimentos para operar tal coleção. O FBI já teria disponíveis tais ativos, bem como pessoal treinado para operá-los;

d) *Poder de Polícia*- Os levantamentos informacionais sobre contraterrorismo rapidamente convergem para a dimensão criminal, vez que afetam a legislação criminal deste país. Uma organização que possa operar com os procedimentos de contrainteligência e ao mesmo tempo aplicar a lei maximizaria seus resultados no combate às organizações terroristas;

e) *Redundância Operacional*- Geralmente as operações de contraterrorismo sobrepõem-se às investigações criminais, tais como de lavagem de dinheiro ou contrabando (ESTADOS UNIDOS, 2004, p. 423).

Como decorrência os EUA mantiveram o FBI com a centralidade das atividades de contrainteligência, sendo que, em 12 de setembro de 2005, o FBI criou o *National Security Branch – NSB*, com vistas a “coordenar os esforços de contrainteligência que orientam as ações para proteger os Estados Unidos<sup>65</sup>” (FBI, 2006, p. 2). Dentro do escopo desse setor estão compreendidos as divisões de contrainteligência, de contraterrorismo, o diretório de inteligência e o diretório de armas de destruição em massa, conforme demonstra o organograma abaixo:

---

<sup>65</sup> Coordinate intelligence efforts that drive actions to protect the United States. (Tradução nossa).

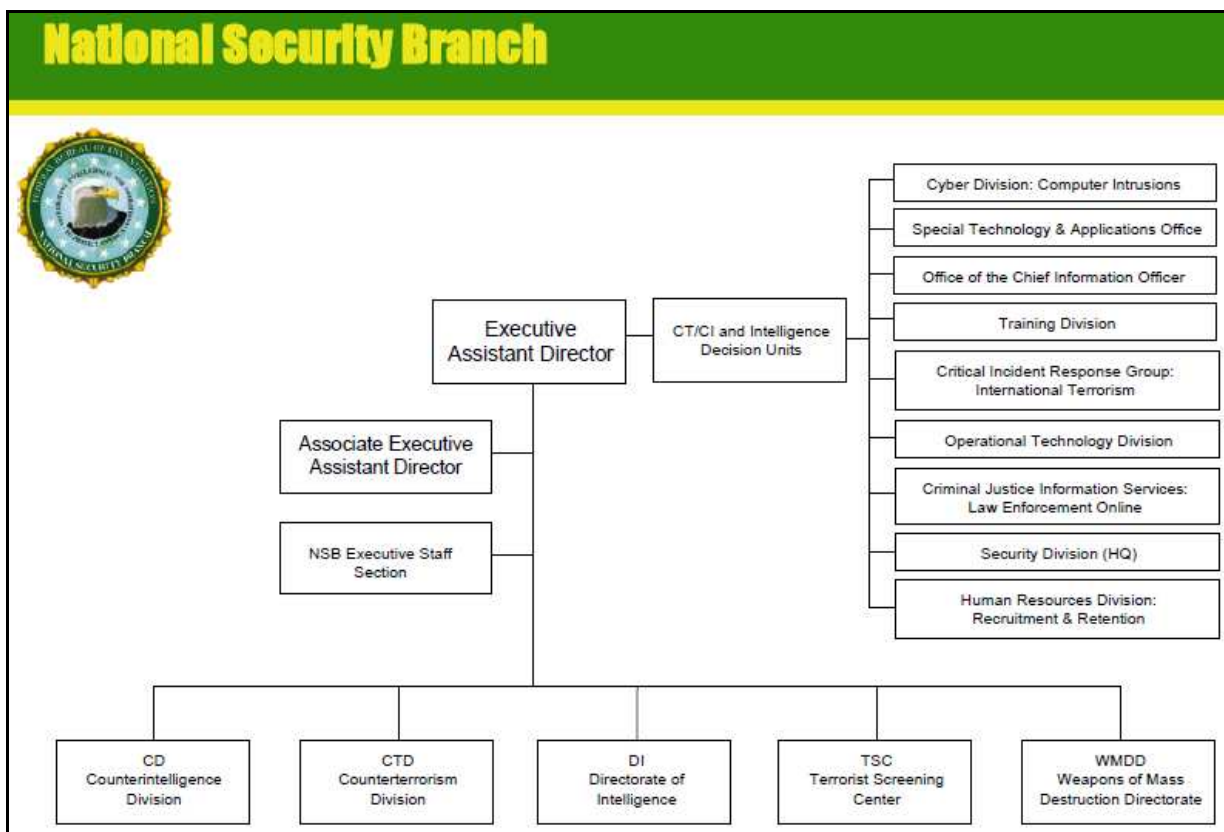


Figura 7. National Security Branch

Fonte: <http://www.fbi.gov/about-us/nsb/nsb-organization-chart-pdf>. Acesso em: 23/11/2010.

Analisando esta estrutura organizacional é possível constatar que existe de fato uma ampliação da temática associada à contrainteligência. Além do modelo clássico, em que se enfrenta o serviço de inteligência de uma nação adversária, questões como o terrorismo e o armamento com grande poder destrutivo ganharam relevância. A partir da unipolaridade norte-americana, seus adversários vêm se fragmentando em múltiplas coalisões, em que redes terroristas e “Estados párias” atuam combatendo a hegemonia deste país. Logo, não são mais somente os serviços secretos chineses e russos os principais adversários a serem enfrentados. Sob o prisma do Estado, ameaças de organizações radicais islâmicas que não representam uma nação a ser retaliada, por exemplo, podem ser muito mais desestabilizadoras do que o tradicional conflito entre nações. As ações dos indivíduos são menos previsíveis que o comportamento dos Estados.

Outra consequência organizacional oriunda das reformas pós *11 de setembro* foi a maior integração informacional da área. Com o diretório de inteligência dentro do NSB, o FBI fortaleceu o componente analítico, tentando facilitar a percepção de nexos entre os conhecimentos produzidos nas áreas de contrainteligência,

contraterrorismo e armas de destruição em massa. A necessidade de concatenar coleta e análise é um imperativo para contrainteligência sob o paradigma da presente situação dos EUA.

#### *4.2.1.3 A NSA e a inteligência de sinais*

A National Security Agency – NSA foi criada a partir de um memorando do presidente Truman em 24 de outubro de 1952, determinando o propósito de coletar inteligência de sinais sobre os demais países do mundo. De acordo com o memorando:

A missão de COMINT da National Security Agency (NSA) é a de prover de maneira eficaz, a organização e controle unificado das atividades de comunicações de inteligência dos Estados Unidos realizadas contra governos estrangeiros, para assegurar políticas integradas e procedimentos operacionais a elas associadas<sup>66</sup> (ESTADOS UNIDOS, 1952, p. 5).

Assim sendo, à NSA caberia a capacidade de interceptar as comunicações dos países alvos do governo dos EUA. Além disso, também teria como tarefa a proteção das comunicações do governo. Sob esta lógica a NSA deveria se especializar na criação de cifras criptográficas inquebráveis, ao mesmo tempo em que adquiriria conhecimento técnico e infra-estrutura tecnológica para quebrar a criptografia das demais nações do mundo.

Com o intuito de cumprir sua missão, a agência montou diversas bases pelo mundo, conformando uma rede de pontos para interceptação de sinais ímpar. A NSA chegou a estabelecer bases operacionais no pólo norte. Mediante o uso de equipamentos de medição acústica atuou com vistas a conseguir detectar a movimentação de submarinos do pacto de Varsóvia. Tanto técnicos quanto agentes operacionais mantinham-se meses flutuando sobre placas de gelo (BAMFORD, 2001, p. 140). Em termos de infra-estrutura “a NSA emprega mais matemáticos, compra mais equipamentos de computação e intercepta mais mensagens do que qualquer outra organização no mundo. É a líder mundial no que se refere à escuta” (SINGH, 2001, p. 273).

---

<sup>66</sup> The COMINT mission of the National Security Agency (NSA) shall be to provide an effective, unified organization and control of the communications intelligence activities of the United States conducted against foreign governments, to provide for integrated operational policies and procedures pertaining thereto (Tradução nossa).

Das diversas operações realizadas pela NSA com o objetivo de coletar informações de sinais de outros países do globo, a de maior amplitude envolve o projeto *Echelon*.

Originariamente o *Echelon* tem sua origem relacionada aos acordos entre as inteligências norte-americana e britânica durante a Segunda Guerra Mundial, visando ao compartilhamento de informações entre estas agências. Com o fim da guerra e o início do enfrentamento com o bloco soviético, em 1951, a Inglaterra e os Estados Unidos formalizaram um acordo de compartilhamento de informações obtidas a partir da inteligência de sinais denominado UKUSA<sup>67</sup>. O acordo previa as seguintes operações de coleta de dados sobre as comunicações de países estrangeiros: coleção de dados de tráfego; aquisição de documentos e equipamentos de comunicação; análise de tráfego; criptoanálise; decifração e tradução; aquisição de informações sobre organizações de comunicação (*Sigint*), práticas, procedimentos e equipamentos (ESTADOS UNIDOS; REINO UNIDO, 1951, p. 3). O referido acordo também previu a divisão de tarefas entre os dois países componentes de forma que sua estrutura não fosse duplicada, desenvolvendo as mesmas tarefas e abrangendo as mesmas regiões.

Alguns anos depois, em 1956, o tratado foi ampliado agregando Canadá, Austrália e Nova Zelândia enquanto países da comunidade britânica (ESTADOS UNIDOS; REINO UNIDO, 1955, p. 47). A entrada dessas nações teve a importância de ampliar as regiões do mundo que poderiam ser monitoradas. Posteriormente foram acrescentadas bases no Japão e Alemanha, o que deu alcance verdadeiramente global ao sistema. Atualmente, essa rede de agências de inteligência de sinais intercepta parcela significativa das comunicações globais, de conversas telefônicas a mensagens eletrônicas (SCHMID, 2001). Com antenas parabólicas nos Estados Unidos, Inglaterra, Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Japão e Alemanha, o abrangente sistema de interceptação de comunicações eletrônicas também conta com uma rede de satélites na órbita da terra, o que lhe daria mobilidade, uma vez que os satélites podem ser manejados de acordo com as comunicações prioritárias a serem acompanhadas.

---

<sup>67</sup> UKUSA é proveniente da junção do termo inglês **United Kingdom** e **United States of America**, designando o Reino Unido e os Estados Unidos, respectivamente..

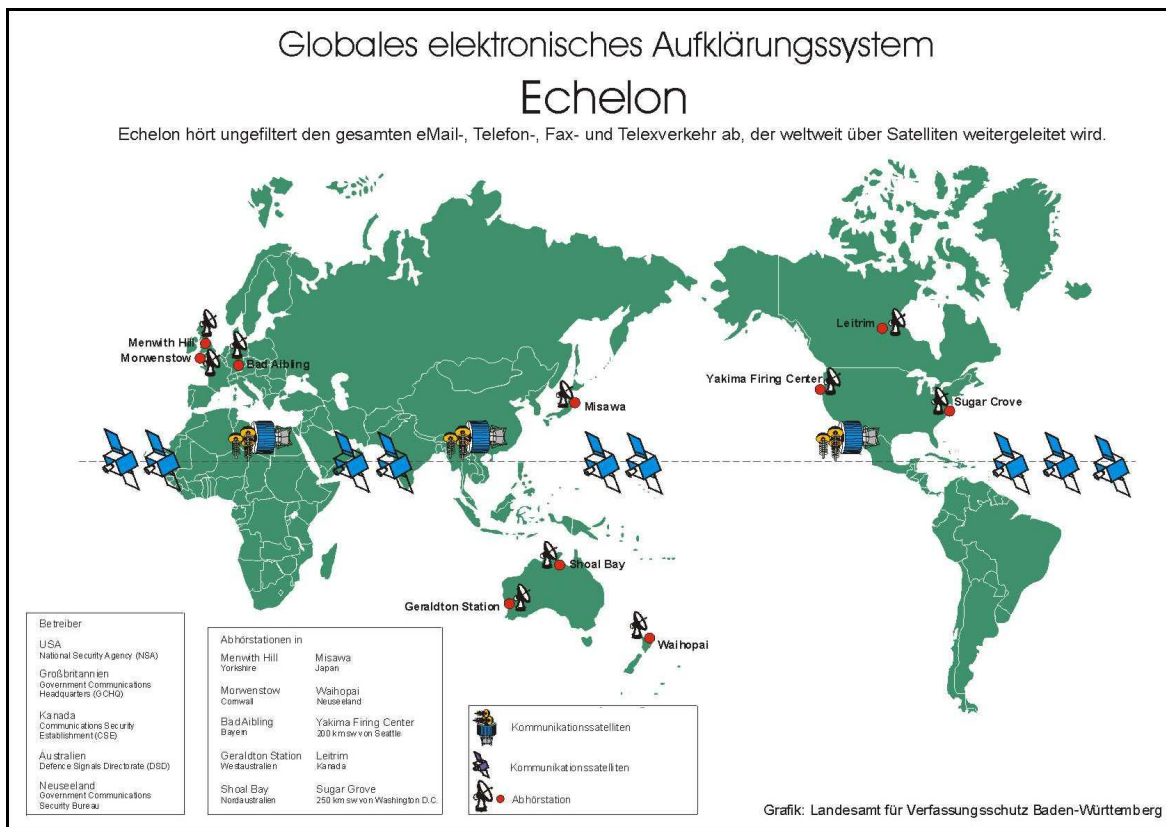


Figura 8. Bases de interceptação de sinais  
Fonte: Federation of American Scientists, 2008

Mediante a utilização de palavras-chave em diversos idiomas, os sistemas computacionais utilizados filtram os dados suspeitos para posterior análise humana. Com a mecanização do processo, o volume de dados coletados e processados tende a ser muito grande, todavia a capacidade analítica esbarra nas capacidades humanas. Os algoritmos utilizados podem estabelecer intrincadas redes de relacionamentos a partir dos diversos meios de comunicação, mas a validação do conhecimento produzido ainda exige o trabalho de analistas experientados.

Depois das ações terroristas de *11 de setembro* de 2001, com um assustador número de vítimas em solo norte-americano, o governo dos EUA foi legitimado a tomar medidas ampliando ainda mais o controle informacional, tornando-se ainda mais ousado em termos de coleta de dados. Conciliando a motivação política com a digitalização das relações humanas, a partir de 2001 as agências de inteligência dos EUA vêm montando grandes repositórios de informação também sobre os próprios cidadãos americanos bem como os do restante do mundo. Conforme relata Baker (2009, p. 144):

Eles [Inteligência norte-americana] também lançariam suas redes nos oceanos de detalhes demográficos e dos consumidores, arquivos de linhas

aéreas e notas de hotéis, além de vídeos, fotos e milhões de horas de tráfego internacional telefônico e de internet coletados pela NSA. Esse acervo igualava aquilo que os gigantes da web como Yahoo e Google vinham manuseando.

Além disso, existem acusações por parte da imprensa dos EUA de que os serviços secretos do governo norte-americano teriam obtido, das operadoras de telefonia dos Estados Unidos, bilhões de registros de telefonemas, conformando um imenso banco de dados sobre redes sociais (BAKER, 2009, p. 144). Sobre esse repositório de dados seriam utilizados programas que prospectariam redes de conexões suspeitas.

Todavia, apesar da dimensão de projetos como o *Echelon*, críticos argumentam que os sistemas de inteligência e vigilância empregados por agências como a NSA, por exemplo, teriam pouca efetividade ante adversários como grupos terroristas que funcionam à margem das próprias sociedades. Então, embora se observe:

“A proliferação extraordinária de meios tecnológicos, e outros, de manter os cidadãos sob vigilância o tempo todo (com câmeras em locais públicos, escuta telefônica, acesso a dados pessoais e a computadores, etc.) não aumentou a efetividade do Estado e da lei, mas tornou os cidadãos menos livres”. (HOBBSAWM, 2007, p. 43).

Conquanto o Estado tenha a possibilidade de obter grande volume de informações sobre os seus próprios cidadãos, ou seja, aqueles que muitas vezes não impõem resistências ativas à coleta informacional sobre si, o mesmo não se dá com os inimigos de fato. Assim, de acordo com o que narra Bonanate:

Em um mundo mantido sobre controle pelo Echelon (o mais potente e complexo sistema de vigilância planetária, que monitora todas as conversações que ocorrem entre as pessoas a cada instante no mundo), por um lado, e pelo escudo espacial, por outro, visando à realização do mito da invulnerabilidade – um mundo no qual acreditávamos, portanto, que tudo estava “sob controle” –, uma ação terrorista muito hábil, mas limitada, consegue subverter qualquer expectativa, escapar a todo controle, e fazer-nos sentir frágeis e indefesos, com medo de viajar, de apostar na bolsa, de freqüentar lugares cheios, obrigando-nos a permanecer fechados em casa (BONANATE, 2001, p. 12).

As organizações dispostas em rede, que enfrentam o poderio norte-americano, utilizando-se de práticas terroristas com sua violência generalizada contra inocentes, seriam alvos difíceis de se detectar somente pelos sistemas tecnológicos.

#### 4.2.1.4 NGA, NRO e a inteligência de imagens

Embora a coleta e tratamento de imagens sob o prisma da espionagem, tenha sua origem vinculada à guerra civil norte-americana e aos balões nortistas que eram lançados para observação das tropas confederadas, a atividade de coleta e tratamento de imagens institucionalizou-se nos EUA após a Segunda Guerra Mundial. A partir da parceria da CIA com as forças armadas foram lançados programas com o objetivo de colecionar imagens sobre o território do bloco soviético, bem como sobre outros Estados. Tendo em vista a dificuldade de penetração mediante espionagem humana dentro dos países comunistas, o investimento em recursos tecnológicos foi a saída estratégica para a inteligência norte-americana. Com o emprego de aviões e satélites foi possível identificar questões como a presença de tropas soviéticas junto à fronteira alemã, a quantificação dos silos para lançamentos de mísseis possíveis portadores de ogiva nuclear, a infraestrutura fabril de defesa ou mesmo a simples detecção de estradas e vias de acesso.

Dada a complexidade do aparato de inteligência de imagens, foram criadas duas agências responsáveis por esta área. Ambas serão descritas a seguir.

##### *National Reconnaissance Office - NRO*

O NRO foi criado em 25 de agosto de 1960 com vistas a coordenar os esforços da Força Aérea e da CIA, e, posteriormente, da NSA e da Marinha, que já implementavam em paralelo seus próprios programas de coleta de imagens. Enquanto as iniciativas estavam associadas a diferentes instituições, as distintas ações em andamento, muitas vezes estanques, fragmentaram a capacidade da inteligência dos EUA em desenvolver de maneira concatenada e coerente uma política de obtenção de informações a partir do espaço. Além da redundância de programas, outra questão a ser enfrentada envolvia a diversidade destes. Com o desenvolvimento de aviões de sobrevoos em grande altitude, satélites para diferentes órbitas e câmeras com distintos níveis de resolução, as variáveis e os processos a serem geridos foram adquirindo escala exponencial. Outra questão relacionava-se à necessidade de rápida evolução tecnológica. Diversos desafios estavam postos, como transmissão de imagens em tempo real, desenvolvimento de sensores noturnos, tratamento de dados, organização da informação coletada, produção analítica de *Imint*, dentre outros aspectos, exigindo uma política comum. Com a CIA



e a Força Aérea operando programas diferentes, conjugar as iniciativas tornou-se algo verdadeiramente problemático. Assim, o National Security Council<sup>68</sup> – NSC passou a debruçar-se sobre a questão e concluiu que esse esforço compartimentado para adquirir capacidade de reconhecimento espacial necessitava de um gerenciamento comum. Também percebeu-se “que o que era necessário era uma capacidade nacional de inteligência ao invés de um sistema de reconhecimento<sup>69</sup>” (NRO, 1969, p. 15). Pouco adiantaria a disponibilidade de uma avançada plataforma tecnológica, se esta não estivesse alinhada a uma política adequada prevendo o emprego dos novos recursos informacionais. Mais do que coletar informações, também viu-se como fundamental criar procedimentos para processar e analisá-las. Outro desafio seria o de integrar o conhecimento produzido junto às demais fontes informacionais, de maneira que este pudesse de fato ajudar a subsidiar o processo decisório estatal.

Foi a partir desse contexto tumultuado que o NRO foi criado, tentando estabelecer doutrinas e novos paradigmas tecnológicos ao mesmo tempo em que se imbuía dos programas existentes. Parte das primeiras ações, com vistas a obter inteligência de imagens, já estava em pleno desenvolvimento ou mesmo em operação. Inicialmente o diretório de ciência e tecnologia da CIA, juntamente com a Força Área, implementou o projeto de construção de um avião capaz de coletar imagens voando a mais de vinte mil metros de altitude, de modo a não ser atingível pela defesa aérea soviética. Além disso, também foi concebido equipamento fotográfico com boa resolução a uma altitude de sessenta mil pés. Denominado como U2<sup>70</sup>, tornou-se operacional a partir de 1957, passando a sobrevoar pouco tempo depois a União Soviética, o leste europeu e a China (PEDLOW; WELZENBACH, 1998, p. 157). Foram realizados centenas de voos sobre o espaço aéreo dos países pertencentes ao Pacto de Varsóvia. Embora o U2 continue em serviço até os dias de hoje, suas limitações evidenciaram-se a partir da derrubada de um desses aviões em 1º de maio de 1960, em um sobrevoo em território soviético. Além da queda do avião, o piloto também foi capturado, o que deu materialidade para as reclamações soviéticas impedindo qualquer tipo de *negação plausível* por parte do presidente norte-americano. Reafirmou-se então a

---

<sup>68</sup> Conselho Nacional de Segurança.

<sup>69</sup> That what was needed was a national intelligence capability rather than a reconnaissance system. (Tradução nossa).

<sup>70</sup> O “U” seria a abreviação da palavra utilitário.

necessidade de uma nova solução tecnológica que pudesse manter a coleta informacional de imagens, sem estar à mercê do sistema de defesa aérea soviético.

Dadas as limitações do emprego de aviões para coleta de imagens, ao menos em relação ao território das principais potências adversárias, existiam outros programas tanto da CIA como da Força Aérea cujo propósito vinculava-se à resolução do problema. A partir do primeiro estudo da RAND Corporation<sup>71</sup> (1946), denominado *Preliminary design of an experimental world-circling spaceship*, argumentava-se acerca da viabilidade da construção de satélites para reconhecimento. Embora as proposições da RAND tenham sido demasiado inovadoras para o período em que surgiram, a partir da metade da década de cinquenta, as ideias começaram a germinar e a concretizarem-se. O primeiro desses programas a ser bem sucedido marcou a estreia institucional do NRO. Sob o codinome CORONA, foi desenvolvida uma classe de satélites cuja função era, uma vez em órbita, coletar imagens ou filmes e os remeter de volta a terra para análise. Essas imagens seriam colhidas posteriormente por um avião ou pescadas no mar (RICHELSON, 1995, p. 296).

A inteligência de imagens, a partir do emprego de satélites, provocou uma revolução na capacidade de obtenção de informações em relação ao bloco soviético. O que era uma verdadeira *cortina de ferro*<sup>72</sup>, em que as informações eram rarefeitas, ao menos sob o prisma dos objetos tridimensionais, passou a ser monitorável pelo Estado norte-americano com pouco risco. Todavia, se tecnologicamente o emprego de satélites teria sido um sucesso, sob o enfoque organizacional não. A gestão do programa CORONA refletiu durante algum tempo o processo de disputa institucional que então ocorria entre a CIA e o recém criado NRO. Conforme relatam documentos históricos, “entre 1963 e 1966 a questão da responsabilidade pela gestão Corona foi assunto em aberto, que muitas vezes causou atrito entre a CIA e o director do Escritório Nacional de Reconhecimento<sup>73</sup>” (NRO, 1997, p. xxi).

---

<sup>71</sup> A RAND Corporation é uma organização sem fins lucrativos criada a partir de iniciativa da Força Aérea dos EUA. Seu propósito é o de prospectar tecnologias, conceitos e doutrinas que sirvam para dar suporte ao processo decisório do Estado norte-americano, sobretudo em relação aos temas da área de segurança e relações internacionais. Maiores informações podem ser encontradas em < <http://www.rand.org/about/history/>>.

<sup>72</sup> Termo cunhado pelo Primeiro Ministro britânico Winston Churchill para descrever os regimes totalitários que assumiram o poder no leste europeu.

<sup>73</sup> Between 1963 and 1966 the question of Corona management responsibility was open issue that frequently caused friction between the CIA and the Director of the National Reconnaissance Office. (Tradução nossa).

Posteriormente, já em 1963, com o sucesso do programa CORONA, foi lançado o projeto GAMBIT. Essa classe de satélites<sup>74</sup> teria como função obter informações detalhadas sobre pequenas áreas da superfície da Terra, tais como bases militares, usinas hidrelétricas ou estações de lançamento de foguetes. Ao contrário da classe CORONA, que monitorava amplos espaços, porém com baixa qualidade (RICHELSON, 1995, p. 301), a classe GAMBIT buscava foco em áreas pequenas com uma resolução de imagem maior. Os dois programas tinham atuação complementar. Enquanto o CORONA prospectava alvos interessantes ao longo da superfície terrestre, o GAMBIT monitorava em maior profundidade tais alvos. Estes dois conceitos permitiram o desenvolvimento de outras categorias de satélites, tais como os modelos KH9, KH10, KH11, KH12, com maior resolução, maior permanência em órbita, coleta e transmissão de imagens em tempo real, visão noturna e pulsos de radar.

Com a aceleração das inovações tecnológicas, o volume de informações obtidas aumentou de maneira acentuada. Se essa expansão técnica dos instrumentos de coleta de inteligência, por um lado, supriu os tomadores de decisão e estrategistas militares com um amplo suprimento de informações, por outro,

abriu-se uma lacuna crescente entre as toneladas de material bruto que os 'aspiradores de pó' das agências de coleta obtinham e a capacidade dos analistas (...) processarem adequadamente essas informações através de modelos de consumo de inteligência coerentes (CEPIK, 2001, p. 294).

Dessa maneira, concomitante ao esforço tecnológico com vistas à coleta de informações de inteligência, também fez-se necessário empreender iniciativas de gestão desse volume de informações para ampliar a capacidade analítica. O paradoxo da explosão informacional proposto por Vannevar Bush (1945) demonstrou sua validade quanto ao volume de dados que as organizações de inteligência passaram a ter que lidar. Esse montante pôs em xeque a capacidade de produção de sentido da informação coletada, tendo em vista que a interpretação das imagens poderia não ser feita a tempo de suportar os eventos do mundo real.

#### *National Geospatial-Intelligence Agency - NGA*

Conforme já abordado, várias iniciativas foram adotadas para a coleta de inteligência de imagens. No início eram feitos sobrevoos por aviões, seja em

---

<sup>74</sup> Com o nome formal de KH7.

pequena ou elevada altitude, posteriormente surgindo os satélites. Com todo esse aparato tecnológico, rapidamente o volume de informações a serem analisadas aumentou acentuadamente. Se o ferramental disponível permitia a produção de milhares de fotografias a partir de um voo de U2 ou com o orbitar dos satélites, no tocante ao componente analítico, o instrumento central continuou a ser o cérebro humano. Assim, quando a necessidade de interpretação de imagens começou a demandar mais especialização e recursos humanos, resolveu-se criar uma organização especializada neste tipo de análise. Dessa forma

Um passo significativo em direção a uma melhor utilização das fotografias de sobrevôo foi a criação em 18 de janeiro de 1961 do Centro de Interpretação Fotográfica Nacional (NPIC), centralizando o tratamento, avaliação, divulgação e produção de inteligência dirigido por um diretor, que foi selecionado pelo diretor da Agência Central de Inteligência com o conselho e consentimento da Comissão de acompanhamento das atividades de inteligência da Câmara e do Secretário de Defesa<sup>75</sup> (NRO, 1969, p. 29).

O NPIC foi criado inicialmente como parte do Diretório de Ciência e Tecnologia da CIA, devendo, entretanto, atender também às demandas militares. Como exemplo dos serviços analíticos do NPIC tem-se a análise das imagens demonstrando que os soviéticos estavam instalando mísseis com capacidade nuclear em Cuba, o que gerou uma crise, entre as potências da época, de proporções quase nucleares.

Em 01 de outubro de 1966 foi criada a National Imagery and Mapping Agency – NIMA, mediante o “National Defense Authorization Act for Fiscal Year 1997”. Por essa legislação a NIMA assumiu as funções das agências de interpretação de imagens militares,<sup>76</sup> bem como o NPIC da CIA e parcela das funções analíticas até então desenvolvidas pelo NRO (ESTADOS UNIDOS, 1996, p. 2678-2688). Nesse novo corpo organizativo, a centralização analítica de inteligência de imagens passou a funcionar dentro do Departamento de Defesa dos EUA, o que na prática transformou em prioridade as demandas desse setor, embora as preferências

---

<sup>75</sup> One significant move toward the better utilization of overflight photographs was the creation on 18 January 1961 of the National Photographic Interpretation Center (NPIC), a centralized handling, evaluation, and intelligence dissemination establishment headed by a Director who was selected by the Director of Central Intelligence with the advice and consent of the United States Intelligence Board and the Secretary of Defense. (Tradução nossa).

<sup>76</sup> Incorporando a Defense Mapping Agency, a Central Imagery Office, e a Defense Dissemination Program Office.

estratégicas ainda tenham sido mantidas como tarefa do Diretor Central de Inteligência;

Como modo de operar, o NIMA, seguindo os preceitos de Sherman Kent (1967), compôs um repositório de informações de cunho enciclopédico (básicas), monitorando o ambiente em busca de mudanças, ao mesmo tempo em que atendia a demandas específicas com relatórios em profundidade. Sob o prisma da coleção analítica básica, mediante a utilização de fotografias de satélite, radar ou infravermelho, estas foram analisadas e integradas em um banco de dados cartográfico. Assim sendo, a agência pôde customizar as imagens de acordo com as demandas dos clientes, personalizando a entrega dos produtos. Em seu acervo existem modelos em duas e três dimensões de toda superfície da Terra, também sendo catalogadas informações acerca de edificações humanas e características naturais do ambiente, de maneira a facilitar a posterior interpretação dos mapas. Os principais fornecedores de informações para a NIMA são o próprio NRO, outros satélites empregados por diversas áreas do governo e dados obtidos a partir da contratação de serviços privados.

Com o fim da Guerra Fria, os serviços analíticos e de repositório de dados cartográficos da NIMA permitiram ao governo e às agências de inteligência monitorar questões como proliferação nuclear, armamentos químicos e biológicos, tráfico de armas, e o tradicional papel de balizador de tratados internacionais. Todavia, seja por estar dentro do Departamento de Defesa ou pelo contexto de guerras no Oriente Médio em que os EUA estão envolvidos, a função primordial da organização tem sido o fornecimento de informações geoespaciais para dar suporte ao planejamento de combate. A título de exemplo, quando do início das ações militares no Afeganistão em 2001, era grande a carência de informações geográficas e topográficas sobre a região. Assim, o NIMA empregou seu repositório de dados para a confecção de mapas personalizados de acordo com a natureza das operações em curso. Os mapas para os pilotos incluíam informação detalhada sobre os objetivos e as metas para a campanha de bombardeios. Os mapas para as forças especiais observavam questões como a disponibilidade de alimento na área das operações e a disponibilidade de água. Também foram fornecidos dados sobre a localização dos inimigos e dos civis (Encyclopedia of Espionage, Intelligence, and Security 2004, p. 331).

O atentado terrorista *de 11 de setembro* implicou nova mudança de paradigma em relação às necessidades informacionais envolvendo a inteligência de imagens, visto que o governo dos EUA viu-se enfrentando atores não estatais. A agência refletiu esse processo deslocando sua doutrina para o conflito com organizações radicais islâmicas como a Al-Qaeda, a partir da publicação do documento "*Geospatial Intelligence: Capstone Concept*".

Apesar da incerteza que sempre caracterizou a área de segurança internacional, a ordem mundial que emergiu no século vinte e um fez o conhecimento sobre as terras estrangeiras mais importante e desafiador do que nunca. Ao invés de enfrentar uma corrida com uma nação concorrente dominante, os Estados Unidos estão sendo confrontados com antagonismos regionais, o crime transnacional, o terrorismo, o tráfico de drogas, os estados falidos, e um número crescente de estados e atores não-estatais, com acesso a armas de destruição em massa. Hoje, com o aparecimento de redes terroristas globais, a nossa nação enfrenta uma nova ameaça indescritível, operar não só em Estados ladinos e fracassados, mas também dentro das nossas fronteiras<sup>77</sup>(NIMA, 2003, p. 04)

Mediante essa desterritorialização do inimigo, o NIMA passou a ter que prover uma ampla gama de produtos informacionais, em detrimento do período anterior em que a produção analítica destinava-se tão somente ao primeiro escalão do governo e das forças armadas. Além disso, aumentou a velocidade de degradação com que a informação degrada-se. Nesse novo contexto, um pequeno grupo insurgente desloca-se muito mais rapidamente, fazendo sumir suas evidências, do que uma divisão de exército ou uma base de submarinos (NIMA, 2003). Nessa conjuntura o NIMA trouxe o novo conceito de inteligência geoespacial, aprofundando a compreensão do governo dos EUA quanto à inteligência de imagens.

#### 4.2.1.5 NGA, NRO e a Inteligência Geoespacial

Vale observar que nessa matriz doutrinária (2003) a agência cunhou o termo *Inteligência Geoespacial – Geoint* como uma nova disciplina analítica em que a NIMA integraria múltiplas fontes de coleta, *Imint, Osint, Humint, Sigint*. Dessa integração analítica ter-se-iam produtos informacionais georreferenciados a partir de

<sup>77</sup> Though uncertainty has always characterized the international security arena, the world order that has emerged in the twenty-first century has made knowledge of foreign lands more important and challenging than ever before. Rather than facing a stable, dominant peer competitor, the United States is confronted by regional conflicts, transnational crime, terrorism, drug trafficking, failing states, and a growing number of states and non-state actors with access to weapons of mass destruction. Today, with the emergence of global terrorist networks, our nation confronts an elusive new threat, operating not only in rogue and failing states, but also within our own borders. (Tradução nossa).

diferentes descritores, permitindo maiores maleabilidade e ampliação das possibilidades de emprego do conhecimento produzido.

Pouco depois dessas mudanças, a National Imagery and Mapping Agency – NIMA foi renominada como National Geospatial-Intelligence Agency - NGA (ESTADOS UNIDOS, 2004b). Além de aprofundar o conceito de *Geoint*, nessa nova doutrina a NGA detalhou os tipos de produtos analíticos que se propõe a fornecer, sendo estes

Produtos padrão: Estes incluem dados geoespaciais derivados, tais como mapas, gráficos, imagens bitmap ou informações de vetores digitais. Estes produtos podem ser usados sozinhos ou com muitas camadas de dados adicionais, tais como dados geográficos (vegetação, cultura, línguas e clima) e informações de inteligência. Os produtos padrão são derivados primariamente de sensores eletro-ópticos e a partir de dados geoespaciais existentes. Eles também podem ser originados de radares e sensores multi-espectrais, mas normalmente não usarão essas fontes. Os produtos são normalmente bidimensionais, mas podem ser transformados em produtos tridimensionais, como imagens *anaglyphs*<sup>78, 79</sup>. (NGA, 2006, p. 13).

São exemplos de produtos-padrão as imagens eletro-ópticas e os mapas, ambos podendo ser fornecidos com uma maior ou menor camada analítica.

Produtos Especializados: podem oferecer recursos adicionais para produtos padrão para personalizá-los para um propósito específico. Os produtos podem ser desenvolvidos usando sofisticada tecnologia para integrar vários tipos de dados geoespaciais, bem como dados de outras disciplinas de coleta de inteligência. As características mais originais dos produtos especializados incluem a incorporação de dados de sensores tecnicamente mais avançados e o emprego de uma quarta dimensão - o tempo. O elemento tempo pode ser usado para muitas finalidades, tais como a introdução de movimento para criar dinâmicas, produtos interativos<sup>80</sup> (NGA, 2006, p. 14).

---

<sup>78</sup> São usadas para fornecer um efeito estereoscópico em 3D.

<sup>79</sup> Standard Products: These include geospatial data-derived products such as maps, charts, imagery and digital raster or vector information. These products may be used alone or with many layers of additional data such as geographic data (vegetation, culture, languages, and weather) and intelligence information. Standard products are primarily derived from electro-optical sensors and existing geospatial data. They can also be derived from radar and multi-spectral sensors, but standard products do not routinely use these sources. The products are normally two-dimensional but can be processed into three-dimensional products, such as anaglyphs. (Tradução Nossa).

<sup>80</sup> Specialized Products: Specialized products can provide additional capabilities to standard products to customize them for a specific purpose. The products may be developed using sophisticated technology to integrate multiple types of geospatial data as well as data from other INTs. The more unique characteristics of specialized products include the incorporation of data from more technically advanced sensors and the use of a fourth dimension – time. The element of time can be used for many purposes, such as introducing motion to create dynamic, interactive products. (Tradução nossa).

Exemplos de produtos especializados incluem imagens em duas cores, multi-view (2CMV), detecção de mudanças, multi / hyper-espectrais, e produtos feitos sob medida, como uma linha de visão ao longo do tempo e voar através dos cenários.

#### *4.2.1.6 O Open Source Center e as fontes abertas*

Originalmente o governo dos Estados Unidos criou o Foreign Broadcast Information Service – FBIS, em 1941, com o intuito de acompanhar as transmissões de rádio, jornais e demais publicações dos países com os quais estava em guerra, bem como os principais aliados. Com a fundação da CIA em 1947, esse serviço foi incorporado pela agência, ganhando amplitude e profundidade. A partir de diversas estações de coleta operando junto às embaixadas dos EUA pelo mundo, o serviço coleta uma ampla gama de informações públicas. Programas televisivos, radiofônicos, jornais, revistas, livros, periódicos científicos, dissertações e teses acadêmicas, registros de patentes, e, mais recentemente, as fontes de informações disponíveis na internet, como jornais, blogs, grupos de discussão e redes de relacionamento, que são minuciosamente coletados.

Com as reformas no sistema de inteligência oriundas do atentado de *11 de setembro*, o FBIS deixou de existir sob a égide da CIA, sendo refundado como parte do sistema de inteligência com o novo nome de Open Source Center – OSC. Tais mudanças são oriundas das recomendações constantes nos relatórios da comissão sobre o *11 de setembro* e posteriormente da comissão sobre as armas de destruição em massa. Esta última argumentou sobre a necessidade de ampliar a capacidade de coleta digital, de lidar com a diversidade linguística e de se conseguir distribuir o material coletado de maneira rápida e efetiva (WWD, 2005, p. 378-379).

Estruturado a partir de 2005, o Open Source Center - OSC faz parte da estrutura do DNI, e é o organismo centralizador, dentro da comunidade de inteligência dos EUA, da coleta de inteligência oriunda de fontes abertas. O diretor da CIA acumula a função de agente executivo do DNI para a gestão do OSC. Cabe a essa organização as tarefas de coleta, tradução, produção e divulgação das informações de fontes abertas que atendam às necessidades dos gestores políticos, do Estado, de militares e forças policiais, bem como da comunidade de inteligência, seus oficiais de operações e analistas de inteligência. Também cabe ao OSC o auxílio na viabilização do emprego dos recursos de fontes abertas em outras partes do governo e das forças armadas. Outra função relaciona-se à disponibilização do



material coletado para o conjunto do governo a partir da manutenção do endereço *opensource.gov*.

O Open Source Center disponibiliza mais de 2.300 produtos informacionais por dia, com diversos graus de valor agregado. Estão entre as informações fornecidas: traduções, transcrições, análises, relatórios, compilações de vídeo e produtos de inteligência geoespacial, objetivando atender a necessidades de curto e médio prazo dos diversos atores governamentais. Seus produtos incluem assuntos diversos, que compreendam questões tais como relações internacionais, questões militares, econômicas e sobre ciência e tecnologia. Também são acompanhadas temáticas que subsidiem a contraproliferação de armas, o contraterrorismo, o combate ao narcotráfico e demais temas de segurança interna.

Outra dimensão da atuação do OSC relaciona-se à recolha de "literatura cinzenta", que são as informações com distribuição muito limitada, tais como trabalhos acadêmicos, pesquisas científicas e tecnológicas dentre outros materiais distribuídos publicamente (DNI, 2009, p. 29).

Compõem o rol de fontes de informação coletadas pela OSC:

a) Meios de comunicação- Jornais, revistas, rádio, televisão e informação baseada em computador;

b) Comunidades baseadas na Web e conteúdo gerado por usuários individuais- Redes sociais, sites de compartilhamento de vídeo, wikis, blogs e folksonomias;

c) Informações de domínio público- Tais como relatórios do governo, orçamentos públicos, dados demográficos, audições, debates legislativos, conferências de imprensa, discursos, avisos de segurança marítima e aeronáutica, estatísticas de impacto ambiental;

d) Observação de terceiros- Coleta de informações a partir de pilotos de avião amadores, monitores e observadores de comunicações de rádio, turistas e aventureiros, dentre outros;

e) Profissional e acadêmica- Conferências, simpósios, congressos, associações profissionais, trabalhos acadêmicos e especialistas temáticos;

f) Informações geoespaciais- Recentemente, fontes, até então privativas dos meios de inteligência, vêm sendo disponibilizadas ao público. Este é o caso das imagens de satélite, que com serviços como o Google Earth são acessíveis ao amplo público. Além disso, diversas empresas civis especializaram-se na coleta e no fornecimento de imagens. Dessa maneira, o OSC também obtém grande volume de dados geográficos, tais como: mapas, atlas, dicionários, planos portuários, dados gravimétricos, dados aeronáuticos, dados de navegação, dados geodésicos, dados ambientais, dados espectrais de imagens aéreas, geonomes, georrecurso, informações de terreno urbano, bancos de dados espaciais, e demais serviços web. Parcela significativa desses itens é integrada, analisada e distribuída mediante o emprego de programas geoespaciais como o Sistema de Informação Geográfica (SIG).

#### *4.3.1.7 Inteligência de assinaturas e o CMO*

A atividade de inteligência de assinaturas permeia diversos outros segmentos, uma vez que é bastante abrangente. Tendo em vista a dificuldade de concatenar os esforços no tema, a partir de 1986, a comunidade de inteligência passou a reconhecer a necessidade de uma organização com esse propósito, o que originou um comitê com a função de supervisionar as ações em curso.

Como parte da reorganização do sistema de inteligência dos EUA em 1992, o secretário de Defesa e o diretor da CIA deram ao DIA a responsabilidade sobre *Masint* dentro do escopo da defesa nacional. Um ano depois, o DIA estabeleceu o U.S. Central Masint Office - CMO, que se reporta ao diretor da inteligência das forças armadas (Encyclopedia of Espionage, Intelligence, and Security, 2004, p. 254).

#### **4.2.2 Estrutura de integração de dados e análise**

Com todo esse amplo aparato voltado para a coleta de informações, cedo se sentiu a necessidade de organizações voltadas exclusivamente para a junção desses dados. Com a integração analítica, ter-se-ia as vantagens de múltiplas visões, oriundas das diversas disciplinas de coleta, produzindo um tipo de conhecimento mais completo. Além disso, dessa coleção informacional surgiriam as bases para análises de cunho estratégico, mais profundas. Assim foram criadas as primeiras organizações de cunho analítico, que serão descritas a seguir.

#### 4.2.2.1 Diretório de Inteligência - DI

A estrutura do Diretório de Inteligência, com o emprego de especialistas internos, tinha como tarefa analisar e integrar os dados coletados oriundos de diversas agências. Tais informações consistiriam nos informes produzidos pelo setor operacional da própria CIA, nas imagens obtidas pelo National Reconnaissance Office - NRO, nas interceptações telefônicas e mensagens eletrônicas coletadas pela National Security Agency - NSA, e nas fontes humanas empregadas pelas agências militares, bem como em outras partes da comunidade da inteligência norte-americana. Muitos desses relatórios tinham o foco em temas atuais, tais como a influência social de uma organização política, ou a tecnologia disponível em um protótipo de avião de caça russo.

Sua estrutura atual possui grupos analíticos regionais, grupos sobre temas transnacionais e unidades de suporte informacional. Antes da legislação de 2004, cabia ao DI fornecer o “*resumo diário do presidente*” municiando notícias pontuais sobre diversos temas e acontecimentos mundiais. Embora esse produto informacional tenha um tom jornalístico, sua diferença reside nos meios amplos que as organizações de inteligência possuem para coletar suas informações.

Em relação à temática a ser acompanhada e sobre a qual são produzidos conhecimentos, apresentam-se os seguintes agrupamentos analíticos dentro do atual Diretório de Inteligência (CIA, 2007):

a) *Centro de análise sobre crimes e narcóticos*- Responsável pela análise de informações acerca do tráfico de drogas internacional e do crime organizado. Tem como clientes políticos e policiais responsáveis pela repressão a entorpecentes;

b) *Centro de análise sobre controle e não proliferação de armas*- Trabalha para identificar e localizar um amplo espectro de armas que possam ser empregadas contra os Estados Unidos;

c) *Centro de análise em contrainteligência*- Atua identificando, monitorando e analisando os esforços das organizações de inteligência estrangeira contra cidadãos norte-americanos, atividades governamentais e interesses do país;

d) *Escritório sobre a Ásia do pacífico, a América Latina e África*- Estuda a política, os líderes, a economia e o desenvolvimento social e militar destas regiões;

e) *Escritório de análises e coleções estratégicas*- É responsável por integrar, organizar e manter as distintas coleções de inteligência sobre responsabilidade do DI. Além de este escritório de informações dar suporte em tempo integral aos outros escritórios analíticos, também provê informações sobre eventuais necessidades dentro da coleção de inteligência dos EUA;

f) *Escritório de análise sobre o Iraque*- Fornece análise multidisciplinar de inteligência sobre o Iraque para os decisores políticos dos EUA;

g) *Escritório de análise sobre o Oeste próximo e sul da Ásia*- Fornece abrangente apoio analítico sobre o Oriente Médio e norte da África, bem como sobre as nações do sul da Ásia como a Índia, Paquistão e Afeganistão;

h) *Escritório de suporte político*- Responsável pela interface com os clientes do Diretório de Inteligência, atua personalizando o fornecimento dos produtos analíticos de acordo com o público a ser atendido. Também busca identificar novos formatos para os produtos informacionais, tentando também facilitar a utilização dos relatórios existentes, garantindo inclusive a sua qualidade. Provê aos demais escritórios, dados acerca das necessidades de informações em termos temporais, possibilitando que o produto analítico entregue possa ser realmente utilizado;

i) *Escritório de recursos corporativos*- Tem como tarefa garantir as atividades de suporte, necessárias ao bom desempenho analítico dos outros setores. Lida com o orçamento, gestão, recursos humanos e planejamento, dentre outros quesitos de cunho administrativo;

j) *Escritório de análise sobre Rússia e Europa*- Provê suporte analítico sobre uma ampla gama de países europeus, sejam esses aliados ou adversários dos EUA. Cabe destacar dentro deste escritório a cobertura analítica sobre a Rússia, já que este país foi o principal antagonista no período da Guerra Fria e ainda possui um grande arsenal de armas de destruição em massa;

k) *Escritório de análise sobre terrorismo*- Compõe o Centro de Contraterrorismo do governo. Atua para identificar organizações terroristas, seu modo de operar, seus objetivos e sua localização geográfica. Também tenta antever as ações desse tipo de organização, pesquisando suas fragilidades, de maneira que possam ser atacadas;

*l) Escritório sobre questões transnacionais-* Atua identificando possíveis ameaças, que, convencionalmente, não estariam sendo observadas nos demais escritórios. São exemplos de temáticas a serem acompanhadas a lavagem de dinheiro, o fluxo de refugiados, as mudanças climáticas, as inovações militares, as pandemias, dentre outros (CIA, 2007).

#### 4.2.2.2 *National Intelligence Council*<sup>81</sup> - NIC

Outra tarefa, originariamente sobre o encargo do setor analítico da CIA, era preparar “estimativas nacionais”, em que se tenta prever as principais tendências futuras. Embora institucionalmente esse tipo de relatório de inteligência estivesse a cargo da CIA, na verdade, as estimativas constituem-se como um produto do conjunto da comunidade da inteligência estadunidense. Desde sua criação, as estimativas podiam ser fornecidas regularmente para atender uma demanda específica, como por exemplo, a evolução da correlação de forças dentro do politiburo soviético. Também eram disponibilizadas estimativas especiais, denominadas *National Intelligence Estimates*<sup>82</sup> - NIE’s, cuja função consistia em responder rapidamente a crises internacionais.

O escritório de estimativas da CIA, que operava separadamente do restante da agência em meados da década de cinquenta, era muito prestigiado. Composto por intelectuais e especialistas oriundos de diversas universidades dos EUA, foi estabelecido originalmente pela *primeira diretiva sobre o conselho nacional de segurança*. Assim, quando havia crises ou acontecimentos relevantes, esse escritório da CIA deveria concatenar o esforço analítico das demais agências, conformando equipes para responderem a estes acontecimentos (ESTADOS UNIDOS, 1950).

Operando com analistas internos da comunidade de inteligência, bem como com o emprego de especialistas externos, procurava-se produzir documentos a partir do consenso de todas as agências envolvidas. Uma vez construída a opinião comum, o analista mais experiente ficava responsável pela redação de uma primeira versão. Com relativa independência departamental a produção analítica de estimativas tentava abarcar todas as diferentes opiniões emitidas pelos diversos componentes da comunidade de inteligência. Apesar de sua busca pelo consenso,

---

<sup>81</sup> Conselho Nacional de Inteligência. (Tradução nossa).

<sup>82</sup> Estimativas nacionais de inteligência. (Tradução nossa).

este, muitas vezes, era difícil de ser alcançado, provavelmente por seu caráter interorganizacional. No entanto, as opiniões divergentes não eram vistas com hostilidade, sendo comum que um analista operasse “por fora” tentando costurar as diferenças individualmente, sem com isso paralisar o processo de produção analítica. Uma vez que as polêmicas fossem mantidas, o documento era então produzido sob a lógica da opinião da maioria e ressalvas eram feitas no rodapé de página com as restrições ou ponderações das agências discordantes sobre alguma afirmação feita. Tomando como exemplo o relatório de estimativas 13-66, versando sobre as intenções dos comunistas chineses sobre a situação no Vietnã, publicado em 04 de agosto de 1966, traz em seu conteúdo diversas afirmações sobre as características da influência chinesa no Vietnã. Em seu item 10, o documento estima a presença entre 25.000 a 45.000 tropas chinesas naquele país. Todavia, no mesmo relatório, tais números são assinalados com um asterisco e no rodapé da página é encontrada uma ponderação por parte do Diretor da NSA argumentando que essa afirmativa carecia de fontes de inteligência (CIA, 1966, p. 05). Ou seja, a opinião oficial era documentada no conteúdo do corpo principal do texto e os questionamentos eram assinalados no rodapé. Uma vez concluído o documento, constando as contestações, este era fornecido ao Diretor Central de Inteligência – DCI, que, por sua vez, o entregava ao presidente e aos membros de alto escalão do governo. Mais do que prever com precisão a realidade, esse tipo de produto informacional presta-se a estabelecer cenários, em que os gestores são confrontados com possibilidades alicerçadas em informações de inteligência.

Diversas conformações foram dadas ao National Intelligence Council<sup>83</sup>, porém, com os efeitos do *11 de setembro*, o NIC foi formalmente desmembrado da CIA, passando a compor uma estrutura diferente. Depois da legislação de 2004, o NIC deixou de responder diretamente ao diretor da citada agência, para passar a compor o escritório do *Diretor Nacional de Inteligência* - DNI. Assim sendo, atualmente

O National Intelligence Council (NIC) supervisiona o processo de estimativas da comunidade de inteligência dos Estados Unidos, e produz Estimativas de Inteligência Nacional (NIE). O NIC responde diretamente ao Diretor da Central de Inteligência (DCI), em sua tarefa como chefe da comunidade de inteligência. Além de produzir NEIs, o NIC gera outros relatórios, e aproveita o conhecimento fornecido por peritos civis através do seu Programa de Reserva Global de Especialização (GERP).

---

<sup>83</sup> Conselho Nacional de Inteligência. (Tradução Nossa).

Missão e organização. O NIC é o principal centro da comunidade de inteligência para a análise estratégica de médio prazo e longo prazo. Entre suas principais funções estão a de apoiar o DCI como líder da comunidade de inteligência, fornecendo um escritório de suporte em que os políticos poderão apresentar pedidos de informações aos membros da comunidade de inteligência, aproveitando a experiência de autoridades não-governamentais do meio acadêmico e do setor privado, assim como a ampliação das perspectivas da comunidade de inteligência sobre assuntos de importância, e liderando a produção de NEIs e outros produtos informativos<sup>84</sup> (Enciclopédia de espionagem, inteligência e segurança, 2004, p. 325).

Com o NIC subordinado ao DNI, a produção de inteligência de estimativas seria o coroamento da produção analítica do setor, visto que todas as disciplinas de coleta, bem como a análise tática, estariam à disposição da confecção desse tipo de produto.

Um exemplo do tipo de estimativas confeccionadas pelo NIC é o documento intitulado “*Global Governance 2025: At a Critical Juncture*”<sup>85</sup>. Construído em parceria com o *European Union’s Institute for Security Studies*<sup>86</sup> – EUISS, em que se produziu uma avaliação das perspectivas de longo prazo para estruturas de governança globais. O objetivo desse tipo de documento envolve sobretudo a identificação de cenários de longo-prazo, de maneira a preparar os tomadores de decisão para as escolhas que fazem no momento, ao mesmo tempo em que se tem um olhar de longo prazo. A descrição metodológica do relatório dá uma ideia do aparato informacional envolvido em sua produção:

*Governança Global 2025* é o resultado de um processo inclusivo, enriquecido por uma ampla consulta às autoridades do governo, bem como a homens de negócios, acadêmicos, ONGs, pesquisadores, e representantes da mídia no Brasil, China, Índia, Japão, Rússia, África do Sul e na região do Golfo (Emirados Árabes Unidos). A diversidade dos comentários e *insights*, que incluímos no corpo do texto, confirma tanto a riqueza do debate, como a dificuldade de conciliar os diferentes interesses e

---

<sup>84</sup> The National Intelligence Council (NIC) oversees the estimative process of the United States intelligence community, and produces National Intelligence Estimates (NIEs). The NIC answers directly to the Director of Central Intelligence (DCI) in his capacity as head of the intelligence community. In addition to producing NIEs, NIC generates other reports, and avails itself of knowledge provided by civilian experts through its Global Expertise Reserve Program (GERP).

Mission and organization. NIC is the principal intelligence community center for mid-term and long-term strategic analysis. Among its principal functions are supporting DCI as leader of the intelligence community; providing a tasking office whereby policymakers may present requests for information to members of the intelligence community; drawing on the expertise of non-government authorities in academia and the private sector, so as to broaden the intelligence community’s perspective on issues of importance; and leading in the production of NIEs and other informational products (Encyclopedia of espionage, intelligence, and security, 2004, p. 325). (Tradução nossa).

<sup>85</sup> Governança Global 2025: em um momento crítico. (Tradução nossa).

<sup>86</sup> Instituto da União Europeia de Estudos de Segurança. (Tradução nossa).

pontos de vista, no tocante a reforma da governança global. Um número de especialistas, reconhecidos mundialmente, têm contribuído para o sucesso deste projeto e a alta qualidade do presente relatório<sup>87</sup> (DNI, 2010, p. i).

Nesse documento, tem-se essencialmente a previsão de um contexto futuro em que Brasil, China, Índia e Rússia desempenharão um papel relevante, caminhando-se para um mundo multipolar, em que a hegemonia dos EUA não seria tão absoluta. Em relação ao período anterior, o governo norte-americano teria que aprender a lidar com agendas de interesses acentuadamente diferenciadas da sua, bem como com o fortalecimento de atores não estatais. Segundo esse documento de estimativas o futuro em 2025 reservaria para relações interestatais os seguintes cenários (DNI, 2010):

*Cenário I- Mal se mantém à tona.* Nesse cenário as instituições lidam com crises cotidianas, porém nenhuma grande mudança brusca. Não são feitas reformas no aparelho estatal, efetuando-se tão somente pequenas readequações para manter a governabilidade. Essa visão de futuro não é sustentável a longo prazo;

*Cenário II- Fragmentação.* Os Estados fortalecem as associações regionais buscando autonomia comercial. O processo de globalização não é encerrado, porém diminui acentuadamente. Há queda da qualidade de vida na Europa e o sucesso dos EUA dependerá da resolução de seu déficit orçamentário crônico;

*Cenário III- Conserto da Europa Redux.* Nesse cenário, algum evento cataclísmico global, seja de cunho ambiental ou provocado pelo homem, propicia a intensificação da cooperação entre os Estados. Reformas são feitas no sistema internacional tornando-o mais flexível. Os EUA compartilham seu poder enquanto a China, Índia e União Europeia aumentam o nível de seu envolvimento na resolução de problemas globais. Esse cenário favorece a globalização e as mudanças positivas de longo prazo.

*Cenário IV-: Jogo da realidade: Conflitos triunfam sobre a globalização.* O sistema internacional torna-se ameaçador, com a emergência de conflitos internos

---

<sup>87</sup> Global Governance 2025 is the result of an inclusive process, enriched by wide-ranging consultations with government officials; as well as business, academic, NGO, and think tank leaders; and media representatives in Brazil, China, India, Japan, Russia, South Africa, and in the Gulf region (the UAE). The diversity of the comments and insights, which we have included in the body of the text, testifies both to the richness of the debate and to the difficulty of reconciling different interests and standpoints when reforming global governance. A number of experts, acknowledged elsewhere, have contributed to the success of this project and to the high quality of this report (Tradução nossa).



em países emergentes como a China. As pressões nacionalistas crescem e as aspirações por qualidade de vida da classe média são estancadas. Tensões aumentam entre os EUA e a China, todavia disputas também acontecem com os demais BRICs. Uma corrida nuclear desestabiliza ainda mais o Oriente Médio e compromete o crescimento mundial. Os tensionamentos impedem qualquer tipo de reforma global (DNI, 2010).

Essa análise de cenários, empregando diversos recursos informacionais por parte do governo dos EUA, mais do que a previsão do futuro permite a identificação de tendências de longo prazo. Com essas forças formadoras de futuro localizadas é mais fácil para o Estado intervir na realidade, tentando moldar o futuro de acordo com seus próprios interesses.

Assim sendo, neste capítulo analisou-se o poder coercitivo no âmbito das relações internacionais e os instrumentos de inteligência empregados pelo Estado norte-americano para disputar a supremacia dentro deste contexto. No próximo capítulo primeiramente são analisadas as características do poder simbólico ou suave sobre o prisma da hegemonia norte-americana. Em um segundo momento são avaliados os instrumentos informacionais de inteligência, empregados como disputa de poder potencializadora do domínio desse país.

## V- DESINFORMAÇÃO, PROPAGANDA E PODER SIMBÓLICO

Se a guerra fria de 1964 está sendo empreendida pela tecnologia informacional, é porque todas as guerras sempre têm sido levadas a efeito com a última tecnologia disponível nas culturas em duelo.

Marshall McLuhan<sup>88</sup>

[...] Conectado num deck de ciberespaço customizado que projetava sua consciência desincorporada na alucinação consensual que era a matrix. Ladrão que trabalhava para outros ladrões, mais ricos, empregadores que forneciam o software exótico necessário para penetrar as muralhas brilhantes de sistemas corporativos, abrindo janelas para fartos campos de dados.

William Gibson<sup>89</sup>

A informação e cultura enquanto instrumentos de poder existem desde o surgimento das civilizações. Além da subjugação dos povos conquistados pela força, permitindo a identificação e eliminação de ameaças, o uso da informação também serviu a formas mais suaves de domínio, tais como a dominação cultural. Alexandre o Grande, por exemplo, em seu avanço sobre a Ásia, criou diversas cidades, denominadas Alexandrias, que eram empregadas como “centros de cultura e educação” (HAMMOND, 2005, p. 119) divulgando o modelo de civilização Greco-macedônico. O modelo ditado por Alexandre seria, alguns séculos depois, apropriado pelos romanos que também o utilizaram largamente, embora talvez com menor sucesso. As nações no jogo global por disputa de poder sempre tiveram na dominação cultural um elemento importante. Os franceses influenciaram o mundo com sua literatura, artes e culinária, os ingleses a partir de seus portos e mercados e

<sup>88</sup> MCLUHAM, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 2007. Trecho referente à página 381.

<sup>89</sup> GIBSON, William. *Neuromancer*. São Paulo: Aleph, 2008.

os portugueses mediante a integração cultural com povos negros e indígenas, isto tudo, é claro, com imposição dos valores centrais de suas civilizações.

Todavia, a dimensão que mediria a relevância do domínio informacional e cultural nas relações internacionais foi ampliada enormemente a partir da Guerra Fria. Mais do que um instrumento de poder secundário, complementar ao poder coercitivo dos exércitos e mercados, a informação transformou-se em elemento central da disputa internacional entre as potências. Assim sendo, os serviços de inteligência foram chamados a assumir a liderança dos enfrentamentos informacionais desse período. As agências de inteligência cumpriram o papel de destaque nesse tipo de guerra devido a alguns fatores. Primeiramente, já possuíam uma estrutura global para coleta de informações e produção analítica, que, no caso norte-americano, dão suporte ao governo e às forças armadas em tempo integral. Além disso, como já visto, essas organizações são especialistas em desinformação e ações encobertas. Sendo, portanto, capazes de negar o acesso à informação “verdadeira”, fornecendo em seu lugar o conhecimento “turvo”, que debilita a compreensão da realidade por parte do governo ou povo que se deseja subjugar. A junção da capacidade humana e tecnológica para a obtenção de informações com a expertise em desinformar fez dos serviços secretos a ponta de lança das diversas potências no decorrer da Guerra Fria ao disputarem a percepção e o olhar dos indivíduos.

Assim sendo, em termos metodológicos este capítulo é dividido em dois momentos. No primeiro são conceituadas as relações internacionais a partir das ações informacionais “suaves” e da hegemonia informacional. Para isso é consultada a literatura acadêmica disponível sobre o tema. No segundo momento, são analisados documentos com a doutrina estadunidense disponível, buscando-se identificar as estruturas e processos informacionais de inteligência empregadas pelo Estado norte-americano com vistas a disputar essa esfera de poder simbólico.

### **5.1 Guerra fria e ações indiretas**

Em meados do século XX, com o final da Segunda Guerra Mundial e a consequente derrota da Alemanha nazista, foi inaugurado um novo período nas relações entre Estados que teve um profundo impacto nas dimensões política, tecnológica e informacional, bem como naturalmente sobre os serviços de

inteligência. As duas potências vitoriosas, Estados Unidos e União Soviética, tornaram-se detentoras de poder nuclear, o que as elevava a potências com alta capacidade de destruição. Tal capacidade mudou a maneira vigente de resolução de contendas. Enquanto “os Estados Unidos não podiam se dar ao luxo de arriscarem-se num conflito com uma potência nuclear capaz de atingir território americano e destruí-lo” (BOBBITT, 2003, p. 44), os soviéticos buscaram obter armas nucleares de longo alcance para “levar a ameaça da guerra quente ao continente americano” (BOBBITT, 2003, p. 45). Essa nova capacidade atômica tornou-se, na prática, uma força de dissuasão mútua entre essas potências. Pela aparente e enganosa paralisia militar do conflito foi cunhada a definição de “guerra-fria”, em que persistia o enfrentamento latente entre as partes, mas não podia ser traduzido em guerra convencional.

Se dentro da concepção realista das relações internacionais os Estados resolviam os seus conflitos de interesse a partir dos instrumentos de poder coercitivo, esse novo momento atômico modificou forçosamente a relação entre potências hegemônicas e sua demarcação de forças. Ao se comparar a guerra-fria com o retrospecto da primeira e segunda guerras mundiais, foi necessário desenvolver novas velhas formas de disputa entre os principais atores globais. Durante as guerras entre potências no século XIX e XX vingou, às vezes em nível tático e sempre em nível estratégico, o paradigma clausewitziano de uso ilimitado da força como meio primordial para a derrota do inimigo. Clausewitz, embora não excluindo “de modo algum a colaboração da inteligência” (1996, p. 9), defendia o emprego máximo da força física, argumentando que “aquele que se utiliza sem piedade desta força e não recua perante nenhuma efusão de sangue ganhará vantagem sobre o seu adversário se este não agir da mesma forma” (1996, p. 9). Independentemente de o autor ter imaginado de fato a inevitabilidade ou não dos sangrentos campos de batalha das duas guerras mundiais, o que vale é a interpretação que foi dada ao seu pensamento pelos estados-maiores dos exércitos então combatentes. Como saldo, aproximadamente dez milhões de mortos da Primeira Guerra (WILMOTT, 2008a, p. 306) e sessenta milhões de mortos da Segunda Guerra Mundial (WILMOTT, 2008b, p. 300).

O advento da era atômica, e a conseqüente capacidade de destruição mútua assegurada, guinou as ações estratégicas moldadas para a guerra convencional

entre os Estados envolvidos para novas maneiras de assegurar a busca pela hegemonia mundial. Outras vias de conflito foram pensadas, abertas e aproveitadas. Passou a prevalecer o emprego de meios menos ortodoxos sob o ponto de vista da abordagem realista vigente entre as nações. A teoria das relações internacionais teve que ser revista e atualizada, uma vez que, até então, primava a perspectiva do emprego do poder coercitivo, cujo receituário para a construção da hegemonia entre potentados envolvia o inevitável emprego da força. Essa lógica proposta sob o prisma realista desde Tucídides significaria uma nova guerra mundial, só que desta vez atômica (KEOHANE, 1986, p. 198). Ou seja, pouco adiantaria ao campo das Ciências Políticas uma área do conhecimento que tão somente pregue a inevitabilidade do fim da espécie humana, ao invés de construir meios para canalizar as disputas para outras dimensões, o que de fato foi feito com o surgimento do neorrealismo.

Em detrimento de um suposto modo ocidental dos Estados fazerem a guerra, em que se busca a pronta resolução do conflito com o enfrentamento e eliminação do exército inimigo, a exemplo das falanges gregas em que um exército postava-se ante o outro e buscava a primazia a partir da eliminação das forças adversárias (KEEGAN, 1995), buscou-se outra lógica de enfrentamento. Essa lógica foi encontrada no modo de guerrear de alguns países do oriente, em que um dos expoentes foi o general chinês SUN TZU, que aproximadamente em 500 a.C. apregoava uma maneira de pensar distinta da até então empregada pelas potências ocidentais:

Em geral, o método para empregar as forças militares é esse: Preservar a capital do estado inimigo é a melhor coisa, destruir a capital de seu estado a segunda melhor. Preservar seu exército é a melhor coisa, destruir seu exército a segunda melhor. Preservar seus batalhões é a melhor coisa, destruir seus batalhões a segunda melhor. Preservar suas companhias é a melhor coisa, destruir suas companhias a segunda melhor. Preservar suas esquadras é a melhor coisa, destruir suas esquadras a segunda melhor. Por essa razão, alcançar cem vitórias em cem combates não é o ápice da excelência. Subjugar o exército inimigo sem lutar é o verdadeiro ápice da excelência (SUN TZU, 2002, p. 62).

Esse olhar no pensar as disputas estratégicas e a guerra, vendo caminhos distintos com o emprego de subterfúgios, urdiduras e espões preconizados por Sun Tzu, dentre outros, foi encampado pelos principais países em disputa ao longo da Guerra-Fria. Como conseqüências foram reposicionadas as dimensões da obtenção, do uso e da disseminação da informação e do conseqüente emprego de organismos

de inteligência de Estado enquanto instrumentos privilegiados de enfrentamento por parte das grandes potências. Conforme já visto, de meio acessório ao processo decisório e às campanhas militares, a informação assumiu um maior protagonismo no conflito a partir de então. Embora o próprio Clausewitz trabalhasse com o conceito de incerteza na guerra (1996, p. 22), e o Realismo, enquanto corrente de pensamento político na relação entre as nações, admitisse a incerteza informacional no processo de tomada de decisão (KEOHANE, 1986, p. 196), a atividade de capturar informações relevantes cumpria um papel importante, porém acessório. Informação era observada como um insumo vital para a tomada de decisões, mas, em última instância, o que ganhava as guerras era o exército em campo, com armamento adequado e pessoal instruído, em que “a inteligência é a serva”, não cumprindo um papel central que seria reservado às tropas em contenda (KEEGAN, 2006, p. 23).

Então, com o esquentamento da Guerra Fria e a conseqüente necessidade de manter o conflito pelas vias indiretas, os meios de inteligência passam a ganhar primazia como instrumento de ação indireta entre os Estados em disputa. Conforme ilustra Keegan:

Felizmente a guerra Fria não teve um resultado objetivo, pelo menos em termos militares, e a função dos serviços secretos dos dois lados era assegurar que de fato não tivesse. Jogavam um jogo, e o objetivo não era ganhá-lo, e sim fazer com que prosseguisse. (KEEGAN, 1996, p. 20)

Pode-se dizer então que além do roubo de informações estratégicas e da análise informacional sobre o adversário, outras frentes de combate pela via indireta foram abertas. As agências de inteligência com suas redes de informantes pelo mundo ajudaram a levar o conflito para os países periféricos onde a guerra poderia esquentar sem ameaçar a existência dos Estados centrais. Além disso, as agências iniciaram um conflito informacional mais elaborado no que diz respeito à disputa por corações e mentes, a partir da disputa ideológica.

### **5.1.1 Poder informacional suave**

Nesse contexto o poder simbólico adquiriu grande relevância ante os conflitos internacionais em relação ao seu papel de outrora. Com as ações indiretas primando sobre a lógica da guerra total, o terreno da disputa foi deslocado para o controle da esfera do poder de estabelecer a agenda ideológica. Mesmo os recursos do poder

duro empregados neste contexto de Guerra Fria foram utilizados muitas vezes sob a égide da disputa do simbólico.

Tomando como exemplo a guerra do Vietnã, mais do que a manutenção desse país no sistema capitalista, temia-se a influência da ideologia adversária. Publicizada em 1954 pelo então presidente Eisenhower (1954), a *teoria dos dominós* apregoava que com a queda do Vietnã haveria um efeito colateral na região, levando países como Laos, Camboja, Tailândia, Paquistão e Índia pelo caminho da revolução comunista, “o que teria um grande efeito sobre o Oriente Médio, a Ásia e a América Latina” (WEINER, 2008, p. 277). Embora o Vietnã não fosse um país relevante sob o prisma econômico e militar, sob o ponto de vista da guerra das ideias e das informações podia significar muito mais.

Assim, o terreno das ações indiretas apregoadas por Sun Tzu caminhou com naturalidade para a disputa ideológica. Dentro dessa abordagem buscou-se a supremacia mediante a aplicação do conceito de poder suave ou simbólico que consiste na “capacidade de conseguir o que se quer, atraindo e persuadindo outros a adotar as suas metas<sup>90</sup>” (NYE, 2003), sem que se tenha que gastar vultosas quantias ou empregar meios militares para mover os outros setores de acordo com seus interesses. Mediante o *poder suave* se “coopta os indivíduos em vez de os coagir” (NYE, 2002, p. 29), moldando a percepção de mundo das pessoas sem que essas se deem conta disso. A partir da incapacidade de dissociar os interesses norte-americanos dos nacionais, as políticas do país hegemônico são legitimadas e universalizadas, tornando-se verdades universais e não mais tão somente interesses políticos de uma nação. Sob tal lógica o poder informacional adquire tanta relevância quanto os instrumentos tradicionais de exercício do poder. Dessa forma

O poder do Estado hegemônico manifesta-se não somente por ‘incentivos materiais’, mas também, por sua capacidade de transmitir valores e alterar as crenças de líderes de outras nações, que passam a ser aceitas consensualmente (LOPES, 2009, p. 227)

Como elementos para caracterizar a capacidade de um Estado empregar o poder brando, criando preferências, estão o domínio e o manuseio dos “recursos de poder intangíveis como uma cultura, uma ideologia e instituições atrativas” (NYE, 2002, p. 29), criando uma tríade para o manejo e regulação das informações a

---

<sup>90</sup> Soft power is the ability to get what you want by attracting and persuading others to adopt your goals. (Tradução nossa).

tornarem-se amplamente disponíveis. Em síntese, são, portanto, determinantes para mensurar os instrumentos do campo do poder simbólico “a universalidade da cultura de um país e a sua capacidade para criar um conjunto de regras e instituições favoráveis, que governem áreas da atividade internacional” (NYE, 2002, p. 31). Nesse sentido é indiscutível a predominância atual dos EUA nesses campos, sendo que a indústria cultural, a produção acadêmica ideológica e científica e as instituições multilaterais do pós-guerra como a OMC, o Banco Mundial e o FMI são acentuadamente protagonizadas por esse país e por seu controle das informações mundiais.

Os benefícios do poder brando são inúmeros, pois a capacidade de estabelecer a agenda do debate político, tecendo as regras do jogo, significa não correr o risco de perder os embates estratégicos em disputa, mesmo que sejam perdidas algumas batalhas. Senão vejamos, sob a égide da Guerra-Fria, mediante o discurso liberal e democrático, associando o conceito de liberdade com o de economia capitalista, o governo norte-americano conseguiu estabelecer uma forte ofensiva ideológica ante o discurso soviético. Tal ofensiva, como já discutido, relaciona-se à era atômica e à necessidade de encontrar novas dimensões privilegiadas de combate tais como a arena informacional. Daí o surgimento de diversos campos científicos relacionados à questão da informação, como a Ciência da Informação e as Ciências da Computação e da Comunicação. Como prerrogativa chave “a capacidade de estabelecer preferências tende a estar associada com recursos de poder intangíveis como a cultura, a ideologia e as instituições” (NYE, 2009, p. 77), além de estabelecer a agenda sobre o debate de liberdade cultural. Tal capacidade também preocupou-se com o debate sobre qual potência ofereceria o melhor imaginário de futuro. Sabedores de que “o poder brando não é automaticamente mais eficaz ou ético do que o poder duro” e de que “torcer mentes não é necessariamente melhor do que torcer braços” (2009, p. 77), as agências de inteligência dos EUA intervieram de maneira decidida na disputa pela percepção dos povos.

Dessa maneira, diversos campos de batalhas indiretas foram abertos, nos quais a inteligência dos EUA passou a intervir de maneira incisiva, decidida a derrotar a influência soviética. Pode-se afirmar que a disputa informacional mesclou-



se ao emprego formal da violência na periferia do sistema, ao mesmo tempo em que permaneceu, cultural e tecnológica, nos países centrais.

### **5.1.2 Combate em países periféricos**

Os contendores, portanto, deslocaram a guerra quente para os continentes do terceiro mundo, como a África, a Ásia, a América do Sul e a América Central, em que a disputa por influência permitia às potências enfrentarem-se de fato, sem que os perigos de uma guerra termonuclear estivessem colocados sobre os seus próprios territórios, a Europa e América do Norte respectivamente. Conforme Visacro:

A contínua evolução tecnológica dos meios de apoio de fogo, isto é, dos diferentes sistemas de armas, que culminou com o desenvolvimento de artefatos atômicos de destruição em massa, gerou um impasse. (...) Foi esse impasse que conduziu, naturalmente, a 'terceira guerra mundial' à via indireta do Terceiro Mundo. (VISACRO, 2009, p. 23)

Esse enfrentamento na dita periferia do sistema de países transformou-se em revoluções, guerras civis, golpes militares, assassinatos, fornecimentos de armamentos e recursos financeiros, campanhas de desinformação, dentre outros recursos empregados por norte-americanos e soviéticos em sua disputa global. Com o mundo separado em esferas de influência, cada potência tentou defender seus protetorados ao mesmo tempo em que avançava sobre os do adversário. Como muitas vezes tais ações violavam o conceito de soberania dos Estados afetados, esse foi um campo de enfrentamento em que primou a atuação subterrânea das agências de inteligência. Com sua estrutura para a obtenção de informações capilarizadas pelos distintos países do mundo, os serviços secretos não somente tentaram obter todo tipo de informação para subsidiar o processo decisório envolvendo o conflito, como também atuaram clandestinamente para fomentar o mesmo, promovendo secretamente os interesses de seus próprios governos. Utilizando-se do conceito de "ações encobertas" as agências de inteligência tentaram influenciar a vida política dos países em disputa sem tornar evidentes ou abertas, aos olhos das sociedades afetadas, as suas ações (GODSON, 2004).

No caso da América Latina, tida pelo governo estadunidense como sua área de controle (KIERNAN, 2009, p. 367-382), vários foram os instrumentos das ações da inteligência norte-americana para mitigar a capacidade de ação do inimigo comunista. Além da cooptação de políticos, militares, policiais, empresários, dentre

outros setores locais, que se tornaram fontes de informações privilegiadas e agentes de influência da potência do norte, os serviços secretos americanos fomentaram uma série de golpes militares, a exemplo dos golpes ocorridos na Guatemala, Brasil e Chile, objetivando a contenção e erradicação de diversos setores da esquerda latino-americana.

Embora tais ações fossem resumidas tão somente a simples peças movidas em um jogo de xadrez global para as potências em disputa, em relação aos países em que acontecia o enfrentamento, o preço foi bem maior. Custaram milhares de mortos, sociedades laceradas e grandes retrocessos em termos de desenvolvimento de regimes democráticos, à custa muitas vezes da própria soberania nacional dos países afetados.

Além do enfrentamento na periferia do mundo, a contenção do inimigo comunista também significou principalmente a capacidade de contrapor-se no mundo do simbólico e nas dimensões científica e tecnológica. Mais importante que a eliminação física do adversário era a predominância tecnológica na corrida nuclear e, sobretudo, a vitória na frente ideológica. A imposição de derrotas militares ao adversário, como demonstrou o conflito do Vietnã, somente seria possível a partir do momento em que a ideologia que sustentava a fé dos homens na luta e a crença em um mundo diferente fosse também derrotada.

Sob esta lógica, o cerne da disputa envolvendo o *poder suave* foi relacionado à capacidade de ditar a percepção cultural e a construção dos valores dos povos em disputa.

### **5.2.1 Tecnologia e ideologia a serviço da inteligência de Estado**

Conforme dito, com o impasse nuclear, Estados Unidos e União Soviética foram se enfrentando em países periféricos, mas para manter esse enfrentamento e ampliar suas conquistas era necessário ganhar amplos setores das populações mundiais para o ponto de vista de cada jogador. Além disso, o custo das guerras expresso em vidas exigia o comprometimento dos indivíduos que estavam se enfrentando e morrendo, e também o apoio interno dos cidadãos dentro de suas fronteiras nacionais. Dois campos do poder simbólico, em que se maneja com maestria esse conflito, foram o ideológico/informacional e o científico/tecnológico. Ambos intrinsecamente associados.

### 5.2.1.1 Disputa cultural e ideológica

Na dimensão ideológica buscou-se construir a justeza da causa, por mais bárbaras que pudessem ser as ações praticadas, legitimando-as perante os olhos da opinião pública mundial. Na esfera tecnocientífica, foi mobilizada a expertise da ciência de cada país, buscando ampliar a diferença tecnológica em relação à potência adversária, de forma a derrotá-la sem ter que lutar. Na convergência do ideológico com o tecnológico tem-se a construção do imaginário sobre o futuro, o *poder suave*, em que a capacidade de vender o amanhã determina a escolha do poder hegemônico hoje. Mesclado a esse processo está novamente o redimensionamento do papel da informação e das agências de inteligência, pois, dos campos de batalha militar, a disputa migra diretamente para a capacidade de obter e manejar as informações necessárias para a busca da vitória ideológica e tecnológica (BARBROOK, 2009).

Sob a dimensão ideológica, os norte-americanos saíram atrás de seus adversários comunistas no início da Guerra Fria. Com o fim da Segunda Guerra Mundial o exército soviético foi o principal responsável pela destruição da maior parte do exército alemão ao expulsá-lo de seu território. Lutando bravamente na “grande guerra patriótica” a população russa, não sem grandes perdas, conseguiu refrear o ataque dos países do eixo e posteriormente revidar, chegando por fim a entrar em território alemão, terminando a jornada com a destruição e ocupação de Berlim (GLANTZ; HOUSE, 2009). Além do ferrenho combate dentro da União Soviética, os militantes comunistas foram também vanguarda no desenvolvimento de guerrilhas contra a ocupação alemã em toda a Europa. Os *partisans*<sup>91</sup> franceses, italianos, sérvios ou gregos eram em boa parte predominantemente de partidos de esquerda, principalmente vinculados aos Partidos Comunistas. Assim sendo, o legado moral com que a União Soviética saiu da guerra foi enorme, aquilatando apoio de uma ampla gama de intelectuais e pensadores para a causa dos soviéticos<sup>92</sup>.

---

<sup>91</sup> Um *partisan* é um membro de uma tropa irregular formada para se opor à ocupação e ao controle estrangeiro de uma determinada área. Durante a Segunda Guerra Mundial o termo ficou associado aos guerrilheiros comunistas que enfrentaram a ocupação alemã em países como a França, a Itália e a Sérvia.

<sup>92</sup> Os *Conselhos Operários* ou *Soviets* são colegiados, ou corpos deliberativos, constituídos de operários ou membros da classe trabalhadora que regulam e organizam a produção material de um determinado território, ou mesmo indústria. O primeiro país em que esse modelo tornou-se oficial foi a Rússia após a revolução socialista de 1917, passando inclusive a designar-se como república soviética.

Ante essa aparente desvantagem, os serviços de inteligência norte-americanos, a partir da CIA, iniciaram ações para estancar a influência ideológica soviética, centralizando o enfrentamento na utilização da informação de maneira a apropriar-se e resignificar o real, invalidando o discurso soviético e convalidando o seu próprio. Sob este prisma:

O conflito se instaura pela busca do poder da nomeação, ou seja, o poder de conferir à realidade interpretações a partir da inscrição no espaço público de distintos moldes de classificação e apreensão da mesma. No âmbito das práticas conflituosas de significação do real, a informação é o principal recurso simbólico visto que seu potencial é conferir as possibilidades articulatórias e discursivas de nomeação do real. Isto porque a informação se apresenta como uma produção discursiva estabelecida a partir de sistemas de relações específicas, que, inscrita em dada contigüidade histórico-cultural, está atrelada à instituição de sentidos sociais e de representações acerca do mundo. (REIS, Internet, 1999)

Vale ressaltar que nesse sentido, a inteligência norte-americana foi relativamente bem sucedida em seu processo de disputa informacional. Embora tenha atuado decisivamente no desenvolvimento de vários golpes de Estado nos países periféricos (WALTZ, 2008; KIERNAN, 2009), colocando no poder setores vinculados aos interesses dos EUA, ainda assim conseguiu assumir perante vários setores sociais a dimensão da defesa de valores como o da liberdade e da democracia.

Como centro de sua estratégia de enfrentamento informacional, a CIA começou a denunciar as arbitrariedades do regime stalinista, que eram muitas, ao mesmo tempo em que tentava recrutar intelectuais de esquerda para a defesa da causa estadunidense. Sua tarefa consistia em “afastar a intelectualidade da Europa Ocidental de seu fascínio remanescente pelo marxismo e o comunismo, levando a uma visão mais receptiva do estilo norte-americano” (SAUNDERS, 2008, p. 13). Para isso a cooptação de intelectuais oriundos de partidos socialistas ou socialdemocratas seria primordial dentro do quesito credibilidade, o que para os pensadores da direita norte-americana seria difícil obter. Ante a oportunidade histórica de assumir um protagonismo junto ao governo, diversos “intelectuais de esquerda agarraram a oportunidade de inventar novas ideologias para o império estadunidense” (BARBROOK, 2009, p. 126). Sob a cobertura do Congresso pela Liberdade Cultural, dirigido por Michael Josselson, que era agente da própria CIA, foram abertos escritórios em trinta e cinco países, realizados diversos eventos, tais como conferências internacionais, simpósios, exposições artísticas e prêmios

musicais, todos com o objetivo de construir uma sutil contraposição ideológica ao adversário comunista, “vendendo” a liberdade informacional do ocidente. Também foram apoiadas direta ou indiretamente várias revistas influentes como instrumentos privilegiados de comunicação, tais como a *Partisan Review*, *New Leader* e *Encounter*. Essas revistas serviam de plataforma para diversos autores atacarem a rigidez e totalitarismo do modelo comunista. Outra faceta foi a divulgação de intelectuais com produção teórica vista como importante para a lógica estadunidense, difundindo suas produções pelo mundo. Entre os pensadores promovidos pela agência de inteligência norte-americana são citados Irving Cristal, Melvin Lasky, Isaiah Berlin, Stephen Spender, Sidney Hook, Daniel Bell, Dwight Macdonald, Robert Lowell, Hanna Arendt e Mary McCarthy, dentre vários outros. Até George Orwell com a sua “*Revolução dos Bichos*” em que criticava a ascensão do stalinismo, não o socialismo em si, foi reinterpretado (SAUNDERS, 2008).

Muitos dos intelectuais apoiados pela CIA fizeram diversas críticas contundentes ao regime capitalista e ao governo norte-americano. Não obstante, tais questionamentos colocavam-se sob o marco do citado regime promovido pelas potências ocidentais, dando, portanto, legitimidade a esses países, uma vez que conseguiam reproduzir uma aparente imagem de democráticos e flexíveis, enquanto os soviéticos reprimiam duramente as vozes divergentes. Centrados no discurso da liberdade cultural em contraponto à ausência de liberdade de expressão do bloco soviético, centenas de intelectuais cerraram fileiras no combate ideológico ao adversário comunista. Até facetas estéticas da arte, como o impressionismo, foram estimuladas como “uma ideologia anticomunista, a ideologia da liberdade, da livre iniciativa [...] ele era a própria antítese do realismo socialista” (SAUNDERS, 2008, p. 277).

#### 5.2.1.2 Futuro tecnológico e imaginário

Sob a lógica do poder brando, além da construção de um ideário liberal, também foi necessário vender uma imagem de futuro, em que a potência que conseguisse oferecer a melhor expectativa do amanhã ganharia pontos nos enfrentamentos indiretos da Guerra Fria (BARBROOK, 2009). Como consequência de sua política, a CIA construiu “uma rede extraordinariamente coesa de pessoas que trabalharam junto com a Agência para promover uma ideia: a de que o mundo precisava de uma *Pax Americana*, uma nova era iluminista, que seria conhecida

como o século Norte-Americano” (SAUNDERS, 2008, p. 14). Essa era de realizações envolvia a ideia da liberdade cultural e das infinitas possibilidades de realização artístico-culturais apresentadas pelos intelectuais a serviço da CIA. O contraponto à sociedade igualitária comunista seria um futuro de riqueza, mesmo que desigual, com abundante acesso a informações para todos. Nesse futuro, a informação seria um bem livre, na proporção em que a inteligência norte-americana elegeisse quais temas e autores deveriam estar disponíveis. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que criava a ilusão das divergências intelectuais sadias dentro do modelo capitalista, a CIA promovia golpes militares em diversos países periféricos (WEINER, 2007), conforme analisado anteriormente. Nesses países pobres, a liberdade cultural podia ser descartada como um mal menor, sobretudo quando essa liberdade denunciava os desequilíbrios das sociedades dos países terceiro-mundistas, em que cultura era privilégio de uns poucos e as riquezas regionais serviam ao poder das potências ocidentais.

Na venda do melhor futuro, além do ideário político e social trazido pelas redes da cultura, também era necessário vender o discurso da tecnologia e da ciência a serviço de uma superabundância material para todos, independentemente da diferença de riqueza individual de cada um. Essa necessidade foi oportuna, aliás, pois ao mesmo tempo em que servia de base tecnológica para a disputa ideológica, servia também como manto protetor para o verdadeiro caráter da disputa tecnológica de então, a busca pela supremacia bélica.

Sob o alicerce do desenvolvimento dos computadores, do programa espacial e da pesquisa atômica, tinha-se o tripé estratégico-tecnológico da disputa militar. No momento em que os norte-americanos ou soviéticos adquirissem um nível de superioridade tecnológica que permitisse um primeiro ataque nuclear com pouca capacidade de retaliação do país atacado, a guerra poderia deixar de ser fria. Nisso, computadores permitiam cálculos avançados para o desenvolvimento e lançamento de projéteis, foguetes de lançamento espacial também podiam lançar ogivas e energia atômica transformava-se em armamento termo-nuclear. Todas essas tecnologias absolutamente concatenadas no propósito da construção do protagonismo bélico estadunidense. Sem a invenção do computador os cálculos para lançamentos de foguetes com ogivas seriam limitados, sem os foguetes não se teriam mísseis de alcance intercontinental e sem a energia atômica não existiria

armamento nuclear. Todas essas tecnologias foram criadas e financiadas pelo Estado norte-americano com o propósito de se constituir como potência militar hegemônica no planeta. Entretanto, dado o volume de recursos investidos no desenvolvimento desses meios militares, bem como o seu caráter mortífero, a construção de uma ideia de futuro em que essas ferramentas casam-se dá o suporte necessário à disputa do imaginário coletivo sobre como será o amanhã, ao mesmo tempo em que permite as condições políticas para pesados investimentos em armamentos. Tais tecnologias foram vendidas para o conjunto da sociedade como futuras viagens espaciais interplanetárias, energia gratuita abundante e computadores inteligentes, ou seja, como sinônimo de bem estar e progresso. Mas, na verdade,

Assim como as previsões sobre energia sem custos e o turismo espacial, o futuro imaginário da inteligência artificial disfarçou a motivação original para o desenvolvimento de mainframes da IBM: o assassinato de um enorme número de pessoas. Durante a Guerra Fria, uma requintada propaganda tinha que disfarçar horripilantes valores de uso. (...) As máquinas da morte foram, portanto reempacotadas como protótipos de tecnologias de ficção científica. (BARBROOK, 2009, p. 87).

Como meio privilegiado para a criação, fluxo e disseminação da informação, como se percebe, as tecnologias da informação, especificamente estão desde seus primórdios, intrinsecamente vinculadas ao poder militar e às agências de inteligência estatais norte-americanas e britânicas. Mais do que cálculos, os computadores assim como a informação contida neles foram o alicerce que permitiu a rápida evolução das outras tecnologias estratégicas da Guerra Fria, sendo tratados, portanto, como um ativo fundamental em termos estratégicos. Todavia, o discurso oficial dissociou-os de seu caráter originário, apresentando o computador como um novo tipo de inteligência, artificial, e também meramente como um meio de comunicação.

A evolução do computador, entretanto, é indissociável da presença das agências de inteligência e organizações militares. Em sua origem, este teve um primeiro modelo a partir da imensa calculadora de válvulas denominada *Colossus* criada durante a Segunda Guerra Mundial, a partir do modelo teórico do matemático Alan Turing. A inteligência britânica, objetivando quebrar a máquina de cifras alemã, denominada *Enigma*, recrutou milhares de matemáticos, linguistas, físicos, tradutores, dentre outras especialidades, para trabalharem no projeto de

criptoanálise conhecido como *Ultra*. Como resultado, a espionagem inglesa teve acesso ao conteúdo das comunicações alemãs, alterando o curso da guerra marítima no atlântico (SINGH, 2001), bem como facilitando o desembarque na Normandia. Concomitante ao desenvolvimento inglês, os militares americanos financiaram a construção do *Electrical Numerical Integrator and Calculator* – ENIAC, com a finalidade de fazer cálculos de trajetória de projéteis de artilharia. Apesar de o programa ter se iniciado em 1943 o produto final só ficou pronto em 1946, o que não impediu que fosse prontamente empregado para fazer estimativas matemáticas tendo em vista a elaboração da bomba de hidrogênio (BRETON, 1991, p. 127).

Com a Guerra Fria os computadores ao longo das primeiras décadas de seu desenvolvimento foram considerados ativos estratégicos de segurança nacional norte-americana. Além da utilização para o desenvolvimento de armas nucleares os computadores serviam para calcular trajetórias de mísseis intercontinentais, como centrais nervosas de sistemas de defesa antiaérea bem como para sistemas de interceptação de comunicações. À medida que a tecnologia foi se consolidando, surgiram os primeiros projetos de redes, integrando os computadores e transformando-os em instrumentos de comunicação. No entanto, foi somente em 1969, que a Universidade da Califórnia em Los Angeles, SRI (em Stanford), a Universidade da Califórnia em Santa Bárbara e a Universidade de Utah foram conectadas com o início da rede ARPANET.

### **5.2.2 Sociedade da informação e disputa informacional**

Preocupados com a disputa tecnológica envolvida na corrida espacial e com os soviéticos à frente em colocar o homem no espaço, o governo dos Estados Unidos decidiu que não perderia a corrida informacional criando a Agência de Projetos de Pesquisa Avançados - ARPA. Sob sua direção, foi catalisado um grande esforço de pesquisa nas universidades norte-americanas com vistas a ganhar a referida disputa. Uma vez que a pesquisa computacional nos EUA avançou rapidamente em relação a seus inimigos do leste, o enfrentamento no ambiente digital surgiu como um campo de contenda naturalmente privilegiado pelos interesses norte-americanos. Nesse sentido, configurou-se a estrutura da rede a partir da:

ARPANET [que] era a rede da Agência de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos EUA (ARPA), cuja função era interligar os centros de pesquisa e as empresas que tinham contratos de troca e



transferência de tecnologia com o Departamento de Defesa americano (MATTOS, 2006 - internet).

Esse conceito de rede digital integrando centros de pesquisas e instituições militares foi desenvolvido pela RAND Corporation, sob a lógica da sobrevivência informacional a um ataque nuclear, devendo para tal o sistema ser descentralizado e não hierárquico (MEDEIROS, 2007, p. 238). Ou seja, “não apenas as máquinas, mas as ideias sobre como utilizá-las, como no caso da Internet, foram desenvolvidas para projetos militares em redes de instituições especialmente construídas e apoiadas pelo DOD<sup>93</sup>” (MEDEIROS, 2007, p. 240). Ao agir para modelar a primeira rede de computadores, o governo estadunidense já trazia no projeto técnico mais do que a preocupação militar, já gestava a ideia da primazia no novo ambiente informacional, que seria antes de tudo um mercado global reafirmador do liberalismo econômico norte-americano como referencial de futuro (BARBROOK, 2009).

A partir do financiamento em pesquisa militar e de inteligência, os computadores foram articulados em redes e interligaram as universidades, os centros de pesquisas e as organizações de defesa, segurança e inteligência. Alicerçados no discurso dos intelectuais associados à CIA, a chamada esquerda da Guerra Fria, em que se teria chegado ao fim das ideologias em uma utópica *sociedade pós-industrial* com a vitória do capitalismo (MATTELART, 2006, p. 79), a tão propagandeada *sociedade da informação*, origina-se, portanto, sob o viés do determinismo tecnológico. De acordo com o que diagnostica Serra:

A par dos - e em confronto com os - discursos ideológicos sobre a sociedade da informação, tem-se desenvolvido um conjunto de discursos mais ou menos utópicos sobre a mesma. De um modo geral, estes discursos tendem a ver, na sociedade da informação, a reatualização da possibilidade de levar à prática o ideal iluminista de uma sociedade justa, constituída por ideologia e utopia, homens verdadeiramente livres, iguais e fraternos (SERRA, 1998, p. 107).

Não obstante o discurso da inevitabilidade tecnológica associado a construções ideológicas tais como a integração entre povos conectados em rede, o ideal iluminista do conhecimento disponível e o livre fluir de informações e mercadorias, a *sociedade da informação* é criada sob os auspícios das agências de inteligência e defesa dos EUA, leia-se a CIA e o Departamento de Defesa (BARBROOCK, 2009, p. 209). Embora autores como Castells (1999; 2003)

---

<sup>93</sup> United States Department of Defense. É o Ministério da Defesa do Governo dos Estados Unidos.

desconectem o surgimento das redes informacionais à ação proposital do Estado norte-americano, apontando questões como a aleatoriedade ou mesmo a intensa criatividade de acadêmicos como o aspecto central na evolução das redes, nem os mesmos explicam determinadas lacunas históricas. A título de exemplo em uma peculiar passagem textual, ao tentar ilustrar o surgimento da Arpanet, embrião da Internet, e que serviu de base tecnológica a decantada sociedade da informação, Castells explica a súbita disposição das agências de defesa dos Estados Unidos em publicizar e propagar o uso dos protocolos de rede recém criados, da seguinte forma:

[...] assim que a tecnologia desenvolvida com recursos militares tornou-se disponível para uso civil, o Departamento de Defesa (dos EUA) teve um interesse político em comercializá-la, distribuindo-a gratuitamente e de fato subsidiando sua adoção por fabricantes de computadores Americanos. (CASTELLS, 2003, p. 23)

De fato, caberia a indagação se o Departamento de Defesa norte-americano, no auge da Guerra Fria, ainda sob as cinzas da guerra do Vietnã, disponibilizaria sua tecnologia da informação mais sofisticada sem nenhum tipo de contrapartida. Cabe ressaltar que foram vultosos, para a época, os investimentos financeiros com o objetivo de desenvolver um protocolo que permitisse o tráfego de dados em rede de forma não hierárquica, o tcp/ip, com vistas a manter funcionando o sistema de defesa dos EUA ante um ataque nuclear. A lógica descentralizada desse protocolo transforma os dados trafegando em um conjunto de pacotes e os endereça por distintos caminhos da rede até chegar ao usuário final. Tal lógica derivou, conforme observado, do receio de ataques nucleares soviéticos que atingissem parte da rede de defesa norte-americana comprometendo-a em seu conjunto. Com um modelo descentralizado, mesmo com a desarticulação de parte da rede, os dados continuariam a trafegar pelos caminhos ainda disponíveis. Percebe-se que além dos recursos envolvidos, a manutenção do segredo governamental sobre o tcp/ip também poderia significar uma grande vantagem comparativa em relação às redes informacionais soviéticas. Logo, é pouco crível que o Departamento de Defesa dos EUA tenha chegado à desinteressada conclusão de que esse protocolo não somente deveria ser distribuído como também o seria de forma gratuita. Por trás dos “interesses políticos” não explicados por Castells estão os velhos jogos de controle informacional típicos da Guerra Fria.

O otimismo de Castells encontra oposição em diversos autores, Santos (2000), Dupas (2000), Fiori (2007), para quem o acaso não estaria associado à opção tecnológica construída a partir da conformação de Internet. Ao contrário, o emprego dado à tecnologia da informação e sua disseminação para empresas privadas situadas no Vale do Silício – Califórnia, EUA - seriam uma ação proposital por parte do Estado norte-americano privilegiando os meios do poder simbólico. Para difundir os conceitos ideológicos, embutidos na arquitetura tecnológica, empregou-se a iniciativa privada, em que “a difusão comercial da tecnologia militar deu-se através de firmas emergentes”, sendo que “instituições como o DARPA ou a NASA, por exemplo, assumiram aqui a função de *venture capitalist*<sup>94</sup>” (MEDEIROS, 2007, p. 240). Com o capital disponível ao governo estadunidense e a suas agências de segurança, este “não se limitou a prover amplo financiamento e encomendas aos produtores de armas, mas influenciou o processo de seleção, difusão e indução das modernas tecnológicas no pós-guerra” (MEDEIROS, 2007, p. 230). Ao se refletir sobre o caráter revolucionário de uma rede de computadores na década de sessenta do século passado, nenhum ator poderia substituir o Estado como financiador e, portanto, eleitor das tecnologias que melhor lhe aproovessem naquele momento. Logo, evidencia-se que a Internet surgiu com o duplo propósito de garantir o tráfego de informações de defesa e inteligência ao mesmo tempo em que permitia a disseminação ideológica do *soft power* norte-americano.

Sob esse prisma ideológico foi bastante oportuna a ação dos intelectuais articulados pela inteligência norte-americana, que, concomitantemente, preconizavam um modelo teórico envolvendo os meios de comunicação de massa e a humanidade. Teóricos como McLuhan já exibiam formulações sobre uma grande *aldeia global* ligada pelos instrumentos de comunicação, bem como pela preponderância da técnica sobre o homem, com “o meio é a mensagem” (2007, p. 21), em que “não havia importância naquilo falado e, sim, no maquinário com que aquilo era dito” (BARBROOK, 2009, p. 112). Ancorados no determinismo tecnológico de McLuhan, os pensadores do *establishment* estadunidense desde a década de sessenta pregavam que

O impacto total da mídia eletrônica sobre a humanidade apenas teria sentido no momento em que a televisão se fundisse com a computação e as telecomunicações. Ao acreditarem que a síntese desses três tipos de

---

<sup>94</sup> Capital de risco.

máquinas tornara-se o sujeito da história, exaltaram todo avanço da tecnologia da informação como mais um passo para a sociedade da informação. (BARBROOK, 2009, p. 205)

Com o modelo conceitual já estabelecido, quando o Departamento de Defesa dos EUA disponibilizou a utilização de seu protocolo de rede, colocando também a estrutura da Arpanet como o futuro tronco de rede central da Internet, fê-lo de caso pensado e como um contraponto ideológico à estrutura soviética. A construção da *sociedade da informação*, embora trazendo, em seu bojo, acadêmicos e pesquisadores, portou em seu projeto uma futura integração midiática e comercial que sob a égide do determinismo tecnológico e do fim da história reproduzia os valores e modelos do sistema capitalista.

Embora as agências de Estado estadunidense tenham sido suficientemente perspicazes para não engessar a pesquisa científica interferindo diretamente na operacionalidade destas, sem dúvida cunharam seus objetivos estratégicos (MEDEIROS, 2007). Se existia uma imprevisibilidade quanto ao surgimento das ferramentas tecnológicas a integrarem-se na Internet, não existiam dúvidas sobre a cooptação e a integração das mesmas sobre um alicerce mercadológico estratégico já instalado previamente, como, aliás, vem se dando até o presente momento. A título de exemplo podemos citar a invenção World Wide Web pelo inglês Berners-Lee em 1989, que era então pesquisador do Conselho Europeu para Pesquisa Nuclear – CERN<sup>95</sup>, ou a criação do sistema operacional em código aberto Linux, pelo programador finlandês Linux Torvalds. Em ambos os casos as pesquisas tinham um cunho não restritivo, contudo, uma vez que os paradigmas ideológicos da Internet permeiam todos os espaços, rapidamente tais tecnologias foram apropriadas pelas grandes corporações e ao menos parcialmente resignificadas. A Web de Berners-Lee permitiu o salto comercial da Internet, com a agregação das grandes empresas e do comércio eletrônico e o Linux, embora sob certa disputa, tornou-se o sistema operacional competidor do Windows sendo patrocinado por várias empresas globais tais como a IBM e a Google.

Apesar do surgimento, da maturação e da competição entre diversas tecnologias em nível tático, sob o prisma da dimensão estratégica são rapidamente absorvidas pelo mercado informacional, ajudando, na prática, a fortalecer a estrutura

---

<sup>95</sup> Do francês Conseil Européen pour La Recherche Nucléaire. É o maior centro de estudos sobre física de partículas do mundo.

vigente. Tal como uma edificação, em que se podem ampliar salas, quebrar paredes, mudar o acabamento, porém não se é possível fugir dos alicerces que determinam as fundações da mesma. A internet poderia funcionar de diversas formas e com diversas tecnologias, mas, ainda sim, sob o espectro da *aldeia global* modelada pelo Estado norte-americano, teria necessariamente as características ideológicas que possui hoje. Podendo ter diferentes interfaces, só existiria a propalada infovia da informação se a mesma tivesse o caráter de mercado global, sendo instrumento de uma globalização hegemônica.

Sob o discurso da *sociedade da informação*, articulada a conceitos tais como período *pós-industrial* e *fim da história* e das *ideologias*, tudo com a comunhão e financiamento das agências de inteligência estadunidenses, conseguiu-se edificar um modelo de redes e fluxos de informações que privilegia os interesses econômicos, culturais, políticos e governamentais norte-americanos sem, todavia, parecer fazê-lo. Ao estabelecer um arquétipo de futuro tecnológico cuja centralidade é absolutamente de sua propriedade, mais do que contribuir para a vitória da Guerra Fria, a CIA e o Departamento de Defesa dos EUA auxiliaram a construção de um novo modelo de dominação justamente para o pós Guerra Fria: a *sociedade da informação*. Nesse novo molde, a própria estratégia de segurança global estadunidense exige o “primado da extensão do modelo universalista da *free market democracy*, para a realização da qual o controle das redes é essencial. (MARTELART, 2006, p. 142).

Além disso, com a nova primazia informacional em que as relações humanas vão sendo digitalizadas, ao contrário de enfraquecer o Estado, conforme tão repetidamente vem sendo apregoado (STRANGE, 1996; DUPAS, 2001; HOBBSAWM, 2007), esse se viu cercado de novas possibilidades. Os acostumados ao exercício do *poder coercitivo*, as pessoas que apregoam o enfraquecimento do estado não percebem que o *poder suave* não deixa de ser poder, e que, atualmente, os EUA possuem o monopólio de ambos. O Estado mantém o monopólio das normas e da aplicação da violência legítima, sendo o controlador último de um vasto sistema informacional. Bem menos suscetível a impressões é a abordagem de Milton Santos. O citado autor assegura que “ao contrário do que se repete impunemente, o Estado continua forte e a prova disso é que nem as empresas transnacionais, nem as instituições supranacionais dispõem de força normativa para

imporem, sozinhas, dentro de cada território, sua vontade política ou econômica” (2009, p. 77). Na verdade confunde-se, ou faz-se confundir intencionalmente, a ação política proposital de reduzir a esfera de atuação do Estado, adequando-o ao conceito de Estado mínimo neoliberal a serviço de alguns, em relação à sua efetiva impotência enquanto instrumento coletivo. De fato, o que se percebe é “um estado nacional mais poderoso que se impõe aos demais durante um determinado período e, ao impor-se aos demais, impõe seus interesses nacionais ao resto do mundo” (FIORI, 2007a, p. 19). A expressão dessa contradição reside justamente na ampliação da capacidade de controle informacional por parte dos governos, particularmente o norte-americano (Braman, 2006), que nunca foi tão ampla quando a partir da expansão digital.

## **5.2 Estado Informacional e controle**

Com a maturação e consolidação das tecnologias da informação em rede, os meios de dominância por parte do Estado foram novamente modificados, redimensionando-se as possibilidades deste em uma conjuntura afetada por uma nova disponibilidade da informação. Mais do que a vitória econômica e ideológica na Guerra Fria, o novo modelo informacional permitiu um grande avanço sobre o prisma do domínio, sobretudo para as agências de inteligência estadunidenses. A partir do momento em que os governos e coletividades nacionais adentram o terreno da *sociedade da informação*, com uma ampla convergência de dados em direção às redes digitais, para o bem ou para o mal, as possibilidades de controle social por parte dos governos se alargaram exponencialmente, de forma positiva ou negativa (BRAMAN, 2009).

Vale destacar que o domínio ideológico poucas vezes na história foi tão efetivo quanto nos tempos atuais, a ponto de diversos setores sequer perceberem o grau de controle embutidos nesse paraíso informacional norte-americano. Pela primeira vez na história, a potência hegemônica exerce seu poder sem a necessidade de colônias, apoiando-se então nas instituições internacionais, nos aparatos militares, financeiros, produtivos e ideológicos em escala mundial (FIORI, 2007b, p. 94). Sob a égide do monopólio do pensar, embora a sociedade conectada em rede não tenha acabado com as fronteiras nacionais, foi permitido um amplo nível de influência ideológica.

### 5.1.1 Domínio do pleno espectro

Cabe salientar que outra questão, além da detente nuclear, fez com que a atual dimensão das informações como suporte ao *poder suave* adquirissem ainda maior relevância: a própria hegemonia norte-americana. Na medida em que o aparato bélico desse país tornou-se inalcançável pelas demais nações, as guerras convencionais contra essa potência, embora ainda ocorram, deixaram de ser instrumentos viáveis. Como solução, os países menos desenvolvidos passaram a enfrentar as grandes potências explorando as assimetrias, em que se busca anular as vantagens tecnológicas da potência adversária. Um exemplo de tal estratégia, já citado, são os vietnamitas que, ao travar uma guerra de guerrilhas em meio à selva e com uma sistemática ação de propaganda sobre a população, obtiveram uma vitória aparentemente impossível aos Estados Unidos na Guerra do Vietnã.

Assim, a questão do controle e fornecimento de informações manteve-se na agenda governamental não somente para a vitória na Guerra Fria, como também com vistas à manutenção dos frutos dessa vitória pelo maior tempo possível. Sob o prisma da primazia militar também foi necessário reformular a doutrina de maneira a buscar o triunfo em diversas dimensões do conflito, sobretudo as de cunho ideológico. Dessa forma

Os analistas militares americanos mostram-se muito preocupados com a vulnerabilidade dos poderosos no conflito militar assimétrico. Reconhecem que por si mesmo o poderio militar não é suficiente. O reconhecimento das limitações e da vulnerabilidade do domínio militar e tecnológico leva os estrategistas a propor uma forma ilimitada de domínio que envolve todas as dimensões, todo o espectro de poder. O que é necessário, dizem eles, é um 'domínio de pleno espectro' que associe o poderio militar ao controle social, econômico, político, psicológico e ideológico (HARDT; NEGRI, 2005, p. 83).

Como será visto na segunda parte deste capítulo, as agências de defesa e inteligência dos EUA elaboraram diversas doutrinas sobre as operações psicológicas e de desinformação. Tais recursos podem ser empregados contra um indivíduo ou contra toda uma população, permitindo a deturpação da realidade e o próprio controle ideológico.

O domínio do espectro informacional e a invenção da sociedade da informação tornaram-se um instrumento fundamental na estratégia hegemônica estadunidense. Desta forma, o controle sobre a informação e a capacidade de influir

sobre a forma de pensar do restante do mundo são parcelas decisivas da estratégia de primazia dos EUA.

### 5.1.2 Hegemonia informacional

Com a vitória sobre os soviéticos e a primazia informacional e ideológica da *aldeia global*, o governo norte-americano conseguiu edificar o modelo neoliberal vigente na atualidade, a partir da década de 1990, mediante o consenso de Washington e a submissão dos demais países ao modelo do livre mercado. Como única superpotência restante, os Estados Unidos consolidaram sua hegemonia, “exercendo uma esmagadora supremacia nos cinco campos tradicionais do poder: político, econômico, militar, tecnológico e cultural” (RAMONET, 2003, p. 7). Essa supremacia facultou aos EUA um nível de poder global no século XXI em uma dimensão muito maior ao de outras nações que igualmente conseguiram impor sua hegemonia desde o século XVI (FIORI, 2007c, p. 134). Articulados pelo discurso ideológico da “globalização, e do fim da história, dos estados, das economias nacionais e das guerras” (FIORI, 2007b, p. 95), além do fim das ideologias e da inevitabilidade do capitalismo, a *sociedade da informação* foi cunhada ideologicamente sob medida para auxiliar na fragmentação das fronteiras e Estados nacionais, permitindo o livre circular do capital estadunidense, bem como os seus produtos e a sua cultura. Dessa maneira, chegou-se a um ponto em que “vivemos cercados, por todos os lados, por esse sistema ideológico tecido ao redor do consumo e da informação ideologizados” (SANTOS, 2009, p. 49). No entanto, a forma de dominância cultural é de tal maneira sofisticada que sequer nos apercebemos disso. Se a “nação hegemônica é aquela que conduz o sistema de nações a uma direção desejada por ela, mas, ao fazê-lo, consegue ser percebida como se buscasse o interesse geral” (DUPAS, 2005, p. 25), o governo norte-americano foi completamente bem sucedido com a estratégia das redes de informação. Para muitos setores e governos, a rede é movida pela evolução da técnica autônoma ou mesmo pelos interesses coletivos e não pelos atores tradicionais, leiam-se governos e grandes empresas.

Enquanto a Inglaterra, como potência hegemônica anterior, teve que enviar seu aparato bélico para forçar a abertura comercial dos mercados que lhe interessavam, sob o discurso do livre comércio entre as nações, os EUA conseguiram efeito semelhante com as infovias da informação. No novo contexto



tecnológico em que “a diplomacia das redes substitui a diplomacia dos canhões” (MATTELART, 2006, p. 99), o domínio ideológico/tecnológico é tão abrangente e permeia tantas dimensões que pouca ou nenhuma resistência foi tecida por parte dos outros atores nacionais. Os discursos da abertura comercial, associados ao do livre fluxo da informação bem como ao da inevitabilidade tecnológica, tornaram-se verdades inquestionáveis. O próprio conceito de sociedade da informação chegou a ser considerado impreciso demais para alguns intelectuais, sendo preferível o emprego do termo *Mercado de Informação*, em que as “mercadorias tradicionais” seriam substituídas por “bens informáticos” (DERTOUZOS, 1997, p. 21). Autores celebrados pelo neoliberalismo como Michael Porter apregoaram, sob aplausos, “A vantagem competitiva das nações” (1989), na qual os países deveriam se especializar em termos produtivos naquilo que fazem bem. Nessa euforia capitalista pós-Guerra Fria, diversos governos do mundo subdesenvolvido ou em desenvolvimento esqueceram-se de se perguntar sobre a existência de diferenças quanto ao valor econômico agregado na produção de satélites, softwares e processadores de computadores em comparação à especialização produtiva no fornecimento de produtos agrícolas como o arroz ou a soja (PALMA, 2007, p. 393-454).

Antes que as nações componentes da nova sociedade da informação percebessem, tiveram diversos setores estratégicos de suas economias devastados, perdendo inclusive a capacidade de formulação de políticas próprias de inserção soberana. Um dos primeiros desses setores em que as privatizações deram-se em massa foi justamente na área de telecomunicações. Repassadas as empresas estatais para empresas internacionais, geralmente europeias, mesmo essas dependiam quase que inteiramente do sistema satelital norte-americano e dos softwares e equipamentos de integração de dados, com absorção técnica e cultural. De acordo com Dantas:

Os fluxos unidirecionais de dados e de informação potencializaram em dimensões extraordinárias os processos de desqualificação e supressão das expressões culturais mais profundas dos povos periféricos, apertando como se fossem nós górdios os laços de dependência econômica e política desses povos. Ao adquirir seus sistemas de informação junto às corporações transnacionais que os projetam e produzem – no lugar de procurar desenvolvê-los e produzi-los com seus próprios meios e recursos – os países do Terceiro Mundo importam não somente os conjuntos técnicos, mas também os conteúdos culturais neles embutidos (DANTAS, 2002, p. 195).

Em um contexto em que a informação produzida não se dissocia de sua infraestrutura tecnológica, a perda da capacidade de elaborar tecnologia própria significou a derrocada das sociedades periféricas em termos de independência informacional. Os softwares, sobretudo enquanto produtos compostos somente por informação, não podem ser isentos; como isenta, não pode ser qualquer informação (REIS, 2009). No entanto, “como se pode, ou poder-se-ia, conciliar o desejo dos países do segundo e terceiro mundos de controlar os setores de informação de suas próprias sociedades com a tentativa de permitir um livre fluxo de informação no mundo inteiro?” (MATTELART, 2006, p. 21). Para os países centrais, em particular a potência hegemônica, não se poderia permitir tal coisa. Daí como consequência as

Sociedades que não desenvolvem tecnologias da informação, com todas as relações e agenciamentos sociais nelas envolvidos, tendem não somente a ser subinformadas em relação aos países capitalistas centrais, como a erigir, dentro de suas fronteiras, divisões ainda mais fundas entre suas minorias um tanto ricamente informadas e suas grandes maiorias pobremente informadas. Aquelas minorias, de algum modo, buscarão ser parte da ‘sociedade da informação’ global, mesmo vestindo grotescas fantasias de ‘Primeiro Mundo’, como tantas que a classe média brasileira gosta de exibir ridiculamente. (DANTAS, 2002, p. 198).

Com a ampliação de setores sociais médios firmemente identificados com o modelo de globalização estadunidense, completamente mergulhados em percepções pré-moldadas, tornou-se ainda mais difícil a resistência à onda econômico-cultural. A hegemonia no campo do poder simbólico é quase completa. Além disso, no caso brasileiro, outro agravante envolve o fato de que “o projeto de construção nacional ficou sempre inconcluso e o nacionalismo foi, sobretudo, uma ideologia de intelectuais, militares, burocratas e de um pequeno segmento empresarial” (FIORI, 2007c, p. 92), o que dificultou ainda mais qualquer esboço de um projeto nacional alternativo. As implicações foram e ainda são grandes para os países periféricos como o Brasil, todavia, atingiram também os países centrais. A França, por exemplo, que era apontada como um exemplo de política da informação nacional bem sucedida (DANTAS, 2002), também acabou submergindo ao modelo hegemônico da *sociedade da informação* balizada pelo *soft power* estadunidense. A *France Telecom*, a principal companhia telefônica francesa, desenvolveu o *Minitel*, que era uma rede nacional de recuperação de informações com vários conteúdos e serviços próprios, tendo surgido “como dispositivo estratégico para levar a França à sociedade da informação” (LACERDA, 2004). Baseado em tecnologias proprietárias, o *Minitel* chegou a ser adotado em outros

países da comunidade europeia, constituindo-se como um projeto alternativo viável à disputa pelo modelo da *sociedade da informação* em questão. Entretanto, apesar do subsídio do governo francês nas origens do seu desenvolvimento, o sistema foi descontinuado a partir de 2002. Essa derrota na disputa por modelos, mais do que fragilidades tecnológicas, expressava a vitória do discurso neoliberal norte-americano. Como um sistema de origem estatal poderia liderar os povos da *aldeia global*? A decorrência da privatização do sistema de telefonia francês e da onipresença da Internet, enquanto modelo tecnológico vitorioso da nova *aldeia global*, talvez sejam mais consequência que origem. A França foi obrigada a render-se ao modelo estadunidense, perdendo a capacidade de formular suas políticas de maneira independente. Mediante a vitória no campo informacional, o poder simbólico dos EUA logrou ampliar suas condições de influir diretamente sobre a sociedade francesa.

Mais do que uma ocorrência isolada, o caso francês do *Minitel* reflete a falência da própria União Europeia, em seu conjunto, em relação à capacidade de formulação de políticas estratégicas em termos informacionais e sua tácita admissão da liderança norte-americana. A pesquisa de Aun (1999), que entrevistou uma série de personalidades francesas quanto à temática *sociedade da informação*, comprovou a ausência de políticas informacionais estratégicas francesas. Constatou-se também que a centralidade das ações do Estado francês vinham tão somente sendo focadas na montagem de infraestrutura tecnológica, o que em síntese significa tentar intervir quanto ao uso tático da Internet e não em relação à disputa por sua lógica de funcionamento em nível estratégico e à produção de conteúdos. Como decorrência, os entrevistados manifestaram preocupação, vez que “a liderança dos EUA alastra-se nas instâncias da Comunidade Europeia, parecendo direcionar a todos a se ocuparem dos instrumentos tecnológicos, em um aprisionamento coletivo neste movimento” (AUN, 1999, p. 3). Assim sendo, também constatou-se, mediante as entrevistas, que

A construção de uma política de informação, no seu sentido mais amplo, é hoje, sem sombra de dúvidas, um desafio para todos os Estados. Os entrevistados centram este desafio no movimento liberal que assola o mundo e, como não poderia deixar de ser, fez o seu domínio na Europa. A Europa, então com fortes tradições culturais, depara-se com a invasão ideológica americana, que se faz mais dominante nos pontos que caracterizam a sociedade da informação. (AUN, 1999, p. 5)

Infere-se que a hegemonia tecnológico-cultural dos Estados Unidos também valha para os demais países do globo, uma vez que a possibilidade de contrapor uma política informacional à *sociedade da informação* norte-americana não se deu.

### **5.1.3 Sinergia entre meios de poder**

Mais do que o domínio tecnológico e cultural, a prevalência do modelo cunhado pelos EUA lhes brindou com um extensivo controle do fluxo de informações que circula pelo mundo, em que “a hegemonia ocorre mediante a liderança na morfologia da rede” (DUPAS, 2005, p. 75). Ao se comparar os principais recursos de poder das potências que protagonizaram a história da humanidade, desde o século XVI, em que aspectos como poder naval, comércio, indústria e coesão política possuíram primazia histórica (NYE, 2009, p. 78), percebe-se uma mudança nos elementos de poder do século XXI em relação ao período anterior. Ainda segundo Nye (2009, p. 78), dentre os principais elementos de poder da potência norte-americana, liderança tecnológica, escala militar e econômica, ter-se-ia a questão estratégica de ser o “eixo de comunicações transnacionais” (NYE, 2009, p. 78; 2002, p. 33). Junto a isso, como os EUA também possuem forte predominância no terreno do *soft power*, tem-se uma combinação perversa. Ao mesmo tempo em que se controla a estrutura e desenvolvimento das redes também provê-se conteúdo informacional às mesmas, o que por sua vez permite grande sinergia no sentido de adequarem-se as tecnologias aos interesses informacionais e vice-versa. Sob tal lógica infere-se que a primazia no controle das informações seria percebida como um elemento fundamental ao projeto de supremacia norte-americana.

Nessa acepção, os países que estão à margem dessa centralidade informacional estariam à mercê do possuidor dos nodos centrais da rede. Novamente recorrendo a Dantas, ao descrever a situação brasileira pós-privatização das telecomunicações, tem-se que:

Nosso país está firmemente amarrado em uma teia informacional mundial cujos fios invisíveis poderiam ser mortalmente apertados se viéssemos a fazer (como muitos desejariam) opções políticas e econômicas que contrariassem interesses vitais dos grandes centros mundiais do poder (DANTAS, 2002, p. 205).

Além da centralização de processos informacionais com valor agregado também dá-se a centralização física dos nodos centrais da Internet, sendo que as estruturas físicas da rede global são de controle quase exclusivo norte-americano.

O DoD [Departamento de Defesa dos EUA] ficou com o controle militar do ciberespaço e a ICANN, juntamente com a VeriSign, ficaram com o controle comercial e, por isso, vêm sendo as responsáveis exclusivas pela atribuição de parâmetros de protocolo da Internet, pela supervisão do sistema de nome de domínio, pela alocação blocos de números de endereços IP e pela gestão do servidor raiz do sistema (PIRES, 2008 - Internet).

Com essas prerrogativas, podem-se banir países ou setores do acesso à rede, selecionar dados ou mesmo filtrar todo o conteúdo informacional disponível. Enquanto a faceta comercial da Internet é administrada pela ICANN<sup>96</sup>, Departamento de Comércio e pela Verisign<sup>97</sup>, todos de origem norte-americana, o controle militar é feito pelas agências de defesa e inteligência militar desse país.

Existe um total de treze servidores de zona raiz em toda a Internet, sendo que tais servidores têm a importante tarefa de designar os outros milhares de servidores também conectados à rede (SILVA, 2008, p. 92). Desses servidores raiz, conforme indica o mapa abaixo, são percebidos dez servidores dentro do território dos Estados Unidos com as letras A, B, C, D, E, F, G, H, J, L. Dos outros três, um encontra-se na Inglaterra (K), aliada militar/informacional histórica dos EUA e outro no Japão (M), que permanece como um protetorado militar estadunidense desde o final da Segunda Guerra Mundial. A única exceção seria a do servidor localizado na Suécia. Dos 10 servidores dentro de solo estadunidense “6 operam dentro do ciberespaço estadunidense (A, B, D, E, G, H), voltados para garantir a gestão do sistema de cibersegurança” (PIRES, 2009 - Internet), sendo que o “G” é controlado diretamente pelo Departamento de Defesa em sua *Network Information Center* e o “H” pelo laboratório de pesquisas do Exército.

---

<sup>96</sup> A Internet Corporation for Assigned Names and Numbers - ICANN é responsável pela coordenação global do sistema de identificadores exclusivos da Internet. Entre esses identificadores estão nomes de domínio (como .org, e códigos de países, como .BR) e os endereços usados em vários protocolos da Internet. Os computadores usam esses identificadores para se comunicarem entre si pela Internet. Mais informações em: < <http://www.icann.org/>>.

<sup>97</sup> A VeriSign é uma empresa privada cuja papel é o de provedor oficial de serviços de infraestrutura de Internet sendo a Autoridade Certificadora e fornecedora de certificados digitais pessoais e SSL para toda a rede digital global. Mais informações em: <<http://www.verisign.com>>



Figura 9. Servidores Raiz

Fonte: [http://www.heise.de/altcms\\_bilder/124612/3\\_hires.gif](http://www.heise.de/altcms_bilder/124612/3_hires.gif)

Esses treze servidores são replicados mundialmente, conforme o quadro a seguir, sendo espelhados para diversos países do globo de forma a dar agilidade no acesso à internet. Cabe observar que embora o conteúdo da internet esteja em diversos locais no globo, ao acessar qualquer página com um endereço tal como <http://www.icann.org.br>, esse endereço necessariamente terá que ser validado por um desses servidores clones em relação aos servidores raiz, de forma a validar a página. Além disso, a alocação de endereços de rede válidos é dada por eles. Ou seja, a capacidade de determinar quem permanece ou não na *infovia da informação* é, em última instância, quase que inteiramente norte-americana.



Figura 10. Mapas de servidores de zona raiz e seus 73 replicadores anycast<sup>98</sup> regionais.

Fonte: <http://www.root-servers.org/> (2009).

Com o panorama descrito, percebe-se que ainda pouco se reflete sobre o grau de domínio que as agências de inteligência e Defesa estadunidense passaram a ter com uma rede informacional global estacionada fisicamente em seu território. Sob o marco do controle dos servidores está a possibilidade de negar o uso ou filtrar tal acesso. Quem possui o controle desse volume de servidores praticamente tem um mapa do conjunto da Internet.

Além disso, outra dimensão do domínio diz respeito à questão tecnológico/comercial. Com a predominância tecnológica das empresas dos EUA, uma parcela significativa do conteúdo informacional da Web está armazenada fisicamente em servidores de dados locais, em empresas como o Google e Yahoo. Outra faceta, muitas vezes desconsiderada, é a de que com a dominância dos softwares que compõem a infraestrutura das infovias é perfeitamente possível a utilização dessa plataforma tecnológica para o monitoramento de informações produzidas por pessoas de diversas nações, sendo tais dados colocados à disposição do Estado norte-americano. Embora tais hipóteses sejam associadas

<sup>98</sup> É uma técnica que permite o anúncio de um mesmo prefixo de vários lugares diferentes, de forma a que se permita mapear um sistema de rotas que estejam mais próximas do usuário. A partir desse processo são criados clones dos servidores root server originais possibilitando a replicação desses. O navegante só utilizará o servidor mais próximo de sua posição não vendo o original ou o resto das cópias. Se uma das cópias falhar o usuário automaticamente é transferido para outra unidade. Maiores informações em: <<http://lacnic.net/pt/raices/>>. Acesso em 07/12/2009.

publicamente à teoria da conspiração, existem indícios sobre uma suposta porta lógica dentro do sistema operacional Windows que permitiria o acesso por parte da espionagem norte-americana a milhões de máquinas conectadas pelo globo<sup>99</sup>. Independentemente da comprovação ou não das suspeitas, o fato é que essa ocorrência é plenamente possível, já que o conteúdo do software distribuído, uma vez compilado, tem um elevado custo para ser descompilado, resultando muitas vezes em um emaranhado de códigos quase ininteligível. Melhor dizendo, toda a infraestrutura da sociedade da informação é composta por tecnologia proprietária, em boa parcela (softwares) de origem norte-americana, bem como pela posse da governança política da Internet (PIRES, 2008). Considerando-se o quão umbilicalmente a indústria de Tecnologia da Informação é ligada às agências de defesa e inteligência estadunidense, em que os interesses privados mesclam-se aos governamentais (MEDEIROS, 2007), faz-se no mínimo plausível a disposição dessas organizações em atender às demandas do governo. Além disso, ao se analisar o histórico de atuação de organizações como a Agência de Segurança Nacional<sup>100</sup> – NSA, percebe-se que esse tipo de prática informacional já é rotina ao longo da atuação da organização (BAMFORD, 2001).

#### *Sistema de Geoposicionamento Global*

Outro exemplo das consequências estratégicas do domínio tecno-informacional dos EUA envolve o célebre Sistema de Posicionamento Global<sup>101</sup> – GPS. Esse sistema tornou-se de utilização universal, fornecendo coordenadas geográficas para múltiplos empregos que vão de mapas de ruas em uma metrópole até a precisão de lançamento de mísseis. Todavia, na medida em que o governo norte-americano controla toda a estrutura satelital a partir da National Geospatial-Intelligence Agency - NGA, que como já visto funciona como agência de inteligência de imagens, desenvolvendo satélites, fica a seu critério tornar disponíveis ou não os serviços, bem como a precisão das coordenadas. Em 2009, o ministro da defesa brasileiro, Nelson Jobim, comentou “o caso recente de equipamentos de GPS para os Super-Tucano da FAB que foram entregues ‘degradados’, com precisão de 150

---

<sup>99</sup> Dentre as notícias disponíveis sobre o tema, a título de exemplo, indicamos: <http://cyberinsecure.com/microsoft-windows-got-backdoors-for-nsa/>

<sup>100</sup> *National Security Agency* - NSA.

<sup>101</sup> *Global Positioning System* - GPS



metros, em vez de um metro, como no contrato” (VALOR ECONÔMICO, 2009<sup>102</sup>). Sendo o GPS fornecido gratuitamente pela inteligência americana, a ampla adoção do sistema de posicionamento global dá uma indiscutível vantagem às forças armadas norte-americanas que podem inviabilizar os sistemas de armas e navegação de um país adversário em caso de conflito<sup>103</sup>.

Com a propagação da utilização dessa ferramenta para diversos setores da sociedade além do militar, as entregas de produtos, a navegação de embarcações, os voos de aviões, o deslocamento de veículos são ancorados pela tecnologia de geoposicionamento norte-americana. A súbita negação de sua utilização em caso de um conflito poderia trazer vários danos aos setores econômicos dependentes. Com essa preocupação, diversos países estão desenvolvendo seus próprios sistemas de geoposicionamento, como é o caso da União Europeia com o *Galileo*<sup>104</sup>, da Rússia com o *Glonass*<sup>105</sup> e da China com *Compass*<sup>106</sup>, também conhecido como *Beidou-2*. Tais sistemas satelitais permitem que as forças de defesa dos países envolvidos não fiquem à mercê do Departamento de Defesa dos EUA.

Como se infere, essa hegemonia informacional dos EUA permeia amplos setores da sociedade da informação e vincula-os aos interesses estratégicos de segurança de sua nação. Nesse sentido, conforme será abordado em seguida, as dimensões estratégicas relacionadas ao fluxo global de dados são claramente protagonizadas por um só ator. Tais dimensões fundem a relevância do controle desse fluxo com a capacidade de obter inteligência tática e estratégica sobre os adversários, sejam estes indivíduos, empresas ou governos.

---

<sup>102</sup> Notícia veiculada no jornal Valor Econômica em 10 de Setembro de 2009 e repercutida por outras agências e sites de notícias. Um dos endereços em que se pode encontrar a referida matéria é: <<http://defesabrasil.com/site/noticias/projeto-f-x2/para-garantir-venda-dassault-pode-baixar-40-o-custo-dos-cacas.php>>.

<sup>103</sup> O próprio presidente dos EUA pediu formalmente um parecer às agências de segurança para, em caso de grandes ataques terroristas, poder desligar o sistema. <http://www.msnbc.msn.com/id/6720387/>.

<sup>104</sup> Sistema conduzido pela União Europeia. Pretende-se que esteja em pleno funcionamento até 2014, trabalhando com trinta satélites. No projeto está previsto o estabelecimento de parcerias com o sistema russo e com o norte-americano. Maiores informações no endereço oficial do projeto: <[http://ec.europa.eu/transport/galileo/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/transport/galileo/index_en.htm)>.

<sup>105</sup> GLONASS (em russo: ГЛОНАСС; ГЛОбальная НАвигационная Спутниковая Система; *Sistema de Navegação Global por Satélite*) é o sistema russo de posicionamento global, equivalente ao GPS dos EUA. O sistema foi completado em 2009, empregando um conjunto de 24 satélites, sendo 8 por nível orbital em um total de três níveis. Maiores informações em: <<http://www.glonass-ianc.rsa.ru/>>.

<sup>106</sup> Utiliza 35 satélites, cinco geoestacionários e 30 em órbita média, deverá estar em funcionamento parcial em 2012. Os chineses também participam do sistema de posicionamento global *Galileo* em parceria com a União Europeia. Maiores informações em: <<http://www.globalsecurity.org/space/world/china/beidou.htm>>.

#### 5.1.4 Dimensões da informação e poder entre Estados

Nesse contexto histórico de primazia informacional quanto à disputa estratégica entre os Estados pelo poder nas relações internacionais, Nye (2002, p. 88-91) identifica três dimensões da informação fundamentais à dimensão de poder simbólica que seriam:

*Fluxo e produção informacional-* Envolve a produção de informações, como “notícias ou estatísticas”. Conforme anteriormente abordado, a produção de conteúdo significa a possibilidade de influenciar perspectivas e interpretações. Dado o volume infindável de informações disponíveis em nível global permeando as fronteiras nacionais, se por um lado os pequenos Estados podem tentar influir nesse contexto, por outro “a enorme dimensão dos fluxos gratuitos premia as capacidades dos editores e integradores de sistemas, o que representa uma vantagem para os grandes e poderosos”. Nesse quesito, evidencia-se uma superioridade incontestável norte-americana, como detentores de infra-estrutura tecnológica e maiores produtores mundiais de conteúdo informacional, vide filmes, notícias, música e produção científica. Outro fator de vantagem dos EUA é a língua inglesa, em torno da qual a Internet foi estruturada. Por mais que outras nações possam ter uma população bem maior, como a China, para projetar uma influência cultural via rede, defrontar-se-iam com a barreira linguística.

*Informação concorrencial-* Outra dimensão relaciona-se com a informação para dar suporte à concorrência entre as empresas e entre os Estados. Em grande parcela das situações competitivas, a informação recente é a que mais interessa, ou seja, a capacidade de chegar primeiro ou ver na frente altera o resultado. Nesse prisma algumas potências mundiais equiparam-se, pois, além de uma grande rede empresarial de inteligência competitiva, tais Estados possuem grande capacidade de obtenção e análise de informação tática. Conforme define Nye (2002, p. 86):

Em algumas dimensões, a informação é um bem público não-concorrencial: o consumo de uma pessoa não diminui o de outra. Thomas Jefferson usou a analogia de uma vela – se eu lhe oferecer luz, não diminuo a minha. Mas numa situação competitiva, pode fazer uma enorme diferença eu ter a luz primeiro e ver coisas antes dos outros. A recolha de informação secreta é um exemplo. Os Estados Unidos, a Rússia, a Grã-Bretanha e a França possuem capacidades para a recolha e a produção que fazem com que as de outros países pareçam insignificantes.

Embora a vantagem norte-americana não seja tão pronunciada quanto no quesito anterior, mesmo assim, o seu aparato de inteligência é impar em nível mundial, sobretudo quanto à dimensão tecnológica. Outra questão é a de que os EUA possuem clara hegemonia no quesito produção de informações, o que também pode significar a primazia no acesso a elas. De toda forma, os países periféricos estão absurdamente distantes das grandes potências nesse quesito. Seja em âmbito comercial ou militar as principais potências possuem maior estrutura para obter e aproveitar as vantagens da informação em tempo hábil.

*Informação estratégica*- Nessa faceta é compreendido o conhecimento sobre as pretensões e planos do adversário. Esse tipo de conhecimento na disputa entre Estados ou empresas tem um valor “virtualmente incalculável” (Nye ,2002, p. 89), permitindo identificar o melhor curso de ação de acordo com as pretensões do inimigo, sabendo-se, inclusive, quais são os seus limites e pretensões reais. Nesse aspecto são empregados espiões, mas também as pesquisas de mercado e tecnologias comerciais, todavia os países desenvolvidos ainda saem privilegiados. “Na medida em que os grandes investimentos na recolha de informação secreta geram mais e melhor informação estratégica, os grandes e poderosos sairão beneficiados” (Nye, 2002, p. 89). Além disso, mais do que obter dados, as grandes organizações de inteligência possuem grandes “capacidades de compilação de informação secreta em grande escala (que) ainda proporciona importantes vantagens estratégicas” (Nye, 2002, p. 89). Logo, as potências centrais, grandes detentoras de sofisticados aparatos de inteligência mais uma vez saem na frente. Além disso, no caso norte-americano, a partir da influência cultural e política – *soft Power* – esse país tem facilidades em obter informações secretas, uma vez que, em diversos países periféricos, vários setores têm dificuldade em localizar as diferenças entre os interesses nacionais e os da potência hegemônica.

Com a preponderância nas três dimensões propostas por NYE (2007), produção informacional, informação concorrencial e informação estratégica, os EUA conseguem um virtual monopólio dos fatores-chaves à atual sociedade da informação. Além disso, percebe-se que a combinação da dominância quanto à produção de conteúdo informacional, associada à grande capacidade de inteligência tática e estratégica, são consideradas pelo autor como elementos centrais em suas dimensões propostas. Essa sinergia de fatores permite ao Estado norte-americano

não somente o exercício da influência cultural em outros povos, como também a obtenção de informações consideradas *secretas*.

Nessa direção, com a proliferação do conceito de *sociedade da informação*, além da dimensão do *soft power*, perpassa a amplitude dos serviços informacionais sob controle da Inteligência estadunidense. Quanto mais as sociedades se integram em um ambiente de prevalência dos EUA, mais este alimenta seu potencial de influência cultural e suas capacidades de obtenção de informações de inteligência. Essa abrangência de capacidades de obtenção e controle informacional vê-se ampliada exponencialmente com o grau de profundidade da vida das pessoas e das organizações que vão sendo portados para o ambiente digital. Com o aprofundamento da digitalização de grande volume das informações que permeiam o cotidiano das pessoas o poder de vigilância do Estado, principalmente o norte-americano, nunca foi tão grande.

Deste modo, com a *sociedade da informação*, várias dimensões da vida dos indivíduos estão sendo digitalizadas, constituindo-se como imensos bancos de dados trafegando pelos sistemas corporativos e por redes públicas como a internet. Movimentações bancárias, declarações de imposto de renda, correspondências eletrônicas, imagens de satélites, sistemas de posicionamento global, comunicações por voz, preferências de navegação na web, comércio de produtos são exemplos de facetas da vida humana cuja migração para o ambiente das redes digitais já se encontram bastante adiantadas. Tais mudanças abrem possibilidades de obtenção de informações sobre os cidadãos, que antes seriam impensáveis aos governos quando se considera o custo outrora envolvido ou mesmo o acesso físico aos indivíduos em questão. Essa elevação das possibilidades informacionais do Estado, bem como as políticas desse para ampliar ainda mais seus instrumentos de controle, receberam o nome de Estado informacional, em que “os governos deliberadamente, explicitamente e consistentemente controlam a criação, processamento, fluxo e uso da informação para exercer o poder<sup>107</sup>” (BRAMAN, 2006, p. 1). Sob o prisma do Estado informacional, este obtém um grande volume de informações, ao mesmo tempo em que se mantém sob uma elevada opacidade, pois o uso das informações obtidas ou mesmo a regulação das ações do Estado permanecem desconhecidos à

---

<sup>107</sup> Governments deliberately, explicitly, and consistently control information creation, processing, flows, and use to exercise power. (Tradução nossa)

grande maioria dos cidadãos. Conforme abordado, talvez uma das razões desse processo envolva a própria desarticulação com que a maioria dos demais governos encontra-se ante a supremacia informacional dos EUA, em que haveria, de fato, um superestado panóptico.

Com a vida dos indivíduos convergindo para as redes digitais, o Estado penetra em múltiplas dimensões da existência humana, fato esse que em um tempo analógico constituir-se-ia como uma impossibilidade. Com novas dimensões das relações humanas sendo documentadas, transformando-se em dados à espera de consulta, em registros muitas vezes perenemente armazenados, o controle dos governos sobre o que fazem os cidadãos nunca pode ser potencialmente tão grande. Além disso, ferramentas analíticas, como mineradores de dados, prospectam e concatenam padrões, chamando a atenção para qualquer evento que esteja fora dos modelos esperados.

### **5.1.5 Realidade virtual e desinformação**

Mais do que facilitar a obtenção de dados, a digitalização das relações pessoais e econômicas permite a conversão em bytes de representações da realidade e sua conseqüente manipulação. Em um mundo que é percebido pela tela de um computador, torna-se fácil modificar os fatos, ou mesmo impedir o acesso a eles. O Estado turva a interpretação dos acontecimentos, fornecendo meias-verdades ou meias-mentiras que moldam a percepção das pessoas, no papel de informar, oferece desinformações. Conforme já analisado no decorrer deste trabalho, setores das agências de inteligência especialistas, ao negar o acesso à informação e a desinformar seus adversários (Shulsky, 2008), criam realidades imaginárias que se tornam verdades históricas. Eventos como a bomba inteligente que entra pela chaminé e não elimina pessoas inocentes, a posse de armas de destruição em massa por governos não alinhados, ou mesmo alguns incidentes internacionais, será que são de fato reais? Ou tornam-se reais pelo olhar das pessoas no monitor de um computador ou na tela plana de um vídeo?

A construção de um imaginário coletivo em que o “bem” e o “mal” se digladiam permite uma ampla gama de ações imputadas ao inimigo “maligno” ao mesmo tempo em que são justificadas suas próprias medidas, por mais nefastas que sejam. Quando o então presidente norte-americano George W. Bush, em seu discurso anual ao congresso, rotulou o Irã, o Iraque, a Coreia do Norte e a Síria,

como “eixo do mal”<sup>108</sup>”, mais do que desconstruir um adversário, buscou sustentação ideológica para ações ofensivas, o que se observou pouco depois com a invasão do Iraque pelos EUA no início de 2003 e as crescentes ameaças ao Irã em decorrência de seu programa nuclear.

Por outro lado, o jogo da desinformação não é restrito aos EUA. A título de exemplo, em 08 de outubro de 2008, o governo do Irã divulgou a foto abaixo, em que quatro mísseis são lançados em algum ponto do deserto iraniano. De posse da agência de notícias France Express, a imagem ganhou as primeiras páginas de diversos jornais do mundo (ÚLTIMOSEGUNDO, 2008). Dois dias depois, especialistas em fotografias apontaram fortes suspeitas sobre o número de lançamentos em questão, em que os foguetes lançados poderiam ter sido ampliados mediante falsificação.



Figura 11. Lançamento *maquiado* de mísseis iranianos.  
Fonte: New York Times, 2008.

<sup>108</sup> O referido discurso foi feito em 29 de janeiro de 2002.

Mais informações a respeito podem ser encontradas em jornais como este: [http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/iraque/eixo\\_do\\_mal.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/iraque/eixo_do_mal.shtml)



Figura 12. Lançamento de mísseis iranianos.  
Fonte: New York Times, 2008.

No caso em tela, foi possível identificar a falsificação em questão. Contudo, em algumas ocasiões, o objeto da desinformação pode assumir ares de verdade.

Com a mediação cada vez mais presente e universal das tecnologias de informação e comunicação – TICs, cada vez menos os indivíduos inseridos nas redes digitais percebem a realidade com o seu próprio olhar. Nesse sentido, até mesmo “aquilo que o humanismo oferece como fundamento de sociabilidade constituiria um limite que estaria efetivamente sendo cruzado pela digitalização da realidade, pela simulação, pela cibernética”. (FERREIRA, 2004, p. 32). Novas possibilidades de construção do real acontecem, com o Estado e os grandes órgãos de informação cumprindo um papel determinante. Para as pessoas comuns, o que é informação ou desinformação, realidade ou ficção torna-se algo cada vez mais difícil de separar. Para os setores que historicamente manejam, a seu bel prazer, as percepções sociais, a administração da realidade tornou-se ainda mais fácil. Ao tentar prever as guerras futuras do século XXI, Toffler argumenta que:

O novo sistema de comunicação está criando um mundo inteiramente “ficto” ao qual governos, exércitos e populações inteiras respondem como se fosse real. Por sua vez, as ações deles são, então, processadas pelos meios de comunicação e incorporadas ao fictício mosaico eletrônico que orienta o nosso comportamento (TOFFLER, 1994, p. 204).

Permitindo uma sucessão sem fim de acontecimentos com causas irrealis como alicerce, eventos imaginários tornam-se certezas possibilitando apoio social para ações ou medidas políticas baseadas em premissas imaginárias. Quando o

governo norte-americano transformou um Iraque fragilizado, em decorrência da primeira guerra do golfo e por constantes bombardeios, em uma perigosa potência detentora de armas químicas e financiadora do terrorismo, adquiriu legitimidade interna para promover a invasão militar em meados de 2003. Mesmo sem o apoio do Conselho de Segurança da ONU, mas sob um clima de histeria interna, ocorre a invasão sob a alegação da necessidade de destruição dos citados armamentos químicos. Um ano depois, já lidando com os custos de uma ocupação militar, a sociedade norte-americana deu-se conta de que as supostas armas inexistiam, e que a origem da denúncia potencializada pela imprensa e governo dos EUA resumia-se a um informante iraquiano suspeito, recrutado pela inteligência alemã alguns anos antes e repassado como fonte autêntica para a CIA (DROGIN, 2008). Esse frágil elemento humano utilizado pelas agências de inteligência foi acrescido de diversas interpretações e meias informações promovidas pelas agências de inteligência e amplamente repercutidas pela imprensa. Documentários, artigos, entrevistas com especialistas, imagens de satélites com edifícios e construções suspeitas foram agregando camadas de valor no imaginário popular transformando a suposição em fato. Ao fim de tudo, as histórias imaginadas e contadas pelo engenheiro químico iraquiano Ahmed Hassan Mohammed eram o único elemento de “real” em relação às supostas armas de destruição em massa. Todavia, se a sociedade norte-americana sentiu-se enganada, para os interesses econômicos da potência hegemônica, as ricas fontes de petróleo do Oriente Médio estavam asseguradas com a presença militar projetada na região e parcela significativa das alternativas de poder local destruída. A manipulação do imaginário cumpriu o seu papel.

### **5.3 Sistemas de Inteligência e poder simbólico**

Enquanto no tópico acima foram descritas as possibilidades do *poder suave* e a abrangência da política informacional norte-americana, nesta seção são analisados os instrumentos disponíveis ao Estado para intervir nesta dimensão de poder. Se a consequência da sociedade da informação foi o fortalecimento da hegemonia estadunidense, cabe entender o maquinário de inteligência disponível a esse Estado para o exercício do poder nesta esfera. Para isto são analisadas as instituições especializadas na atuação informacional a partir das fontes documentais com as doutrinas elaboradas para dar suporte a essa intervenção. Ao contrário da



primeira parte desse capítulo, esta segunda parte é lastreada principalmente por fontes primárias publicadas ou desclassificadas pelo governo estadunidense.

As ações informacionais promovidas pelo governo dos Estados Unidos não se encontram somente sob a responsabilidade da comunidade de inteligência desse país, apesar da centralidade nessas. O responsável por essas atividades irá variar de acordo com a situação de paz ou guerra e com o tipo de ação propagandística a ser desencadeada. Além disso, os produtos informacionais disponíveis possuem características bastante distintas, sendo que o tipo de emprego pode ser tático ou estratégico. Embora a atuação informacional seja o campo dos serviços secretos por excelência, ela engloba, de certa forma, toda a máquina pública norte-americana (BRAMAN, 2006).

As responsabilidades institucionais quanto às ações de operações informacionais e psicológicas, por exemplo, são definidas pelo status das relações do país alvo com os EUA. Em caso de paz, quem traça os objetivos estratégicos aos quais os demais órgãos devem se subordinar é o Departamento de Estado, permanecendo essa tarefa sob controle deste até o início das hostilidades. Em situação de conflito, o encargo é repassado ao Departamento de Defesa, que se torna, então, o centralizador do emprego de tais instrumentos, concatenando essas ações informacionais com as demais medidas militares envolvidas.

Seja em situação de paz ou de guerra, os serviços de inteligência são empregados prioritariamente na operação dos produtos informacionais que envolvem o uso de desinformação, sob a lógica da *negação plausível*, preservando assim a figura do secretário de Estado ou do presidente de eventuais constrangimentos internacionais. A CIA é a principal responsável pelas ações de desinformação no exterior, assumindo diretamente tais medidas quando a serviço do Departamento de Estado, ou atuando em conjunto com a inteligência militar, quando em situações de conflito.

Com os atentados de 2001 e a conseqüente reestruturação do sistema de inteligência dos EUA, as ações de desinformação e propaganda por parte da Inteligência norte-americana passaram a ser coordenadas pelo *National Clandestine Service – NCS*. Esse serviço desde 2004 é centralizado pela CIA e reúne todas as agências de inteligência humana (*Humint*). Dentro do NCS, é a partir da Divisão de

atividades especiais<sup>109</sup> que são realizadas todas as operações encobertas desenvolvidas pela comunidade de inteligência. As ações encobertas, por sua vez, são divididas em paramilitares e ações políticas, sendo que estas últimas são de responsabilidade do *Political Action Group* ou grupo de ação política. Sob o prisma das ações encobertas promovidas por este grupo, têm-se as ações políticas, as ações de operações psicológicas e econômicas e as operações informacionais. Todas essas medidas empregam instrumentos de informação e desinformação como marco comum, entretanto, irão variar os meios informacionais privilegiados pela campanha em questão, bem como os alvos. A seguir iremos abordar os principais instrumentos empregados pela inteligência estadunidense.

### 5.3.1 Operações psicológicas

As operações psicológicas, ou PSYOPs, são o instrumento informacional privilegiado para as ações em que se objetiva a mudança comportamental do público alvo. Com esse tipo de medida, espera-se mais do que o comprometimento da capacidade de percepção da realidade por parte da população atingida, e sim, principalmente, a possibilidade de estimular determinado comportamento. Assim sendo, os setores afetados poderiam ser estimulados a desistirem de lutar em uma determinada guerra ou a elegerem um candidato a presidente conveniente aos interesses dos EUA. Conforme define a doutrina militar estadunidense:

A missão da PSYOP é influenciar o comportamento do público-alvo estrangeiro para apoiar os objetivos nacionais dos EUA. PSYOP realiza isso, transmitindo informações selecionadas e/ou assessorando ações que influenciam as emoções, motivações, raciocínio objetivo e, finalmente, o comportamento do público estrangeiro. A mudança de comportamento está na raiz da missão PSYOP<sup>110</sup> (DEPARTMENT OF ARMY, 2005, p. 1-2).

Dessa forma, busca-se moldar o entendimento de mundo do adversário, de maneira a que, sem que esse saiba, seja possível direcioná-lo de acordo com os interesses do Estado norte-americano. As vantagens das operações psicológicas são muitas. O público afetado pode não somente perder a capacidade de perceber por si mesmo, como também tem o seu comportamento moldado. Assim sendo, os valores e interesses norte-americanos podem ser reproduzidos em âmbito mundial,

---

<sup>109</sup> Special Activities Division - SAD. (Tradução nossa).

<sup>110</sup> The mission of PSYOP is to influence the behavior of foreign target audiences (TAs) to support U.S. national objectives. PSYOP accomplish this by conveying selected information and/or advising on actions that influence the emotions, motives, objective reasoning, and ultimately the behavior of foreign audiences. Behavioral change is at the root of the PSYOP mission. (Tradução nossa).

possibilitando que eventuais antagonistas tornem-se dóceis aliados. Com isso, por mais que as intervenções militares sejam eventualmente necessárias, elas podem exigir um menor efetivo e podem ocorrer menos vezes.

As operações psicológicas são utilizadas em intervenções de amplo espectro, dando suporte não somente aos objetivos militares como também às metas que podem ser obtidas em situação de paz. No quadro abaixo são apresentados os instrumentos informacionais e os objetivos estratégicos dos EUA com as PSYOPS, de acordo com os contextos de guerra e não-guerra. Interessante notar que diversos itens, aparentemente inofensivos, tais como revistas em quadrinho, são vistos pela doutrina estadunidense como instrumentos de dominação ideológica.

Operações militares	Objetivos gerais dos EUA	Exemplos de PSYOP
Guerra	Lutar e vencer a guerra	Altofalantes Folhetos de propaganda Programação de rádio Comunicações face-a-face
Não-Guerra	Deter a guerra e resolver o conflito	Treinamento da nação anfitriã Panfletos informativos Anúncios televisivos
	Promover a paz	Revistas em quadrinhos Artigos de novidades Jornais Revistas Impressões Posters

Tabela 1. Operações de amplo espectro

Fonte: DEPARTMENT OF ARMY, 2003, p. 1-2

Os exemplos de PSYOPs descritos no quadro acima se constituem como distintos suportes informacionais que são empregados em conjuntos informacionais mais amplos. Esses conjuntos irão delimitar o tipo de operação psicológica empregada, determinando também, como consequência, as agências envolvidas. Como já descrito, quanto maior o volume de “truques sujos” envolvidos, maior a participação das agências de inteligência.

### 5.3.1.1 Produtos (des)informacionais e o seu emprego

Uma importante faceta que determina a divisão de responsabilidade interagências nas operações psicológicas relaciona-se com o tipo de produto informacional a ser empregado. Pela doutrina do exército, os produtos informacionais diferenciam-se, sobretudo, a partir da divulgação de sua origem, ou da restrição acerca desta. Dessa maneira, as informações cuja origem é conhecida

tendem a ser assinadas por instituições protocolares e formais, tais como o Departamento de Estado, do Tesouro ou a própria Casa Branca. Por outro lado, as desinformações, cuja fonte é ocultada, seriam parte das *ações encobertas* promovidas pelos serviços de inteligência. Sob essa lógica, uma vez que o adversário encontre a origem das desinformações, o Departamento de Estado ou o presidente sempre poderão se apoiar na *negação plausível*, alegando que a iniciativa foi autônoma e restrita aos serviços de inteligência. Tem-se a seguinte relação de produtos informacionais que dão suporte às operações psicológicas (DEPARTMENT OF ARMY, 2005, p. A-3):

a) *Produto aberto*- São produtos informacionais em que se fornece a fonte originária, sendo, portanto, assinados, o que possibilita a identificação imediata de sua autoria. Seu objetivo não é o de enganar o público, ao menos quanto à sua origem. No campo da informação declarada encontra-se o seguinte produto:

1) *Branco*- Esses produtos têm sua origem patente e são empregados como suporte às ações públicas e formais do Estado norte-americano. Possuem como vantagens a credibilidade, a possibilidade de se corroborar a informação divulgada a partir de outras fontes. Esse tipo de informação dificulta as ações do oponente no sentido de desmoralizar a fonte, uma vez que estas geralmente são factuais, e tem o aumento de sua credibilidade a partir da percepção de poder que emana dos EUA, “seja esse poder diplomático, informacional, militar ou econômico<sup>111</sup>” (DEPARTMENT OF ARMY, 2005, p. A-1). Por outro lado, com a divulgação da fonte, o adversário pode direcionar mais facilmente sua campanha de refutação, centrando ataques nesta. Além disso, o tipo de informação empregada tende a ser mais restrito e a correção de erros de abordagem mais difícil, pois as falhas tendem a arranhar a imagem das instituições envolvidas.

b) *Produto encoberto*- Esses produtos exigem grande capacidade de coordenação e integração entre as agências componentes. Os erros costumam cobrar um preço caro aos participantes, afetando a imagem do país. As informações encobertas são divulgadas de maneira que não se saiba a procedência destas, ou seja, sua autoria é escamoteada ou mesmo falseada. Também compõe o receituário desse tipo de produto o uso do artifício da *negação plausível*, em que caso se descubra o patrocinador da informação, este possa “plausivelmente” negar seu

---

<sup>111</sup> whether that power is diplomatic, informational, military, or economic. (Tradução nossa).

envolvimento. Como norma, as informações cuja origem é ocultada compõem o rol de medidas empregadas pelas ações encobertas dos serviços de inteligência. Como já dito, caso se descubra a origem da desinformação, a agência envolvida e seus funcionários levam a culpa, preservando as demais instituições do Estado. Apresentam os seguintes produtos informacionais:

1) *Cinza*- São os produtos informacionais que escondem ou não identificam sua origem. Geralmente são empregados para dar suporte a ações operacionais, como eleições ou batalhas militares. Suas vantagens relacionam-se à informação ser dissociada do prestígio (ou desprestígio) da fonte originária em relação ao público alvo. Assim, os Estados Unidos podem intervir sobre processos em países como o Iraque, Afeganistão ou Irã, dissociando a divulgação de ideias ou fatos de sua procedência norte-americana, o que na região poderia minar a aceitação do produto informacional em questão. Com o uso de produtos *cinza* também tem-se uma grande flexibilidade nos temas a serem abordados sem que isto reflita negativamente sobre o autor. Uma vez que este permanece desconhecido, existe maior liberdade em se explorar questões tidas como tabus ou mesmo politicamente incorretas. Por fim, possibilita a experimentação de novas temáticas a serem abordadas sem, com isso, pôr em risco a credibilidade da fonte. Como fragilidade, os produtos *cinza* têm dificuldade em manter sua autoria clandestina ao longo do tempo e pela ausência de identificação são mais suscetíveis à contrapropaganda inimiga;

2) *Negro*- São produtos que emanam a desinformação propriamente dita, já que se propõem a divulgar mentiras ou meias verdades. Como pontos positivos para o seu emprego os produtos *negro* têm como grande vantagem o fato de poderem ser produzidos dentro ou próximos do território adversário, atingindo rapidamente o público alvo. A presunção da informação ser originada dentro do território do antagonista empresta credibilidade à mesma e ajuda a desmoralizar o inimigo dando a entender a presença de dissidentes internos. Com a forma e o conteúdo adequado, pode ficar indistinguível a desinformação em relação à propaganda original do adversário, fazendo com que este tenha que investir muitos recursos para preservar a integridade de seu discurso original. Outro facilitador importante é a dificuldade em identificar sua origem, o que atrapalha as ações do inimigo com vistas a aplacar seus efeitos. Como contraponto negativo aos seus utilizadores, as informações negras provocam grande investimento em medidas de segurança

informativa com vistas à proteção da fonte. Outro aspecto relaciona-se à articulação com projetos de operações psicológicas mais amplas. Como tais informações são veiculadas por canais pouco formais, é difícil coordená-las com os objetivos psicológicos mais abrangentes. Aspectos como a segurança e o planejamento de longo prazo também limitam a flexibilidade. Outro dificultador é que esse tipo de produto informativo é muito vulnerável à descoberta, manipulação e/ou eliminação física da fonte quando se opera dentro do território adversário. O que põe em risco as fontes humanas dentro do país. Por fim, para ser eficaz o produto *negro* exige grande planejamento e coordenação, de maneira que se tenha uma atuação orquestrada com os outros meios informativos empregados. Por causa disso, tende a ser difícil o seu emprego de maneira oportuna fora do âmbito estratégico, tendo em vista o grau de planejamento envolvido e as minúcias necessárias (DEPARTMENT OF ARMY, 2005, p. A-3).

As operações psicológicas podem variar também quanto ao seu escopo, podendo ter o âmbito tático ou estratégico. Assim as:

1) *Operações táticas*- São utilizadas para dar suporte a objetivos de pequeno e médio porte, tanto em situações de paz quanto de enfrentamento militar. Um exemplo envolve a confrontação dos Estados Unidos com a influência comunista nas eleições italianas de 1948. Preocupados com a possibilidade do PCI<sup>112</sup> ser vitorioso nas eleições, o governo dos EUA orquestrou ampla campanha com vistas a fortalecer os democratas cristãos. Empregando *produtos brancos*, o Departamento de Estado noticiou a dificuldade em financiar a Itália com o Plano Marshall caso os comunistas assumissem a condução do Estado e meios de imprensa norte-americanos, como a revista Time, apregoavam, em sua edição de 22 de março de 1948<sup>113</sup>, que a Itália encontrar-se-ia “à beira da catástrofe” com a vitória dos comunistas. Na dimensão encoberta, a CIA, além de financiar os partidos de centro, forjou documentos e cartas em nome do PCI, radicalizando seu discurso de poder. Também publicou material focando a brutalidade da ocupação do exército vermelho na Alemanha, bem como o impacto da vitória dos comunistas na Polônia e Tchecoslováquia (RICHELSON, 1995, p. 244). Como resultado o Partido Comunista perdeu as eleições.

---

<sup>112</sup> Partido Comunista Italiano.

<sup>113</sup>A revista Time é um dos principais semanários norte-americanos. Disponível em:<<http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,804484,00.html>>.

As operações psicológicas em nível tático também são empregadas na guerra. Nesse tipo de situação, as organizações de inteligência atuam em conjunto com os setores de inteligência tática, misturando o emprego de fontes abertas e encobertas. Durante a Segunda Guerra Mundial, ingleses e norte-americanos desenvolveram diversas operações de desinformação com o intuito de enganar o comando alemão acerca dos pontos de desembarque aliado no norte da França. Para isso foram empregados meios ostensivos como transmissões radiofônicas, jornais, comunicados oficiais, dentre outros, ao mesmo tempo em que eram repassadas desinformações a partir da rede de agentes duplos alemães a serviço dos aliados (GODSON; WIRTZ, 2008, p. 108).

2) *Operações estratégicas*- São empregadas com o intuito de promover interesses de longo prazo da potência norte-americana. Tendem a mesclar informações abertas e encobertas, todavia, como envolvem um grande período temporal, as medidas informacionais têm que ser tomadas com cuidado e planejamento, pois erros podem comprometer a ação em si, bem como macular a imagem do promotor. Um exemplo desse tipo de ação, já citado neste trabalho, relaciona-se à operação desenvolvida pela CIA com vistas a ganhar a Guerra Fria cultural. Entre 1950 e 1967, empregando uma entidade de fachada denominada *Congresso pela Liberdade Cultural*, a CIA promoveu as posições ideológico-culturais de interesse dos Estados Unidos. Foram publicadas dezenas de revistas prestigiosas, editados livros de intelectuais respeitados, realizadas conferências internacionais, bem como promovidos músicos e artistas cuja arte foi vista como promotora dos interesses liberais norte-americanos. Conforme se admirou Saunders:

O grau em que o círculo de espionagem norte-americano estendeu seu alcance aos assuntos culturais de seus aliados no Ocidente, funcionando como o facilitador não-reconhecido de uma vasta gama de atividades criativas, e posicionando os intelectuais e sua obra como peças de xadrez a serem jogadas na Grande Partida, continua a ser um dos legados mais instigantes da Guerra Fria (SAUNDERS, 2008, p. 16).

Uma operação com tal dimensão, conjugando diversas ações e tipos de propaganda e desinformações, necessita de extremo cuidado. Os intelectuais em questão somente continuarão úteis na medida em que não percam sua credibilidade, o que inevitavelmente ocorreria se descoberto o vínculo com a agência de inteligência norte-americana.

### 5.3.2 Operações informacionais

Este tópico discorrerá brevemente sobre as operações informacionais, ou *Information Operations* - IO. Embora as mesmas sejam disciplinas da doutrina militar com vistas ao emprego durante a guerra, os campos que compõem essa doutrina vêm sendo aplicados largamente pelas agências de inteligência dos EUA, tanto na paz quanto em situação de conflito. Como parcela significativa da doutrina das organizações de inteligência, relativa às operações informacionais, são confidenciais, a compreensão da visão do Departamento de Defesa estadunidense permite entender os recursos e conceitos disponíveis no terreno do conflito informacional. Além disso, as doutrinas de IO dão a dimensão de relevância dada pelos serviços de informação militar e civil norte-americanos sobre o domínio de todo o espectro informacional, seja pelo controle do conteúdo ou do suporte físico.

As operações informacionais surgiram no decorrer da década de 1990 no contexto dos órgãos militares e de inteligência norte-americanos, a partir do momento em que a *sociedade da informação* sagrou-se como parte do modelo de globalização vitorioso imposto pela potência hegemônica no pós-Guerra Fria. As tecnologias digitais passaram a compor um papel central como ordenadoras das relações sociais, fazendo o mesmo com a dimensão do conflito. Com primazia da internet, mas contando com outras redes de comunicação e tráfego de dados, diversos processos migraram para o suporte digital e foram integrados em redes. Além de questões como a comunicação, com o acesso às notícias e a criação de comunidades virtuais, também estão integradas dimensões economicamente mais relevantes, como o sistema financeiro das nações, o controle de usinas ou aeroportos. O fato das redes digitais portarem essas relações informacionais, assim como diversas facetas culturais, possibilita que tais redes sejam uma arena privilegiada ao exercício do *soft power*, conforme já abordado.

Nesse sentido a doutrina de IO constitui-se como um instrumental bastante relevante. As Operações Informacionais foram desenvolvidas com vistas a levar o conflito bélico também para essa dimensão, explorando todas as suas potencialidades. Assim sendo, segundo o exército norte-americano:

As operações de informação são o emprego do conjunto de capacidades de guerra eletrônica, operações de rede de computadores, operações psicológicas, desinformação militar e de operações de segurança, em concertação com suporte específico e determinadas capacidades, com



vistas a afetar ou defender os sistemas de informação e de informação, e influenciar a tomada de decisão<sup>114</sup> (DEPARTMENT OF ARMY, 2003b, p. iii).

Sob a lógica descrita neste parágrafo, as operações informacionais tanto podem ser ofensivas, objetivando atacar o sistema de informações do adversário, quanto se prestam a defender-se do ataque de outros.

Núcleo	Suporte
Guerra eletrônica	Destruição física
Operações em rede de computadores	Segurança informacional
Ataque em rede de computadores	Segurança física
Defesa em rede de computadores	Contrainformação
Exploração em rede de computadores	Contrainformação
Operações psicológicas	Contrainformação
Desinformação militar	Contrainformação

Tabela 2. Elementos das operações informacionais

Fonte: DEPARTMENT OF ARMY, 2003b, p. 1-14

As disciplinas citadas acima, e a finalidade das mesmas, existem em sua maioria no mundo físico desde muito tempo. Todavia, elas atuavam separadamente no mundo analógico, tal como as próprias operações psicológicas. Com o advento das operações informacionais passaram a compor um conjunto no mundo virtual, sendo que da sinergia dessas diversas áreas nasce a capacidade de domínio do campo informacional.

As IO também podem ser divididas em dois conjuntos de capacidades relacionadas à atuação sobre o conteúdo informacional e sobre os sistemas de informação. As disciplinas que atuam sobre o sentido que as informações produzem são as operações psicológicas, operações de segurança e desinformação militar. As competências empregadas para afetar a estrutura física que dá suporte às informações são a guerra eletrônica e as operações em rede de computadores (PAUL, 2008). Essa junção de possibilidades permite que se conjuguem meios para distorcer o conteúdo das informações, ao mesmo tempo em que se pode negar o

<sup>114</sup> Information operations is the employment of the core capabilities of electronic warfare, computer network operations, psychological operations, military deception, and operations security, in concert with specified supporting and related capabilities, to affect or defend information and information systems, and to influence decisionmaking. (Tradução nossa).

acesso físico a redes e sistemas de comunicações. A seguir será descrito em que consiste cada agrupamento de processos.

#### 5.3.2.1 Conteúdo informacional

A atuação sobre o conteúdo das informações propriamente ditas envolve a capacidade de ressignificar para o adversário o sentido destas, tanto fazendo prevalecer o seu próprio ponto de vista, quanto o induzindo propositalmente ao erro. Além disso, nessa esfera relativa ao conteúdo informativo também estão envolvidas as capacidades de obter dados protegidos do adversário, bem como a capacidade de proteger suas operações da atuação do inimigo. Têm-se, portanto os seguintes campos:

a) *Operações psicológicas*- PSYOPS, conforme abordado em outro tópico, têm por objetivo fornecer informações ao adversário e induzi-lo a mudar o seu comportamento de maneira a beneficiar os interesses dos EUA. As operações psicológicas utilizam as gradações de propaganda negra, cinza e branca, que são determinadas pela veracidade das informações disponibilizadas, bem como pela divulgação de sua origem. As PSYOPS possuem como especificidade a busca pela mudança de atitude do inimigo, implicando ação, e a abrangência de seus alvos, que podem ser até mesmo todas as pessoas de um país ou continente.

b) *Desinformação militar*- MILDEC tem como função enganar o comandante adversário para que o mesmo seja levado a uma compreensão equivocada do posicionamento das tropas aliadas, bem como da intencionalidade quanto ao emprego destas. Embora a desinformação militar utilize técnicas comuns a PSYOPS, por exemplo, diferencia-se desta pela restrição de seu objetivo, vez que pretende enganar tão somente o comando do exército inimigo, enquanto as operações psicológicas podem ter como alvo toda uma população (PAUL, 2008, p. 72). Eventualmente tais alvos podem se sobrepor cabendo às operações psicológicas apoiarem indiretamente as ações de MILDEC. Dessa forma, os

Grupos que são adequados para a segmentação por PSYOP no apoio às operações de MILDEC incluem grupos do comando adversário, equipes de planejamento de pessoal, facções específicas dentro de equipes, grupos de interesses não-militares que possam influenciar as políticas e as decisões militares e analistas de sistemas de inteligência (DEPARTMENT OF ARMY, 2006, p. II-3).

A doutrina militar norte-americana conceitua MILDEC da seguinte maneira:

Desinformação militar (MILDEC), realizada nos níveis estratégicos, operacionais, e táticos, é definida como as ações executadas para deliberadamente enganar os tomadores de decisão adversários quanto às capacidades, intenções e operações militares aliadas, fazendo com que o adversário tome ações específicas (ou inações) que irão contribuir para o cumprimento da missão das forças aliadas<sup>115</sup> (DEPARTMENT OF ARMY, 2006, p. viii).

Centralmente a desinformação militar busca, portanto, negar ao inimigo o conhecimento sobre as reais pretensões e efetivos das forças armadas dos EUA quando em operações, confundindo a capacidade de tomada de decisão adversária.

c) *Operações de segurança*- OPSEC objetiva a identificação de informações críticas para as forças aliadas ou norte-americanas, de maneira a observar se a inteligência do inimigo pode obter tais informações. A partir desse diagnóstico são empregadas medidas para eliminar ou reduzir a capacidade do adversário em identificar tais informações (PAUL, 2008, p. 76). É importante observar que OPSEC não lida com dados classificados ou com o estabelecimento de critérios para o acesso a informação. Sua preocupação é com as fontes abertas e o cuidado devido para com as falhas que possam existir nas operações informacionais em andamento. Assim, as operações de segurança são definidas pelo exército dos EUA:

Operações de segurança (OPSEC) é um processo que identifica informações críticas nacionais para determinar se as ações aliadas podem ser observadas pelo sistema de inteligência adversário, determina se as informações obtidas pelos adversários poderiam ser interpretadas de maneira que seja empregável para eles, e, em seguida, executa medidas apropriadas que eliminem ou reduzam a exploração de informação crítica por parte do adversário.

OPSEC é uma metodologia que nega a informação crítica para o adversário. Ao contrário dos programas de segurança que visam proteger informações classificadas, as medidas de OPSEC identificam, controlam e protegem informações geralmente não classificadas, que estão associadas com operações sensíveis e atividades<sup>116</sup> (DEPARTMENT OF ARMY, 2006b, p. vii).

---

<sup>115</sup> Military deception (MILDEC), conducted at strategic, operational, and tactical levels, is defined as being those actions executed to deliberately mislead adversary decision makers as to friendly military capabilities, intentions, and operations, thereby causing the adversary to take specific actions (or inactions) that will contribute to the accomplishment of the friendly mission. (Tradução nossa).

<sup>116</sup> Operations security (OPSEC) is a process that identifies critical information to determine if friendly actions can be observed by adversary intelligence systems, determines if information obtained by adversaries could be interpreted to be useful to them, and then executes selected measures that eliminate or reduce adversary exploitation of friendly critical information.

OPSEC is a methodology that denies critical information to an adversary. Unlike security programs that seek to protect classified information, OPSEC measures identify, control, and protect generally unclassified evidence that is associated with sensitive operations and activities. (Tradução nossa).

Dessa maneira as operações de segurança tendem a ser dinâmicas, trabalhando por projeto. Sempre que uma determinada operação informacional inicia-se, os responsáveis pela segurança tentarão antever os riscos do adversário perceber a ação, para, a partir daí, tomarem medidas de proteção. Nesse foco OPSEC diferencia-se de PSYOPS e MILDEC, uma vez que atua tendo como alvo central a inteligência adversária e demais setores responsáveis por perceber as manobras de desinformação do inimigo.

Outra diferença das operações de segurança é que, embora atuem sobre o conteúdo das informações disponibilizadas, distorcendo-as de acordo com as necessidades da operação em curso, também podem empregar “ataques diretos contra o sistema de inteligência do adversário<sup>117</sup>” (DEPARTMENT OF ARMY, 2006b, p. II-4), para, se necessário, comprometer o sistema de informações e a capacidade de inteligência das forças inimigas.

#### 5.3.2.2 *Sistemas de informação*

As operações informacionais também atuam sobre a estrutura física do sistema de informações adversário. Ao comprometer as ferramentas e tecnologias informacionais do antagonista, elimina-se a capacidade deste perceber as ações em curso, ou mesmo desenvolver suas próprias medidas. Ao contrário das disciplinas acima, que tentam manobrar a percepção do inimigo, a guerra eletrônica e as operações em rede de computadores irão tentar eliminar ou ludibriar os meios tecnológicos disponíveis. Dessa maneira, elas atuam minando a capacidade de coletar dados sobre o ambiente circundante, tentando deixar o adversário, em uma analogia com os seres humanos, privado de sentidos fundamentais como a visão, audição ou a fala. Apresenta as seguintes modalidades:

a) Guerra Eletrônica<sup>118</sup>- EW envolve a capacidade de obter o domínio do espectro eletromagnético, ao mesmo tempo em que se nega ao adversário o uso deste. A doutrina do exército estadunidense divide esta área em três categorias (DEPARTMENT OF ARMY, 2003, p. 2-7):

1) *Proteção eletrônica*<sup>119</sup>- EP é a responsável pela proteção dos sistemas de comunicação e transmissão de dados ante o ataque dos adversários.

---

<sup>117</sup> [...] direct strikes against the adversary's intelligence system. (Tradução nossa)

<sup>118</sup> Electronic Warfare – EW. (Tradução nossa).

<sup>119</sup> Electronic Protection – EP. (Tradução nossa).

2) *Suporte a Guerra Eletrônica*<sup>120</sup>- ES atua com vistas a identificar os sinais eletromagnéticos emitidos pelo adversário, de maneira a suportar o planejamento de operações de guerra eletrônica contra esse inimigo. As informações obtidas por ES também apoiam as ações de coleta de inteligência de sinais, bem como ataques contra alvos humanos, que podem ser localizados pelas emissões de seu aparato de comunicação.

3) *Ataque eletrônico*<sup>121</sup>- EA é o setor responsável pela “utilização de energia eletromagnética, de energia dirigida, armas antirradiação, para atacar pessoal, instalações, ou equipamento com a intenção de degradar, neutralizar ou destruir a capacidade de combate inimiga” (DEPARTMENT OF ARMY, 2003, p. 2-8). Para isso podem ser empregados desde equipamentos de comunicações, com o objetivo de embaralhar as comunicações adversárias, até mísseis eletromagnéticos que destruirão fisicamente o equipamento do inimigo e os dados colecionados por este.

b) *Operações em Rede de Computadores*<sup>122</sup>- CNE envolve a disputa do controle das redes de informações digitais do adversário, negando a utilização a este e protegendo as suas próprias. CNE possui três subdisciplinas, que são (DEPARTMENT OF ARMY, 2003, p. 2-9):

1) *Ataque de Rede de Computadores*<sup>123</sup>- CNA. Nessa esfera ataca-se, destrói, rompe, ou corrompe o sistema de informações do adversário, bem como seu sistema de armas. Tanto se tenta destruir a infraestrutura de rede quanto a corrupção dos dados armazenados. CNA emprega instrumentos letais, como bombas, e demais utensílios bélicos e não letais para invadir a rede inimiga.

2) *Defesa de Rede de Computadores*<sup>124</sup>- Atua defendendo o sistema de informações aliado contra o ataque das forças adversárias. Assemelha-se às medidas que os usuários comuns adotam para proteger seus sistemas de hackers e ataques de vírus, agregando certa complexidade (PAUL, 2008, p. 93).

3) *Exploração de Rede de Computadores*<sup>125</sup>- CNE trabalha centralmente com a coleta de inteligência sobre o sistema adversário. Assim, penetra-se nas redes do

---

<sup>120</sup> Electronic Warfare Support- ES. (Tradução nossa).

<sup>121</sup> Electronic Attack- EA. (Tradução nossa).

<sup>122</sup> Computer Network Operations- CNE. (Tradução nossa).

<sup>123</sup> Computer Network Attack- CNA. (Tradução nossa).

<sup>124</sup> Computer Network Defense- CND. (Tradução nossa).

<sup>125</sup> Computer Network Exploitation- CNE. (Tradução nossa).

inimigo coletando dados de seus softwares e hardwares, de maneira a alimentar o conhecimento sobre este. (DEPARTMENT OF ARMY, 2003, p. 2-11).

Neste capítulo foram caracterizados os instrumentos de poder simbólico ou suave sob o prisma das relações internacionais, no âmbito da estratégia estadunidense. Também foram apresentados os instrumentos e doutrinas construídas por esse Estado para a disputa nessa esfera de poder. O próximo capítulo procura sintetizar o papel das organizações e da informação de inteligência da disputa de poder entre as nações e a política estadunidense de utilização de tais recursos.

## VI CONCLUSÃO

Uma só coisa o preocupava: saber o que se tinha passado, salvar, custasse o que custasse, a situação, reparar, se possível, a falta cometida, se falta havia de sua parte, e permanecer puro de qualquer censura.

Leon Tolstoi<sup>126</sup>

Assim sendo, a pesquisa ou o estudo da premissa, em que existe a opção consciente por parte do Estado norte-americano de dominar prioritariamente a partir dos instrumentos de poder mais sutis que a hegemonia oferece. Ressalte-se mais uma vez que isso não significa que esse Estado não se utilize fartamente das guerras e ocupações, mas tão somente que a opção primordial envolve o exercício do poder mediante instrumentos mais suaves.

Sob a lógica da dominação por meios simbólicos e informacionais, nosso pressuposto confirma-se, pois na busca da manutenção do poder hegemônico os serviços de inteligência são um dos instrumentos fundamentais a serem empregados por parte do Estado informacional estadunidense. Tais serviços atuam em todas as dimensões de poder apontadas por Braman (2006) e Nye (2009), dando suporte e promovendo os interesses do Estado patrocinador, sobretudo a partir da faceta informacional, que permeia todas as esferas.

Este trabalho teve como escopo geral identificar as dimensões e contextos informacionais com que atuam os serviços secretos e o seu emprego pelo Estado Norte-americano. Para isso foi analisada sua estrutura de inteligência, tendo em vista o pressuposto de que o referido país atua com o objetivo de manter a hegemonia informacional em todas as dimensões de poder. Como potência hegemônica de nossa época, o Estado norte-americano erigiu a maior estrutura de inteligência do período atual com o propósito de manter sua primazia ante os demais concorrentes. Dessa maneira, objetiva-se compreender o funcionamento desses

---

<sup>126</sup> TOLSTOI, Leon. Guerra e paz. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Itatiaia, 1997. Trecho da página 213.

meios de inteligência a partir da lógica da disputa informacional em curso que pode auxiliar na compreensão de uma significativa faceta da evolução desse novo tipo de Estado, que é o Estado informacional, a partir de sua ocorrência norteamericana. Portanto, a pergunta implícita ao trabalho versa sobre quais os instrumentos de inteligência são empregados pelo poder estadunidense com vistas a obter e manter a hegemonia da disputa informacional no atual cenário.

Os serviços de inteligência à disposição do Estado norte-americano, de fato, apresentam-se como um instrumento de grande relevância em relação à sua posição hegemônica atual. Independentemente das crises políticas ou econômicas que possam afetar essa potência em âmbito mundial, em termos informacionais, o aparato à disposição dos Estados Unidos contribui decisivamente para a sustentação de sua presente situação de poder.

Conforme apresentado no referencial teórico e a partir das fontes primárias analisadas, a informação dos serviços secretos subsidia as duas principais facetas do exercício do poder nas relações internacionais, os poderes instrumental e simbólico. Como foi analisado no decorrer deste trabalho, o *poder instrumental ou coercitivo* relaciona-se ao emprego (mesmo que potencial) da força, seja esta econômica ou militar. As informações obtidas pelas agências de inteligência subsidiam o processo de tomada de decisão. Em relação à capacidade de influenciar, moldar a percepção do mundo e o horizonte ideológico, que são características do *poder simbólico*, os serviços secretos também têm intervindo decisivamente para promover os interesses norte-americanos.

Tratando primeiramente do *poder coercitivo*, em *termos táticos*, tanto em conflitos armados quanto em negociações mercadológicas, a inteligência obtida permite a economia de forças e a possibilidade de avanço ou recuo de posições consubstanciados na realidade, no entendimento das ações do adversário. Para isso, o aparato informacional de inteligência, conformado pelo Estado norte-americano, é inigualável. São interceptadas comunicações telefônicas, mensagens eletrônicas e sinais de radiofrequência por todo o mundo. O conteúdo de milhões de páginas na web, comunidades virtuais e grupos de discussão são todos os dias armazenados e sistematizados. Gravam-se também programas de televisão, de rádio e os grandes jornais de centenas de países. Satélites passam todos os dias escaneando o globo, em busca de dados geográficos e humanos, pouco se



importantdo com as fronteiras terrestres. Centenas de fontes humanas, posicionadas nas mais diversas instituições, repassam conhecimento privilegiado que, de outra forma, seria de difícil obtenção.

Como foi analisado no decorrer desta pesquisa, esse conjunto de dados coletados por matizes diferentes, insere-se dentro de diversos processos informacionais contidos no ciclo de inteligência, de maneira que possam ser concatenados. Dentre as etapas contidas no ciclo de inteligência, destacam-se os momentos da coleta e da análise, sendo esta última a responsável por produzir conhecimento que permita subsidiar o processo decisório governamental estadunidense. Ainda sob o viés analítico, foram empregados instrumentos de cunho tático, antecipando situações, e de cunho analítico, tentando identificar tendências.

Evidentemente, toda essa gama de dados coletados e analisados não impede que o Estado norte-americano seja vítima de ataques, atentados ou articulações diplomáticas hostis. Trata-se de um volume gigantesco de informações obtidas, e a artitulação dos nodos desta, bem como sua integração e análise para que se produza sentido obtendo-se um panorama mais abrangente, é algo de difícil realização. Por mais que existam tecnologias para processar e estabelecer padrões de dados, a atividade analítica ainda é humana por excelência, o que significa dizer que é limitada. Além disso, os EUA são a principal potência dos dias atuais e estão mergulhados em conflitos diplomáticos, militares e econômicos em todos os continentes (FIORI, 2007a). Se considerarmos Estados, organizações radicais, partidos políticos, os adversários chegam à casa dos milhares. Mesmo assim, o componente central é o de que, provavelmente, o governo dessa potência consegue atuar de maneira mais efetiva e eficiente com a parte dessa produção informacional que recebe. Embora muitas dimensões do uso dessas informações não venham à tona, um elemento de avaliação objetiva é o fato de que desde o 11 de setembro de 2001 não aconteceram novos atentados terroristas em território norte-americano. Também é presumível que, se em nível tático, um comandante militar saiba quantos tanques inimigos esperam-no do outro lado da colina, ou se um diplomata tem acesso à minuta de reivindicações do representante de outro país, os conflitos tornam-se mais fáceis de serem administrados.

Em *termos estratégicos*, todo o colosso informacional dessa imensa máquina é voltado em última instância para a capacidade de antecipar adversidades e

oportunidades. A inteligência de estimativas, produzida pelo NIC, concatena todo o conhecimento gerado pelo sistema de inteligência dos EUA e aglutina ainda diversos especialistas em escala mundial. O subproduto, a construção de cenários de longo prazo, mais do que a certeza do futuro, permite que os tomadores de decisões sejam confrontados com novas possibilidades. Ao tentar antever possíveis realidades, o gestor interioriza modelos mentais e comportamentos que lhe permitem reagir mais rapidamente ante as mudanças que inevitavelmente ocorrerão. Mais do que isso, parte destas tendências ao serem detectadas podem sofrer, desde o início, a intervenção do Estado enquanto ator privilegiado, potencializando os resultados que lhe serão mais vantajosos. A Internet, por exemplo, é uma invenção com grande participação estadunidense e foi confeccionada nas oficinas de pesquisas militares desse país. Conforme observado no decorrer deste trabalho, se era impossível prever a interface dada por Berners-Lee para essa rede de informações, o seu cunho ideológico já nasce com Vannevar Bush e o “*memex*” e Marshall McLuhan e “*Os meios de comunicação como extensões do homem*”. Ao antecipar a invenção da *sociedade da informação*, esta foi criada à imagem e semelhança dos interesses político-econômicos dessa nação.

Se as informações preditivas não delimitam precisamente quais tecnologias irão vingar, ao menos permitem antever o contexto em que surgirão e de que maneira podem ser mais adequadas à nação que as encomenda. Se a CIA não antecipou a guerra da Coreia, e o NIC não precisou corretamente os mísseis em Cuba ou mesmo a queda do muro de Berlim, a simples tentativa de antever e projetar realidades décadas à frente já se constitui como um grande diferencial. Em um mundo imediatista, o Estado norte-americano tenta antever o panorama em que disputará a hegemonia com meio século de antecedência. Mais do que tentar prever a partir de inferências abstratas, são empregados imensos recursos das agências de inteligência nessa tentativa. Como já dito, toda a estrutura de produção analítica e de coleta informacional estadunidense tem em seu vértice nos relatórios de estimativas. Derivado desta tentativa de detectar previamente as tendências que moldarão o amanhã, têm-se os EUA como um ator relevante no impulsionamento tecnológico e ideológico desse citado futuro.

Assim chegamos ao *poder simbólico ou suave*. Os EUA são definitivamente um dos principais protagonistas no campo da disputa informacional e cultural. A

hegemonia desse país é tão abrangente e profunda que chega a ser invisível. A capacidade de influenciar a percepção dos indivíduos e das nações por parte de seu aparelho de Estado é inigualável. A partir de projetos de longo prazo, os Estados Unidos ganharam a primazia tecnológica, cultural e informacional, empregando fartamente as agências de inteligência para tal. Atualmente se chega ao paradoxo de países como o Irã, a Turquia ou a China serem acusados de comprometer a “liberdade” na internet criando redes internas ou filtros e sistemas de segurança, como se a Internet estivesse acima da atuação e controle do Estado. Desde seu nascimento até os dias atuais, essa rede pode ser caracterizada como essencialmente norte-americana. Como observado no capítulo sobre *poder simbólico*, a CIA atuou decisivamente para recrutar os ideólogos fabricantes do conceito de sociedade da informação, enquanto a inteligência do Departamento de Defesa erigiu sua infraestrutura. A rede global de informação é mercantil de nascença e voltada para potencializar a supremacia tecnológica dessa potência. Com isso não se afirma que não existam contradições ao poder estadunidense. Informações secretas são obtidas e divulgadas, a espionagem por parte de outros Estados também emprega meios eletrônicos. A questão é que a língua dominante, o conteúdo informacional, o centro da infraestrutura têm os Estados Unidos como ator central. Além disso, a gestão política da Internet é feita por organizações desse país.

Com os préstimos das organizações de inteligência, em *termos estratégicos*, foram cooptados diversos intelectuais que auxiliaram na construção ideológica positiva do campo capitalista liderados pelos Estados Unidos. A citada “esquerda da Guerra Fria” recrutada pela CIA auxiliou decisivamente na derrocada ideológica do adversário soviético, dando legitimidade ao modelo capitaneado pelos EUA. A capacidade de vender a melhor imagem de futuro auxiliou no predomínio da visão de globalização norte-americana assumida posteriormente. A internet foi construída tão naturalmente com tecnologia militar dos EUA, com financiamento desse governo, falando inglês, com os principais atores privados sediados nesse país, que poucos setores dão-se conta da dimensão dessa hegemonia informacional. Esse predomínio, contudo, não se deu ao acaso. Foram décadas empregando os serviços secretos, dentre outras organizações, com vistas a fomentar e fazer prevalecer um ambiente informacional positivo aos interesses estratégicos dessa potência.

Na *dimensão tática* os serviços de inteligência estadunidenses empregam fartamente as operações psicológicas, a desinformação e as operações de segurança enquanto tópicos das operações informacionais, de maneira a potencializar o seu domínio de todo o “espectro do conflito”. Com a capacidade de identificar o conteúdo informacional relevante para seus adversários, os serviços secretos dos EUA intervêm diretamente sobre a capacidade de percepção da realidade por parte dos povos ou governantes considerados como adversários. Em uma realidade cada vez mais virtualizada, a doutrina desse Estado estabelece normas e procedimentos para empregar os mais distintos tipos de produtos informacionais, inclusive propaganda cinza e negra, de maneira a turvar a visão de mundo do outro, auxiliando na prevalência estadunidense.

Todavia, como já mencionado em capítulo anterior, é da sinergia dos processos informacionais capitaneados pelas agências de inteligência nas esferas de *poder coercitivo e simbólico* em que residem os maiores ganhos em termos qualitativos. Uma esfera de poder potencializa a outra, retroalimentando-se infinitamente. A hegemonia cultural e informacional permite que as atuais redes de informação, por exemplo, existam sobre a centralidade norte-americana. Assim sendo, os nodos centrais da rede não somente são gerenciados por esse país, como também funcionam fisicamente em seu território. Os principais softwares empregados são produzidos por empresas norte-americanas, e os principais serviços de comunicação eletrônica, grupos de discussão, e armazenamento de conteúdo também são pertencentes a empresas dos EUA, armazenando fisicamente boa parte deste conteúdo digital dentro das fronteiras desse Estado. Com a infraestrutura de coleta de inteligência para dar suporte às ações do poder coercitivo, os serviços secretos possuem uma ampla gama de instrumentos disponíveis para se beneficiar da centralidade informacional que o país possui. Dessa maneira, agências, como a NSA, têm a possibilidade de filtrar o tráfego das infovias que passam pelo território norte-americano, além de terem todas as facilidades para acessar o próprio conteúdo armazenado em servidores dentro desse país. Dado o peso do Estado no fomento a setores tecnológicos, não há impedimentos para que software e hardwares não sejam elaborados com dispositivos prévios que permitam quebras de segurança pelas agências estadunidenses.

Sob o prisma tecnológico da inteligência geoespacial, o sistema de posicionamento global é outro indicador do efeito sinérgico entre as organizações informacionais de inteligência e os instrumentos de *poder duro e suave*. Dispositivos no mundo inteiro funcionam empregando gratuitamente o sistema satelital dos EUA, compondo celulares, veículos, embarcações e aeronaves, além de o sistema GPS ser onipresente. Com a hegemonia do *poder simbólico*, esse sistema foi absorvido e distribuído primeiramente para as forças armadas de diversos países e depois para quase todas as sociedades como um presente intangível. Com o aparato de *Geoint* à disposição do governo estadunidense, além do poder de ligar ou desligar o equipamento quando lhe aprouver, este pode modificar a precisão das coordenadas, desinformando os sistemas das nações utilizadoras. Uma vez que tais aparelhos capturam sinais, nada impede que se utilizem tais emissões para a localização dos equipamentos. Com o aparato satelital para inteligência de sinais e de imagens, poderiam ser mapeadas as esquadrilhas em deslocamento por base aérea, ao mesmo tempo em que esse conhecimento dinâmico tornar-se-ia um metadado em uma imagem coletada. Assim, o analista de inteligência possuiria não somente imagens atualizadas como também saberia mais facilmente sobre os deslocamentos do adversário.

Em relação às fontes humanas, o mesmo processo de cooperação entre dimensões de poder pode ser observado. Com a predominância na esfera cultural, a partir de filmes, livros, jornais, sites, programas de rádio, softwares, tecnologia, diversos indivíduos veem os interesses estadunidenses como se fossem os seus próprios. Além disso, programas de intercâmbio, visitas orientadas, treinamento técnicos e doutrinários e disponibilização de recursos materiais potencializam essas afinidades. Ao repassar informações de Estado para as agências de inteligência dos EUA, muitos funcionários públicos, a princípio, sequer percebem a dimensão de suas ações. A penetração informacional nos demais Estados a partir da preponderância cultural norte-americana pode ser enorme. Assim, além de moldar a percepção dessas sociedades em questão, as mesmas podem se tornar fornecedoras de conhecimentos sigilosos para os serviços secretos desse país.

Assim sendo, embora a atividade informacional de inteligência não seja o único determinante acerca da manutenção ou não da potência norte-americana

como nação hegemônica na atual conjuntura mundial, concorre decisivamente para esse propósito.

Compreender esses processos do mais relevante Estado informacional é um dos pré-requisitos para que se possam criar políticas que previnam os demais Estados nacionais de tal preponderância. Mais do que um simples juízo moral, buscou-se com este trabalho identificar um processo informacional objetivo, em certo sentido até mesmo admirável por sua engenhosidade. Não é novidade para os estudiosos do tema que os Estados Unidos buscam a hegemonia nas relações internacionais, a questão são os instrumentos informacionais que lhes são disponíveis. Com o aparato ímpar construído pelo Estado norte-americano, esse país disputa a primazia nas relações internacionais em um patamar informacional muito acima dos demais. Cabe o desafio de tentar compreender plenamente a estratégia de supremacia desse que é o maior Estado informacional atual, de maneira a subsidiar a construção de políticas públicas que minimizem as lacunas em relação às demais nações.

Este é um tema complexo e que afeta profundamente a relação entre os Estados e suas sociedades. Dada a abrangência da questão, faz-se importante a realização de novos estudos que permitam maior aprofundamento, bem como possibilitem outros olhares. Mais do que uma verdade acabada, procurou-se construir uma aproximação que facilite novas inferências.

## REFERÊNCIAS

### Fontes Primárias

#### Legislação

DEFENSE INTELLIGENCE AGENCY – DIA. *At the creation: 1961-1965*. Washington: DIA History Office, 2002.

ESTADOS UNIDOS. *National Security Act of 1947*. Washington, 1947. Disponível em: <<http://intelligence.senate.gov/nsaact1947.pdf>>. Acesso em: 30/05/2007.

ESTADOS UNIDOS. *Communications Intelligence Activities*. Washington, 24 de outubro de 1952. Disponível em: <[http://www.nsa.gov/public\\_info/\\_files/truman/truman\\_memo.pdf](http://www.nsa.gov/public_info/_files/truman/truman_memo.pdf)>. Acesso em 26/09/2010.

ESTADOS UNIDOS. *National Defense Authorization Act for Fiscal Year 1997*. Washington, 1996, p. 2678-2688. Disponível em: <[http://frwebgate.access.gpo.gov/cgi-bin/getdoc.cgi?dbname=104\\_cong\\_public\\_laws&docid=f:publ201.104.pdf](http://frwebgate.access.gpo.gov/cgi-bin/getdoc.cgi?dbname=104_cong_public_laws&docid=f:publ201.104.pdf)>. Acesso em: 14/10/2010.

ESTADOS UNIDOS. *USA Patriot Act*. Washington, 24 out de 2001. Disponível em: <<http://epic.org/privacy/terrorism/hr3162.pdf>>. Acesso em: 06/12/2008.

EUA. *Homeland Security Act of 2002*. Washington, jan 2003. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/deptofhomeland/bill/>>. Acesso em: 06/12/2008.

ESTADOS UNIDOS. *Intelligence Reform and Terrorism Prevention Act of 2004*. Washington, 2004. Disponível em: <<http://news.findlaw.com/usatoday/docs/terrorism/irtpa2004.pdf>>. Acesso em: 25/09/2010.

ESTADOS UNIDOS. *National Defense Authorization Act For Fiscal Year 2004*. Washington, 2004b. Disponível em: <<http://www.fas.org/irp/agency/nima/nga.html>>. Acesso em 10/10/2010.

#### Acordos e estrutura

ESTADOS UNIDOS; REINO UNIDO. *UKUSA COMINT Agreement and Appendices Thereto*. Washington, 26 de junho de 1951. Disponível em: <[http://www.nsa.gov/public\\_info/\\_files/ukusa/ukusa\\_comint\\_agree.pdf](http://www.nsa.gov/public_info/_files/ukusa/ukusa_comint_agree.pdf)>. Acesso em 28/09/2010.

ESTADOS UNIDOS; REINO UNIDO. *New UKUSA Agreement*. Washington, 10 de maio de 1955. Disponível em: <[http://www.nsa.gov/public\\_info/\\_files/ukusa/new\\_ukusa\\_agree\\_10may55.pdf](http://www.nsa.gov/public_info/_files/ukusa/new_ukusa_agree_10may55.pdf)>. Acesso em: 28/09/2010.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY – CIA. *Intelligence & Analysis: organization*. Washington, 06 de maio de 2007. Disponível em: <<https://www.cia.gov/offices-of-cia/intelligence-analysis/organization-1/index.html>>. Acesso em: 30/09/2010.

## Relatórios institucionais

ESTADOS UNIDOS. *The 9/11 Commission Report*. New York, London: W.W. Norton & Company, 2004.

NATIONAL RECONNAISSANCE OFFICE – NRO. *Management of the National Reconnaissance Program 1960-1965*. In: *A History of Satellite Reconnaissance*. Vol. 5.. Washington, NRO, 1969. Disponível em: <[http://www.nro.gov/foia/HOSR/HOSR\\_VolumeV.pdf](http://www.nro.gov/foia/HOSR/HOSR_VolumeV.pdf)>. Acesso em: 14/10/2010.

NATIONAL RECONNAISSANCE OFFICE – NRO. *A History of Satellite Reconnaissance*. Vol. 1. Washington, 1997. Disponível em: <[http://www.nro.gov/foia/HOSR/History\\_of\\_Satellite\\_Reconnaissance\\_VOL\\_I-CORONA.pdf](http://www.nro.gov/foia/HOSR/History_of_Satellite_Reconnaissance_VOL_I-CORONA.pdf)>. Acesso em: 13/10/2010.

PEDLOW, Gregory W.; WELZENBACH, Donald E.. *The CIA and the U2 Program*. Langlay: Central Intelligence Agency, 1998. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/center-for-the-study-of-intelligence/csi-publications/books-and-monographs/the-cia-and-the-u-2-program-1954-1974/u2.pdf>>. Acesso em 13/10/2010.

RAND Corporation. *Preliminary Design of an Experimental World-Circling Spaceship*. Santa Mônica: RAND, 2 de maio de 1946. Disponível em: <[http://www.rand.org/pubs/special\\_memoranda/2006/SM11827part1.pdf](http://www.rand.org/pubs/special_memoranda/2006/SM11827part1.pdf)>. Acesso em: 15/10/2010.

The Commission on the Intelligence Capabilities of the United States Regarding Weapons of Mass Destruction – WWD. *Report to the President of the United States*. Washington, 31 de março de 2005. Disponível em: <[http://www.gpoaccess.gov/wmd/pdf/full\\_wmd\\_report.pdf](http://www.gpoaccess.gov/wmd/pdf/full_wmd_report.pdf)>. Acesso em 30/09/2010.

## Documentos da comunidade de inteligência

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY – CIA. *Background paper on CIA's combined use of interrogation techniques*. Washington, CIA, 30 de dezembro de 2004. Disponível em: <<http://www.aclu.org/torturefoia/released/082409/olcremand/2004olc97.pdf>>. Acesso em 25/09/2010.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY – CIA. *The CIA's Family Jewels*. Washington: National Security Archive, 2007. Disponível em: <[http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB222/family\\_jewels\\_full\\_ocr.pdf](http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB222/family_jewels_full_ocr.pdf)>. Acesso em: 14/07/2010.

DEPARTMENT OF ARMY. *Psychological Operations Tactics, Techniques, and Procedures*. Washington, 31 de dezembro de 2003. Disponível em: <<http://www.fas.org/irp/doddir/army/fm3-05-301.pdf>>. Acesso em: 27/10/2010.

DEPARTMENT OF ARMY. *Information Operations: Doctrine, Tactics, Techniques, and Procedures*. Washington, 28 de novembro de 2003b. Disponível em: <<http://www.fas.org/irp/doddir/army/fm3-13.pdf>>. Acesso em: 10/10/2010.

DEPARTMENT OF ARMY. *Psychological Operations*. Washington, 15 de abril de 2005. Disponível em: <<http://www.fas.org/irp/doddir/army/fm3-05-30.pdf>>. Acesso em: 20/08/2010.



DEPARTMENT OF ARMY. *Operations Security*. Washington, 29 de junho de 2006. Disponível em: <[http://www.dtic.mil/doctrine/new\\_pubs/jp3\\_13\\_3.pdf](http://www.dtic.mil/doctrine/new_pubs/jp3_13_3.pdf)>. Acesso em: 02/11/2010.

DEPARTMENT OF ARMY. *Military Deception*. Washington, 13 de julho de 2006. Disponível em: <[http://www.fas.org/irp/doddir/dod/jp3\\_13\\_4.pdf](http://www.fas.org/irp/doddir/dod/jp3_13_4.pdf)>. Acesso em: 01/11/2010.

DEPARTMENT OF THE ARMY. *Intelligence*. Washington, 23 de março de 2010. Disponível em: <<http://www.fas.org/irp/doddir/army/fm2-0.pdf>>. Acesso em: 15/10/2010.

DIRECTOR OF NATIONAL INTELLIGENCE – DNI. *National Intelligence Consumer's Guide*. Washington, 2009. Disponível em: <[http://www.dni.gov/reports/IC\\_Consumers\\_Guide\\_2009.pdf](http://www.dni.gov/reports/IC_Consumers_Guide_2009.pdf)>. Acesso em: 13/06/2010.

DIRECTOR OF NATIONAL INTELLIGENCE – DNI. *Global Governance 2025: At a Critical Juncture*. Washington, 2010. Disponível em: <[http://www.odni.gov/nic/PDF\\_2025/2025\\_Global\\_Governance.pdf](http://www.odni.gov/nic/PDF_2025/2025_Global_Governance.pdf)>. Acesso em: 10/10/2010.

ESTADOS UNIDOS. *National Security Council Intelligence Directive No. 1*. Washington, 19 de janeiro de 1950. Disponível em: <<http://www.fas.org/irp/offdocs/nscid01.htm>>. Acesso em: 27/09/2010.

FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION – FBI. *The National Security Branch of the Federal Bureau of Investigation: integrating intelligence and operations to protect America*. Washington, 2006. Disponível em: <[http://www.fbi.gov/about-us/nsb/nsb\\_brochure.pdf](http://www.fbi.gov/about-us/nsb/nsb_brochure.pdf)>. Acesso em: 29/11/2010.

NATIONAL IMAGERY AND MAPPING AGENCY - NIMA. *Geospatial Intelligence: Capstone Concept*. Washington, Janeiro de 2003. Disponível em: <<http://www.fas.org/irp/agency/nga/capstone2.pdf>>. Acesso em: 15/10/2010.

NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL - NIC. *Current Chinese Communist Intentions in the Vietnam Situation*. Washington, NIC, 04 de agosto de 1966. Disponível em: <[http://www.dni.gov/nic/PDF\\_GIF\\_declass\\_support/china%20conference/pdfs/snie\\_13\\_66.pdf](http://www.dni.gov/nic/PDF_GIF_declass_support/china%20conference/pdfs/snie_13_66.pdf)>. Acesso em: 27/09/2010.

NATIONAL GEOSPATIAL-INTELLIGENCE AGENCY - NGA. *Geospatial Intelligence (GEOINT) Basic Doctrine*. Washington, setembro de 2006. Disponível em: <<http://www.fas.org/irp/agency/nga/doctrine.pdf>>. Acesso em 15/10/2010.

## **Referências**

ANISTIA INTERNACIONAL. *United States Of America Below the radar: Secret flights to torture and 'disappearance'*. Nova York:, 5 Abril 2006. Disponível em: <[http://www.amnestyusa.org/stoptorture/pdf/below\\_the\\_radar\\_full\\_report.pdf](http://www.amnestyusa.org/stoptorture/pdf/below_the_radar_full_report.pdf)>. Acesso em: 08/01/2010.

ANISTIA INTERNACIONAL. *"Rendition" and secret detention: A global system of human rights violations. Questions and Answers*. Nova York, 01m de janeiro de 2006B. Disponível em: <<http://www.amnesty.org/en/library/asset/POL30/003/2006/en/d3c8c373-d468-11dd-8743-d305bea2b2c7/pol300032006en.html>>. Acesso em: 27/09/2010.

ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. São Paulo: UnB, 2002.

ANTUNES, Priscila; CEPIK, Marco. Profissionalização da atividade de inteligência no Brasil: critérios, evidências e desafios restantes. In *Profissionalismo de inteligência em las Américas*. Washington: Joint Military Intelligence College. 2003, p. 109-131. Disponível em: <<http://www.ndic.edu/press/pdf/6921.pdf>>. Acesso em: 20/06/2010.

AUN, Marta Pinheiro. A construção de políticas nacional e supranacional de informação: desafio para os Estados nacionais e blocos regionais. In: *Ciência da Informação*. Rio de Janeiro: IBICT, vol. 28, Nº 2, 1999. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/276/244>>. Acesso em: 05/10/2009.

BAKER, Stephen. *Numerati*. São Paulo: Saraiva, 2009.

BAMFORD, James. *Body of secrets: anatomy of the ultra-secret National Security Agency*. New York: Doubleday, 2001.

BARBROOK, Richard. *Futuros imaginários: das máquinas pensantes à aldeia global*. São Paulo: Peirópolis, 2009.

BERTONHA, João Fábio. As fontes do poder americano e seus desafios no século XXI. In DINIZ, Eugenio (org). *Estados Unidos: política externa e atuação na política internacional*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2009. p. 109-122.

BÍBLIA. Português. *Bíblia sagrada*. Tradução de João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

BONANATE, Luigi. *A guerra*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

BOUSQUET, Antoine. *The scientific way of warfare: order and chaos on the battlesfield of modernity*. New York: Columbia University Press, 2009.

BRAMAN, Sandra. Where has media policy gone? Defining the field in the twenty-first century. *Communication Law and Policy*, v. 9, n. 2, p. 153-82, 2004. Disponível em: <[https://pantherfile.uwm.edu/braman/www/bramanpdfs/026\\_clap.pdf](https://pantherfile.uwm.edu/braman/www/bramanpdfs/026_clap.pdf)>. Acesso em: 15/05/2010.

BRAMAN, Sandra. *Information, policy, and power*. Cambridge: MIT Press, 2006.

BRANDÃO, Priscila Carlos. *Serviços secretos e democracia no Cone Sul: premissas para uma convivência legítima, eficiente e profissional*. Niterói: Impetus, 2010.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 9883 de 7 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.abin.gov.br/modules/mastop\\_publish/?tac=Lei\\_9883\\_de\\_07%2F12%2F1999](http://www.abin.gov.br/modules/mastop_publish/?tac=Lei_9883_de_07%2F12%2F1999)>. Acesso em: 07 set. 2008.

BRITO, Vladimir de Paula. *Novos Paradigmas para a Inteligência Policial*. (Manaus) 2006. 161p. (Dep. Biblioteconomia/UFAM, Especialização em inteligência competitiva) Projeto final – Universidade Federal do Amazonas.

BRITO, Vladimir de Paula. *Sistemas de Inteligência no Brasil e nos Estados Unidos*. Belo Horizonte, Escola Superior do Ministério Público de Minas Gerais, 2009.

BUSH, V. As we may may think. *Atlantic Monthly*, v.176, n.1, p. 101-108, 1995.

CEPIK, Marco. *Serviços de inteligência: agilidade e transparência como dilemas de institucionalização*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2001. (Tese de doutorado em Ciência Política).

CEPIK, Marco A. C. (2001). Segredos Públicos: Um Dilema para a Democracia. In: *Revista Insight-Inteligência*, nº 14, 2001, p. 148-155. ISSN 1517-6940. Disponível em: <[http://www.livreacesso.net/tiki-download\\_file.php?fileId=44](http://www.livreacesso.net/tiki-download_file.php?fileId=44)>. Acesso em: 03/01/2010.

CEPIK, Marco. *Espionagem e democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHOO, Chun Wei. *Gestão da informação para a organização inteligente*. Lisboa: Editorial caminho, 2003.

CLARK, Robert M. *Intelligence analysis: a target-centric approach*. Washington: CQ Press, 2004.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

COSTA, Álvaro Henrique. *Arquitetura básica de um sistema de inteligência competitiva: uma aplicação para o setor de operadoras de telefonia móvel*. 2002. 119f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

DANTAS, Marcos. *A lógica do capital informação: a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

DAVID, Saul. *War: from ancient Egypt to Iraq*. Londres: Dorling Kindersley, 2009.

DERTOUZOS, Michael L. *O que será: como o novo mundo da informação transformará nossas vidas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DROGIN, Bob. *Curveball: espionagem, intrigas e as informações que provocaram a guerra*. São Paulo: Novo Conceito, 2008.

DUPAS, Gilberto. *Ética e poder na sociedade da informação*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DUPAS, Gilberto. *Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

Encyclopedia of espionage, intelligence, and security. New York: Thompson Gale, 2004. Vol.2.

EISENHOWER, Dwight David. *President Eisenhower's News Conference*. 7 de abril de 1954. In: *Public Papers of the Presidents*. Washington, 1954. Disponível em: <<http://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/pentagon/ps11.htm>>. Acesso em: 17/10/2010.

FEDERATION OF AMERICAN SCIENTISTS. *Echelon*. 2008. Disponível em: <<http://fas.org/irp/program/process/echelon.htm>>. Acesso em: 30/05/2009.

FERREIRA, Jonatas. A condição pós-humana: ou “como pular sobre nossa própria sombra”. In: *Política & Trabalho*. UFPB, João Pessoa, nº 21, outubro de 2004. p. 31-42.

FERREL, Robert S. *Army transformation and digitization –training and resource challenges*. Pennsylvania: U.S. Army War College, 2002. Disponível em: <[http://www.iwar.org.uk/rma/resources/army/Ferrell\\_R\\_S\\_02.pdf](http://www.iwar.org.uk/rma/resources/army/Ferrell_R_S_02.pdf)>. Acesso em: 07/08/2010.

FIORI, José Luiz. Formação, expansão e limites do poder global. In FIORI, José Luiz (org). *O poder americano*. Petrópolis, 2007a. p. 11-66.

FIORI, José Luiz. O poder global dos Estados Unidos. In FIORI, José Luiz (org). *O poder americano*. Petrópolis, 2007b. p. 67-110.

FIORI, José Luiz. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo, 2007c.

FROMKIN, David. *Paz e guerra no Oriente Médio: a queda do Império Otomano e a criação do Oriente Médio moderno*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha. Desafios teórico-metodológicos para a Ciência da Informação: descrição, explicação e interpretação. In: *Informação, cultura e sociedade: interlocuções e perspectivas*. Belo Horizonte: Novatus, 2007.

FISHER, Ben B. *Okhrana: The Paris Operations of the Russian Imperial Police*. Langley: Central Intelligence Agency, 1997. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/center-for-the-study-of-intelligence/csi-publications/books-and-monographs/okhrana-the-paris-operations-of-the-russian-imperial-police/5474-1.html>>. Acesso em: <28/12/2010>.

FUNDER, Anna. *Stasilândia*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

GESTEIRA, Rodrigo Benjamim. *Operações encobertas no Brasil*. Belo Horizonte, Escola Superior do Ministério Público de Minas Gerais, 2009.

GIAP, Vo Nguyen. *O Vietnã segundo Giap*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1994.

GLANTZ, David M; HOUSE, Jonathan.. *Confronto de titãs: como o exército vermelho deteve Hitler*. São Paulo: C&R Editorial, 2009.

GODSON, Roy. *Dirty tricks or trump cards: U.S. covert action and counterintelligence*. Washington: Brassey's, 2004.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. *O caráter seletivo das ações de informação. Informare*. Rio de Janeiro, v.5, n.2, p. 7-30, jul./dez. 1999. Disponível em: <[www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=8552](http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=8552)>. Acesso em 06/11/2010.

GRABO, Cynthia M. *Anticipating surprise: analysis for strategic warning*. Nova York: University of America, 2004.

HAMMOND, N.G.L. *O Gênio de Alexandre o Grande*. São Paulo: Madras, 2005.

HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. *Multidão: Guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HEDLEY, John H. The evolution of intelligence analysis. In: GEORGE, Roger Z. (ed.); BRUCE, James B.. *Analyzing intelligence: origins, obstacles, and innovations*. Washington, DC: Georgetown University Press, p. p. 19-34, 2008.

HERMAN, Michael. *Intelligence Power in peace and war*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

HERMAN, Michael. *Intelligence services in the information age*. Londres: Frank Cass, 2001.

HERSH, Seymour M. Chain of Command: How the Department of Defense mishandled the disaster at Abu Ghraib. *New Yorker*, 24 de maio de 2004. Disponível em: <[http://www.newyorker.com/archive/2004/05/17/040517fa\\_fact2?currentPage=all](http://www.newyorker.com/archive/2004/05/17/040517fa_fact2?currentPage=all)>.

HOBBS, Thomas. *Os elementos da lei natural e política*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

HOBBS, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HUGGINS, Martha K. *Polícia e política: relações Estados Unidos / América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

HORNBY, A. S. Oxford advanced learner's dictionary of current English. 6ed. Oxford: Oxford University Press, 2000.

JOHNSON, William R. *Thwarting enemies at home and abroad: how to be a counterintelligence officer*. Washington, DC: Georgetown University Press, 2009.

JUÁREZ, Javier. *O espião que derrotou Hitler*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

KANT, Immanuel. *A Paz Perpétua*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008.

KEEGAN, John. *O Rosto da batalha*. Lisboa: Fragmentos, 1976.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra: conhecimento do inimigo, de Napoleão à Al-Qaeda*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

KENT, Sherman. *Informações estratégicas*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1967.

KENT, Sherman. *Sherman Kent and the board of national estimates*. Washington: Center for Study of Intelligence, 1994.

KEOHANE, Robert O. Theory of world politics: structural realism and beyond. In: KEOHANE, Robert O (Ed.). *Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press, 1986. p. 158-203.

KRIZAN, Lisa. *Intelligence essentials for everyone*. Washington: Joint Military Intelligence College, jun. 1999. Disponível em: <<http://www.ndic.edu/press/8342.htm>>. Acesso em: 14/06/2010.

KRIZAN, Lisa; MOORE, David T. Core competencies for intelligence analysis at the national security agency. In: *Bringing Intelligence About: Practitioners Reflect on Best Practitioners*. Washington: Joint Military Intelligence College, p. 95-111, Mai. 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. *Fundamentos da metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 6 ed., 2007.

LAVILLE, Christian. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Proto Alegre: Artmed, 1999.

LE COADIC, Yves-François. *A Ciência da informação*. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LACERDA, Luciano de Sousa. *Sistemas, redes e complexidade. A indústria cultural em tempos de Internet*. BOCC, 2004. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/lacerda-juciano-sistemas-redes.pdf>>. Acesso em: 13/11/2009.

LAWRENCE, Thomas Edward. *Os sete pilares da sabedoria*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *A falência da II internacional*. São Paulo, Kairós, 1979

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo, Global, 1987.

LODI, Carlos Felipe G. *Planejamento de cenários e inteligência competitiva: integrando seus processos para tomar decisões estratégicas mais eficazes*. In: *Gestão estratégica da informação e inteligência competitiva*. p. 124-142. São Paulo: Saraiva, 2005.

LOPES, Liana Araújo. Doutrina Bush e a hegemonia estadunidense. In DINIZ, Eugenio (org). *Estados Unidos: política externa e atuação na política internacional*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2009. p. 223-238.

MACIEL, Rodrigo Fileto Cuerci. *Inteligência de Estimativa: a experiência estadunidense*. Belo Horizonte, Escola Superior do Ministério Público de Minas Gerais, 2010.

MARCIAL, Elaine. *O perfil do profissional de inteligência competitiva e o futuro dessa atividade no Brasil*. In: *Gestão estratégica da informação e inteligência competitiva*. p. 242-270. São Paulo: Saraiva, 2005.

MARX, Carl. *O capital: crítica da economia política: livro I*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1998.

MARX, Carl; ENGELS, Friedrich; LÊNIN, Vladimir. *Escritos militares*. São Paulo: Global, 1981.

MATTELART, Armand. *História da sociedade da informação*. São Paulo: Loyola, 2006.

MATTOS, Fernando Augusto M. Inclusão digital e desenvolvimento econômico na construção da sociedade da informação no Brasil. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação* - v.7 n.3 jun/06. Disponível em: <[http://dgz.org.br/jun06/Art\\_03.htm](http://dgz.org.br/jun06/Art_03.htm)>. Acesso em: 05/12/2009.

MCLUHAM, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 2007.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. O desenvolvimento tecnológico americano no pós-guerra como um empreendimento militar. In FIORI, José Luiz (org). *O poder americano*. Petrópolis, 2007. p. 139-178.

MELLO, Marcílio de. *Desinformação, a técnica*. Belo Horizonte, Escola Superior do Ministério Público de Minas Gerais, 2010.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MORGENTHAU, Hans. *Política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, Imprensa oficial do Estado de São Paulo, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

MUSASHI, Miyamoto. *O Livro dos cinco anéis*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa – Características, usos e possibilidades. In: Caderno de Pesquisas em Administração. São Paulo, USP. v. 1, nº3, 2º semestre, 1996.

NYE, Joseph S. Propaganda Isn't the Way: Soft Power. In: *The New York Times*. Nova York: 10, Jan. 2003. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2003/01/10/opinion/10iht-ednye\\_ed3\\_.html](http://www.nytimes.com/2003/01/10/opinion/10iht-ednye_ed3_.html)>. Acesso em: 23/10/2009.

NYE, Joseph S. *O paradoxo do poder americano*. Lisboa: Gradiva, 2002.

NYE, Joseph S. *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. São Paulo: Gente, 2009.

PALMA, Gabriel. Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina. In FIORI, José Luiz (org). *O poder americano*. Petrópolis, 2007b. p. 393-454.

PARLAMENTO EUROPEU. *Segurança das redes e da informação: Proposta de abordagem de uma política europeia*. 26 de Junho de 2002. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/committees/libe/20020708/472956PT.pdf>>. Acesso em: 29/01/2009.

PATERSON, Michael. *Decifradores de códigos: a história e os relatos dos heróis secretos da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.

PAUL, Christopher. *Information operations – Doctrine e practice: a reference handbook*. Londres, Wesport: Praeger Security International, 2008.

PEIXOTO, Paulo Matos. *Aníbal: o pai da estratégia*. São Paulo: Paumape, 1991.

PERRALT, Gilles. *A orquestra vermelha*. São Paulo: Nova época, 19???

PINTO SILVA, Carlos Alberto. A estatura político-estratégica do Brasil e o poderio bélico nacional: idéias para o planejamento estratégico. *Military Review*, Kansas, Jan-Fev, p. 61-68. 2008.

PIRES, Hindenburgo Francisco. Governança Global da Internet: A representação de topônimos de países no ciberespaço. *X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Barcelona, Universitat de Barcelona, 26 - 30 de mayo de 2008, Diez Años de Cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/415.htm>>. Acesso em: 07/12/2009.

PIRES, Hindenburgo Francisco. Gestão dos Sistemas de Zona Raiz e de DNS no Ciberespaço: Impasses e Controvérsias, In: *XII Encontro de Geógrafos da América Latina - XII EGAL*. Mesa: Región y Globalización. Desafíos epistemológicos y políticos de las nuevas espacialidades, 04 de Abril de 2009, Montevideo, Uruguay. Disponível em: <[http://egal2009.easyplanners.info/area04/4097\\_Pires\\_Hindenburgo\\_Francisco.pdf](http://egal2009.easyplanners.info/area04/4097_Pires_Hindenburgo_Francisco.pdf)>. Acesso em: 06/12/2009.

- PLATT, Washington. *A produção de informações estratégicas*. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1967.
- PORTER, Michael E. *A Vantagem Competitiva das nações*. Rio Janeiro: Campus, 1989.
- RAMONET, Ignácio. *Guerras do século XXI: novos temores e novas ameaças*. Petrópolis, Vozes: 2003.
- REIS, A. S. Retórica-ideologia-informação: questões pertinentes ao cientista da informação. *Perspectivas Em Ciências da Informação*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 145-160, 1999.
- RICHARDSON, R. J. *Pesquisa Social - Métodos e Técnicas*. 3a. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- RICHELSON, Jeffrey T. *A Century of Spies: Intelligence in the Twentieth Century*. Oxford – UK: Oxford University Press. 1995.
- ROEDEL, Daniel. Estratégia e inteligência competitiva. In: *Gestão estratégica da informação e inteligência competitiva*. p. 67-86. São Paulo: Saraiva, 2005.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. *Perspec. Ci. Inf.* UFMG, Belo Horizonte, v. 1, n.1, p. 41-62, jan./jun. 1996.
- \_\_\_\_\_. Information Science. *Journal Of The American Society For Information Science*. V.50, n.12, p. 1051-1063, Out. 1999.
- SAUNDERS, Frances Stonor. *Quem pagou a conta? A CIA na guerra fria da cultura*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SCHMID, Gerhard. *Relatório sobre a existência de um sistema global de interceptação de comunicações privadas e econômicas - sistema de interceptação "ECHELON"*. Parlamento Europeu, Comissão Temporária sobre o Sistema de Interceptação. Disponível em: < <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A5-2001-0264+0+DOC+XML+V0//PT>>. Acesso em: 30/10/2009.
- SCHIMITT, Gary J.; SHULSKY, Abram N. *Silent warfare: understanding the world of intelligence*. Dulles: Potomac Books, 3 ed., 2002.
- SERGE, Victor. *Trotsky: vida e morte*. São Paulo: Ensaio, 1991.
- SERGE, Victor. *O ano I da revolução russa*. São Paulo: Ensaio, 1993.
- SERRA, J. Paulo. A informação como utopia. Estudos de Comunicação da Universidade da Beira, 1999. Disponível em: <[http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/serra\\_paulo\\_informacao\\_utopia.pdf](http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/serra_paulo_informacao_utopia.pdf)>. Acesso em: 28/10/2009.
- SHULSKY, Abram N. Elements of denial and deception. In: GODSON, Roy; WIRTZ, James J. (ed). *Strategic denial and deception: the twenty-first century challenge*. New Brunswick, London: Transaction Publishers, 2008. p. 15-32.
- SILVA, Edna Lúcia da. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.



SILVA, Michele Tancman Candido. *Geopolítica da rede e a governança global de internet a partir da cúpula mundial sobre a sociedade da informação*. USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH. (Tese de doutorado) 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18032009-112622/>>. Acesso em: 07/12/2009.

SINGHT, Simon. *O livro dos códigos*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUZA, Nali de Jesus de. Considerações sobre a dissertação de mestrado. *Análise Econômica*. Porto Alegre, UFRGS, n. 16, p. 153-165, 1991. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10381>>. Acesso em: 05/11/2010.

STRANGE, Susan. *The retreat of the state: the diffusion of Power in the world*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SUN TZU; SUN PIN. *A arte da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

TEITELBAUM, Lorne. *The Impact of the Information Revolution on Policymakers' Use of Intelligence Analysis*. 2004. 223p. Dissertação (Doutorado em análise de inteligência governamental) - Pardee RAND Graduate School. Pittsburgh, 2004.

TOFFLER, Alvin. *Guerra e antiguerra: sobrevivência na aurora do terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Record, 1994.

TUCÍDIDES. *The History of the Peloponnesian War*. Atenas, 431 a.C. Disponível em: <<http://classics.mit.edu/Thucydides/pelopwar.html>>. Acesso em 01/10/2009.

TUKHATCHEVSKY, Mikhail N. *As Ações de Luta dos Sublevados no Início de uma Insurreição Socialista: Regras Táticas Fundamentais - Observações de Ordem Geral*. In: A arte proletária da insurreição socialista: aspectos introdutórios. Mostou, et al.: Academia Vermelha de Arte Militar Proletário-Revolucionária Mikhail V. Frunze. Disponível em: <<http://www.scientific-socialism.de/ArteTukha1.htm>>. Acesso em: 05/09/2010.

TUKHATCHEVSKY, Mikhail N. *Serviço de informação e de reconhecimento nas lutas de rua para a insurreição proletária socialista: as Ações de Luta dos Sublevados durante uma Insurreição*. In: A arte proletária da insurreição socialista: aspectos introdutórios. Mostou, et al.: Academia Vermelha de Arte Militar Proletário-Revolucionária Mikhail V. Frunze. Disponível em: <<http://www.scientific-socialism.de/ArteTukha7.htm>>. Acesso em: 05/09/2010.

ÚLTIMO SEGUNDO. *Fotógrafos dizem que uma das fotos dos mísseis iranianos foi retocada*. Disponível: <[http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2008/07/10/fotografos\\_dizem\\_que\\_uma\\_das\\_fotos\\_dos\\_misseis\\_iranianos\\_foi\\_retocada\\_1432619.html](http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2008/07/10/fotografos_dizem_que_uma_das_fotos_dos_misseis_iranianos_foi_retocada_1432619.html)>. Acesso em: 27/05/2009.

UNITED STATES ARMY. 2004 *Army Transformation Roadmap*. Washington: U.S. Army, 2004. Disponível em: <<http://www.iwar.org.uk/rma/resources/army/transformation-roadmap-2004.pdf>>. Acesso em: 07/08/2010.

VALOR ECONÔMICO. Para garantir venda, Dassault pode baixar 40% o custo dos caças. In: *Valor Econômico*, 10 set 2009. Disponível em: <<http://www.webtranspo.com.br/modais/aereo/11358-para-garantir-venda-dassault-pode-baixar-40-o-custo-dos-cacas.html>>

VISACRO, *Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história*. São Paulo: Contexto, 2009.

WALTZ, Kenneth N., *O homem, o estado e a guerra: uma análise teórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WEINER, Tim. *Legado de Cinzas*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

WILLMOTT, H. P. *Pearl Harbor*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1982.

WILLMOTT, H. P. *Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008a.

WILLMOTT, H. P. *Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008b.

WOLF, Markus. *O homem sem rosto: a autobiografia do maior mestre da espionagem do comunismo*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

WOLLENBERG, Erich. *El ejercito rojo*. Buenos Aires: Antídoto, 19??.

ZEGART, Amy B. *Flawed by design*. Stanford. Stanford University Press, 1999.